

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
TESE DE DOUTORADO**

**ELITES POLÍTICAS E A CONSTRUÇÃO DOS ESTADOS FEDERATIVOS NA  
PRIMEIRA REPÚBLICA EM PERSPECTIVA COMPARADA: SÃO PAULO E RIO  
GRANDE DO SUL**

Ledir de Paula Pereira

Orientador: Prof. Dr. Hégio Trindade

Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

**Elites políticas e a construção dos Estados federativos na Primeira República em perspectiva comparada: São Paulo e Rio Grande do Sul**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Hélió Trindade

Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Hélió Trindade – Orientador  
PPGCP/UFRGS

---

Prof. Dra. Maria Izabel Noll  
PPGCP/UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó  
PPGHIST/UFRGS

---

Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto  
PPGCP/UFPR

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida ao longo do curso de Doutorado e a CAPES que viabilizou a pesquisa empírica no acervo histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e no Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 2011, a cujos funcionários devo o acesso aos dados da pesquisa. Agradeço sua atenção, cordialidade e profissionalismo. Fundamental é referir a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela acolhida e suporte ao longo dos anos, em particular aos professores do curso de Pós-Graduação em Ciência Política, e em especial ao orientador Prof. Dr. Hégio Trindade e a Prof. Dra. Maria Izabel Noll pela atenção, disponibilidade e orientação deste estudo.

## RESUMO

O presente estudo propõe-se a analisar, de forma comparada, o processo de construção dos Estados republicanos federais, no período de gestação da República federativa brasileira, tomando como referência empírica São Paulo e Rio Grande do Sul. Seu objeto é a configuração desses Estados em articulação com o perfil das respectivas elites da primeira e segunda geração, comparando-as, a partir de um conjunto de variáveis políticas, sociais, geracionais e demográficas. A construção desses dois Estados subnacionais foi analisada dentro do contexto político, econômico e social da nova ordem republicana. O estudo está estruturado em três partes. Na primeira foram analisados diferentes enfoques sobre a construção do Estado em geral onde se constata que esses processos variam no tempo e no espaço. No caso brasileiro, as instituições monárquicas persistiram após a independência com a mesma família real, cuja tardia proclamação da República e elaboração da nova Constituição, após o fracasso do projeto positivista, possibilitou a adoção do presidencialismo americano. Este modelo federalista atribuiu grande autonomia às oligarquias regionais, o que permitiu que os Estados-federados fossem construídos como Estados autônomos, admitindo-se, inclusive, um Estado positivista no Rio Grande do Sul. Aborda-se, também, de forma retrospectiva, o processo de construção do Estado no período da Colônia, Império e República, considerando como atores privilegiados as elites políticas nos respectivos períodos. Na segunda parte foi analisado o contexto do surgimento do movimento e da elite republicana paulista e rio-grandense, a origem da elite e do movimento republicano em São Paulo e no Rio Grande do Sul e o contexto e atuação política da elite republicana paulista e rio-grandense. Finalmente, na terceira parte, foi analisado o perfil da elite republicana paulista e rio-grandense, da primeira e segunda geração em articulação com a construção do respectivo aparelho de Estado em São Paulo e no Rio Grande do Sul, por meio de reformas institucionais e políticas públicas. Além das complexas relações e estratégias adotadas pelas elites que contribuem para uma melhor compreensão do impacto que essas questões tiveram no processo de construção desses Estados subnacionais.

Palavras-Chave: Elites. Estado nacional e subnacional. Construção de Estado. Movimento Republicano. Primeira República. São Paulo. Rio Grande do Sul.

## ABSTRACT

This study aims to analyze, in a comparative way, the construction process of the federal republican states, the gestation period of the Brazilian federal republic, taking as empirical reference Sao Paulo and Rio Grande do Sul. Its object is the configuration of these States in conjunction with the profile of its elite of first and second generation, comparing them, from a set of political variables, social, generational and demographic. The construction of these two sub-states were analyzed within the political, economic and social context of the new republican order. The study is structured in three parts. The first examined different approaches to state-building in general where it is found that these processes vary in time and space. In Brazil, the monarchical institutions persisted after independence with the same royal family, whose late proclamation of the Republic and drafting of the new constitution, after the failure of the positivist project, made possible the adoption of the American presidential system. This federalist model attached great autonomy to regional oligarchies, which allowed the Federated States were built as autonomous states, assuming even a positivist State of Rio Grande do Sul. It addresses is also retrospectively, the state-building process in the period of the Colony, Empire and Republic, considering how privileged actors political elites in the respective periods. In the second part we analyzed the emergence of the movement of the context and the paulista republican elite and Rio Grande, the origin of the elite and the republican movement in São Paulo and Rio Grande do Sul and the policy context and performance of São Paulo Republican elite and rio-grandense. Finally, in the third part, we analyzed the profile of the Sao Paulo Republican elite and Rio Grande, the first and second generation in conjunction with the construction of the State apparatus in São Paulo and Rio Grande do Sul, through institutional reforms and public policies. In addition to the complex relationships and strategies adopted by the elites that contribute to a better understanding of the impact these issues have on the construction of these subnational States process.

Keywords: Elites. National and sub-national state. Construction of State. Republican Movement. First Republic. São Paulo. Rio Grande do Sul.

## RÉSUMÉ

Cette étude analyse le processus de construction de l'État républicain de São Paulo et du Rio Grande do Sul de manière comparative, entre 1889 et 1930. L'objet central de l'analyse est le profil de l'élite républicaine de la première et de la deuxième génération dans les deux états fédéraux à partir des variables suivantes : l'âge moyen, la durée d'engagement au sein des partis politiques, le lieu de naissance, les mandats législatifs, la profession, l'instruction, la défense des politiques publiques spécifiques, la capacité à maintenir les accords politiques et les consensus. Le processus de "*state building*" et les profils ont été analysés dans les contextes politiques, économiques et sociaux de la Nouvelle République. Le texte est divisé en trois parties. Dans la première, nous avons étudié plusieurs modèles d'États, à partir de l'idée que la construction d'un État est un phénomène variable dans l'espace et le temps et que les élites politiques sont des acteurs autonomes par rapport aux secteurs économiques et sociaux avec des rôles politiques privilégiés dans le processus de construction d'un État. Nous faisons, également, une analyse rétrospective du processus politique pendant la période coloniale, monarchique et républicaine, en situant les élites politiques comme des acteurs privilégiés. La deuxième partie analyse l'origine et la configuration sociale, politique et économique de l'élite de l'État de São Paulo et du Rio Grande do Sul, de la première et de la seconde génération; le contexte politique, économique et social au début du mouvement républicain avant le coup d'État de la République au Brésil en 1889 dans ces mêmes États et enfin l'homogénéité ou hétérogénéité de l'élite. Finalement, la dernière partie, analyse la configuration de l'élite *paulista* et *gaucha*, de la première et seconde génération, dans la perspective de sa capacité à construire des mouvements d'unités et de scissions dans la construction de l'État fédéral, à partir des réformes institutionnelles et des politiques publiques. L'analyse de ces éléments a permis la compréhension de l'apport du profil des élites régionales, de la première et de la seconde génération dans le processus de "*statebuilding*" dans l'État de São Paulo et du Rio Grande Do Sul, entre 1889 et 1930.

Mots-clés: L'élite. L'État. La construction de l'État. Le mouvement Républicain. République Vieux. São Paulo. Rio Grande do Sul.

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| Resumo.....  | 04         |
| Abstract.....  | 05         |
| Résumé.....  | 06         |
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>08</b>  |
| <b>2 ELITE E ESTADO EM PERSPECTIVA TEÓRICA.....</b>  | <b>32</b>  |
| 2.1 – Elites em perspectiva.....   | 32         |
| 2.2 – O Estado em perspectiva.....   | 52         |
| 2.3 – O processo de construção do Estado no Brasil.....                                      | 72         |
| 2.3.1 – Pressupostos teóricos.....   | 72         |
| 2.3.2 – Colônia.....   | 75         |
| 2.3.3 – Império.....   | 77         |
| 2.4 – Movimento republicano, elites republicanas estaduais e a configuração do Estado.....   | 82         |
| <b>3 ELITE E MOVIMENTO REPUBLICANO EM SÃO PAULO E NO RIO GRANDE DO SUL.....</b>              | <b>92</b>  |
| 3.1 – Contexto do surgimento do movimento e da elite republicana paulista e rio-grandense    | 92         |
| 3.2 – Origem da elite e do movimento republicano em São Paulo e no Rio Grande do Sul..       | 101        |
| 3.3 – Contexto e atuação política da elite republicana paulista e rio-grandense.....         | 114        |
| <b>4 ELITES REPUBLICANAS E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO.....</b>                                   | <b>140</b> |
| 4.1 – O perfil da elite republicana paulista e rio-grandense da primeira e segunda geração.. | 140        |
| 4.2 – Elite republicana paulista e rio-grandense e a construção do respectivo Estado.....    | 174        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>200</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>   | <b>210</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>   | <b>235</b> |
| Elite paulista.....  | 235        |
| Elite rio-grandense.....   | 287        |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe-se a analisar, de forma comparada, o processo de construção de Estados<sup>1</sup> republicanos subnacionais, ocorrido durante a Primeira República brasileira (1889-1930), tendo como referência empírica, o aparelho de Estado de São Paulo e Rio Grande do Sul. O objeto principal da investigação é o perfil político, social, educacional, profissional e a origem geográfica das respectivas elites republicanas, da primeira e segunda geração, bem como seu protagonismo político e institucional. Considerando ainda variáveis qualitativas como capacidade da elite de formar acordo ou consenso, a intensidade de sua formação em rede de parentesco e os interesses econômicos ou materiais agregados.

Para situar no espaço e no tempo esse processo e examinar a possível influência que o perfil das elites republicanas teve na construção de cada aparelho de Estado, o estudo empreendeu três eixos de análise: 1º) uma revisão da problemática teórico-metodológica da teoria elitista e da teoria sobre a natureza, origem, estrutura e papel de Estados, bem como a análise do processo de construção do Estado nacional durante o período colonial, imperial e republicano brasileiro; 2º) o protagonismo político-institucional (movimento republicano) empreendido pelas respectivas elites, situando no contexto histórico, político, econômico e social; e 3º) o perfil comparado da elite republicana paulista e rio-grandense, da primeira e segunda geração<sup>2</sup>, bem como o processo de construção do aparelho de Estado de São Paulo e Rio Grande do Sul, por meio de reformas institucionais e políticas públicas.

A perspectiva teórico-metodológica que orienta este estudo busca articular as contribuições analíticas mais relevantes à compreensão da formação de Estados nacionais

---

<sup>1</sup> O Estado é uma instituição organizada política, social e juridicamente, ocupando um território definido, onde a lei máxima é uma Constituição escrita, dirigido por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente. Responsável pela organização política e pelo controle social, pois detém, segundo Max Weber, o monopólio da violência legítima ou coerção legal. Para os contratualistas, o Estado tem origem em um contrato social que é um ato firmado entre indivíduos conscientes que abrem mão em parte ou em todo o seu arbítrio para que outrem o exerça. Ele prescreve condutas que devem ser observadas e seguidas de forma heterônoma e externa pelos indivíduos sob a sua tutela.

<sup>2</sup> Primeira geração de republicanos paulistas são os republicanos da propaganda que ocuparam os principais postos governamentais do Estado entre 1889 e 1916, entre eles, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e Bernardino de Campos; e primeira geração de republicanos rio-grandense os republicanos da propaganda que ocuparam os principais postos governamentais do Estado entre 1889 e o final da década de 1910, entre eles, Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado, Carlos Barbosa e Borges de Medeiros. Segunda geração de republicanos paulistas são os republicanos que governaram o Estado entre meados da década de 1910 e 1930, ocupando os principais postos políticos. Grande parte era filho ou aparentado próximo de republicanos da propaganda, entre eles Altino Arantes, Carlos de Campos e Paulo de Moraes Barros; e segunda geração de republicanos rio-grandense, entre outros, os estudantes da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre que participaram da campanha para a eleição de Carlos Barbosa ao governo do Estado em 1907, denominado por Love (1975), geração de 1907. Estes assumiram o governo do Rio Grande em 1928, mas grande parte já ocupava postos políticos importantes do Estado desde 1913. Entre outros estão Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha.



luso-espanhol, com os enfoques mais pertinentes das teorias sobre o perfil e papel das elites no processo de construção e institucionalização de aparelhos de Estado na América Latina, sobretudo no Brasil. Nosso objeto de análise são dois aparelhos de Estados subnacionais – São Paulo e Rio Grande do Sul, cuja grande autonomia que as elites republicanas estaduais tiveram durante a Primeira República brasileira, possibilitou-lhes formar diferentes aparelhos de Estado, apesar de “subordinadas” a uma Constituição com doutrina, forma e sistema político único.

Nossa perspectiva embasou-se em elementos da teoria elitista, institucional, liberal, positivista entre outras. Inicialmente utilizamos elementos da perspectiva de Mosca (1992[1896]), Pareto (1933), Michel (1982) que reconhecem a existência e a importância de elites como agentes autônomos no processo político e social, e a política com lógica, ética e valores próprios. A sociedade dividida entre governantes e governados, cujos governos são formados por uma aristocracia, oligarquia ou classe política. Minorias que governam, mesmo em democracias, cuja seleção para os cargos políticos ocorre de forma homogênea. E Wright Mills (1962) para quem o poder político na sociedade norte-americana era formado por uma “elite do poder”, cujo objetivo da ação era o próprio poder e não a riqueza, constituída pelos setores econômicos, políticos e militares, cujas características não eram definidas em termos morais, mas em virtude da sua posição institucional na estrutura social. Mills concebeu ainda a política como atividade própria de “iniciados” ou qualificados à atividade.

Está situado também dentro da tradição<sup>3</sup> que surgiu em meados da década de 1980, que recolocou o Estado no centro da produção teórica e da investigação empírica, reconhecendo um efeito indutor, exercido por estruturas políticas sobre processos de desenvolvimento econômico. Tradição que percebeu as instituições políticas como geradoras de disposições duráveis, afetando a ação de seus membros, bem como indivíduos submetidos a enquadramentos institucionais comuns, compartilhando costumes, práticas, valores e códigos, tomam para si, como seus, os parâmetros contextuais fixados, convertendo-os em uma verdadeira linguagem que enquadra as interações interpessoais. A partir desses estudos, as instituições foram consideradas como atores políticos dotados de autonomia, sugerindo que instituições políticas afetam a distribuição de recursos, que, por sua vez, afetam o poder dos atores políticos, e assim afetam as instituições políticas.

---

<sup>3</sup> Esta perspectiva tem como preocupação: como instituições se institucionalizam – como adquirem estabilidade e rotina, convertendo suas regras em padrões de conduta capazes de enquadrar a ação de seus membros –, e resolve o paradoxo da ação coletiva, das escolhas individuais e da cooperação? Mas deixava a lacuna de como instituições surgem ou são formadas? Que condições contribuem para a sua manutenção e estabilidade? E que fatores provocam decadência e mudança institucional? (SANTOS, 2008).

Compartilha de elementos da teoria neoinstitucional, que segundo Santos (2008), consiste em endogeneizar a explicação, considerando a composição, o recrutamento e a circulação no interior de elites políticas fatores que afetam o modo como e em que medida grupos ou facções controlam recursos estratégicos e os convertem em coerção sobre o comportamento individual. Assim, padrões de recrutamento endógenos, caracterizados por iniciação severa e longas trajetórias geram lealdades institucionais, configurando modelos de *path dependency*<sup>4</sup>. E ingressos seletivos e carreiras verticais induzem homogeneidade interna, economia na produção de informação, menor custo de transação e incertezas.

Da perspectiva teórica de Bourdieu (1996) para quem as relações são formadas em um espaço social estruturado, cujos princípios são demarcados pela distribuição desigual de propriedade ou tipo de capital, sobretudo econômico e cultural. Conforme Santos (2008), Bourdieu projeta uma estreita relação entre a estrutura, à posição ocupada no espaço social e as identidades e representações socialmente construídas. Estruturas que são condicionadas por uma homologia estrutural entre a hierarquia de posições constituídas nos campos econômico e cultural e as posições ocupadas no campo do poder. As contradições entre cumulatividade nas assimetrias sociais e políticas e as normas legais e culturais baseadas em isonomia e igualdade seriam equacionadas por meio de processos de reconversão de capitais, construídos por deslocamentos transversais e transformação na estrutura patrimonial<sup>5</sup>.

Bourdieu entende ainda a realidade social como um conjunto de relações de força historicamente em luta e privilegia as relações e bens simbólicos nos espaços ou campos, reconhecendo a unidade social do grupo dirigente e as estruturas, as representações e o simbolismo como fatores intrínsecos aos fenômenos sociais. Além da ideia de que o objetivo da ciência é a análise dialética das práticas individuais e dos constrangimentos externos, por meio de um pensar crítico e relacional que supera os opostos objetivismo e subjetivismo, substancialismo e empirismo. Fenômeno social analisado por meio do método hipotético-dedutivo e dos conceitos e instrumentos teóricos como: espaço social, campo, habitus, trajetórias e práticas sociais.

---

<sup>4</sup> Kato (1996) define *path dependency* como os fatores em questão num momento histórico particular determinam variações nas sequências sociopolíticas, ou nos resultados dos países, sociedades e sistemas. Eventos passados influenciam a situação presente e a história conta. Para Levi (1997) *path dependency* explica uma situação em que um país, ao iniciar uma trilha, tem os custos aumentados para revertê-la. Ou as barreiras de certos arranjos institucionais obstruirão uma reversão fácil da escolha inicial.

<sup>5</sup> Para Bourdieu (1998), a posição de origem no campo econômico e cultural abre as portas para os bancos escolares nas instituições mais valorizadas, cujos títulos nelas obtido, por força de sua alta cotação social, representam passaportes aos altos postos administrativos ou políticos.

Tomemos por base também o estudo de Charle (1987) que analisou a elite da terceira República francesa, identificando seus métodos e critérios de reprodução e modos de recrutamento aos postos políticos e administrativos. Concluindo pela existência de um processo de autoreprodução da elite do poder, obtida por meio da acumulação de recursos econômicos, sociais e culturais, adquiridos por herança familiar e no próprio meio político. Para Charle (1987) a elite é formada por indivíduos que detém certo poder na sociedade, tanto no setor público como no setor privado. Sugerindo que do setor público podem ser estudados professores universitários das grandes universidades, administradores de escalões superiores ocupantes de funções de dimensões nacionais e militares dos altos escalões. Do setor privado, sobretudo homens do mundo dos negócios que seja possível localizar sua importância na hierarquia empresarial e econômica. Elite que deve ser estudada por meio de variáveis como: demografia, origem social, cultural, ideológica, financeira e dinamismo<sup>6</sup>.

Nesse estudo Charle demonstra que a acumulação de capital é recurso necessário à ascensão aos postos de elite, sobretudo capitais reconhecidos como legítimos no meio social. Reconhecendo ainda a importância de se analisar a origem geográfica, fatores regionais (urbano/rural), características de produção (agrícola/industrial), antiguidade social e a tradição voltada aos valores de modernidade e antiguidade. Assim, a linhagem mais que o individual assegura a posição social por meio do acúmulo das diversas espécies de capitais necessários ao pertencimento à classe dirigente. O capital econômico herdado e o capital social são chaves de acesso à administração mais que os critérios de ordem técnica ou intelectual.

Compartilhamos ainda da perspectiva de Sawicki (1997) que analisou os tipos de mobilização partidária e seus efeitos sobre o recrutamento partidário, relacionando as trajetórias dos membros do partido socialista francês ao contexto sócio-político em que foram constituídas, demonstrando como as configurações locais atribuem especificidades a indivíduos e grupos e como as redes constitutivas de um meio partidário são manifestações de relações historicamente consolidadas. Analisou ainda a lógica do recrutamento dos novos deputados socialistas, sob o ponto de vista do recrutamento (central ou periférico) e dos

---

<sup>6</sup> Segundo Charle (1987) um questionário para se pesquisar uma elite deve conter informações obtidas por meio das seguintes variáveis: démographiques, âge, âge des parents à La naissance, état matrimonial, nombre d'enfants, date de décès; sociales, origine sociale (profession Du père, du grand-père, des frères e beaux-frères, appartenance à la noblesse), origine sociale de l'épouse, professions des enfants et des gendres; culturelles, origine géographique, études, distractions ou loisirs, goûts artistiques, collections; idéologiques, politiques et de consécration: croyance religieuse, ou philosophique, opinion politique et mandats éventuels, activités diverses (bienfaisance, sociétés savantes, professorats, extra-universitaires), décorations et académies; dynamique, changement de champ ou d'activité, cumul de fonctions, age d'accès au poste occupé e age d'accès au poste Le plus eleve atteint; financiers, héritages des parents, dot de l'épouse, fortune et composition de celle-ci, possession de résidences secondaires ou de châteaux.

recursos (partidários ou não) dos novos eleitos, concluindo pela emergência de uma nova geração de socialistas, dotadas de recursos partidários e locais, e de competência mais heurística que técnica.

Apoiou-se também nos estudos dos brasilianistas Joseph Love, John Wirth e Robert Levine que estudaram a elite republicana paulista, mineira e pernambucana respectivamente, que ocuparam os principais postos políticos nos respectivos Estados, entre 1889 e 1937. Concluindo pela diferenciação entre as elites, tanto de perfil como de comportamento ou atuação política. Para efeito de análise, definiram elite como um grupo definido de detentores de importantes posições nos partidos e nos governos dos Estados (...) do ponto de vista estatístico, uma população mais do que uma amostra. Uma vez que certas pessoas ocuparam cargos por períodos muito curto (Levine, 1980; Love, 1982; Wirth, 1982).

E no estudo de Carvalho (2007), que analisou o processo de construção do Estado imperial brasileiro, considerando que o perfil de uma elite política, como homogeneidade ideológica e de treinamento, tem influência ou impacto no processo de construção de instituições políticas ou Estado. Para Carvalho (2007) quanto mais uma elite for homogênea em termos educacionais, ocupacionais, relações familiares, de círculo de amizade e de estilo de vida, mais estável poderá ser o processo de construção do Estado; e quanto mais a elite for heterogênea, mais vulnerável ao conflito social e mais instável poderá ser este processo<sup>7</sup>. Segundo esse autor, a homogeneidade ideológica e de treinamento da elite imperial brasileira concorreu para a redução do conflito intraelite e favoreceu a concepção e a capacidade à implantação do modelo de dominação política no período.

Por meio da noção de “*momento crítico*” situamos os contextos de transição política em que as elites republicanas estiveram envolvidas, atuando tanto na queda do regime anterior como na elaborando das instituições políticas que o substituiu. Segundo Fernandes (2002) momento crítico é utilizado para caracterizar as escolhas cruciais e seus legados, cujo foco principal está nas circunstâncias decisivas da vida política, onde ocorrem transições que estabelecem certas direções de mudanças e excluem outras num caminho que molda a política por muito tempo. É uma situação vivida por países ou Estados, caracterizada por um contexto de profunda mudança, realizada por meio revolucionário ou de reforma institucional.

A noção de “*path dependency*” nos auxiliou na compreensão do estabelecimento de trajetórias políticas no país e nas respectivas unidades estaduais, em que eventos passados

---

<sup>7</sup> Segundo Carvalho (2007) em países com revolução burguesa o papel do Estado tendeu a ser menos relevante, predominando na elite política elementos oriundos de mecanismos de representação parlamentar; em países de revolução retardada houve um misto de elites burocráticas e representativas; e em países de revolução abortada predominou na elite o elemento burocrático.

influenciam situações presentes e a história conta. Sentido em que as instituições são vistas como frutos de processos culturais e respondem à necessidade de assegurar normas, valores, códigos e crenças adquiridas ao longo do tempo. Além de “*zonas de incerteza*” que, segundo Santos (2008), ao serem controladas, fornecem os meios à construção de identidades institucionais consistentes como a formação e aplicação de regras, expertise, informação organizacional, acessos a recursos materiais e fontes de financiamentos, fluxos de comunicação interna e outros atributos socialmente valorizados nos quadros dirigentes, bem como mecanismos de recrutamentos e seleção de candidatos a carreiras e postos políticos.

O estudo compartilhou da noção de Estado de Elias (1982) que o vê como decorrente ou resultado “inesperado” de processos configuracionais de longa duração, nos quais intervêm variáveis motivacionais de caráter material e ideal, assim como restrições de caráter físico, biológico e cultural; de Weber (1968) que o situou no contexto do processo de desenvolvimento das instituições sociais, econômicas e culturais das sociedades ocidentais modernas, em permanente processo de construção ou ampliação das funções administrativas e burocráticas. Instituição caracterizada pela introdução de um central e contínuo sistema tributário, um central comando militar, pelo monopólio do uso da violência e por uma administração burocrática; de Mann (1986b) para quem a especificidade e a autonomia do poder do Estado decorrem do fato dele ser basicamente um lugar ou uma arena, cuja centralidade e territorialidade são elementos que lhe confere peculiaridade, permitindo que as elites estatais sejam “*personae*” do Estado como ator de “*soi même*”.

Poder que não decorre de recursos ou estratégias que lhe seja peculiar, mas da apropriação peculiar que o Estado faz dos recursos econômicos, ideológicos e militares que podem se manifestar em qualquer relação social. De Skocpol (1985) que vê o Estado como ator autônomo na relação com a economia e sociedade, capaz de fazer escolhas e alcançar metas políticas, a partir de uma perspectiva weberiana do Estado em ação, analisado por meio de indicadores como: grau de centralização e descentralização da autoridade, meios financeiros, quadro de funcionários, ambiente e comportamento dos principais atores econômicos e sua relação com o Estado. Autonomia concebida na qualidade da organização, com poder para formular metas, não atuando como simples reflexos de demandas e interesses de grupos, classes ou sociedade.

E de Kaplan (1969) para quem o Estado não é reflexo de uma realidade transcendente ou imanente à sociedade, mas seu produto, modo de expressão e organização, sua síntese oficial e simbólica. Historicamente parece ir emergindo e se impondo a partir do momento em que uma sociedade alcança certo grau significativo de desenvolvimento. Seu surgimento

supõe a preexistência de condições em que a divisão do trabalho e funções, a gama de conflitos entre classes e grupos, a luta pelo controle e exercício exclusivo do poder levam a cisão da sociedade em unidades separadas, em interesse particular e geral, público e privado, comunidade e indivíduo. Cisão que chega a antagonismos irreconciliáveis que atenta contra a coesão e a existência da própria sociedade. É, em última instância, a expressão de um determinado sistema social, nunca servindo exclusivamente à sociedade em seu conjunto nem aos interesses gerais.

Ente que surge e opera em âmbito espacial delimitado – território, sobre o qual está estruturada uma sociedade, formando uma unidade política fechada. A filiação dos indivíduos e grupos ao sistema político define-se por nascimento ou residência. Ele não é uma instituição política instintiva nem inventada. Expressa uma racionalidade progressiva de estruturas políticas preexistentes. Pressupõe, aprofunda e consolida a separação crescente entre governantes e governados, configurando-se como aparato político distinto e especializado de permanente ação política e administração. Organização caracterizada cada vez mais pela centralização, complexidade e grandes dimensões. O Estado pretende a autonomia, a supremacia e a capacidade totalizadora ou de inclusão total. Pretendendo abranger a sociedade global com a qual tende a identificar-se, sem se confundir completamente com ela.

Olhando com as lentes destes recursos teóricos e metodológicos pode se afirmar que o processo de construção do aparelho de Estado subnacional, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1930, apresentaram diferenças significativas em termos de forma e conteúdo. Sobretudo em virtude da existência de uma variedade de teorias sobre a origem, a estrutura e o papel do Estado, disponível às elites republicanas da época, que lhes possibilitavam dialogar com a conjuntura política, econômica e social do momento. Processo reforçado pelo perfil destas elites que, em nosso entender, concorreram para a adoção de distintos aparelhos de Estado em São Paulo e Rio Grande do Sul, assumindo forma e conteúdo distintos.

A adoção do respectivo aparelho de Estado pela elite republicana paulista e rio-grandense ocorreu no momento em que fazia eco no Brasil, conforme Alonso (2002), um bando de idéias novas, entre elas o darwinismo social, o spencerianismo, o positivismo e o liberalismo. Essas deram as bases ideológicas à elaboração das organizações políticas, formando uma espécie de divisor entre “velhos” e “novos” modelos de Estado. Entre os modelos velhos estava o absolutista, cuja autoridade deveria proteger os cidadãos da violência e do caos, cujo Estado tinha um fim em si mesmo e o soberano poderia utilizar-se de todos os meios – lícitos ou não – para conquistar e manter o poder. Estado, ou variante dele, foi o

principal instrumento de ação da coroa portuguesa, responsável pelas aventuras ultramarinas, comandando o processo político, administrativo e comercial durante o Brasil colônia.

A ideia de Estado que, em nosso entender, formou as diretrizes das instituições políticas adotadas pela elite republicana paulista, tem origem em Locke (1978 [1690]). Para esse, o indivíduo teria entregado seu poder político natural ao Poder Legislativo que elaboraria e faria cumprir as leis. O poder residiria no indivíduo e esse formava a sociedade civil, cujo governo estaria acima da sociedade com a responsabilidade explícita ou tácita de exercer o poder. A posse da propriedade formava a base da sociedade civil justa e equitativa. Estado que era obra de pleno acordo entre iguais, com pleno conhecimento de seus direitos e obrigações.

O Estado de Montesquieu (1997 [1748]) que consiste no princípio de que as leis são relações necessárias e derivam da natureza das coisas, sendo possível encontrar uniformidades ou constâncias na variação dos comportamentos e formas de organizar os homens. Porém, a sua maior preocupação era com a possibilidade dos governos degenerarem em despotismo, o que seria solucionado pelo estabelecimento das condições do Estado de direito com a separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a independência entre eles. A ideia de equivalência entre poderes.

O ordenamento jurídico e político federalista que partiu de uma visão realista e, em alguns aspectos, pessimista do ser humano, sustentando que os detentores do poder não eram anjos e, por isso, as estruturas do governo deveriam funcionar como defesa contra a tendência natural do poder de se tornar arbitrário, pela fórmula do poder freando o poder<sup>8</sup>. Risco que viria, em uma monarquia, do Executivo; em uma República, do Legislativo; que poderia ser detido pelo reforço do Judiciário a partir da atribuição à Corte Suprema do poder de interpretar o significado final da Constituição. Para Madison (1997 [1788]), a democracia pura era ameaçada pelo mal das facções, originada pela diversidade de crenças, opiniões e a distribuição da propriedade. A limitação do governo era necessária para assegurar uma esfera própria para o livre desenvolvimento dos indivíduos, em especial as atividades econômicas.

Hamilton e Madison em *“The Federalist Papers”* estabeleceram que o governo federal deveria ser formado por um governo central estabelecido sobre Estados subnacionais, todos com constituições. Sendo o poder desse organismo central limitado por e sujeito a revisão judicial. A forma de governo adequada era a República representativa, que diferentemente das

---

<sup>8</sup> Para Limongi (1997), não se trata da teoria da separação dos poderes de Montesquieu, que estava mais para a teoria do governo misto. Esta definia as funções do governo distribuídas por diferentes grupos sociais como realeza, nobreza e povo, cujas prerrogativas não eram exclusividades de nenhum grupo em particular e todos eram forçados à colaboração. Assim, o governo misto, diferentemente da separação dos poderes, era a separação dos poderes de forma vertical entre órgãos distintos e autônomos.

democracias puras, trazia a vantagem de fazer com que as funções de governo fossem delegadas a um menor número de cidadãos e aumentasse a área e o número de cidadãos sob a jurisdição de um único governo. Ao Legislativo caberia fornecer os meios à coordenação dos diferentes interesses em conflito, em oposição à violência entre facções característica dos governos populares.

E o modelo de Smith (1776, apud Carnoy, 1986) que o vê em relação ao mercado, à sociedade civil e ao indivíduo. Estado que estaria no mesmo nível desses na promoção do desenvolvimento econômico e da coesão social. Sua função era educar o indivíduo, fornecendo-lhe a base legal sob a qual a iniciativa individual, a competição e o livre mercado maximizariam a distribuição da riqueza e da renda e promoveriam a ordem social. Possivelmente embasada nesse ideal a elite republicana paulista, ao mesmo tempo, lutava pelo federalismo e pela República, além da expansão do capitalismo de livre empresa, pela libertação das amarras que a centralização imperial impunha sobre o trabalho, a produção e o empreendedorismo que impulsionava o desenvolvimento econômico na Província.

Diferentemente da elite paulista a elite republicana rio-grandense implantou uma organização política inspirada na proposta positivista de Estado. Ideia de instituição associada à preocupação de Comte (1838), com a regeneração da sociedade, após os tumultos revolucionários do final do século XVIII e início do XIX. Para Comte (1838), a humanidade desenvolvia-se em etapas – teológica, metafísica e científica – e os conflitos atestavam que a humanidade não havia atingido o pleno progresso.

Advogava a reforma das instituições e, entendia que somente uma completa reforma intelectual e moral do homem, que privilegiasse a solidariedade social ou a sociedade altruista em detrimento dos privilégios egoístas individuais, poderia reorganizar a sociedade. Na esfera política isso correspondia à substituição dos reis pelos juristas, e o poder do Estado, cuja origem era em um contrato, deveria basear-se na soberania do povo. Com o advento da ciência investigar-se-ia o real no domínio do social e do político e o estágio positivo marcaria a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e cientistas e o poder material para o controle dos industriais.

Segundo Bosi (1992), Comte propôs uma instituição política que pudesse harmonizar as forças que a iniciativa privada põe em movimento, por meio de um regime presidencial austero e eficiente que o sufrágio universal daria larga margem de representatividade. Ditadura republicana que teria como contrapeso democrático a atuação de uma Assembleia de Representantes, eleita diretamente, a qual caberia o papel exclusivo de discutir, emendar e votar o orçamento proposto pelo Executivo.



Organização política, segundo Trindade (1979), com ausência da divisão dos poderes e a consequente concentração nas mãos do presidente do Estado; ausência de Assembleia Legislativa, substituída por uma Assembleia de Representantes com atribuição exclusivamente orçamentária; atribuições originais na organização municipal; substituição da proclamação liberal em torno de direitos e deveres dos cidadãos por garantias gerais de ordem e progresso. Ditadura científica gestada por um Estado concebido como portador dos interesses gerais da sociedade, com ação reguladora, encarregado da administração do bem público, caracterizado por funções técnicas.

Portanto, o aparelho de Estado subnacional em construção em São Paulo, entre 1889 e 1930, instituído pela Constituição de 14 de Julho de 1891, sofreu influência ou foi inspirado nos ideais de organização política de Locke, Montesquieu, os Federalistas, Adam Smith. Estado cuja função, grosso modo, era educar o indivíduo e fornecer-lhe a base legal sob a qual a iniciativa individual, a competição e o livre mercado maximizariam a distribuição da riqueza e da renda e promoveriam a coesão social.

No Rio Grande do Sul, a elite republicana adotou um aparelho de Estado inspirado no positivismo. Organização política centralizada, a serviço da sociedade como um todo. Porém, baseada nesse mesmo dogma, favoreceu, em parte, o desenvolvimento industrial e a harmonia entre as classes. Além de pretender encarnar a moralidade, a ética e a ideologia do povo, por meio do princípio de “viver às claras” e da incorporação do proletariado à sociedade. A promoção do bem comum, de modo geral, em ambos Estados, está relacionada à ideia da gradativa ampliação do orçamento destinado aos serviços de educação, saúde e força pública.

Ao mesmo tempo, em São Paulo, a elite tinha mais propensão em usar a força sobre os setores populares e a persuasão em relação aos grupos dominantes. Mas muitas vezes usou a força contra coronéis e dissidentes republicanos. Foi, muitas vezes, um Estado garantidor da dominação dos cafeicultores sobre os demais setores sociais paulistas. Porém não um instrumento garantidor da dominação de classe, nos termos marxistas, sobretudo pela fragilidade da organização da classe trabalhadora no Estado no período. Aparelho utilizado, quando necessário, para reprimir movimento de operários do incipiente setor industrial no Estado, e, sobretudo, lócus da atividade política das elites, com interesses econômicos muitas vezes convergentes.

Já no Rio Grande do Sul, o Estado era um complexo de atividades teóricas e práticas, pelo qual a elite utilizava menos a persuasão e mais a força para conquistar o consentimento da oposição e do povo, governando sob as diretrizes da ditadura republicana. Aparelho de Estado garantidor da elite minoritária, social, política e economicamente no poder. Governo

de “transição” cujo papel deveria ser exercido com autoridade, liderança e idealismo, em prol do progresso. Não era, portanto, instrumento direto de dominação de classe, mas locus privilegiado da atividade política e da força por uma elite fechada em si mesma, sobretudo no início do período. Porém, ao longo do tempo, foi abrindo concessões a setores emergentes que estavam à margem do processo político desde o período imperial, acabando por incorporarem-se ao republicanismo rio-grandense.

Segundo Perissinotto (2000) o advento do regime republicano em 1889 trouxe mudanças significativas no que se refere à reorganização do Estado, sobretudo em relação à burocratização do aparelho repressivo. Conforme Love (1982), entre 1889 e 1930, o poder do governo paulista expandiu-se consistentemente e o poder dos senhores rurais foi progressivamente restringido. Para isso, o governo fortaleceu o poder despótico, expandindo os recursos à força pública e investindo na profissionalização do Judiciário. No Rio Grande do Sul, desde o início, “Castilhos (...) tratou de dar forma e método às atividades do Estado, estruturando seus órgãos, regulando as funções de seus servidores, reformando a máquina que herdara” Franco (1996, p. 147). Fortaleceu o poder despótico, organizando a justiça civil e regulamentando os serviços policiais. Além de dividir a polícia entre administrativa e judiciária e promulgar o código de organização judiciária do Estado.

O processo de construção do aparelho de Estado em São Paulo, entre 1889 e 1930, tendeu gradativamente a aproximar-se do modelo de Estado de Weber, entendido como um central sistema tributário, coletor de tributos; um central comando civil e militar, responsável pela segurança e pela promoção da justiça; e uma administração central, responsável pelo planejamento e execução de obras e serviços públicos. Além de um processo de ampliação e fortalecimento do Estado baseado no princípio da autoridade da lei, da impessoalidade e da perpetuidade da função. A formação da burocracia que expressa o domínio racional legal e o governo da razão, foi observado, pelo menos parcialmente, desde o início do período no Rio Grande do Sul. Ou seja, aparelhos de Estado caracterizados por um processo de fortalecimento, ampliação e profissionalização da burocracia estatal frente à elite dominante economicamente, tanto em São Paulo como no Rio Grande do Sul. Estruturas de Estado com legitimidade para intervir na economia, promover serviços públicos e garantir a liberdade individual e a propriedade privada.

A estrutura material e institucional do Estado paulista também se aproximou do modelo de Mann (1986a) que o vê como um conjunto de instituições e funcionários que tem uma centralidade de onde irradia o poder despótico e infraestrutural para toda a territorialidade. Poder exercido tanto dentro do território como tem seu poder reconhecido pelas instituições

similares do exterior. Aparelho com autonomia para prover e exercer esses poderes sobre a economia e a sociedade. Estado que além de prover a ampliação do seu contingente de funcionários, ampliou o volume de recursos orçamentários para os serviços públicos, sobretudo para a valorização do café.

Essas diretrizes político/doutrinárias em nosso ver inspiraram a elite paulista a elaborar e promulgar a Constituição do Estado de São Paulo, em 14 de Julho de 1891. Constituindo um Estado “autônomo e soberano, sob o regime constitucional representativo”. Formado por três poderes, separados, independentes e harmônicos: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O Poder Legislativo era formado pelo Congresso, composto pela Câmara de Deputados e Câmara de Senadores. O Poder Executivo pelo presidente e vice-presidente do Estado, auxiliado por secretários. Presidente, vice-presidente, senadores e deputados eram investidos no cargo por eleição. E o Poder Judiciário, formado pelo Tribunal de Justiça, cujo poder era exercido pelos magistrados, juízes e jurados, investidos nos cargos por nomeação do presidente do Estado. Porém, o provimento de alguns cargos era efetuado por concurso.

Já a elite rio-grandense buscou inspiração no positivismo de Comte, cujo projeto foi elaborado exclusivamente por Júlio de Castilhos, cuja Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul foi promulgada, em 14 de Julho de 1891, em nome da família, da pátria e da humanidade. Constituindo, sob o regime republicano, um Estado autônomo, cujo aparelho governativo, era composto pela Presidência do Estado, formada pelo presidente, vice-presidente e secretários; pela Assembleia dos Representantes, composta pelos deputados estaduais; e pela Magistratura, formada pelo Superior Tribunal, juízes de comarca, júri e juízes distritais, com funcionamento harmônico e independente. Presidente e representantes eram investidos no cargo pelo voto direto dos eleitores e os desembargadores por nomeação do presidente do Estado.

O aparelho de Estado implantado pela elite republicana paulista está situado no contexto do processo de mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil e, sobretudo em São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX. Modelo, que segundo Perissinotto (2000), atribuiu ao Estado o controle total dos recursos do governo e fortaleceu o poder estatal em detrimento do poder privado dos coronéis. O aparelho de Estado instituído pela elite republicana rio-grandense respondeu parcialmente à demanda das incipientes mudanças e inovações econômicas, políticas e sociais que ocorriam no Rio Grande no período. Aparelho que possibilitou à elite assegurar as condições necessárias à implantação de seu projeto de organização política, econômica e social no Rio Grande.

Portanto, a elite rio-grandense adotou, desde o início, um aparelho governativo, cuja estrutura possibilitava ordenar e gerir a sociedade. Estado cujo lema foi buscado no positivismo que consistia em: *prever para prover*. Estado que para Comte (1983) era o cérebro da nação, e, graças a esta posição central no corpo da sociedade, caber-lhe-ia regular os movimentos de cada órgão de tal modo que nenhum se sobrepusesse aos demais. Aparelho indutor e regulador do desenvolvimento econômico e social. Centrado mais na ideia de autoridade, gestão, regulação e promoção do bem comum que de direitos individuais e de propriedade. Já a elite paulista inicialmente constituiu um aparelho de Estado com poder desconcentrado, mas no decorrer do período o foi ampliado e fortalecendo, favorecendo a sua concentração nas mãos da elite política e burocrática em detrimento da burguesia agrária. Inicialmente era um Estado próximo do ideal liberal clássico e utilitarista, centrado mais na ideia de separação de poderes, direitos individuais e de propriedade, mas aos poucos foi fortalecendo sua estrutura burocrática e administrativa, em direção ao ideal weberiano e de Mann, com autonomia frente às classes sociais e poder infraestrutural e despótico forte.

Os aparelhos de Estados republicanos subnacionais em construção em São Paulo e Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1930, apresentaram inovações significativas em relação ao Estado colonial e monárquico brasileiro. Sobretudo em relação ao Estado imperial, cujo poder era centralizado na figura do imperador e irradiava-se do centro para a periferia. Todavia, o aparelho de Estado rio-grandense manteve desde a sua constituição algumas das características dos anteriores como a sobreposição do Poder Executivo aos demais poderes. Entretanto, a elite republicana rio-grandense não manteve identidade política com as respectivas elites colonial e imperial. Elite formada por setores marginais no processo político desse período. Já a elite republicana paulista era oriunda do mesmo setor econômico de cujo meio havia saído grande parte da elite imperial. Porém marginal no processo político imperial, tributária do boom cafeeiro e do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Durante o período colonial, segundo Faoro (1975), o exercício do poder político no Brasil foi compartilhado entre o rei e o estamento, cujos membros tinham origem na camada pré-burguesa e na aristocracia portuguesa, de nomeação régia; e nas oligarquias rurais, assentadas sobre a grande família, a grande propriedade, a produção monocultora para exportação e o trabalho escravo. Ou seja, o Estado teve dois agentes construtores privilegiados. No topo da pirâmide, a coroa e o estamento, com as prerrogativas de poder e comando; e na base, os senhores rurais – homens bons, cujos interesses eram comandar os destinos das comunidades locais. Isso contribuiu para uma relação de convergência ou

complementaridade entre o poder régio e o poder local, sem evitar, contudo, momentos de crise, tensão e divergências observadas durante o período.

Segundo Kaplan (1969) a formação do Estado português na América teve como característica a centralização do poder, baseado na soberania popular e na democracia representativa. Modelos adotados em virtude do prestígio dos países de origem como paradigma de progresso e civilização; da formação intelectual e da alienação ideológica das elites crioulas; da identificação do liberalismo econômico com o político; da crença de que a democracia liberal contribui para obtenção de legitimidade e do consenso das massas; e da confiança em que o peso dos grupos dominantes e da estrutura socioeconômica vigente limitaria o alcance do sistema democrático formal. Modelo importado, adotado mais como fórmula mágica que como método autônomo e criativo de conhecimento e de ação. Sob este sistema o conjunto da vida coletiva tarda a se organizar, cujo papel é a institucionalização, coação social, educação, organização coletiva e relações institucionais.

Do núcleo dos homens bons e de parte do estamento se formou grande parte do grupo político que deu origem às oligarquias provinciais, a partir da Independência do Brasil em 1822, especialmente a partir da fundação das Assembleias Provinciais em 1834. E é no seio destas – treinadas nas faculdades de Coimbra, mais tarde de São Paulo e Recife – alçadas à condição de líderes nas capitais das Províncias, que se formaram os quadros políticos “destilados” ou qualificados para o exercício do poder político e administrativo do império: a elite política imperial. Segundo Carvalho (2007) a estrutura política imperial era muito simples, cujas decisões da política nacional eram tomadas por pessoas que ocupavam os cargos do Executivo e do Legislativo, isto é, o imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados. E é dos setores políticos e economicamente marginais desta que se formou grande parte da elite republicana brasileira responsável pela Proclamação da República em 1889.

O processo de construção do aparelho de Estado brasileiro, que em nosso entender, foi caracterizado por dois movimentos distintos: durante o período colonial, um movimento centrípeto, relacionado à tentativa de centralização do poder pela coroa e estamento português; e um movimento centrífugo, relacionado à resistência do senhoril rural à tentativa centralizadora portuguesa. Durante o período monárquico, o movimento centrípeto, estava relacionado à ação da elite política imperial, concentrando o poder nas suas instituições; e o movimento centrífugo, liderado pelas elites provinciais, que lutavam pela descentralização do poder, especialmente para assumir o poder político provincial. O movimento centrípeto era reforçado pelo histórico de centralização do poder pela elite portuguesa; e o movimento

centrífugo pela grande extensão territorial do Brasil e pela sua baixa concentração populacional. Todavia, eram movimentos nem sempre irreconciliáveis. Muitas vezes houve convergência e/ou complementaridade entre os atores.

Essa situação, grosso modo, contribuiu para a ocorrência de continuidade do ideal de Estado oligárquico e patrimonial existente durante a colônia para o ideal de Estado oligárquico e patrimonial do período imperial. Porém, este adaptado ao contexto doutrinário (liberalismo), político e econômico do período. E ambos concorreram à formação das bases do modelo de estado liberal, oligárquico e patrimonial implantado durante a Primeira República, também adaptado ao momento doutrinário, político, social e econômico brasileiro do momento. Portanto, o modelo de Estado republicano brasileiro caracterizou-se por dois fatores que interagiram e dialogaram intensamente: por um lado, a continuidade do fator oligárquico e patrimonial herdado do Estado colonial e imperial; e por outro, o modelo federalista, que rompeu com o modelo centralizado, sobretudo do império.

A cena política brasileira da Primeira República teve como atores privilegiados as oligarquias cafeicultoras do Oeste paulista, caracterizando o Estado como oligárquico<sup>9</sup>. As oligarquias foram responsáveis pela elaboração e operacionalização do ordenamento jurídico do sistema, cuja estrutura era formada, no topo, pelo presidente da República; no meio, pelos governadores dos principais Estados; na base, pelos coronéis municipais. Estrutura e ação política que alheou grande parte da população do processo político no período. Estrutura político e institucional sólida que dificultava a renovação de quadros políticos e a mobilidade social. Sistema político consagrado na Constituição republicana de 1891 com separação e independência entre os poderes, tanto horizontal como verticalmente<sup>10</sup>, o que dificultava a sua operacionalização. Tensão solucionada por meio do esquema não institucional denominado “política dos estados”.

Este sistema e teatro político contaram com a participação da elite republicana paulista e rio-grandense desde a formação do movimento republicano brasileiro por volta de 1870. Elites que tiveram origem, por um lado, no esgotamento e crise da sociedade e instituições imperiais; e por outro, no processo de mudanças socioeconômicas oriundas da expansão do capitalismo para o interior do Brasil, ocorrido a partir do início da segunda metade do século XIX. Situação reforçada pela condição da elite política imperial presa à tradição, aos valores

---

<sup>9</sup> No Brasil, o termo oligarquia foi empregado para denominar os atores políticos e a forma que exerceram o poder entre 1889 e 1930, por meio da política dos governadores, termo que acabou por confundir-se com a própria República Velha.

<sup>10</sup> Por separação e autonomia horizontal entende-se, nesse estudo, a relação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. E separação e autonomia vertical a relação entre os governos da União, Estados e Municípios.

da sociedade, ao fechamento e à centralização do sistema político, que retardava as reformas ou as fazia em processo lento e gradual. Papel fundamental teve também a guerra do Paraguai que fortaleceu o Exército e a respectiva elite militar que passou a perceber-se como instituição e/ou corporação, com novo papel político a desempenhar no país, atuando especialmente em oposição à elite e aos valores da sociedade imperial.

Portanto, as mudanças sociais e econômicas e o conservadorismo da elite imperial concorreram para o surgimento de uma nova elite política no país, ligada aos setores emergentes, oriundos da expansão cafeeira para o Oeste paulista e ao incipiente processo de urbanização que ocorria no Brasil no período. Elite excluída do centro do poder imperial e, em virtude disso, lutou pela derrubada da monarquia e pela implantação da República federativa no Brasil. Desse contexto e do seio dessa elite é que surgiu a elite republicana, sobretudo a paulista, mas também parte da rio-grandense, construtoras do Estado republicano subnacional em São Paulo e no Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1930.

A nossa questão de pesquisa foi elaborada a partir da análise de um conjunto de estudos especializados sobre elites políticas e construção de Estado entre eles o de Love (1975), Trindade (1979), Franco (1967), Pinto (1986), Bosi (1992), Carvalho (2007), Alonso (2002), Faoro (1975), Melo Franco (1973), Rabello (1980), Cardoso (1975), Perissinotto (2001), entre outros. Estudos que deram origem ao nosso objeto mais geral de pesquisa que está relacionado ao entendimento de que as estruturas de Estado em construção em São Paulo e no Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1930, foram distintos, em grande parte, em virtude da diferença de perfil entre a elite republicana paulista e rio-grandense, tanto da primeira como da segunda geração.

Para efeito de compreensão do processo de construção dos aparelhos de Estado republicano subnacional em São Paulo e no Rio Grande do Sul analisou-se, de forma comparada, as características das elites republicanas paulista e rio-grandense a partir de uma perspectiva formada por duas ordens de questões: 1ª as questões específicas ou oligárquicas locais; 2ª as questões nacionais, isto é, os problemas relacionados à implantação, consolidação e operacionalização da República federativa no Brasil, a denominada “Política dos Estados”. Além da atuação das respectivas elites por meio de reformas constitucionais e políticas públicas levadas a efeito no período.

O processo de construção do aparelho de Estado no Rio Grande do Sul contou, desde o início, com um conjunto de fatores que influenciou a elite republicana, especialmente a da primeira geração. Inicialmente o PRR era um partido pequeno que não congregava a elite dominante social, política e economicamente na Província. Formado por uma elite estranha ao

jogo político oligárquico imperial e seus membros declaravam-se não liberais – doutrina da moda no país e na Província no momento – mas positivistas. Fatores que, em nosso entender, concorreram para, inicialmente, a unificação do republicanismo em torno da figura de Júlio de Castilhos, em seguida, de Borges de Medeiros, e para o fortalecimento da cisão intraelite rio-grandense no período. Concorrendo ainda para que a oposição e parte da dissidência republicana da primeira geração somente retornassem aos postos governamentais do Estado a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao governo rio-grandense, em 1928.

Esta situação contrasta, em grande parte, com o que ocorreu em São Paulo. Nesse Estado, o PRP já competia de igual para igual com os partidos monárquicos em algumas regiões, especialmente na região Central. Seus membros, a exemplo de grande parte da elite imperial, declaravam-se adeptos do liberalismo clássico. Situação que, a nosso ver, concorreu para que a elite republicana e a elite imperial congregada no partido liberal e conservador mantivessem relações de diálogo, aliança ou mesmo identidade política no período. Unidade reforçada pela relação de parentesco intraelite republicana e imperial e pela força dos interesses materiais (econômicos), alavancados pelo boom cafeeiro que ocorria na Província no período. Fatores que conjugados concorreram para que a elite paulista, apesar de formada por facções, demonstrasse grande capacidade para formar acordo e consenso. E para que dois dias após a Proclamação da República representante dos partidos monárquicos (PC e PL) declarassem aceitar a República como fato consumado e estarem abertos à política de convergência e colaboração com o PRP.

Na relação com a política nacional a elite republicana, paulista e rio-grandense, adotou estratégia distinta no processo de construção do respectivo aparelho de Estado. A elite rio-grandense durante o período militar teve no Estado central uma espécie de suporte político contra as investidas revolucionárias da oposição liberal – apesar de alguns desentendimentos –, para a implantação de seu aparelho de Estado e respectivas políticas públicas. A elite paulista, inicialmente, teve em Deodoro um adversário político, porém apoiou Floriano e, com isso, credenciou-se, para logo em seguida, assumir o poder na República.

Com os paulistas no poder central a situação fez parecer, logo no início, que a elite paulista iria utilizar tanto o Estado nacional como o local para atender as demandas da cafeicultura, o que só parcialmente seria verdadeiro. Ao contrário, a política de austeridade financeira implantada pelos governos de Campos Sales e Rodrigues Alves não atendeu grande parte das demandas oriundas da crise de superprodução que afligia a lavoura paulista desde meados da década de 1890, causando grande desapontamento entre os cafeicultores. Ao mesmo tempo, a política dos estados, instituída por Campos Sales, em 1900, foi fator que



concorreu à cisão intraelite paulista e ao impedimento da reforma da Constituição do Estado prevista para 1901.

Contudo, em seguida, Jorge Tibiriçá, presidente do Estado (1904-1908), mobilizou e uniu a elite local visando reformar o aparelho de Estado, ampliando sua estrutura e papel, sobretudo para aprovar e por em prática a política de valorização do café – Convênio de Taubaté. No Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, após elaborar a Constituição rio-grandense de 1891, enquanto presidente atuou forte no sentido de compatibilizar a receita com a despesa pública, investindo grande soma de recurso na força pública, visando debelar as investidas revolucionárias da oposição e fortalecer o poder do Estado.

Com a morte de Castilhos e a ascensão de Borges de Medeiros ao comando político do Rio Grande somado a ascensão de Pinheiro Machado a líder no Senado federal a elite republicana rio-grandense atuou em duas frentes em relação à política dos governadores. No Rio Grande, Borges de Medeiros cuidava com mãos de ferro da política local, atuando sobre um Estado com forte concentração de poder, e em favor de uma gradativa incorporação de novos setores sociais e econômicos ao PRR; e na Capital federal, Pinheiro Machado liderava no Congresso Nacional os Estados satélites, colocando o Rio Grande do Sul como protagonista ou parte importante no jogo político oligárquico da República Velha. Já a elite paulista, com a ascensão de Afonso Pena à presidência da República, teve parte das demandas da agricultura atendida, sobretudo as oriundas do Convênio de Taubaté. Porém, com a ascensão de Hermes da Fonseca ao poder central, voltou-se à política local, cujas ameaças de intervenção no Estado concorria, ao mesmo tempo, à sua unificação e cisão, intraelite política.

Com a ascensão da segunda geração de republicanos ao governo paulista, iniciada por Altino Arantes (1916-1920), esta elite passou a vivenciar um paradoxo político incontornável. Por um lado, os postulantes ao comando do Estado não dispunham de prestígio e autoridade para imporem-se às facções – com exceção de Washington Luís que se impôs mais pela falta de alternativa e por ser um quadro que circulava em volta, apesar de ser do núcleo central da elite; e por outro, a sociedade e a economia paulista haviam se ampliado e a elite não conseguia agregar parte significativa dos setores emergentes aos quadros do PRP. Situação, que somada à forma oligárquica e autoritária como era feita a escolha dos candidatos a cargos eletivos e nomeados no Estado, aprofundou a divisão intraelite paulista, concorrendo para a sua cisão definitiva e para a fundação do Partido Democrático – PD, em 1926.

No Rio Grande do Sul até 1913 Borges de Medeiros comandou o Estado sem grandes contestações. Além disso, a elite rio-grandense vinha desde o início do século agregando parte dos novos setores e quadros ao PRR como Osvaldo Aranha, Maurício Cardoso, Paim Filho

entre outros. Todavia, a partir desse momento, a oposição começa a figurar entre os quadros políticos na Assembleia dos Representantes, mantendo crescimento contínuo até 1930. Contexto em que após o final da Primeira Guerra Mundial, o governo estadual passa a ser contestado tanto pelo setor tradicional da economia como por setores urbanos em ascensão, não agregados ao PRR. Fatores que concorreram, ao mesmo tempo, para fortalecer a oposição ao PRR e enfraquecer os republicanos e, por conseguinte, para a deflagração do conflito entre republicanos e maragatos, em 1923. E à ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Estado, em 1928, à unificação da elite rio-grandense e a formação da Aliança Liberal, em 1930.

Estes elementos embasam nossa questão de pesquisa que está relacionada à que fatores concorreram para que à elite republicana paulista da primeira geração, constituísse um aparelho de Estado com poder desconcentração, mas chegasse ao final do período com o poder do Estado concentrado; e que fatores concorreram para que a elite rio-grandense da primeira geração construísse um aparelho de Estado com o poder concentrado, mas chegasse em 1930 com o poder desconcentrado. Ambas o poder despótico e infraestrutural.

Em nossa perspectiva a elite republicana paulista da primeira geração era caracterizada por baixa homogeneidade em termos de idade, tempo de filiação partidária, tempo de mandato, educação, formação, ocupação e de origem geográfica, além de grande parte ser ligada por rede de parentesco e ter os interesses econômicos agregados em torno da produção cafeeira e seus derivados. Fatores que possivelmente tenham concorrido à capacidade dessa elite para formar acordo ou consenso, apesar da sua formação em facções.

Porém, a entrada no cenário político da segunda geração de republicanos, cujo perfil era mais homogêneo que o da elite da propaganda, mantendo-se os laços de parentescos e os interesses materiais agregados, concorreu para o fortalecimento e à concentração do poder do Estado, sobretudo entre 1920 e 1930. Fatores que, em nosso entender, concorreram também para dificultar a agregação de novos setores aos quadros do PRP, num cenário de ampliação e diversificação política, econômica, social e cultural que ocorria no Estado no período. Ou seja, para fechar e isolar a elite da segunda geração dentro de seu *staff* e *modus operandi*, distanciando-a de grande parte dos setores emergentes disponíveis. Concorrendo à cisão definitiva da elite e para a fundação do Partido Democrático – PD, em 1926.

Já a elite republicana rio-grandense da primeira geração, em nossa perspectiva, era mais heterogênea que a elite paulista da mesma geração em termos de idade, tempo de filiação partidária, tempo de mandato, educação, formação, ocupação e origem geográfica. Situação que associada à conjuntura de conflito e tensão entre republicanos e liberais observada no Rio Grande logo após a Proclamação da República, concorreu para que essa elite construísse um

aparelho de Estado com forte concentração de poder no Rio Grande. Porém, a entrada no cenário político rio-grandense da segunda geração de republicanos, cuja elite era mais heterogênea que a elite rio-grandense da propaganda, associado ao cenário de ampliação e diversificação política, econômica, social e cultural que ocorria no Estado no período, concorreu à reforma do Estado e para tornar seu poder despótico menos concentrado. Todavia, no Rio Grande, não era de grande importância à formação social em termos de laços de parentesco e de interesses materiais agregados.

Características que possivelmente concorreram para que essa elite pudesse abrir canal de diálogo com federalistas, democratas e dissidentes republicanos, mais tarde libertadores, favorecendo a unificação da elite política rio-grandense em torno de Getúlio Vargas à presidência do Estado, em 1928, e para a sua candidatura à presidente da República pela Aliança Liberal, em 1930.

Nesse contexto, nossa hipótese de pesquisa, consiste na perspectiva de que a elite republicana paulista da primeira geração teve êxito em construir um aparelho de Estado como poder desconcentrado, em virtude de sua baixa homogeneidade; a elite republicana paulista da segunda geração construiu um aparelho de Estado com poder concentrado, em virtude de sua média homogeneidade; a elite republicana rio-grandense da primeira geração construiu um aparelho de Estado com poder concentrado, em virtude de sua baixa heterogeneidade; ao passo que a elite republicana rio-grandense da segunda geração construiu um aparelho de Estado com poder mais desconcentrado, em virtude de sua média heterogeneidade.

Homogeneidade e heterogeneidade em termos de idade, tempo de filiação partidária, tempo de mandato, educação, formação, ocupação e de origem geográfica. Fatores que associados aos laços de parentesco e interesses materiais das elites, sobretudo da elite republicana paulista, da primeira e segunda geração, favoreceram a formação de acordo e consenso ou dissenso e cisão intraelite. Em São Paulo houve a concentração, tanto do poder despótico como infraestrutural; no Rio Grande do Sul a desconcentração do poder despótico, mas nem tanto infraestrutural. No Rio Grande do Sul, na medida em que a elite ia se tornando mais heterogênea ia desconcentrando o poder do Estado; em São Paulo, na medida em que a elite ia aumentando sua homogeneidade, ia concentrando o poder do Estado.

Como variável alternativa utilizou-se o estudo de Wirth (1982) para quem a elite republicana mineira era conhecida por sua homogeneidade, reserva com estranhos e insulamento. Elite branca, 87% nascida em Minas, 91% tinha formação superior. Além de 49% formada por republicanos históricos e 51% por monarquistas que aderiram à República a partir de 1889. Porém, em termos de ocupação havia diversificação profissional,

caracterizando uma espécie de carreiras múltiplas; e de origem geográfica, em que a elite era oriunda de regiões distintas, (apesar da concentração das carreiras políticas na região Central), que formavam uma espécie de minissistema federal dentro do território. Fatores que caracterizam a elite republicana mineira com média homogeneidade, apesar de seu histórico de unidade e consenso, formado possivelmente em virtude da estagnação econômica que ocorreu na Província após o declínio da extração de metais no final do século XVIII.

Elite que construiu um aparelho de Estado republicano subnacional, entre 1889 e 1930, caracterizado pela baixa concentração de poder, sobretudo despótico. Todavia o poder infraestrutural, mas também despótico do Estado, apesar de parecer fraco, era concentrado no *modus operandi*, caracterizado por relação de patronagem, clientela, cooptação, violência e favoritismo regional. O clientelismo e os métodos de cooptação ligavam grupos e indivíduos à máquina política e a administração estadual, minando diversas tentativas de formação de grupos de interesses e ação independentes. Ao mesmo tempo, os governadores podiam contar com a lealdade da tropa para sufocar possíveis golpes de facções rivais.

Portanto, conforme enunciado, este estudo analisa, de forma comparada, o processo de construção do aparelho de Estado republicano subnacional de São Paulo e do Rio Grande do Sul, ocorrido durante a Primeira República brasileira – 1889-1930. Cujo foco principal do exame é o perfil das respectivas elites republicanas, da primeira e segunda geração. Perfil que será obtido por meio da comparação das variáveis: idade, filiação partidária, tempo de mandato, origem geográfica, educação, formação e ocupação. E situado dentro do contexto histórico, político, econômico e social do país e das respectivas unidades federais. Serão consideradas ainda características das elites como grau de parentesco, interesses materiais agregados e a capacidade da respectiva elite de formar acordo ou consenso. Em nosso ver, estas questões influenciaram as respectivas elites na definição e na adoção do aparelho de Estado, construído em São Paulo e no Rio Grande do Sul, no período em estudo.

Para atingir esse objetivo o trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro foram analisados diversos enfoques sobre o Estado como instituição, inspirados por diversas perspectivas teóricas, visando situar em termos teóricos e doutrinários, o aparelho de Estado em construção pela elite paulista e rio-grandense, em São Paulo e Rio Grande do Sul respectivamente, entre 1889 e 1930. Foi feito também um breve histórico do estudo de elites, situando seu objeto teórico e metodológico, bem como seu papel e importância no processo político e social, sobretudo em processo de construção de instituição política ou Estado. E analisado o processo de construção do Estado colonial, imperial e republicano brasileiro,

considerando como atores construtores privilegiados as elites políticas nos respectivos períodos. Além do protagonismo político da elite da propaganda ocorrido no período.

No segundo foi analisado o contexto do surgimento do movimento e da elite republicana, a origem da elite e do movimento republicano em São Paulo e no Rio Grande do Sul e o contexto e atuação política da elite republicana paulista e rio-grandense no período. Finalmente, no terceiro, foi analisado o perfil da elite republicana paulista e rio-grandense, da primeira e segunda geração, em articulação com a construção do respectivo aparelho de Estado em São Paulo e no Rio Grande do Sul, por meio de reformas institucionais e políticas públicas. Além das complexas relações e estratégias adotadas pelas elites que contribuem para uma melhor compreensão do impacto que essas questões tiveram no processo de construção desses Estados subnacionais.

Com a análise dos dados da pesquisa possivelmente poderemos elucidar fatores que levaram a elite paulista e rio-grandense a comportarem-se, formarem dinâmicas ou adotarem estratégias política distinta, tendo em vista a construção do respectivo aparelho de Estado, entre 1889 e 1930. A elite rio-grandense inicialmente cindida e a partir da segunda metade da última década entrou em processo de distensão, chegando ao final da década de 1920 unida; ao passo que a elite paulista, inicialmente unida e durante grande parte do período manteve pelo menos em aparência de unidade, chegou ao final da mesma década cindida.

Em termos metodológicos foram analisados os perfis de cinquenta membros da elite republicana paulista e rio-grandense, trinta da primeira e vinte da segunda geração. A seleção dos membros das elites ocorreu com base nos critérios: importância dos cargos que ocupou em nível federal e estadual, maior circulação em cargos de relevância política estadual ou federal, maior tempo de mandato e em alguns casos disponibilidade de informação. Foram considerados ainda para efeito da compreensão da capacidade de formação de consenso ou dissenso político intraelite o grau de parentesco, a formação intelectual, os possíveis interesses econômicos e a participação ou não nas sociedades secretas da época, verdadeiras instituições agregadoras e unificadoras de elite no período.

A seleção dos cinquenta membros da elite republicana paulista e rio-grandense ocorreu após um longo processo de levantamento e coleta de dados biográficos, perfazendo, inicialmente um total de 131 (cento e trinta e um) membros da elite paulista e 137 (cento e trinta e sete) membros da elite rio-grandense. Em seguida foram selecionados 91 (noventa e um) membros da elite paulista e 105 (cento e cinco) membros da elite rio-grandense. Numa terceira etapa foram selecionados 65 (sessenta e cinco) membros da elite paulista e 67 (sessenta e sete) da elite rio-grandense. E, por último, a seleção de 50 (cinquenta) membros de

cada elite. A opção pelo número de cinquenta membros ocorreu em virtude de haver informações relativamente equivalentes e suficientes disponíveis de e/ou para cada elite.

O perfil das respectivas elites republicanas foi analisado por meio das variáveis, média de idade, filiação partidária, tempo de mandato, grau de instrução, formação, ocupação e naturalidade ou origem geográfica. Foram consideradas ainda características das elites como unidade ou fragmentação, grau de parentesco, interesses materiais agregados e a capacidade da respectiva elite de formar acordo ou consenso.

Para efeito de classificação entre primeira e segunda geração foi utilizado dois fatores: a primeira geração é constituída pelos membros da elite paulista e rio-grandense que nasceram até o ano de 1863 e que participaram do movimento republicano ou da propaganda; e a segunda geração os que nasceram a partir de 1864. A segunda geração paulista passou a participar da política por volta do final do século XIX; e a rio-grandense, em 1907, na eleição que elegeu Carlos Barbosa presidente do Estado.

A coleta dos dados da pesquisa ocorreu em vários locais e instituições. Foi obtida a lista de todos os deputados e senadores federais e estaduais de São Paulo, que exerceram mandato entre 1889 e 1930, junto ao Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, além da coleta de dados biográficos junto ao Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP, pesquisa de dados biográficos das elites nos jornais *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*, na Biblioteca Mario de Andrade e junto ao Site<sup>11</sup>. Sobre a elite republicana rio-grandense foi obtida a lista dos deputados federais e senadores rio-grandenses, que exerceram mandato entre 1889 e 1930, junto ao Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados e dados biográficos coletados no Núcleo de Pesquisa e Documento da Política Rio-grandense – NUPRGS-UFRGS, pesquisa de dados biográficos nos jornais *A Federação* e *Correio do Povo*, no Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, na Biblioteca Borges de Medeiros e no Museu Hipólito José da Costa. Além de dados coletados em dicionários biográficos e jornais da época.

A escolha do Estado de São Paulo e Rio Grande do Sul como objeto de pesquisa e análise do processo de construção do respectivo aparelho de Estado se justifica pela peculiaridade e importância destes Estados, tanto econômica como politicamente, especialmente entre 1889 e 1930, período em que São Paulo, em grande medida, deu as cartas do jogo político oligárquico nacional; e o Rio Grande do Sul à margem, mas fortalecendo-se

---

<sup>11</sup> [HTTP://www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br](http://www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br)

ao longo do período, até obter as condições para assumir o poder, em 1930. Economicamente São Paulo, entre 1850 e 1930, transformou-se de uma Província periférica no Estado mais importante da federação; e o Rio Grande do Sul transformou-se de uma Província de terceira grandeza, caracterizado mais por ser um território de ocupação militar, que por sua pujança econômica, no terceiro mais importante Estado do Brasil no período. Sobretudo pela contribuição teórica à ciência política, pois tratar-se de um estudo que procura compreender como o perfil de uma elite pode influenciar na adoção de modelos de aparelhos de Estado ou no processo de sua construção.

De outra parte, pode-se afirmar que a instituição política – Estado figura na agenda de pesquisadores há muito tempo. Estudos embasados em diferentes perspectivas teóricas apontam para definição e tamanho do Estado, padrão de construção e seu papel, o que contribui para o entendimento do que é o Estado, sua origem, característica e papel. Porém, por tratar-se de um ente que varia no espaço e no tempo, o estudo do Estado continua na agenda de estudiosos, cada vez mais abrindo novos campos de estudos e pesquisa. Entre os estudos que contribuem de forma original e específica para a compreensão do Estado brasileiro e sua problemática estão o de Faoro (1975), Trindade (1985), Reis (1998), Schwartzman (1988) e Carvalho (2007). Contexto em que grande parte destes estudos tende a reconhecer a importância do papel das elites no processo de construção de Estado.

Ao mesmo tempo, o Estudo de elites vem ganhando espaço e importância junto a pesquisadores nos últimos anos. Sobretudo sobre o seu papel no processo político e social e especialmente no processo de construção de Estado, cujo exemplo mais acabado é o estudo sobre a elite política e seu papel no processo de construção do Estado imperial brasileiro, empreendido por Carvalho (2007), que vê as características como unidade ideológica e de treinamento, como fatores influenciadores na escolha do modelo de Estado o no respectivo papel da elite no processo de sua construção. Estudos que rompem com a perspectiva tradicional que via o Estado construído de uma vez por todas, produto do desenvolvimento natural da mente humana, ou como quartel general dos interesses da burguesia.

E é nesse contexto que se insere este estudo e pesquisa, cuja originalidade e contribuição, estão relacionadas ao fato de tratar-se de um estudo comparado entre duas elites e entes subnacionais, cujas elites tiveram papéis relevantes no movimento republicano brasileiro, na construção do Estado republicano nacional e na elaboração e construção do Estado em São Paulo e Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1930. Portanto, esse estudo inova no seu objeto de pesquisa e como todos os estudos científicos abrem novas possibilidades de

investigação que poderão produzir novas questões para o estudo de elites, seu papel e importância do seu perfil no processo de construção de instituições políticas ou Estados.

## **2 ELITE E ESTADO EM PERSPECTIVA TEÓRICA**

### **2.1 – Elites em perspectiva**

O estudo de elite ou grupo dirigente surgiu na Europa ocidental no final do século XIX. Todavia, no século IV e III a. C., os gregos Platão (427-347 a. C.) e Aristóteles (384-322 a. C.) perceberam a sociedade dividida entre governantes e governados. Para Platão, a democracia era o governo da multidão; a monarquia o governo de um só; e a oligarquia o governos de poucos. Para Aristóteles, a democracia era o governo de todos os cidadãos; a monarquia o governo de um só; e a aristocracia o governo de poucos. Para Platão e Aristóteles, a aristocracia era o governo dos melhores, cujo poder supremo, segundo Bobbio (1998), está nas mãos de um grupo restrito de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculo de sangue e interesses, que gozam de privilégios, servindo-se de todos os meios que dispõem para conservá-lo.

Na Idade Média, o poder político estava dividido entre a Igreja e Estado, cuja política era propagada pela patrística e escolástica, vinculada à dimensão religiosa e à ética cristã. Período em que a Igreja – poder espiritual e “superior”, sob as ordens de Deus, conduzia os homens, através da educação e da devoção, à salvação; e o Estado – poder temporal era responsável pelas necessidades materiais dos homens na terra. Em parte desse período explicava-se os fenômenos sociais e o poder político, com base nas instituições e nos agentes políticos, poder apoiado na soberania popular, representativo; ou derivado do príncipe, transmitido do superior para o inferior, autocrático.

Durante a renascença, Nicolau Maquiavel (1469-1527), introduziu a ideia de Estado laico e poder soberano, e a política baseada em ética própria. Para Maquiavel (1991[1532]), o poder deveria ser exercido levando-se em conta a funcionalidade e a eficácia do governo, e à preservação da ordem e a paz social. Seu realismo político o levou a propor formas de obter, manter e conservar o poder, ou seja, buscar a realização de objetivos políticos concretos por meio da “verdade efetiva”. Maquiavel tinha como ideal a República romana e o governo misto, pois a monarquia poderia degenerar em despotismo; a aristocracia em oligarquia; e a democracia em permissividade. Perspectiva que pressupunha a divisão da sociedade entre governantes e governados.



Já no século XIX, Karl Marx (1818-1883), pretendendo uma análise “realista” do poder na sociedade, a entendeu dividida entre classes sociais, estruturadas sobre as relações sociais de produção. Sobre as relações econômicas, os proprietários dos meios de produção teriam erguido uma superestrutura jurídica-política – o Estado, detentor do poder das leis e da força, que em nome do conjunto da sociedade, tornou-se o “quartel general da classe economicamente dominante”. Ou seja, Marx entendeu o Estado como *locus* de atuação privilegiada da classe dominante, e a sociedade dividida entre uma classe que governa e a outra governada.

Entretanto, foi com Gaetano Mosca (1858-1941), Vilfredo Pareto (1848-1923) e Robert Michels (1876-1936), no final do século XIX e início do século XX, que o estudo de elite adquiriu trato científico sistemático. A política passou a ser estudada a partir de suas propriedades, peculiaridades e relações. Grosso modo, estes pensadores compartilhavam a ideia de que em todas as sociedades há uma minoria, que por várias formas adquirem, detém e exercem o poder, em detrimento de uma maioria privada dele. A partir desses pressupostos, analisaram as condições e os recursos que um grupo restrito de pessoas possui para obter e exercer o poder, impondo suas decisões a toda a sociedade. Porém, segundo Bobbio (1986), a teoria das elites nasceu com uma carga polêmica antidemocrática e antissocialista, que refletia o medo das classes dirigentes dos países onde os conflitos sociais se tornavam mais intensos.

Nesse sentido, a teoria das elites foi uma resposta das minorias dirigentes ao advento das massas na política, embasados numa concepção desigual da sociedade, numa atitude pessimista sobre a natureza humana, numa forte desconfiança nas massas, numa grande incredulidade em relação à democracia, por meio de uma perspectiva ideológica e normativa. Estudos associados ao contexto de desenvolvimento científico e à efervescência das ideias iluministas em voga nos séculos anteriores, marcado pelas consequências sociais, políticas e econômicas da revolução industrial, americana e francesa. E ao surgimento das ideias marxistas e socialistas e ao início do processo de democratização que ocorria no período.

Antes destes elitistas, Frédéric Le Play (1806-1882), pesquisou as condições de vida de trabalhadores franceses, entendendo como natural a divisão da sociedade entre uma classe superior – os dirigentes<sup>12</sup>, e uma classe subordinada – os dirigidos. Para esse pensador, aos dirigentes caberia assegurar a estabilidade e a ordem social, elaborar modelos de bom

---

<sup>12</sup> Le Play distinguiu a classe dos dirigentes – classe *élue*, da classe política. Divisão que colocou a classe política no topo da hierarquia social. Todavia, em muitos períodos elas coincidiram. A classe *élue*, formada por homens licenciosos, violentos, egoístas, invejosos, mesquinhos, capazes das maiores atrocidades; características importantes em virtude da desorganização, das contradições e da desigualdade social. Sua preocupação era com a prosperidade material, estabilidade social e a vida moral.

comportamento e formar instituições capazes de bem dirigir a sociedade. Aos dirigidos, agitados e desorganizados, caberia guiarem-se por virtudes cardinais, como coragem, senso de justiça, prudência e temperamento; e por virtudes teológicas, como caridade, esperança e fé.

O primeiro pensador a sistematizar estudos sobre elites foi Gaetano Mosca. Este tinha como preocupação saber como se forma, se transforma e como são substituídos os grupos dirigentes. E que tipo de relação existia entre a elite e a massa. Constatou que ao longo da história da humanidade existiam duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. Os governantes são sempre minoria, monopolizam todas as funções políticas e todos os recursos de poder, além de recursos econômicos, religiosos e escolares socialmente valorizados. Tem como característica a coesão, que associada à sua capacidade de organização e à existência de poderosos interesses comuns, concorre à sua reprodução no poder, à sua capacidade de controle sobre a massa e à coordenação da classe. Os governados são mais numerosos, dirigidos de maneira mais ou menos legal e mais ou menos arbitrária pelos governantes.

Entretanto, para Mosca (1923) a organização<sup>13</sup> é instrumento fundamental à classe dirigente. Ela é o diferencial. Intrínseca a instituição, cujo propósito é a realização de certos objetivos. A instituição é moldada pela divisão de tarefa, por conhecimento técnico e hierarquia, cuja execução é ligada a um comando. Dessa forma, a organização possibilita que a minoria promova suas próprias ideias, demonstre qualidades estimadas no meio social, controle o poder e garanta a dominação sobre a massa. Esta, ao contrário da minoria, não controla recursos de poder nem é organizada.

Todavia, para Mosca (1923) a organização da minoria e seu domínio sobre a maioria desorganizada não impede a mudança social. Pois as diversas classes políticas encontradas ao longo da história lutam pela manutenção do monopólio sobre o poder político. Lutas que ocorrem por meio da restrição ao acesso à classe política, aberto a determinadas famílias pelo critério do nascimento, pela transmissão de conhecimento, de bens e relações pessoais. Assim, quando uma nova fonte de riqueza aparece, uma religião declina, há difusão de novas ideias, introduzindo novos valores, o que concorre para mudanças na classe política.

Por último, para Mosca (1923), a ciência consiste num sistema de observação, com método adequado e coordenado que, utilizando procedimentos de observação e verificação, característico das ciências da natureza, chegaríamos a “verdades indiscutíveis”. Por meio do

---

<sup>13</sup> Segundo Bobbio (1998) a classe política encontra sua força no fato de ser organizada. Organização em prol de um conjunto de relações de interesse que induzem os membros da classe política a coligarem-se entre si e a constituírem um grupo homogêneo e solidário contra a mais numerosa, dividida, desarticulada, dispersa e desagregada, a classe dirigida.

método comparativo, observaríamos os diversos grupos e organismos políticos, em diferentes períodos históricos, em vários tipos de civilizações, e identificaríamos as regularidades mais significativas presentes nas sociedades, que seriam consideradas leis científicas<sup>14</sup>. Com isso, o objeto central do estudo da ciência política é a classe política, estudada a partir dos recursos: militar, sacerdotal, econômico, intelectual; do princípio de constituição da autoridade: autocrático ou liberal; e da tendência da formação: aristocrática ou democrática.

A partir de uma perspectiva elitista, mas dando ênfase nos aspectos psicológicos e no equilíbrio social Pareto (1933) analisou a política e o comportamento humano, entendendo a sociedade dividida entre estrato superior e inferior<sup>15</sup>, não homogênea, em conformidade com as características dos homens: diferentes em termos físicos, intelectuais e moralmente, cuja desigualdade é inata, natural e insuperável. O estrato superior (elite)<sup>16</sup> é formado por indivíduos que têm os mais elevados índices nas suas respectivas atividades, e são dividido entre governantes e não governantes. Ou seja, entre os que participam diretamente do governo e os que conseguem influenciá-los graças aos recursos que controlam como dinheiro, cultura, religião, saber. Além da hereditariedade, da influência política de famílias e conexões sociais. O estrato inferior é formado pela massa<sup>17</sup> que é governada pela elite.

A partir dessa formação Pareto procurou entender como ocorre o equilíbrio social e a substituição das elites no poder. O equilíbrio seria decorrência da comunicação entre os estratos e a troca de elite por meio da “circulação de elites”. Processo que constitui fluxo circulatório, lento e permanente de renovação e alternância de elite no poder. E possibilita a incorporação de novos e alguns indivíduos das classes inferiores, nos quais predominam *resíduos*<sup>18</sup>. Pareto acreditava ainda que o movimento da vida social e política eram cíclicos e a mudança social inevitável, porém processada na forma e não na estrutura do poder.

---

<sup>14</sup> Para Mosca (1923) a verdade científica é fruto de um método de observação, próprio dos cultores das ciências. Sistema verdadeiro, inquestionável e cientificamente demonstrável. Estatuto científico às ciências sociais e à política em particular, uma lei constante e irrefutável para todas as sociedades.

<sup>15</sup> Segundo Grynspan (1999), para Pareto a curva da distribuição da renda, que assumia a forma gráfica de uma hipérbole, estreita no topo e ampla na base, variou pouco no tempo e no espaço, configurando lei universal, invalidando a tese da igualdade econômica e do poder do povo dos socialistas e liberais.

<sup>16</sup> Elite, para Pareto (1933), é constituída por um conjunto de indivíduos que, embora sejam os melhores nas suas atividades, não necessariamente exercem o comando político. A classe governante é formada por aqueles que, direta ou indiretamente, participam de modo considerável do governo.

<sup>17</sup> Para Pareto (1933), a ideia da soberania popular é falsa. A democracia é apenas um sistema de seleção de dirigentes. A maioria não decide sobre as questões coletivas, sendo a dominação da minoria sobre a maioria permanente. A minoria usa da força para obter o consenso da maioria, porém com tom de legitimidade. A democracia é que dá aparência de legitimidade ao exercício do poder à minoria.

<sup>18</sup> Pareto (1933) define resíduo como uma natureza humana quase imutável, originária de um estado psíquico que expressa uma dimensão constante da ação, estando na raiz dos fenômenos sociais. Na política, são instintos de combinação, propensos a produzir teorias, inovações, negociações e a usar a persuasão; e de manutenção dos agregados, dispostos a manutenção das coisas como estão, resguardando a ordem, inclusive por meio da força.

Pareto (1933) considerava ainda a doutrina democrática<sup>19</sup> a mais importante *derivação*<sup>20</sup> do mundo contemporâneo. Caracterizada por um discurso teórico que descreve a participação de todos no processo político, mas não passava da submissão política da maioria à minoria. Teoria não científica, mas socialmente útil, pois levava as pessoas a acreditarem que eram iguais entre si e que participavam do governo. Acreditava ainda ser possível fazer um estudo científico, objetivo e neutro dos fenômenos sociais e políticos. E por meio do método lógico-experimental seria possível produzir proposições a partir da observação do mundo real confrontando-as diretamente com os fatos. O objetivo da ciência seria identificar regularidades no comportamento humano os quais formariam leis<sup>21</sup> caracterizadas por “uniformidades experimentais” e graças a essas propriedades estudaríamos cientificamente a sociedade.

Estudando as organizações políticas e a psicologia das massas Michels (1982) retoma parte da teoria de Mosca, procurando entender como surgem e mantêm-se às oligarquias. Concluindo que as características fundamentais das organizações estão na origem, na causa e no desenvolvimento das estruturas de poder oligárquico. Assim, o nascimento e a sobrevivência das estruturas oligárquicas, bem como das relações desiguais de poder, não tem origem no modo de produção ou nos níveis de conflito de classe de uma sociedade, mas na organização.

Para Michels (1982), dentro da organização, o interesse do grupo no poder a leva a separação da classe a qual representa e do projeto o qual lhe deu origem. O imperativo da organização exige que os chefes dos partidos se distanciem das massas, tornando-se quadros técnicos, que ao assumirem o poder dentro da instituição, vão conquistando conhecimentos e habilidades, diferenciando-se cada vez mais do homem comum. Esse processo alteraria as

---

<sup>19</sup> As massas caracterizam-se por uma unidade mental provisória, na qual desaparece a consciência individual, dando lugar a uma alma coletiva, com caracteres novos, sentimentos e ideias comuns. Transformação que leva, mesmo no momento da eleição, os eleitores a constituírem multidões, passíveis de manifestações como a baixa aptidão para o raciocínio, a ausência de espírito crítico, o simplismo e a credulidade, ocultando a essência das decisões, que é de uma minoria e não da maioria (Pareto, 1933).

<sup>20</sup> Pareto (1933) definiu derivações como resultante do trabalho da mente humana para dar vazão ao elemento constante, refletindo o trabalho da fantasia. Trabalho mental estudado a partir de três aspectos: o objetivo que estuda as derivações a partir da sua correspondência com o mundo da experiência; o subjetivo, que estuda os motivos que levam um indivíduo a propor uma teoria e os que os levam a aceitá-la; e a utilidade social remetendo à contribuição de uma dada derivação para a manutenção da ordem.

<sup>21</sup> A ação dos animais é linear e traduz “condutas instintivas”. Diferente do “estado psíquico” dos homens, cuja ação produz teoria moral, religiosa, política, filosófica, científica. Todavia, o comportamento humano é resultado de forças psicológicas mais profundas das quais, em geral, os homens não têm consciência, sendo para essas forças que devemos olhar para entendê-lo cientificamente e não para as derivações, que são discursos que não o descrevem adequadamente (Pareto, 1933).

características psicológicas dos chefes<sup>22</sup>, pois a organização é a fonte de seu poder e prestígio, e da formação e consolidação das oligarquias partidárias. Segundo Bobbio (1998), para Michels a organização tem caráter degenerativo e negativo, pois é a fonte do predomínio dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os delegantes.

A oligarquia no seio das múltiplas formas de democracia é um fenômeno orgânico constituinte de uma tendência a qual sucumbe toda a organização. Pois, tanto o governo como os partidos, inclusive os de massas, concentram o poder num grupo minoritário, que assume a responsabilidade pela administração, e lutam pela própria sobrevivência dentro da organização, resultando na “lei de ferro das oligarquias”. Assim, o ideal de democracia radical, do autogoverno ou da soberania popular, caracterizado pela participação direta de todos na política é ilusório e impossível na vida prática. A democracia possível e adequada é a de um sistema de controle que impeça, ao mesmo tempo, a oligarquia de exercer o poder absoluto e o governo direto das massas.

Analisando a sociedade e a política Max Weber (1864-1920) compartilhou com os elitistas a rejeição à ideia de governo do povo, à independência do poder político, à crítica ao socialismo e à democracia. Para Weber (1974) a política está relacionada à competição pela liderança política. Sendo mais provável que os socialistas decretem a ditadura do funcionalismo que a do proletariado. E os partidos desenvolveriam estrutura oligárquica, que resultariam na dominação dos líderes sobre a base, no fortalecimento da liderança política, das elites e dos indivíduos carismáticos. Assim, a desigualdade em termos de poder político não é eliminada ou reduzida pela abolição das classes.

Para Weber ainda, a sociedade é formada por um conjunto de esferas separadas – econômica, religiosa, jurídica, social, cultural – com lógicas próprias e autônomas de funcionamento, o que o levou a concluir pelo princípio de que a dominação não é um fenômeno apenas da esfera política, mas um elemento essencial que percorre todas as instâncias da vida social, sendo a política um método de competição e seleção de lideranças que assumem o poder político na sociedade.

---

<sup>22</sup> Segundo Michels (1982) a mudança na organização e na psicologia dos chefes é fortalecida pela propensão das massas a desenvolverem relação de submissão aos líderes, pois elas não se interessam pelos aspectos técnicos e discussões políticas, apenas por atitudes espetaculares, discursos emocionantes, deixando-se conduzir por indivíduos carismáticos.

Apesar da pretensão dos “neomaquiavélicos” de construir uma ciência política com forma, conteúdo e método próprio<sup>23</sup>, suas obras, segundo Perissinotto (2014), revelam que as suas hipóteses são simples enunciados, ilustrados por meio de uma série exaustivas pouco sistematizadas de exemplos carecendo de um “fazer científico” suficientemente rigoroso para comprovar suas proposições. E referindo-se as mesmas teorias Coradini (2008), afirmou que muito da teoria das elites passou a configurar uma espécie de círculo vicioso, com deduções a partir de algumas premissas gerais e genéricas, acabou sendo crescentemente repetitiva e redundante. Todavia, em grande parte, essas premissas foram utilizadas de forma ideológica e normativa, servindo a disputas políticas tanto na academia como na sociedade.

A perspectiva normativa, antidemocrática, antissocialista e descrente na democracia e na capacidade do povo para regenerar a política, dos elitistas clássicos, foi substituída por uma perspectiva crítica da sociedade contemporânea, da democracia e do poder na sociedade moderna. Estudos levados a efeito pelos marxistas norte-americanos, sobretudo Charles Wright Mills (1916-1962). Todavia, os elitistas clássicos, além do mérito de introduzir o estudo sobre elites políticas, motivaram novos sobre a definição do poder político; à identificação de quem governa; e sobre a compatibilização da democracia com o predomínio de uma minoria que controla o poder.

Estudos que divergiram dos clássicos sobre a existência de uma elite do poder coesa e homogênea. Controvérsias que gerou debates, na segunda metade do século XX, sobretudo entre elitistas e pluralistas norte-americanos. Entre as polêmicas está à travada entre Mills (1968) e Dahl (1970) sobre questões de ordem epistemológica e conceitual em que esse defendeu um empirismo abstrato e ou funcionalista e Mills um psicologismo próprio da época. Todavia, segundo Coradini (2008) Trata-se do problema da relação entre elites, ou mesmo de sua existência, e a democracia (em suas diferentes definições).

Adotando uma perspectiva elitista, mas crítica do poder e da democracia direta, Karl Mannheim (1893-1947), entendeu a sociedade como uma configuração de fatores antagônicos, cujos atores lutam e se influenciam reciprocamente. Logo, a dominação absoluta de um grupo sobre outro é impossível, pois esse processo impossibilita as oligarquias de formarem bloco monolítico. Para Mannheim (1972) as elites são formadas dentro de todos os grupos sociais, inclusive dentro das massas populares. O que concorre para o

---

<sup>23</sup> Estes elitistas acreditavam estar construindo uma ciência política pura, e viam a sociedade como desigual e estática e a história em movimento cíclico. Perspectiva que marca diferença com a tradição marxista para quem a história é vista num processo linear, evolutivo e dinâmico. E a sociedade numa relação dialética em que a contradição e o conflito, como a própria substância da realidade são superados num processo incessante de negação, conservação e síntese.

desenvolvimento de novos valores e tendências modernizantes, e à mobilidade social, evitando instabilidade política e o caos social. Sobretudo quando as decisões coletivas são delegadas a uma minoria de representantes, os quais decidem em nome da maioria. Assim, Mannheim vê a democracia, na sociedade contemporânea, tendente a reduzir a desigualdade e relações de subordinação entre indivíduos, base da construção de uma nova ordem social.

Analisando de forma crítica a sociedade, a democracia e o poder nos Estados Unidos, Wright Mills parte do princípio de que nas sociedades contemporâneas a formação de uma elite do poder ocorre, sobretudo, em virtude da divisão social do trabalho e pela desigualdade artificial entre os homens. Estes fatores, para Mills (1962), teriam concorrido para que o comando político norte-americano estivesse concentrado numa elite do poder<sup>24</sup>, cada vez mais homogênea e unificada, sob coordenação organizada, que toma as decisões em nome da população. Unidade reforçada pela formação social americana – “sociedade de massa”, composta por indivíduos apáticos, inclinados ao divertimento, passíveis de persuasão e de manipulação, incapazes de transformar seus interesses em demanda coletiva. A coesão dessa elite estaria associada à evolução das organizações econômicas, políticas e militares, sob a convergência de interesses econômicos. Diferentemente do elitismo clássico, clamava pelo retorno à participação política do cidadão médio, do homem comum, para evitar a monopolização do poder em uma minoria irresponsável. Nesse sentido, mais democracia e não menos, seria a solução para desviar a sociedade americana do seu destino autoritário.

Segundo Mills (1962) o exercício do poder nos Estados Unidos estava distribuído em três níveis: o nível superior, voltado às grandes questões nacionais e internacionais; o nível médio, relacionado às questões locais e setoriais; e o nível inferior, subordinado aos dois níveis acima, executores das decisões destes. O nível superior é formado por três grandes hierarquias institucionais: o estrato econômico, composto de dirigentes de dois ou três grandes centros empresariais; o estrato político, formado pelo diretório político, que estão à frente do Estado; e o estrato militar, constituído pelos elementos que compõem os escalões superiores das forças armadas. Os níveis médios seriam um conjunto desorganizado de forças que se equilibrariam e se bloqueariam mutuamente.

Influenciado pela ideia de Weber de que os indivíduos sofrem ação de um desenvolvimento cultural desigual (social e psicológico) e que o bem comum significa coisas diferentes para pessoas diferentes; além da ideia de que as opiniões e desejos dos cidadãos

---

<sup>24</sup> Segundo Mills (1962) a elite norte-americana é composta por pessoas de origem anglo-saxão, presbiterianos, possuidores de grandes fortunas, frequentadores de uma das grandes universidades, socializados em escolas secundárias comuns, frequentada pela classe superior americana. Dessa forma, as rivalidades, lutas, conflitos entre os seus membros seriam fenômenos secundários.

individuais são racionais e exatos. E pelo elitismo clássico Joseph Schumpeter (1883-1950) defendeu que as decisões políticas não podem ser consideradas como “vontade do povo”, pois a elite age com base no interesse próprio e não no sentido do bem comum, tornando a democracia direta impossível.

Nesse sentido, preocupado com a decadência da democracia e temendo o caráter “autoritário” do homem médio, Schumpeter (1984), idealizou a democracia sem a participação direta das massas. Democracia que não era incompatível com a elite política, desde que num cenário de ampla diferenciação social, de pluralidade de grupos organizados e de elites autônomas. Que consistiria num regime de eleições livres, no qual as diversas elites competiriam pelo voto dos governados, reduzindo a participação das massas ao voto em eleições competitivas, por meio das quais escolheriam os líderes políticos. Para evitar a decadência do capitalismo Schumpeter (1984) defendeu que este deveria apoiar-se no espírito que lhe deu origem: uma elite econômica – empreendedores, com capacidade de inovação, audácia, gosto pelo lucro e pela competição. Para essa perspectiva, a competição na economia evitaria o monopólio, na política o despotismo.

De modo geral os pluralistas aceitam a tese elitista da existência de uma elite do poder nas sociedades contemporâneas e a da compatibilidade entre a elite e a democracia. Pois segundo essa perspectiva existe os que detêm e os que não detêm poder. Discordaram dos elitistas clássicos sobre a existência de um grupo social monolítico ou da unidade da elite do poder. Todavia, estes estudos colocaram em evidência duas abordagens sobre o papel e o poder dos grupos dirigentes, resultando em dois métodos de pesquisa distintos. O elitista, que atribui à elite capacidade de dominação e infiltração; e o pluralista, que sustenta que existe uma diversidade de elites concorrentes, com poder flutuante. Os elitistas que adotam o método *reputacional*, priorizam a origem e os liames sociais dos que ocupam posições privilegiadas na estrutura de poder na sociedade; e os pluralistas que adotam o método *decisional* que privilegia o estudo das decisões e suas consequências na sociedade.

Analisando o poder na sociedade moderna Talcott Parsons (1902-1979) procurou entender como os grupos conquistam, dispõem e exercem o poder, bem como elaboram as decisões e se estas são contra ou a favor a outros grupos. Criticou a noção de poder<sup>25</sup> de Wright Mills (1962), o definindo como residente dentro do sistema político legítimo, impulsionador das ações sociais, não sendo, necessariamente, exercido sobre outros. Para

---

<sup>25</sup> Poder unívoco, concentrado numa elite do poder unificada, motor fundamental, movendo-se do centro para periferia e da elite à massa, ilegítimo, localizado nos homens de negócio, nos homens políticos e nos escalões superiores das forças armadas.



Parsons (1992 apud Busino, 1992), o poder é um instrumento simbólico, um mecanismo do sistema político, com capacidade para assegurar o cumprimento de tarefas e a realização do bem comum. Dentro de uma sociedade o poder seria distribuído desigualmente, por meio da persuasão, entre os vários estratos sociais. Funda-se numa escala descendente de status, sobre um sistema hierárquico de relações e influência real entre indivíduos e grupos. Assim, contrasta a rigidez da hierarquia estabelecida pelo poder com a flexibilidade entre as relações de influência; e a negatividade do poder com a positividade da persuasão.

Pretendendo entender o poder nas sociedades contemporâneas Dahl (1970) deixa de lado o estudo de elites, focando a análise nos processos decisórios, analisando o poder relacionado aos interesses econômicos, à relação de solidariedade entre elites e as relações efetivas entre elite e massa. Diferentemente de Mills (1962), que encontrou uma elite do poder nos Estados Unidos, Dahl (1970) compartilha da opinião de Parsons para quem o poder tem origem em uma pluralidade de fontes, é distribuído entre os grupos sociais, e cada grupo o utiliza dentro de sua esfera de competência e influência, o exercendo por intermédio dos líderes<sup>26</sup>. Dessa forma, nenhum grupo poderá exercer o poder sobre o conjunto da sociedade, pois todos dependem de alianças, para realizar, ao menos em parte, seus objetivos ou demandas políticas.

Segundo Dahl (1989) não existe relação linear entre desigualdade socioeconômica e desigualdade política. Esta depende de um conjunto de recursos conjugados, especialmente o conhecimento, a riqueza, a posição social, além do acesso aos cargos e outros recursos desigualmente distribuídos. Baseado nesses recursos, Dahl procurou identificar quem de fato governa. Se a desigualdade de recursos são “cumulativas” ou não. E se a forma pela qual os recursos políticos são distribuídos leva à oligarquia (domínio de uma elite coesa) ou ao pluralismo (governo de várias minorias em competição)<sup>27</sup>.

Respondendo a essas indagações Dahl afirma que a democracia<sup>28</sup> é um pluralismo de grupos e uma multiplicidade de líderes, apoiada sobre um vasto colégio eleitoral, que oferece várias oportunidades aos partidos opositoristas para contestar o governo, bem como para

---

<sup>26</sup> Segundo Dahl (1970) dentro das comunidades tradicionais o poder era mais concentrado; nas comunidades industriais é mais diversificado e disperso. Assim, o poder e suas potencialidades, não podem ser limitados à posição socioeconômica, pois as estruturas reais de poder e relações são infinitas, o que impossibilita os discursos generalizantes sobre o poder.

<sup>27</sup> Estas questões levaram Dahl (1989) a formular as seguintes indagações: como as decisões políticas importantes são tomadas? As diversas decisões são levadas a efeito pelas mesmas pessoas? Em qual estrato social os líderes políticos são recrutados? A resposta deve nos informar se os líderes tendem a se agrupar em torno de suas políticas e a formar um tipo de grupo dirigente ou se eles tendem a se dividir, a entrar em conflito e barganhar? Ou ainda, se o padrão de liderança é oligárquico ou pluralístico?

<sup>28</sup> Dahl (1989) utiliza o termo poliarquia, pois acredita que esse conceito reflete melhor que o conceito de democracia o pluralismo de grupos e a multiplicidade de líderes, observado na sociedade atual.

trocar os líderes nas funções oficiais. Para a questão *Who Governs?* Dahl (1989) responde que nem a massa nem os líderes, mas ambos em conjunto. Os líderes atendem a demanda das massas e, dessas, recebem a força, a lealdade e a obediência para obter o consentimento da oposição e tomar as decisões. Logo, em um regime democrático, o cidadão tem a possibilidade de exercer influência sobre o conteúdo das decisões e sobre a promoção do consenso político. A democracia é um regime, cujos líderes, competindo em eleições plurais e competitivas, podem acionar os meios pelos quais diferentes grupos podem reivindicar suas demandas.

A partir de uma perspectiva crítica ao pluralismo e à elite do poder os neolitistas sugerem que a perspectiva teórico-metodológica de Dahl contém um erro fundamental. O de pensar o fenômeno do poder como algo que só pode ser observado por meio da tomada de decisões. Para Bachrach e Baratz (1983) deve-se valorizar também o processo de tomada de não-decisões, que valoriza a tomada de decisões a questões “seguras”, em que é usada a manipulação de valores, mitos, instituições e procedimentos dominantes na comunidade. Com estes é possível ver a face “oculta” do poder, tão importante como a face visível. Para estes autores, Wright Mills não teria visto a face oculta do poder por ter se limitado a estudar apenas a origem social dos que governam; e Dahl por ter utilizado o *método decisional* que teria lhe possibilitado ver apenas a “face” visível das relações de poder.

Peter Bachrach rejeita também a visão negativa que os pluralistas fizeram do homem médio o que os teriam levados a pensar a democracia sem participação das massas. Para Bachrach (1980), a participação política eleva a qualidade dos cidadãos e fortalece a democracia. Esta não estaria relacionada apenas à questão do recrutamento, seleção ou escolha dos que vão tomar as decisões, mas, sobretudo, à “difusão do poder”. Ela eleva a atividade política para além das instituições governamentais, democratizando a política, mas especialmente a sociedade – nos locais de trabalho, corporações econômicas, escola, família.

A partir de uma perspectiva crítica ao elitismo tradicional, mas reconhecendo as limitações teórico-explicativas do conceito marxista de classe dominante<sup>29</sup>, pois há situações históricas as quais ele não se aplica, Bottomore o considera mais abrangente e funcional que o conceito de “elite política”. Para Bottomore (1974) os elitistas ao subestimarem a importância da relação entre dominação econômica e dominação política, não identificam as fontes do

---

<sup>29</sup> Segundo Bottomore (1974), no marxismo o conflito entre dominantes e dominados é a força motriz da história, cujo conceito de classe dominante identifica um grupo coeso, unido por interesses econômicos comuns. A teoria das elites, apenas pressupõe a coesão da classe governante, sendo a relação entre minoria organizada e maioria desorganizada passiva, resultando daí a dificuldade para se explicar a ascensão e queda das elites dominantes.

poder político, produzindo um raciocínio circular, concluindo pela existência de fatos empíricos óbvios e por uma visão falsa do poder político, pois nem sempre os que parecem ter o poder o exercem efetivamente.

Para Bottomore (1974), os elitistas não fornecem explicações satisfatórias para o processo de mudança política nem para a coesão da classe dominante. Pois estas viriam pela convergência de interesses econômicos comuns. Logo, para os elitistas, não existe diferença entre uma sociedade e outra. A troca de uma elite por outra no poder reflete apenas um rearranjo na distribuição dos resíduos necessários ao exercício do poder político, cujo processo de circulação de elites<sup>30</sup>, possibilita a introdução de membros qualitativamente distintos e, com eles, de suas opiniões, traços, virtudes.

Todavia, para Bottomore (1974), a noção de elite do poder faz mais sentido nos países “subdesenvolvidos”. Pois nesses países, a elite política, em especial os militares, tem papel fundamental nos projetos de modernização e de industrialização da sociedade, ou seja, no processo de mudança social e/ou modernização econômica. Papel que pode ser tão importante que, em alguns casos, a elite pode até mesmo substituir a classe como protagonista na criação da nova sociedade. Ao mesmo tempo, nesses países, o processo acelerado de industrialização e a desarticulação das classes sociais fazem aumentar enormemente a importância de elites e líderes capazes de promoverem ações eficazes, bem como de controlar e dirigir acontecimentos políticos.

Influenciado pelo conceito de elite do poder de Wright Mills, Ralph Miliband pesquisou elites estatais em países capitalistas avançados, utilizando o conceito de elite econômica, classe economicamente dominante, elite estatal e classe politicamente dominante, para refutar a tese pluralista, segundo a qual o Estado nas sociedades contemporâneas não serve aos interesses dos capitalistas, pois estes não controlaram os principais postos do aparelho estatal. Para Miliband (1972), existe na sociedade capitalista atual uma elite econômica, formada por uma pluralidade de grupos que ocupam posições de destaque na estrutura produtiva, que vivenciam uma situação de crescente concorrência e conflito de interesses entre esses grupos. Todavia, apesar dessa fragmentação e diferenças, existe uma profunda unidade de interesses, originada pela continuidade do sistema capitalista e pela necessidade de se obter lucro.

Segundo Miliband (1972) nas sociedades capitalistas avançadas existe uma “elite estatal”. Formada por indivíduos que controlam as instituições do Estado e, por essa razão,

---

<sup>30</sup> Para Bottomore (1974), no quadro histórico de Pareto não existe transformação real da estrutura social, apenas um movimento cíclico infundável em que uma elite em decadência é revigorada pelo recrutamento de novos elementos que acaba substituindo aquela e formando uma nova elite. Por sua vez, a sociedade mantém-se inalterada, pois é definida abstratamente como o domínio de uma elite que a comanda.

exercem o poder político. Nesse sentido, a pergunta que se deve fazer é: de onde vem essa elite? E Miliband responde afirmando que ela tem origem, em sua grande maioria, entre os membros das classes economicamente dominantes. Logo, como decorrência de sua origem social, estas elites tem forte propensão a tomar decisões que favoreçam os interesses dos capitalistas. Assim, pode-se falar na existência de uma *classe politicamente dominante* e não apenas de uma *elite do poder*.

A partir de uma perspectiva crítica ao pluralismo e a Wright Mills, Paul Sweezy rejeita o postulado da teoria elitista de reduzir o estudo da dominação política à identificação dos agentes diretos do poder político. Segundo Sweezy (1972), tal abordagem, ao analisar apenas as motivações dos agentes envolvidos no processo decisório, menospreza a eficácia das estruturas sociais na determinação das decisões, nos seus conteúdos e efeitos. Para esse, os dados fornecidos por Mills e a própria realidade autorizam a dizer que os ricos das grandes corporações controlam ostensivamente a ordem política e a ordem militar, formando uma classe dominante e não uma elite do poder. Não obstante, essa elite estaria submetida a limites estruturais que as constroem fortemente, tornando mais sensato analisar os constrangimentos estruturais da sociedade que os agentes do poder dessa sociedade.

Também a partir de uma perspectiva estruturalista, Nicos Poulantzas rejeita a noção de poder dos elitistas, focando a análise na capacidade dos agentes de tomar decisões. Para Poulantzas (1977) talvez o equívoco mais importante dos elitistas seja o de menosprezar a eficácia das estruturas, crendo que as decisões tomadas, bem como seu conteúdo e efeito, dependem estritamente da vontade dos agentes e da sua habilidade para impor as suas preferências no processo decisório. Assim, não dão a devida importância aos determinantes “objetivos” (estruturais) que moldam as decisões e definem a sua eficácia. Logo, se os efeitos das decisões são determinados pelas estruturas sociais e não pela vontade dos tomadores de decisões, não faz sentido nem é necessário dizer quem são os detentores do poder.

Para Poulantzas (1977), o mais importante não é pensar o poder a partir da origem social dos que controlam os principais cargos políticos, mas a partir da função objetiva que o poder político cumpre no sistema social. Nesse sentido, pensar a função objetiva do poder político implica em perguntar que tipo de sociedade as decisões estatais reproduzem e não quais são as motivações e as preferências daqueles que controlam essas instituições. Isso em virtude do fato de que quase sempre os efeitos das decisões da elite política não correspondem às intenções dos seus membros, mas resultam dos constrangimentos objetivos impostos pela estrutura social.

Os impasses teórico-metodológicos da teoria elitista, pluralista, neELITISTA e marxista norte-americana foram apropriados, reformulados e superados por Pierre Bourdieu. Para esse, havia necessidade de “... uma ruptura com o modo de pensamento substancialista tanto das dissertações teóricas da tradição marxista sobre a classe dominante como das investigações sobre as elites que visam dar resposta empírica à questão de saber quem governa” (Bourdieu, 1989, 374). Com isso, estudou os espaços definidos por relações objetivas entre indivíduos e entre propriedades que se aproximam ou se afastam dentro do “campo do poder”. Este, um campo de luta cuja estrutura define-se pelo estado das relações de força entre espécies de capital, onde estão em pauta as lutas pela imposição de princípios legítimos de dominação.

Em termos teóricos, metodológicos e filosóficos a homologia estrutural de Bourdieu sofreu influência do estruturalismo, cujas estruturas são vistas como realidades objetivas que impõe sua lógica aos agentes sociais; da fenomenologia, que dá ênfase nas reflexões filosóficas não empíricas, entendendo as representações do mundo social em termos de essência, natureza perene e conteúdo imutável; e do marxismo, que afirma a precedência da existência à essência, cuja realidade social é um conjunto de relações de força entre classes historicamente em luta, e os homens, por suas ações, produzem a si mesmos na pluralidade de suas experiências sociais. Além de incorporar de Weber o papel das representações na análise sociológica e a dimensão simbólica para a explicação dos fenômenos sociais, bem como a noção de legitimidade.

Bourdieu rompe assim com a noção de classe social do marxismo – que considera os grupos como reais, em detrimento das relações existente entre agentes – e de infraestrutura que determina a superestrutura, acentuando a importância dos bens simbólicos e da dominação simbólica nas relações de classes. Para Bourdieu (1998) o que existe são espaços de relações os quais são tão reais como os espaços geográficos. A classe teórica não é classe objetiva, tornando-se classe real mediante mobilização. Com o conceito de campo e capital supera a noção de classe social unidimensional em direção à noção de espaço social<sup>31</sup> como unidade multidimensional<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> “A teoria do espaço social rompe com a teoria marxista, que privilegia as substâncias em detrimento das relações, considerando a classe teórica, construída pelo cientista, como classe real (...); com o economismo, que reduz o campo social, espaço multidimensional, unicamente ao campo econômico, às relações de produção econômica (...); com o objetivismo, que ignora as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos, nos quais está em jogo a representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos...” (Bourdieu, 1998, 133 e 134).

<sup>32</sup> “Essa multidimensionalidade (...) aparece particularmente através dos campos, como princípios de legitimação relativamente autônomos, mas interdependentes entre si e nas lutas entre diferentes poderes e campos que, simultaneamente, unificam, dividem, e fundam as trocas entre diferentes espécies de capital e onde entra em pauta a imposição dos princípios de dominação mais legítimos” (Bourdieu, 1989, 558).

E com a ordem metodológica das teorias tradicionais, adotando o princípio de que o cientista social deve desvencilhar-se das noções do senso comum e das ideias preconcebidas<sup>33</sup>, analisando de forma crítica os princípios, hipóteses e resultados científicos para determinar sua origem lógica, seu valor e seu conteúdo subjetivo. Opta pelo método hipotético-dedutivo e adota novos conceitos e instrumentos teóricos como: espaço social, campo, habitus, trajetórias e práticas sociais, orientando-se no sentido da busca da objetivação dos fatos sociais e da construção de uma sociologia relacional.

A perspectiva de Bourdieu consiste assim numa teoria e método que possibilita a análise dialética da vida prática, um exame integrado das práticas individuais e dos constrangimentos externos, tais como práticas sociais e posição de classe, e num modo de pensar relacional, que supera a oposição entre estruturas objetivas e representações subjetivas. Segundo Coradini (2008) não se trata de estudar elites ou grupos dirigentes, mas estrutura de capital, de poder e de dominação em diferentes esferas sociais. Estruturas que somente existem por meio dos agentes que as incorporam e põem em ação: os grupos dirigentes. Ou seja, não são indivíduos ou grupos que são objeto de estudo, mas os recursos ou princípios de legitimação que estruturam suas práticas e suas relações com as demais categorias sociais, não necessariamente dominantes.

Com base nestes aportes, Bourdieu (1989) analisou, por meio do método relacional, os temas do poder político e social contemporâneo, como os mecanismos de dominação e a lógica dos agentes sociais num ambiente social desigual e conflituoso, confrontando a estrutura do campo das escolas de poder à estrutura do próprio campo do poder, demonstrando a união daquele a este, por meio de uma relação de homologia estrutural e, através dessa, por uma relação particular de interdependência causal.

Baseado, em parte, nestes aportes teórico-metodológicos Christophe Charle analisou a elite da terceira República francesa, identificando seus métodos e critérios de reprodução e modos de recrutamento aos postos políticos e administrativos. Concluindo pela existência, tanto no antigo regime como no período republicano, de um processo de autoreprodução da elite do poder. Durante aquele, a elite utilizou recursos econômicos, sociais e culturais, adquiridos por meio de herança familiar e no próprio meio político. Na República, apesar do

---

<sup>33</sup> Bourdieu como Durkheim, pretendia construir uma ciência social em que o sociólogo analisasse a realidade social como coisa, identificasse leis sociais regulares, com objetividade e sem pré-noções. Descrevesse a lógica de funcionamento da sociedade desvelando os mecanismos de dominação e fornecendo os instrumentos para a compreensão do mundo social.

discurso da meritocracia, estas variáveis continuaram valendo como os principais instrumentos de recrutamento aos postos políticos de elite.

Charle (1987) definiu elite “como os indivíduos que detém certo poder na sociedade, tanto no setor público como no setor privado”. Estudado pelas variáveis: demografia, origem social, cultural, ideológica, financeira e dinamismo. Do setor público podem ser estudados professores universitários (reitores, pró-reitores, diretores, professores catedráticos) das grandes universidades; administradores de escalões superiores ocupantes de funções de dimensões nacionais (presidente, vice-presidente, presidente do congresso, ministros, ministros da corte superior, conselheiros dos tribunais – justiça e contas, inspetores técnicos (finanças e minas), generais, embaixadores). Do setor privado há dificuldade em selecionar amostra tendo em vista a diversidade interna do mundo dos negócios e a dificuldade de localizar a importância de cada agente e a hierarquia entre eles. Todavia, Charle conseguiu distinguir dois grupos formado pela fração *possédantes* (*grands industriels, grands négociants, gros propriétaires, banquiers*) e os *hauts fonctionnaires ou hommes politiques*.

Segundo Charle (1987) na França inicialmente o termo elite designava os poucos “notáveis” que constavam das listas eleitorais. Nas abordagens nobiliárquicas do antigo regime, percebe-se a ampliação da cobertura do termo e a diversificação do número de componentes da elite. Em seguida, a elite, oriunda do setor privado, foi colocada no mesmo patamar da nobreza do antigo regime. Na segunda metade do século XIX, o fim do mundo dos notáveis coincidiu com novo alargamento do leque de títulos de anuários que registravam biografias de elites<sup>34</sup>. Ou seja, aos notáveis sucederam-se as elites.

Nesse estudo Charle (1987) demonstra que a acumulação de capital (econômico, social e cultural) é recurso necessário à manutenção das relações de dominação. Os capitais, econômico e social são adquiridos por herança familiar e reconhecidos como legítimos no meio social e, quando acionados, garante o acesso aos postos dirigentes e funções públicas. Todavia, o capital cultural, tendo em vista a estreiteza do sistema de ensino, possibilita a aquisição de renda e bens materiais, favorecendo a ambição para o acesso aos postos dirigentes. Além da posse e mobilização desses capitais, Charle agrega a origem geográfica,

---

<sup>34</sup> Segundo Charle (1987) durante a República houve a publicação de anuários biográficos enfocando variantes elitistas e intelectuais, partindo do polo tradicional (nobreza, administradores, homens de negócios) até as elites contemporâneas, formadas por agentes ilustrados por forte capital simbólico (intelectuais, cientistas, políticos). Nos últimos anos, novos dicionários registraram perfis de agentes da elite que formam o topo da sociedade parisiense: aristocracia, colonos estrangeiros, funcionários, corpos diplomáticos, políticos, magistrados, militares, religiosos, cientistas, intelectuais, artistas, financistas, rentistas.

fatores regionais (urbano e rural), características de produção (agrícola e industrial), a antiguidade social e a tradição voltada aos valores de nobreza ou burguesa.

Portanto, a linhagem mais que o individual assegura a posição social por meio do acúmulo das diversas espécies de capitais necessários ao pertencimento à classe dirigente. Apesar da abolição da hereditariedade como critério de seleção, no topo, continuou valendo os mecanismos de recrutamento oriundo da grande propriedade *foncière*. O capital econômico herdado e o capital social são as chaves de acesso à administração mais que os critérios de ordem técnica ou intelectual, exceção feita aos corpos técnicos. Assim, na República houve a versão modernizada dos modos de autoreprodução familiar do *Ancien Régime* em confronto com a necessidade de renovação do modo de seleção por meio do sistema escolar, apesar do discurso da meritocracia.

Também baseado na perspectiva de Bourdieu, Sawicki (1997) analisou os tipos de mobilização partidária e seus efeitos sobre o recrutamento partidário, relacionando as trajetórias dos membros do partido socialista francês ao contexto sócio-político em que foram constituídas, demonstrando como as configurações locais atribuem especificidades a indivíduos e grupos e como as redes constitutivas de um meio partidário são manifestações de relações historicamente consolidadas. Analisou ainda a lógica do recrutamento dos novos deputados socialistas, sob o ponto de vista do recrutamento (central ou periférico) e dos recursos (partidários ou não) dos novos eleitos, concluindo pela emergência de uma nova geração de socialistas, dotadas de recursos partidários e locais, e de competência mais heurísticas que técnicas.

Por último, os brasilianistas Joseph Love, John Wirth e Robert Levine estudaram a elite republicana paulista, mineira e pernambucana respectivamente, que ocuparam os principais postos políticos nos respectivos Estados, entre 1889 e 1937. Para efeito de análise, definiram elite como um grupo definido de detentores de importantes posições nos partidos e nos governos dos Estados, do ponto de vista estatístico, uma população mais do que uma amostra. Uma vez que certas pessoas ocuparam cargos por períodos muito curto (Levine, 1980; Love, 1982; Wirth, 1982).

Todavia, para efeito de inclusão nos quadros da elite, os autores observaram um mínimo de noventa (90) dias de exercício no respectivo cargo, cuja autoridade foi identificada com nome e data da posse. Ao mesmo tempo, a biografia foi fonte de informação privilegiada, obtida para mais de 90% dos membros da elite. Foram utilizadas ainda informações obtidas em obituários publicados em diários oficiais dos Estados; notícias comemorativas em jornais, almanaques, listas de membros de associações particulares; questionários ou entrevistas com



membros da elite ou seus descendentes; listas de formaturas, publicações de partidos políticos, dicionários biográficos, enciclopédias ou álbuns comemorativos.

O processo de seleção dos membros das elites teve como base dezessete (17) cargos de nível federal e dezoito (18) de nível estadual. Da elite federal foram incluídos os cargos de presidente e vice-presidente da República; ministros da justiça, fazenda, agricultura, viação e obras públicas, educação, trabalho, relações exteriores; presidente do banco do Brasil; prefeito do Distrito Federal; presidente do departamento nacional do café; presidente da Câmara dos deputados; vice-presidente do Senado; líder da maioria na Câmara; e os membros do Supremo Tribunal Federal. Foram incluídos ainda os membros do comitê executivo dos respectivos partidos republicanos.

Nos Estados foram incluídos os cargos de presidente, vice-presidente, secretários: de justiça, finanças, agricultura, viação e obras públicas, educação e saúde, segurança e interior. Além do chefe de polícia, presidente do banco do estado, prefeito da Capital, administradores de agências peculiares de cada Estado; presidentes das câmaras e senados estaduais; líderes da maioria na câmara; e presidente do Tribunal Superior de Justiça do Estado.

Para se chegar à respectiva característica da elite foram utilizadas variáveis como idade, educação, ocupação, municípios e zonas de atividade política, laços de famílias. Além de rótulos como ideologia política, atividades sociais e culturais, laços com setores internacionais e interestaduais. Ou seja, foram utilizados variáveis e rótulos visando caracterizar a elite por meio da sua posição (método posicional) na estrutura da sociedade e do poder, em detrimento de uma estratégia metodológica reputacional.

Conforme analisado, os primeiros a estudar cientificamente elites ou grupos dirigentes foram Mosca, Pareto e Michels. Estes estudaram as propriedades, peculiaridades e relações intraelites, cuja conclusão é a de que em todas as sociedades há uma minoria, que por várias formas adquire, detêm e exerce o poder, em detrimento de uma maioria privada dele. Porém, a partir de uma perspectiva normativa, antidemocrática, antissocialista, que refletia o medo das classes dirigentes de países da Europa ocidental com o advento das massas na política.

Todavia, estes elitistas, apesar da pretensão de construir uma ciência política com forma, conteúdo e método próprio, seus estudos pouco contribuíram para o estudo da política em geral e das elites ou grupos dirigentes em particular, pois não passavam de premissas gerais ou genéricas, pouco sistematizadas, carecendo de um método ou um “fazer científico” rigoroso para comprovar suas proposições.

Esta perspectiva, conservadora e normativa foi superada por outra, crítica do poder, da democracia e da sociedade contemporânea, dos marxistas norte-americanos. Para estes, nestas

sociedades, a formação de uma elite do poder ocorre, sobretudo, pela divisão social do trabalho e pela desigualdade artificial entre os homens. Elite, que nos Estados Unidos era unificada, oriunda de três setores: econômico, político e militar.

Perspectiva que foi criticada pelos pluralistas que aceitaram a tese elitista da existência de uma elite do poder nas sociedades contemporâneas e da compatibilidade entre a elite e a democracia, desde que num cenário de ampla diferenciação social, de pluralidade de grupos organizados e de elites autônomas. Porém, discordaram da existência de um grupo social monolítico, resultando em dois métodos de pesquisa distintos: o elitista, que analisa a elite por meio da reputação; e o pluralista, que privilegia as decisões e suas consequências na sociedade.

Para o pluralismo, o poder é um instrumento simbólico legítimo, um mecanismo do sistema político, com capacidade para assegurar o cumprimento de tarefas e a realização do bem comum. Tem origem em uma pluralidade de fontes, distribuído desigualmente entre os vários grupos sociais, cada grupo o utilizando dentro de sua esfera de competência e influência, o exercendo por meio dos líderes. Diferentemente dos elitistas que entendem o poder concentrado numa elite unificada.

A partir de uma perspectiva crítica ao elitismo clássico, que não teria visto a face oculta do poder; e ao pluralismo, que teria visto apenas a face visível do poder, o neELITISMO propõe uma análise que valorize o processo de tomada de não decisões, ou de decisões “seguras”, em que é usado o artifício da manipulação de valores, mitos, instituições e procedimentos dominantes na comunidade. Com essa, poder-se-ia ver a face “oculta” do poder, tão importante como a face visível.

Todavia, a tese neELITISTA foi criticada pelos neomarxistas, para quem os elitistas não fornecem explicações satisfatórias para o processo de mudança política nem para a coesão da classe dominante. Pois estas viriam pela convergência de interesses econômicos comuns. Para estes, existe nas sociedades capitalistas avançadas uma “elite estatal”, formada por indivíduos que controlam as instituições do Estado e, em virtude disso, exercem o poder político; e uma elite econômica, formada por uma pluralidade de grupos, que apesar de vivenciarem uma situação de crescente concorrência e conflito de interesses, unem-se em prol da continuidade do sistema capitalista e pela necessidade de se obter lucro. Para os neomarxistas a noção de elite do poder faz mais sentido nos países “subdesenvolvidos”, pois nestes, uma elite unificada, como os militares, poderia substituir a classe no protagonismo da mudança social.

Também a partir de uma perspectiva crítica ao pluralismo e ao elitismo tradicional, os estruturalistas rejeitaram a noção de poder dos elitistas, pois estes menosprezam a eficácia das

estruturas sociais na determinação das decisões, focando a análise na capacidade dos agentes de tomar decisões. Estas seriam moldadas por estruturas que definiria sua eficácia. Logo, se os efeitos das decisões são determinados pelas estruturas sociais e não pela vontade dos tomadores de decisões, não faz sentido dizer quem são os detentores do poder.

Impasses teóricos e metodológicos foram apropriados e reformulados por Pierre Bourdieu. Este rompeu com o modo de pensamento substancialista da tradição marxista; e empirista dos elitistas que investigam elites procurando responder a questão de saber quem governa. Sua perspectiva consiste numa teoria e método que possibilita a análise dialética da vida prática, um exame integrado das práticas individuais e dos constrangimentos externos, tais como práticas sociais e posição de classe, e num modo de pensar relacional, que vai além da oposição entre estruturas objetivas e representações subjetivas. Trata-se de estudar estrutura de capital, de poder e de dominação nas diferentes esferas sociais. Estruturas que somente existem por meio das práticas que as põem em ação: dos agentes que as incorporam – os grupos dirigentes.

Baseado nessa perspectiva Christophe Charle analisou a elite republicana francesa, demonstrando que a acumulação de capital (econômico, social e cultural) é recurso necessário à manutenção das relações de dominação. Sobretudo os capitais econômicos e sociais que são adquiridos por herança familiar e reconhecidos como legítimos no meio social. Além desses, são utilizados recursos como: origem geográfica, regionais (urbano e rural), características de produção (agrícola ou industrial), antiguidade social e a tradição voltada aos valores de nobreza ou burguesa. Assim, a linhagem mais que o individual assegura a posição social por meio do acúmulo das diversas espécies de capitais necessários ao pertencimento pleno à classe dirigente.

Já os brasilianistas selecionaram a elite por meio dos postos que ocuparam nos partidos, Estados e União. Além de informações obtidas por meio de biografias, obituários e diários oficiais; notícias de jornais, almanaques e listas de membros de associações particulares; entrevistas com membros da elite ou seus descendentes; listas de formaturas, publicações de partidos políticos, dicionários biográficos, enciclopédias ou álbuns comemorativos. Elite estudada por meio de variáveis como idade, educação, ocupação, municípios e zonas de atividade política, laços de famílias, bem como rótulos como ideologia política, atividades sociais e culturais, laços com setores internacionais e interestaduais – método posicional.

## 2.2 – O Estado em perspetiva

O Estado como objeto de estudo remonta a Antiguidade Clássica. Inicialmente foram os gregos Platão e Aristóteles que pensaram a Pólis (cidade) como a forma política que permitia à coletividade a realização ou instauração de uma ordem social justa, e possibilitava ao indivíduo viver satisfatoriamente sob a vigilância das leis. Em Roma, com o surgimento do direito romano – estatuto jurídico que instituiu a política como poder –, reconheceu-se o conflito entre patrícios, plebeus e tribos, e o espaço de disputa (o Parlamento), inspirando, alguns séculos mais tarde, a formação dos Estados modernos<sup>35</sup>.

Durante a Idade Média houve o predomínio do pensamento cristão, especialmente de Santo Agostinho (354-430) e São Tomás de Aquino (1225-1274). Perspectiva que partia do princípio que o homem era mau por natureza o que o teria levado a cometer o pecado original. Em face disso, Deus teria lhe imposto a pena da servidão, atribuindo aos príncipes e reis, mesmo que por meio do terror, a responsabilidade de livrar os súditos do mal, conduzindo-os a viverem corretamente sob o regime da lei<sup>36</sup>.

Com a revolução naval, o renascimento e a ampliação do comércio mundial houve a redefinição do papel do Estado, rompendo com a lógica do poder fragmentado do período medieval, favorecendo a centralização e a concentração do poder na figura do príncipe. Durante esta Era surgiu o primeiro estudioso a refletir sobre o Estado como instituição de poder: Nicolau Maquiavel (1469-1527). Para Maquiavel (1991[1532]), os Estados modernos fundaram-se na força, apoiados sobre uma estrutura concreta de poder, alicerçada no espaço e no tempo histórico, geridos por homens de carne e osso, sem nada de santos ou sábios, mas cheio de paixão e audácia. Estado autônomo em relação à sociedade, cujo poder era separado entre público e privado.

Nos séculos XVII e XVIII, os contratualistas, diferentemente de Maquiavel, que pretendia ensinar ao príncipe a arte de governar o mundo real, por meio de uma abordagem científica e positiva, basearam “... suas teorias de Estado na natureza humana, no comportamento individual e na relação entre os indivíduos” (Carnoy, 1986, 22). Para os naturalistas, o advento do Estado está associado à ideia de que a coerção e a repressão moral e

---

<sup>35</sup> Ao longo deste período, por um lado, em realezas de tipo feudal, grandes famílias exerciam a autoridade política, religiosa, jurídica e econômica sobre pequenos povoados formados por agricultores, artesãos e pescadores; e por outro, em vastos impérios, déspotas exerciam a autoridade política absoluta, apoiados em castas militares, sacerdotais e administrativas.

<sup>36</sup> Pensamento base da teoria da soberania, da origem do poder e da finalidade do Estado, por meio de uma concepção negativa, em luta contra a Igreja, cuja função era corrigir as deformações humanas, diferentemente do pensamento grego que a entendia com o fim de assegurar uma vida boa na comunidade.

religiosa deveriam ser substituídas pela ação de um Estado civilizador, oriundo de um contrato entre iguais. Baseado nessas ideias o Estado passou a ser visto como controlador das paixões humanas, protetor dos direitos individuais, promotor do bem comum, garantidor do funcionamento do livre mercado. E os indivíduos posicionados acima dos direitos divinos, cujo poder e conhecimento não eram herdados pelo nascimento, mas adquiridos.

Entre os naturalistas Thomas Hobbes (1588-1679) pensou o Estado oriundo nos direitos naturais ou leis, cujo papel é a realização do bem comum. Para Hobbes (1997[1651]), antes do Estado o homem vivia em estado de desorganização social (natureza). Onde não havia lei nem poder para controlar os indivíduos e imperava a lei dos lobos. Seu papel era por ordem nesse caos, fundando a sociedade civil. O Estado deveria ser fundado por um contrato social entre os súditos e ter poder ilimitado. Contrato cujos indivíduos renunciariam a liberdade natural e a posse natural de bens, riquezas e armas e transferiam ao Estado que criaria e aplicaria as leis. Hobbes sustentou ainda que os apetites e aversões determinavam as ações voluntárias dos homens. Porém, estes civilizados desejariam sair deste estado, sem perder os direitos naturais.

Como reação ao Estado absoluto, base do poder das monarquias absolutas, e associado ao advento e ao fortalecimento da burguesia e do capitalismo na Europa ocidental, surge o pensamento de John Locke (1632-1704). Para esse a propriedade privada, a vida, a liberdade e os bens eram direitos naturais. O Estado cuja origem era num contrato social, tinha como função garantir o direito natural à propriedade, harmonizando as descobertas da ciência do século XVII com a tradição cristã da idade média. Para Locke (1997[1690]) a condição política original do homem é um singular estado de natureza onde o homem poderia não apenas assegurar e preservar sua propriedade, mas ser, ao mesmo tempo, juiz e executor da lei natural. Porém, o Estado poderia degenerar em estado de guerra, o que levou os homens a se reunir e fundar a sociedade política, um corpo de leis que regeria as relações de poder entre eles. A esta sociedade política os homens entregaram os direitos de autopreservação.

O Estado para Locke – Poder Legislativo e Executivo – exerceria o poder político dado pelos proprietários individuais ou sociedade civil. O indivíduo teria entregado seu poder político natural ao Poder Legislativo, a um grupo ou a um único homem que elaboraria e faria cumprir as leis. O poder político residiria no indivíduo que compunha a sociedade civil. O governo estaria acima da sociedade com a responsabilidade explícita e tácita de exercer o poder político. A posse da propriedade formava a base de uma sociedade civil justa e equitativa. O Estado era obra de pleno acordo entre iguais, com pleno conhecimento de seus direitos e obrigações.

Entendendo o homem no estado de natureza sem moral nem maldade e a sociedade civil é que teria, por meio da propriedade e do Estado, o corrompido, Jean-Jaques Rousseau (1712-1778) pensou o Estado, diferentemente de Hobbes e Locke, como a origem do mal e da desigualdade entre os homens. Para Rousseau (1995[1762]), o Estado visava à preservação da ordem, o controle das tentativas de usurpá-lo e a legitimação da desigualdade. Fenômeno que teria ocorrido em virtude da ingenuidade do homem que o teria levado a aceitar a formação da sociedade civil, instrumento legítimo de poder dos poderosos, a serviço da manutenção da desigualdade social.

Porém, o Estado era um mal necessário. Formado por um ato de associação em que cada um colocava em comum sua pessoa e autoridade, formando um todo indivisível, um corpo moral e coletivo, uma unidade, com vida e vontade. Pessoa jurídica formada pela união de todos, associado ao fato dos homens desejarem ser livres e iguais, cujo papel é garantir a liberdade e a igualdade entre os homens, não pela expropriação da riqueza acumulada, mas pela eliminação dos meios de acumulá-la.

Para Rousseau (1995[1762]), o poder do Estado reside no povo, que forma a vontade geral. Devendo ser exercido com prudência, sem abusar da violência e sob o regime das leis<sup>37</sup>. Pois a força não produz direito, apenas as convenções são bases da autoridade legítima. E homem nenhum possui autoridade natural sobre o outro. Com isso, quem se recusasse a obedecer à vontade geral seria constrangido pelo corpo a obedecer, ou seja, a ser livre. Para esse filósofo, o pacto fundamental, ao invés de destruir a igualdade natural a substitui por uma igualdade moral e legítima. E a desigualdade física que a natureza impôs aos homens, em força ou talento, se torne igual por convenção e por direito. Porém, havia concordância entre Locke e Rousseau, sobre a sociedade civil como reino da ordem sobre o estado de natureza. Na qual os homens encontravam-se em alguma sociedade pré-estatal, cujos indivíduos estavam organizados para além da família e do sistema de produção, numa entidade coletiva governada pelas leis.

Entre os contratualistas podemos situar também o pensamento de Charles-Louis Montesquieu (1689-1755). Para esse filósofo, o Estado consiste no princípio de que as leis são relações necessárias e derivam da natureza das coisas. Que é possível encontrar uniformidades ou constâncias na variação dos comportamentos e formas de organizar os homens. Para Montesquieu (1997[1748]), a monarquia é o governo das instituições, quando um só governa,

---

<sup>37</sup> Conforme Rousseau, “dada à impossibilidade de se restabelecer o estado de natureza, devia-se impor o pacto social à sociedade existente; e se no primeiro imperava o sentimento, no segundo viria, forçosamente, a reinar a razão. Em semelhante sociedade, o povo despojado de seus direitos naturais em favor da vontade geral, só deve obedecer à lei” (Rousseau, 1995, 18).

através de leis fíxas, cujo princípio é a honra; a República é o governo dos homens, onde o povo governa no todo ou em parte, cujo princípio é a virtude; e o despotismo é o governo das paixões, onde governa a vontade de um só, cujo princípio é o medo. Porém, a sua maior preocupação era com a possibilidade do governo degenerar em despotismo, que seria solucionado pelas condições do Estado de direito com a separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a independência entre eles – ideia de equivalência entre poderes<sup>38</sup>.

Em seguida, os federalistas John Jay (1745-1859), James Madison (1751-1836) e Alexander Hamilton (1755-1804), em grande parte, compartilharam com a ideia de equivalência entre poderes de Montesquieu. Grosso modo, os federalistas partiram de uma visão realista ou pessimista do homem, o entendendo como ambicioso, vingativo e relapso. Para Madison (1997[1788]) devem-se controlar os detentores do poder, pois estes não são anjos e devem ser habilitados para controlar o governado e a si mesmo. As estruturas do governo devem funcionar como defesa contra a tendência natural do poder de se tornar arbitrário, pela contraposição de um poder a outro, isto é: o poder freando o poder<sup>39</sup>. Por Hamilton (1997[1788]) governar subentende-se o poder de baixar leis respaldadas por sanções, penalidades ou punições pela desobediência. Não sendo assim as resoluções não teriam força de lei, tornando-se apenas conselhos ou recomendações.

A ideia de poder freando o poder viria, em uma monarquia, do Executivo; em uma República, do Legislativo, que é a origem de todos os poderes e poderia alterar as leis que regem o comportamento dos outros poderes. A instituição com a prerrogativa de corrigir esta distorção era o Senado, que poderia ser detido pelo reforço do Judiciário, que em virtude de ser o poder destituído do poder de iniciativa teria sua autonomia não totalmente garantida. Esta ocorreria a partir da atribuição à Corte Suprema do poder de interpretar o significado final da Constituição.

De outra parte, a democracia era ameaçada pelo mal que as facções lhes proporcionavam. Porém, não era necessário a sua eliminação, apenas encontrar formas de

---

<sup>38</sup> A perspectiva negativa do Estado introduzida por Platão, lavada a efeito pelos pensadores da Idade Média e aprofundada pelos liberais, foi retomada por Karl Marx (1818-1883). Para este, o homem não era mau nem maculado pelo pecado original, a sociedade é que teria estabelecido relação de desigualdade entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, levando aqueles a exercer a dominação sobre o Estado para manter sua condição de classe dominante. A solução para o Estado como instituição negativa em Platão residia na instauração de um Estado ideal; para os pensadores cristãos medievais na existência de uma sociedade paralela: a Igreja; para os liberais, na redução das funções do Estado; para Marx, na dissolução do Estado.

<sup>39</sup> De acordo com Limongi (1997), não se trata da teoria da separação dos poderes de Montesquieu, que estava mais para a teoria do governo misto. Esta definia as funções do governo distribuídas por diferentes grupos sociais como realeza, nobreza e povo, cujas prerrogativas não eram exclusividades de nenhum grupo em particular e todos eram forçados à colaboração. Assim, o governo misto, diferentemente da separação dos poderes, era a separação dos poderes de forma vertical entre órgãos distintos e autônomos.

neutralizar seus efeitos. Para Madison (1997[1788]), a diversidade de crenças, opiniões e de propriedade, era a fonte da liberdade humana, mas diferenciadora dos homens e origem das facções. Assim, proteger o direito de autodeterminação dos homens era proteger a sua liberdade e objetivo primordial dos governos ou a razão de sua existência.

A limitação do governo era necessária para assegurar uma esfera própria para o livre desenvolvimento dos indivíduos, em especial de suas atividades econômicas. Para os federalistas, a forma de governo adequada era a República representativa, pois a virtude dos tempos antigos havia sido substituída pelo apego ao bem-estar material. A República, diferentemente das democracias puras, traria a vantagem de fazer com que as funções do governo fossem delegadas a um menor número de cidadãos aumentando a área e o número de cidadãos sob a jurisdição de um único governo. Assim, a multiplicação das facções neutralizaria o poder de um grupo, tornando impossível o controle exclusivo do poder por uma facção. Todavia, a consequência disso poderia ser a paralisia do governo, com o choque entre vários interesses e o bloqueio da iniciativa das partes. Para solucioná-los Madison propôs que a legislação fornecesse os meios à coordenação dos diferentes interesses, em oposição à violência dos conflitos entre facções características das democracias populares.

Na busca da origem, fundação e definição do papel do Estado está situado também o pensamento de Friedrich Hegel (1770-1831). Para esse, o Estado não tem origem em um contrato social, é produto do desenvolvimento lógico e natural da mente humana, numa relação harmônica, visando à harmonia entre os elementos da coletividade. Instituição ideal que envolve uma relação moral, ética, justa, racional, transcendente, eterna, não histórica. Um ente coletivo idealizado, acima da sociedade, dos interesses de grupos, das partes, representante dos interesses coletivos como um todo. Assegurador da ordem social e promotor do bem-comum. Para Hegel (1996[1821]), a sociedade civil era a sociedade pré-política. Reino da dissipação, da miséria e da corrupção física e ética. Em virtude disso devia ser dominada pela capacidade intelectual superior do Estado, que era a forma mais elevada da ordem moral e ética do homem.

O pensamento destes filósofos políticos induziu o surgimento de uma luta teórico-filosófica entre os defensores do Estado absoluto e os do Estado liberal. Luta que tinha como questão central, por um lado, a supremacia do Estado sobre o indivíduo, à centralização do poder nas mãos do príncipe e o direito divino dos reis; e, por outro, a separação dos poderes, o povo ou nação como fundante do poder e a proteção aos direitos individuais. Estas ideias, além da revolução gloriosa, americana e francesa, estimularam a luta pela



constitucionalização de muitos países, e inspiraram as independências das colônias latinoamericanas, na primeira metade do século XIX, entre outros.

Rompendo com a perspectiva do Estado com poder concentrado Adam Smith (1723-1790) partiu do princípio que os homens são impulsionados pelo desejo de melhorar suas condições de vida e aumentar seus bens materiais; que cada indivíduo agindo em seu próprio interesse maximiza o bem-estar coletivo; e que a realização do bem-estar coletivo é resultado inconsciente da motivação individual pelo ganho econômico. Para Smith (1937 [1776]) a democracia é o meio dos cidadãos protegerem-se da corrupção e da avidez do governo, sendo as eleições e a liberdade de imprensa os meios pelos quais o povo pode mudar e proteger-se do governo.

Smith acreditava ainda que a sociedade poderia existir sem a intervenção direta da vontade geral<sup>40</sup>. Sem o controle do Estado sobre as empresas e o comércio. Pois o controle bom e necessário é aquele que vem de dentro do indivíduo, por meio de normas gerais de conduta, “um senso de dever”, tornando seu comportamento compatível com o todo social. Segundo Smith (1937[1776]), as faculdades morais foram colocadas dentro de nós para serem as juízas supremas de todas as nossas ações, para dirigir todos os nossos sentidos, paixões, apetites e para julgar como cada um deles seria satisfeito ou reprimido.

A partir dessas premissas defendeu o Estado com papel social, fornecedor da lei sob a qual o mercado maximizaria os benefícios aos homens, cujo poder era centrado no livre mercado e nos indivíduos. A coesão social viria do sistema de produção capitalista e da sociedade civil, entendida como mão invisível e sentimentos morais individuais, cabendo ao Estado um poder jurídico e educativo para promover os “benefícios aos homens”. Para Smith (1937[1776]) o Estado ideal é aquele cujo poder político se estende a um grupo amplo, deixando que o mercado livre cuide da distribuição da riqueza e da renda.

A perspectiva smithiana, grosso modo, está na base do pensamento pluralista<sup>41</sup>. Este definiu o Estado como um programa vazio, um servidor da cidadania, um campo neutro de debates no qual diferentes grupos de interesses e o povo definem as políticas públicas. O governo é eleito pelo povo com o propósito de servi-lo, que enquanto “indivíduo coletivo”,

---

<sup>40</sup> As grandes nações nunca são empobrecidas devido à prodigalidade e a má gestão individuais, embora empobrecam algumas vezes devido à prodigalidade e a má gestão dos poderes públicos – mãos improdutivas (...) compõem uma corte numerosa e suntuosa, uma grande instituição eclesiástica, grandes frotas e exércitos, que em tempo de paz não produzem nada e em tempo de guerra não obtêm nada que possa compensar o custo de sua manutenção, mesmo enquanto a guerra persiste (Smith, 1937[1776]).

<sup>41</sup> O pluralismo é entendido como um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas em um número não especificado de categorias múltiplas, voluntárias, competitivas, ordenadas não hierarquicamente e auto-determinadas (...) autorizadas, reconhecidas, subvencionadas (...) controladas pelo Estado (Schmitter, 1974).

elabora as leis que os governam. Os representantes eleitos e burocratas chefiam, mas refletindo ou atendendo as demandas do povo. “E embora o burocrata do Estado possa desenvolver uma vida própria, o povo em geral admite que, através de eleições, detém o poder, no final das contas, sobre as decisões governamentais” (Carnoy, 1986, 19). Os pluralistas entenderam ainda a política associada à lógica do mercado competitivo e o poder oriundo nas mãos do eleitor.

Em oposição aos resultados revolucionários do final do século XVIII e início do século XIX, ao individualismo egoísta da sociedade liberal e aos modelos teológicos e metafísicos da ciência e filosofia da Europa ocidental, surgiu na França, na primeira metade do século XIX, a teoria positivista originada no pensamento de Saint-Simon (1760-1825) e Augusto Comte (1798-1857). Esta introduziu a ideia de Estado planejador e gestor da economia e sociedade, além de situá-lo como parte de um sistema, composto pela ciência, indústria, República e a religião da humanidade. Aparato administrativo que visava o desenvolvimento e a transformação dos pilares da sociedade. Estado visto como uma instituição acima das frações sociais, promotora do bem comum e regeneradora da sociedade.

Perspectiva que segundo Bosi (1992), idealizava a sociedade do futuro, uma espécie de Nação-Estado corporativa na qual os líderes da indústria assumiriam funções políticas de relevo. Sociedade que planejaria e regularia o desenvolvimento da nação como um todo, rompendo com os privilégios egoístas individuais, em favor da solidariedade social da sociedade altruísta. Nesta, as classes mais numerosas e sofredoras seriam incorporadas e protegidas pela sólida união da indústria e governo, por meio de um Estado reformista, previsor e provedor, que recompense o mérito dos fortes e assistisse aos fracos.

Estado formado por um vasto e organizado aparelho público, que estimule a produção e corrija a desigualdade do mercado. Ratifique o capitalismo por meio da integração das classes, da promoção e do controle dos rumos do desenvolvimento econômico, cumprida por uma vigilante administração pública dos conflitos. Aparelho de Estado pensado como parte de um sistema, que como um todo, visava a concertação ou regeneração da sociedade liberal. Porém, segundo Rodríguez (1980), a justa satisfação dos interesses populares dependeria mais das opiniões e costumes que das instituições, cuja regeneração exigiria uma reorganização espiritual.

Sistema composto pela ciência, que capacitaria os indivíduos a viver em sociedade, espalhando por todas as classes opiniões uniformes e uniformidade de goveno. A escola positiva, que por meio da “ditadura científica” moralizaria a sociedade, tranformando mental, moral e politicamente as mentes e os costumes dos indivíduos. A República, segundo

Trindade (2007), era a categoria política que resumia e sancionava o encontro da ciência e da moral, da razão e do sentimento, em direção à modernidade. Sob a República estava disponível os recursos do conhecimento científico e industrial, bem como o civismo, a razão e a imaginação. A religião da humanidade formaria ao lado do conhecimento racional o outro pilar de sustentação da nova sociedade. Cujo propósito, segundo Alonso (2007), era buscar a adesão emocional dos homens ao novo regime, mudando o foco do sistema sociológico para o sistema moral, valorizando os processos de socialização que tinham como base a organização hierárquia e autocrática da sociedade.

A operacionalização desse sistema ocorreria por meio do Estado e da ditadura republicana<sup>42</sup>, que segundo Trindade (2007), combinariam centralização política e descentralização administrativa, com o poder concentrado nas mãos de um ditador, adequado à fase de transição até que a fé positiva transformasse as mentes e os costumes individuais. A República deveria ser social e não política; ditatorial e não parlamentar; temporal e não espiritual. Para Comte (1983[1854]), o Estado era portador de interesses gerais, encarregado da administração do bem público e da ação reguladora. Assegurador da ordem a partir da autoridade e do progresso a partir da liberdade. Deveria ter o foco centrado na sociedade e no sistema regenerador, com estrutura e capacidade de ação, tanto em relação às atribuições sociais como econômicas. Aparelho vasto e amplo com estrutura e força necessária para manter-se acima das facções ou grupos sociais, com a missão de regenerar a sociedade.

Pretendendo superar as ideias, princípios e mazelas da sociedade liberal surgiu, na primeira metade do século XIX, na Europa ocidental, a teoria marxista, cuja origem era no pensamento de Karl Marx (1818-1883) e Friederich Engels (1820-1895). Seu propósito era descrever a realidade como ela se apresentava e não como se pretendia que fosse. Seu mérito, segundo Duverger (1976), “... consistiu em ter recolocado os fenômenos políticos entre os fenômenos do universo social, cujo foco teórico buscou mostrar as inter-relações entre as diversas categorias de fenômenos e sua capacidade para influenciarem-se reciprocamente, além de apreender os fenômenos no seu contexto global”. O marxismo buscou na história e no conflito – não nos elementos mutáveis ou permanentes – o motor da transformação social.

Para Marx (1989[1859]) o Estado é oriundo do desenvolvimento geral da mente humana. Emergiu das relações de produção – das condições materiais da vida social. Seu

---

<sup>42</sup> Segundo Trindade (2007) para Comte a ditadura republicana é o regime que põem entre parênteses tudo o que a Constituição tem de utópica e governa de acordo com as necessidades do povo. É a ação que um homem superior exerce sobre a marcha da sociedade na qual vive. Ação necessária para modificar, segundo o interesse público, os homens e instituições, para realizar em circunstâncias difíceis as medidas extraordinárias comandadas para a salvação do Estado e da nação.

poder não vem de fora, alheio ou idealizado da sociedade. Está situado no contexto histórico, formado por homens de carne e osso, com interesses distintos e conflitantes. Não molda a sociedade, é moldado por ela. Sistema jurídico que estabelece regras de comportamento e as reforça para ajustarem-se aos valores e normas da classe dominante. Superestrutura jurídico-política, reflexo da sociedade dividida em classe, controlado politicamente pela classe economicamente dominante. Ente regente das relações de classes, que condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é neutro nem realiza o bem comum, apesar de apresentar-se como representante de toda a coletividade. Não está acima, é parte no conflito social. Para Marx, o Estado surgiu da contradição entre o interesse de um indivíduo e os interesses comuns de toda a coletividade. Foi à comunidade que se transformou em Estado.

O pensamento de Marx, em grande parte foi compartilhado por Engels (1997[1884]), para quem o Estado tem origem na necessidade de controlar os conflitos sociais entre os diferentes interesses econômicos, cujo controle é feito pela classe mais poderosa da sociedade. Objetiva mediar os conflitos de classes e manter a ordem que reproduz o domínio econômico. Seu poder não é imposto de fora para dentro da sociedade, nem a realização da ideia moral ou a imagem e realidade da razão de Hegel. É produto da sociedade num determinado estágio de seu desenvolvimento. Da sociedade dividida em classes com interesses econômicos conflitantes e irreconciliáveis. Poder surgido da sociedade, mas colocado acima dela, cada vez mais se alienando dela, necessário para manter o conflito dentro da ordem. Conflitos que não equacionados ameaçam a existência da própria sociedade.

Analisando o Estado a partir da sua estrutura e prática, Vladimir Lenin (1870-1924) foi além de Marx e Engels, percebendo o Estado caracterizado pela divisão dos súditos segundo um território e pela instituição de um poder que não corresponde diretamente à população e se organiza como força armada. É um poder separado da coletividade. Poder centralizado, com seus órgãos onipresentes: exército, polícia, burocracia, clero, magistratura. Poder que assume cada vez mais o caráter de instrumento de despotismo de uma classe sobre a outra. É produto e garantidor da existência das classes, refletindo o seu antagonismo irreconciliável. Aparece onde e na medida em que os antagonismos não podem ser conciliados. Em virtude disso, defendeu a tomada material do seu aparelho e seu desmantelamento. Logo, para Lenin (1979[1917]) “o objetivo final é a supressão do Estado, isto é, de toda a violência organizada e sistemática, de toda a coação sobre os homens em geral, cuja consequência é o desaparecimento da submissão de um homem ao outro”.

Diferentemente de Marx, Engels e Lenin, para Antonio Gramsci (1891-1937) a política é autônoma em relação às forças econômicas. O Estado é visto como um complexo de

atividades práticas e teóricas com as quais a classe dominante não somente justifica e mantém a dominação como procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais ela governa. Para Gramsci (1971) o Estado trabalha pela formação de uma vontade coletiva, por uma unidade intelectual e moral, e pela edificação e estruturação do corpo social completo, a fim de que os objetivos e as ideias das classes dominantes possam ser tomadas como valores universais. A sociedade civil não está no nível da estrutura, mas da superestrutura<sup>43</sup>.

A abordagem gramsciana amplia e valoriza o papel do Estado. Associa a ideia de hegemonia à realidade social, em todas as suas manifestações institucionais e privadas, estendendo sua influência a todos os gostos, comportamentos morais, costumes, princípios políticos e religiosos. A origem da dominação encontra-se não apenas na violência da classe dominante ou poder coercitivo do Estado, mas, sobretudo na ideia de dominação de uma classe sobre a outra centrada na aceitação por parte dos dominados da concepção de mundo da classe dominante.

A superestrutura política e ideológica prepondera sobre a estrutura econômica; e a sociedade civil, baseada no consenso, sobre a sociedade política, baseada na força<sup>44</sup>. A hegemonia ocorre na sociedade civil, difundida por instituições ideológicas, políticas e culturais como a escola, a cultura, a organização da informação, o planejamento de vida, a igreja, os intelectuais. O Estado é um ente educador, civilizador, racionalizador, repressor, reformador, promotor ou executor da revolução passiva<sup>45</sup>, que consiste em impedir o desenvolvimento do adversário, “decapitando” seu potencial revolucionário.

A partir de uma perspectiva estruturalista<sup>46</sup> Louis Althusser (1918-1990) definiu o Estado como uma máquina de repressão que permite à classe dominante assegurar a sua dominação sobre a classe dominada e submetê-la a extorsão da mais-valia. Aparelho com força de execução, intervenção repressiva e prática jurídica e política, no interior da sociedade, a serviço da classe dominante. Uma superestrutura enraizada na estrutura, como os

<sup>43</sup> Para Marx (1989) “a sociedade civil é estrutura (relações de produção). Para Gramsci, é superestrutura, o fator ativo e positivo do desenvolvimento histórico; é o complexo das relações ideológicas e culturais, vida espiritual e intelectual e a expressão política dessas relações...” (Carnoy, 1986, 93).

<sup>44</sup> “O Estado é a sociedade política e representa o momento da força e da coesão, enquanto que a sociedade civil conforma uma rede complexa de funções educativas e ideológicas, em função de que a sociedade é não apenas comandada, mas também dirigida” (Macciocchi, 1977, 150).

<sup>45</sup> Para Gramsci, “a revolução passiva caracteriza-se pela não participação das massas no movimento e por um tipo de ação que engaja apenas as elites políticas, os partidos enquanto grupos dirigentes e as forças que garantem de cima a direção da ação” (Apud Macciocchi, 1977, 110).

<sup>46</sup> Althusser rejeita a ideia de homem como sujeito histórico. Para ele, os indivíduos são suportes ou portadores de relações estruturais inconscientes que condicionam seus atos, resultando numa sociedade onde as classes sociais são os sujeitos históricos. As crenças de um indivíduo são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, governadas por rituais materiais, que são definidos pelos aparelhos ideológicos dos quais derivam as ideias do sujeito. O indivíduo é livre apenas para se submeter aos mandamentos do sujeito histórico, a ideologia da classe dominante, ou para aceitar a sua sujeição.

andares superiores não poderiam sustentar-se (no ar) por si sós se não se apoiassem sobre a sua base Althusser (1985 [1976]). Há apenas autonomia relativa da superestrutura em relação à base. Estrutura que pode agir tanto pelo seu aparelho repressivo – exército, polícia, tribunais, prisões; como pelos aparelhos ideológicos – igrejas, escolas, família, sistema jurídico e político, sindicatos, teatros, jornais, rádios, televisão. Por isso, o proletariado precisa tomar o Estado para substituí-lo por um Estado proletário e, em seguida, destruí-lo<sup>47</sup>.

Numa perspectiva também estruturalista Nicos Poulantzas analisa o Estado sob a ótica da luta de classes, focando a análise na natureza das classes sociais, no papel do Estado, na formação e definição do conflito de classes e nos efeitos desses sobre o Estado. Na sociedade capitalista o Estado estaria separado da estrutura econômica, com “autonomia relativa”, necessária para funcionar como Estado de classe. Ele seria o local de organização do grupo hegemônico da classe capitalista fracionada.

O Estado capitalista, para Poulantzas (1977), é o centro do exercício do poder político. Lugar no qual se reflete o índice de dominância e de sobredeterminação que caracteriza uma formação social e de condensação das contradições entre instâncias defasadas por temporalidade próprias. Uma superestrutura jurídica e política com a função de constituir e manter a coesão, a ordem, a organização e o equilíbrio de uma formação social, impedindo o conflito e a luta de classes. A desigualdade nas relações econômicas seria “compensada” pela igualdade na vida política. O Estado não é uma entidade que existe por si mesma, uma coisa, mas a condensação de relação de força, parte e resultado da luta de classes.

O Estado apresenta-se como representativo do interesse geral, como encarnação da vontade do povo-nação,<sup>48</sup> ocultando aos agentes seu caráter de classe. Para Poulantzas (1977), o Estado capitalista não separa o direito da violência, nem a repressão da persuasão. É o monopólio da violência física legítima, da lei e da ordem capitalista. O direito consagra a individualização, tanto dos trabalhadores como da burguesia, garantindo, por meio do princípio da igualdade perante a lei, as diferenças individuais, a homogeneidade e a

---

<sup>47</sup> De acordo com Althusser (1985) o controle do aparelho de Estado é necessário para que a classe no poder, por meio do aparelho repressivo, imponha a lei adequada às suas necessidades; e por meio dos aparelhos ideológicos, exerça a hegemonia. A contestação ao poder do Estado não deve ser efetuada por meio da contestação do aparelho repressivo do Estado, mas através de uma contra ideologia, difundida entre as classes subordinadas visando à destruição da hegemonia ideológica da classe dominante.

<sup>48</sup> A nação está dividida em território, espaço onde o trabalhador é fracionado, isolado, separado de seus meios de produção, desterritorializado, reincorporado e assimilado; e história comum, que reúne tradição e língua, unificando o povo dividido pelo processo de produção, num novo conceito de espaço e tempo.

reintegração no Estado-nação. Processo realizado por um conjunto de leis, normas, valores, história, tradição, língua e conhecimento<sup>49</sup>.

Esse estudo embasou-se também na perspectiva de Kaplan (1969), que define o Estado como a expressão e forma mais ou menos cristalizada de uma realidade móvel, complexa e conflitante. Superestrutura constituída por formas e hierarquias de poder que expressam as necessidades e os sistemas de relações humanas estabelecidas em um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. Não é uma organização política autônoma, não está ligado às sociedades desenvolvidas, nem à existência de um aparato estatal. Pois todas as sociedades humanas, mesmo as mais primitivas e atrasadas, produzem o fenômeno político, seus processos e estruturas.

Ele não é reflexo de uma realidade transcendente ou imanente à sociedade, mas seu produto, modo de expressão e organização, sua síntese oficial e simbólica. Seu surgimento supõe a preexistência de condições em que a divisão do trabalho e funções, a gama de conflitos entre classes e grupos, a luta pelo controle e exercício exclusivo do poder levam a cisão da sociedade em unidades separadas, em interesse particular e geral, público e privado, comunidade e indivíduo. Cisão que chega a antagonismos irreconciliáveis que atenta contra a coesão e a existência da própria sociedade. É, em última instância, a expressão de um determinado sistema social, nunca servindo exclusivamente à sociedade em seu conjunto nem aos interesses gerais.

Para Kaplan o Estado assume a consciência, a racionalidade, o poder organizador e coesivo e a representatividade do interesse geral. Pretende organizar, sistematizar e totalizar a sociedade. Expressa, institui e conserva os conflitos que lhe deram origem e sentido, atenuando-os e mantendo-os em compatibilidade com a ordem social básica. Apropria-se do poder da sociedade e monopoliza a força coletiva. Transforma os interesses comuns da sociedade nos chamados interesses gerais. Pode acumular e estender amplos e complexos poderes de coação, decisão, política e ideologia, possibilitando aos grupos hegemônicos e dominantes e a burocracia utilizar o poder para seus próprios fins, inclusive contra a própria sociedade.

Ele surge e opera em âmbito espacial delimitado – território, sobre o qual está estruturada uma sociedade, formando uma unidade política fechada. A filiação dos indivíduos e grupos ao sistema político define-se por nascimento ou residência. Ele não é uma instituição

---

<sup>49</sup> “Sob o feudalismo, os preceitos religiosos da igreja atribuíam uma porção de verdade divina a cada indivíduo (...) que limitavam seu poder terreno (...) baseados no direito natural. Sob o capitalismo, o direito incorpora a relação capitalista de poder e conhecimento: não há conhecimento nem verdade nos indivíduos, exceto como definidos pelo direito burguês” (Carnoy, 1986, 153).

política instintiva nem inventada. Expressa uma racionalidade progressiva de estruturas políticas preexistentes. Pressupõe, aprofunda e consolida a separação crescente entre governantes e governados, configurando-se como aparato político distinto e especializado de permanente ação política e administração. Organização caracterizada cada vez mais pela centralização, complexidade e grandes dimensões. E pela pretensão de autonomia, supremacia e capacidade totalizadora.

O papel do Estado é inseparável daqueles que o encarnam, dão vida e administram: dirigentes políticos e o corpo burocrático. A ordem de ação política situa-se ao nível da formulação e execução de decisões de interesses da sociedade global e suas principais divisões e componentes; define-se pelo poder; expressa confronto de grupos e indivíduos em competição. A ordem da ação administrativa coloca-se ao nível da organização e aplicação das decisões tomadas sobre assuntos públicos; define-se pela autoridade, pela organização formalmente hierarquizada e pela submissão a regras.

Segundo Kaplan (1969) as principais funções do Estado referem-se a: institucionalização, legitimidade e consenso, legalidade, coação social, educação e propaganda, organização coletiva, relações internacionais. Além de elaborar, sistematizar e impor uma concepção de mundo e de sociedade, um sistema de valores e representações coletivas, e uma ideologia que expressa e justifica as relações e estruturas parciais e o sistema geral vigente em um país e suas etapas particulares. O Estado em abstrato e o governo concretamente são postulados como formas necessárias e convenientes de estruturação institucional, idênticas a uma ordem racional e justa distribuidores de benefícios, autolimitados no desenvolvimento e uso de seus poderes, devendo, portanto, exigir e merecer aceitação e obediência.

Rompendo com a perspectiva marxista-economicista-instrumentalista, a teoria marxista norte-americana adota a perspectiva do Estado autônomo, reflexo da vontade geral, com papel central à ordem e ao desenvolvimento capitalista. Vê o Estado com autonomia relativa, produto das relações de dominação e seu modelador, expressão ou condensação das relações sociais de classes. Para essa tradição, a classe dominante pode manter a posição sem controlar todos os aparelhos de Estado.

Segundo Przeworski (1982), os interesses dos trabalhadores e capitalistas nem sempre são irreconciliáveis. Aqueles, nas sociedades capitalistas democráticas podem, sob certas condições econômicas e políticas, escolher o capitalismo pelo que ele pode proporcionar material e politicamente, favorecendo assim compromisso de classe em que os capitalistas são recompensados com concessões do Estado para estimular o investimento e os trabalhadores



aquinhorados com aumento de salário a partir do lucro. Relegando ao Estado papel de coordenador da coalisão, impondo, quando necessário, a concordância das classes com os termos de cada compromisso, expressão da estrutura da sociedade capitalista e do Estado autônomo.

Para Block (1980) os capitalistas influenciam o processo político, mas não controlam diretamente o Estado, que fica sob a direção dos “administradores”. Rejeita a ideia de que a classe dominante tem consciência para si, e sugere que o capitalismo é movido pelo conflito entre a classe capitalista, os administradores do Estado e a classe trabalhadora. As relações de produção são importantes, mas o poder do Estado é *sui generis*, não redutível ao poder de classe. Nessa formação, os administradores do Estado são maximizadores coletivamente egoístas, interessados em maximizar seu poder, prestígio e riqueza. Em face das classes se comportam como administradores do Estado movidos pelo autointeresse e não como membro de uma delas.

Perspectiva reforçada por Skocpol (1981) que vê o Estado como ator autônomo na relação com a economia e sociedade, capaz de fazer escolhas e alcançar metas políticas, a partir de uma perspectiva weberiana do Estado em ação<sup>50</sup>. Autonomia concebida na qualidade da organização que formula meta que não é simples reflexos da demanda de interesses de grupos, mas produto de uma organização administrativa e coerciva encabeçada e coordenada por uma autoridade executiva, que extrai seus recursos da sociedade, base do poder e da autonomia do Estado. Assim, este poder pode ser usado contra a classe dominante, facções de paz e guerra e Estados estrangeiros. Para Skocpol (1981) o Estado não tem, dentro do capitalismo, uma história linear ou estática, mas estruturas variáveis, com histórias independentes, em processo construtivo de avanços e recuos. As estruturas do Estado são formadas e reformadas através de conflitos entre os próprios políticos, conflito que às vezes os inspiram a mobilizarem apoio social ou a agirem sobre a sociedade ou a economia na busca de vantagens políticas em relação a outros políticos.

Também, O'Connor (1974) entende que a crescente intervenção do Estado na economia é necessária ao desenvolvimento capitalista, porém carregada de contradições. Estas seriam inerentes à extração de impostos para subsidiar a acumulação do capital, legitimar o desenvolvimento capitalista e as contradições no processo de trabalho no seio do aparelho do

---

<sup>50</sup> Em Weber o “Estado em ação” é analisado por meio de indicadores como: grau de centralização e descentralização de autoridade, meios financeiros, quadro de funcionários, ambiente e comportamento dos principais atores econômicos e sua relação com o Estado.

Estado<sup>51</sup>. Este intervém para burocratizar, enclausurar e administrar o conflito de classes, regulando as relações entre trabalho e capital. O desenvolvimento das relações de produção levou as grandes corporações a empregar o poder do Estado em seu interesse visando à socialização dos custos de produção. Ao mesmo tempo, as lutas do movimento operário reforçaram a tendência geral para a queda da taxa de lucro, levando o capital corporativo a usar o Estado para mobilizar fundos a partir da poupança líquida da população em geral.

Em outra perspectiva Max Weber situou o Estado no contexto do processo de desenvolvimento das instituições sociais, econômicas e culturais das sociedades ocidentais modernas. O definiu como uma instituição posicionada acima das facções sociais com capacidade e legitimidade para fazer uso da força e dotado de uma burocracia com capacidade técnica e administrativa para fazer a gestão da sociedade. Núcleo organizado caracterizado pela introdução de um central e contínuo sistema tributário, um central comando militar, pelo monopólio do uso da violência e por uma administração burocrática. Domínio que se realiza na aplicação diária da administração, nas mãos do funcionalismo. A burocracia expressa o domínio racional legal do Estado como governo da razão, com objetivo de gerir o poder, cujo comando é vertical e descendente, numa relação de mando e obediência, cujas atribuições são fixadas em lei.

Caracteriza-se ainda por uma administração e uma ordem jurídica regulada por normas e pela noção de direitos e deveres; pelo monopólio do exercício do poder sobre todas as pessoas que vivem sobre o seu território; e pelo exercício legítimo do poder. É uma estrutura que reivindica o monopólio do constrangimento ou coerção física, como a única fonte legítima do exercício da violência. Comporta a racionalidade do direito, por meio da especialização do poder Legislativo e Judiciário, e uma polícia encarregada de proteger os indivíduos e garantir a ordem pública. A administração que tem legitimidade para intervir em setores como a educação, saúde, economia, cultura e outros.

Estado, que por meio das leis e do uso legal da violência, deve garantir o direito natural de propriedade, a liberdade econômica dos proprietários e arbitrar os conflitos na sociedade civil. Deve permitir ou proibir tudo o que pertença à esfera pública, sem interferir na liberdade de pensamento dos governados, somente exercendo censura nos casos em que se emitam opiniões sediciosas que ponham em risco o próprio Estado. Ente com prerrogativa para coletar impostos, fazer uso da força, exercer o poder civil e militar, por meio da

---

<sup>51</sup> De acordo com Wolfe (1977) as elites capitalistas necessitam de uma instituição que possa transmitir a ideia de que as contradições políticas da sociedade não existem ou estão sendo resolvidas. E esta instituição é o Estado. Que como objeto da luta de classe, parece estar acima dessa.

administração. Para Weber (2001), o Estado está em permanente processo de construção ou ampliação das funções administrativas e burocráticas, no desejo de domínio sobre todo o território sob sua jurisdição.

Rejeitando os pressupostos teóricos das tradições marxista, liberal e funcionalista<sup>52</sup> e adotando a noção de Estado autônomo, Michael Mann o define como formado por uma centralidade e uma territorialidade com capacidade para acionar, ao mesmo tempo, poder despótico<sup>53</sup> e infraestrutural<sup>54</sup>. Com autonomia suficiente para prover e exercer esses poderes sobre a economia e a sociedade. Instituição vista não como uma arena onde as questões econômicas domésticas e/ou ideológicas são resolvidas; mas onde a força militar é mobilizada e usada doméstica e internacionalmente. Para Mann (1992), o Estado é um conjunto de instituições e funcionários, expressando centralidade, irradiando poder de um centro para cobrir uma área demarcada territorialmente, sobre a qual se exerce o monopólio do estabelecimento de leis obrigatórias, sustentado pelo monopólio dos meios da violência física.

Nas democracias capitalistas o poder despótico do Estado é fraco, porém o poder infraestrutural é forte. O poder despótico denota o poder da própria elite estatal sobre a sociedade civil; e o poder infraestrutural penetra e coordena as atividades da sociedade civil através de sua própria infraestrutura. Os Estados infraestruturalmente poderosos são fortes em relação aos indivíduos e aos grupos fracos da sociedade civil, mas fracos em relação aos grupos dominantes. Para Mann (1992) desde as sociedades pré-industriais, mas, sobretudo nas sociedades industriais, houve um crescimento sem precedente do poder infraestrutural do Estado e o declínio do poder despótico.

Ao mesmo tempo, é próprio do Estado o poder (infraestrutural) de avaliar e taxar as rendas e riquezas dos cidadãos, estocar e usar informações sobre cada cidadão, fazer cumprir a sua vontade em todo o seu domínio, exercer influência e poder sobre a economia global, além de prover subsistência à população necessitada, sem o consentimento direto da população. Nesse sentido, o fortalecimento e a ampliação das funções do Estado se da na logística do controle político, através das técnicas de ação, gestão ou administração nas áreas

---

<sup>52</sup> De acordo com Mann (1992) os funcionalistas concebem o Estado como um lugar, uma arena, onde a luta de classes, os grupos de interesse e os indivíduos se exprimem e se institucionalizam. Onde uma Vontade Geral (valores essenciais ou consenso normativo) é expressa e implementada e unidas na recusa de um poder autônomo significativo para o Estado.

<sup>53</sup> Para Mann (1992) poder despótico é a extensão das ações que a elite é capacitada a empreender sem a negociação de rotina institucionalizada, com os grupos da sociedade civil. Poder virtualmente ilimitado ou a capacidade que todas estas Rainhas Vermelhas têm de falar “com meneios de cabeça” e ter seus caprichos satisfeitos sem dificuldades adicionais, ou seja, autonomia do poder.

<sup>54</sup> Para Mann (1992) poder infraestrutural é a capacidade do Estado de penetrar na sociedade civil e de programar logisticamente as decisões políticas por todo o seu domínio. Poder fraco nas sociedades históricas e poderosamente desenvolvido nas sociedades industriais.

militar, econômica e ideológica. Visa à manutenção da ordem interna, defesa externa, ampliação da infraestrutura e a redistribuição da renda. O poder infraestrutural deriva da sua utilidade social e condição de poder institucional centralizado territorialmente; e o poder despótico da incapacidade das forças da sociedade civil de controlar as formas de centralização territorial.

Por último, este estudo embasou-se na perspectiva de Kaplan (1969) que analisando o processo de formação do Estado nacional espanhol e português e ibero-americano afirmou que a Reconquista ibérica gerou e reforçou sentimento de comunidade étnica, religiosidade e de cruzada contra os árabes, favorecendo a obtenção de unidade nacional, a centralização político-militar em monarquias absolutistas. Estas possuíam aparatos administrativo-militares, que lhes possibilitaram imporem-se sobre a nobreza, de serviço burocrático-combatente, e a um clero poderoso e influente, usando as terras reconquistadas como meio de afiançar seu poder. Monarquias que assumem a tarefa marítima e colonial, fundando empresas e companhias de comércio, navegação e exploração de territórios na África, Ásia e América. Ou participam de outras criadas ou administradas por capitais privados, mas com monopólio e controle reais. Instituições administradas por uma burocracia forte e extensa. Cruzada em que a Igreja exerce papel de direção espiritual e ideológica da sociedade ibérica cristã, conferindo-lhe sentimento de autoridade, anulando os direitos e garantias burguesas e de cidades.

Segundo Kaplan a conquista e a colonização da América pela Espanha e Portugal combinam processos complexos e contraditórios como: o prolongamento da reconquista militar da península no Novo Mundo; o transplante de elementos de um feudalismo em decomposição; e a projeção de um capitalismo mercantil-financeiro. Cujas classes dominantes ibéricas vêem a América como meio de adquirir e acumular metais preciosos, terras, matérias primas e mão-de-obra, recursos que satisfazem os apetites e necessidades da monarquia absoluta, dos grupos dominantes da metrópole, dos conquistadores, das potências europeias em ascensão e do mercado mundial. Interesses assegurados por meio de uma máquina burocrática, que compreende o próprio centro metropolitano e uma rede de órgãos locais. Poder que desempenha papel decisivo na configuração das instituições socioeconômicas, políticas e culturais na América hispano-portuguesa. Além de defender os interesses dos grupos dominantes, promovem e supervisionam a conquista e a colonização, regulando o equilíbrio entre as classes.

O sistema político-administrativo imperial tem seu centro no próprio monarca, abrangendo todos os âmbitos da gestão burocrática, a legislação, justiça, comércio, finanças, guerra e religião. O centro metropolitano prolonga-se na América, através de vice-reinado,

capitania-geral, presidência, tribunais, corregedores. Os órgãos reais nas colônias estão submetidos, direta ou indiretamente, a autoridade da coroa e abrangem uma gama variavelmente ampla de funções sem delimitação precisa. Os funcionários reais na América devem aplicar as decisões e normas da coroa, mas sob seu controle. A perseguição religiosa, especialmente a inquisição, ocasiona pânico, insegurança e confiscos, ajudando assim a limitar a expansão das camadas médias urbanas de manufactureiros, mercadores e profissionais. A legislação é objeto de infração crônica pelos grupos privilegiados e de poder e pelos funcionários interessados. O predomínio é do setor agroexportador, que abarca e enlaça os grupos latifundiários, mineiros, comerciantes, financistas urbanos, chefes políticos, militares e eclesiásticos, em estreita aliança com as metrópoles e empresas estrangeiras.

Nesse contexto, para Kaplan (1969) a formação dos Estados independentes na América luso-espanhola teve como característica a centralização do poder, baseado na soberania popular e na democracia representativa. Modelos adotados em virtude do prestígio dos países de origem como paradigma de progresso e civilização; a formação intelectual e a alienação ideológica das elites crioulas; a identificação do liberalismo econômico com o político; a crença de que a democracia liberal contribui para obtenção de legitimidade e do consenso das massas; e a confiança em que o peso dos grupos dominantes e da estrutura socioeconômica vigente limitaria o alcance do sistema democrático formal. Modelo importado, adotado mais como fórmula mágica que como método autônomo e criativo de conhecimento e de ação. Sob este sistema e o manto da unidade nacional o conjunto da vida coletiva tarda a se organizar, subsistindo tendências centrífugas, os direitos particulares, os perigos de ruptura e secessão. O papel dessa estrutura de Estado oligárquico é a institucionalização, coação social, educação, organização coletiva e relações institucionais.

Conforme analisado a estrutura e o papel do Estado variam no espaço e no tempo, tanto em termos teóricos como enquanto instrumento de ação política. Inicialmente os gregos o pensaram como instituição que possibilitava à coletividade a realização de uma ordem social justa e ao indivíduo viver satisfatoriamente sob a vigilância das leis. Em seguida, o pensamento cristão o entendeu como necessário para livrar o homem do mal, conduzindo-o a viver corretamente em sociedade. Já na renascença houve o rompimento com a estrutura e poder fragmentado do período medieval, em favor da centralização e concentração do poder na figura do príncipe.

Logo em seguida os contratualistas pensaram o Estado oriundo de um contrato social, cujo poder não mais baseado na autoridade, mas na soberania, não mais herdado pelo nascimento, mas adquirido, devendo ser exercido de forma separada, independente e

harmônica, com o propósito de proteger o indivíduo, a liberdade e a propriedade. Instituição política neutra, acima das partes, do corpo social e dos interesses materiais, cujo papel era a realização do bem comum. Estado civilizador, controlador das paixões humanas e garantidor do funcionamento do livre mercado, que ao reconhecer direitos de cidadania posicionava os indivíduos fora dos direitos divinos.

Entendendo o poder do Estado como prejudicial ao desenvolvimento econômico, social e individual o pensamento smithiano o defendeu com papel social, fornecedor da lei sob a qual o mercado maximizaria os benefícios aos homens, cujo poder era centrado na sociedade, no livre mercado e nos indivíduos. Estado cujo poder jurídico e educativo deveria se estender a um grupo amplo, deixando que o mercado livre cuidasse da distribuição da riqueza e da renda. Para esse pensamento a sociedade poderia existir sem a intervenção direta da vontade geral, o mercado sem o controle do Estado sobre as empresas e o comércio e os indivíduos deveriam ser controlados pelo “senso de dever”. A coesão social viria do sistema de produção capitalista e da sociedade civil, entendida como mão invisível e sentimentos morais individuais.

Esse pensamento está na base da tradição pluralista para quem o Estado é um programa vazio, um servidor da cidadania, um campo neutro de debates no qual diferentes grupos de interesses e o povo definem as políticas públicas. O governo é eleito pelo povo com o propósito de servi-lo, que enquanto “indivíduo coletivo” elabora as leis que os governam. Os representantes eleitos e burocratas chefiam, mas refletindo a vontade do povo. Sendo a política associada à lógica do mercado competitivo e o poder oriundo das mãos do eleitor.

Um tanto diferente destas tradições encontra-se o pensamento de Hegel para quem o Estado não tem origem em um contrato social, mas é produto do desenvolvimento lógico e natural da mente humana. Instituição ideal que envolve uma relação moral, ética, justa, racional, transcendente, eterna, não histórica. Um ente coletivo idealizado, acima da sociedade, dos interesses de grupos, das partes, representante dos interesses coletivos como um todo, assegurador da ordem social e promotor do bem-comum. A forma mais elevada da ordem moral e ética do homem.

Em oposição à ideia de sociedade e Estado liberal surgiu à ideia de Estado positivista. Estado planejador e gestor da economia e sociedade. Parte de um sistema maior composto pela ciência, indústria, República e religião da humanidade. Aparato administrativo que visava o desenvolvimento e a transformação dos pilares da sociedade, acima das frações sociais, promotor do bem comum. Planejador e regulador do desenvolvimento da nação como um todo, formado por um vasto e organizado aparelho público, estimulador da produção,

corretor da desigualdade do mercado e ratificador do capitalismo por meio da integração das classes e do controle dos rumos do desenvolvimento econômico.

Em oposição ao Estado liberal e às contradições da sociedade urbano-industrial da Europa ocidental surgiu o pensamento marxista de Estado. Para esse o Estado é oriundo do desenvolvimento geral da mente humana, emergente das relações de produção, cujo poder vem do fato da sociedade estar dividida em classes. Está situado no contexto histórico, formado por homens de carne e osso, com interesses distintos e conflitantes. Não molda a sociedade, é moldado por ela. Superestrutura jurídica e política que estabelece regras de comportamento e as reforça para ajustarem-se aos valores e normas da classe dominante. É parte no conflito social, apesar de apresentar-se como representante dos interesses de toda a coletividade.

O pensamento marxista ampliou a noção de Estado para além da ideia de Marx. Nesse contexto está o pensamento gramsciano para quem o Estado é um complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dominante não apenas justifica e mantém a dominação como procura conquistar o consentimento ativo da classe dominada. Superestrutura política e ideológica, baseado na força, preponderando sobre a estrutura econômica; e a sociedade civil, baseada no consenso, preponderando sobre a sociedade política. Estado em que a classe dominante constrói sua hegemonia que, ocorre na sociedade civil, e é operacionalizada por instituições ideológicas, políticas e culturais como a escola, a informação, o planejamento de vida, a igreja, os intelectuais.

Variante do pensamento marxista de Estado o pensamento estruturalista o define como uma máquina de repressão que permite à classe dominante assegurar a sua dominação sobre a classe dominada e submetê-la a extorsão da mais-valia. Aparelho com força de execução e prática jurídica e política, no interior da sociedade, a serviço da classe dominante. Estrutura que pode agir tanto pelo aparelho repressivo como pelo aparelho ideológico. Estado centro do exercício do poder político. Superestrutura jurídica e política com a função de constituir e manter a coesão, a ordem, a organização e o equilíbrio de uma formação social, impedindo o conflito e a luta de classes.

Diferentemente do marxismo tradicional o marxismo norte-americano adota a perspectiva do Estado autônomo, reflexo da vontade geral, com papel central à ordem e ao desenvolvimento capitalista. Vê o Estado com autonomia relativa, produto das relações de dominação e seu modelador, expressão ou condensação das relações sociais de classes. Para parte destes os interesses dos trabalhadores e capitalistas nem sempre são irreconciliáveis, o que favorece compromisso de classe. Para outros os capitalistas influenciam o processo

político, mas não controlam diretamente o Estado, que fica sob a direção dos administradores. Estes maximizadores coletivamente egoístas, interessados em maximizar seu poder, prestígio e riqueza. E outros o veem ainda como ator autônomo na relação com a economia e sociedade, capaz de fazer escolhas e alcançar metas políticas, a partir de uma perspectiva weberiana do Estado em ação.

O pensamento weberiano situou o Estado no contexto do processo de desenvolvimento das instituições sociais, econômicas e culturais das sociedades ocidentais modernas. O definindo como uma instituição posicionada acima das facções sociais com capacidade e legitimidade para fazer uso da força e dotado de uma burocracia com capacidade técnica e administrativa para fazer a gestão da sociedade. Núcleo organizado caracterizado pela introdução de um central e contínuo sistema tributário, um central comando militar, pelo monopólio do uso da violência e por uma administração burocrática. Domínio que se realiza na aplicação diária da administração nas mãos do funcionalismo.

Próximo da tradição weberiana pode-se situar o pensamento de Estado de Mann. Este definiu o Estado como um conjunto de instituições e funcionários, expressando centralidade, irradiando poder de um centro para cobrir uma área demarcada territorialmente, sobre a qual se exerce o monopólio do estabelecimento de leis obrigatórias, sustentado pelo monopólio dos meios da violência física. Estrutura formada por dois poderes: despótico e infraestrutural. Aquele denota o poder da própria elite estatal sobre a sociedade civil; e o poder infraestrutural penetra e coordena as atividades da sociedade civil através de sua própria infraestrutural.

## 2.3 – O Processo de Construção do Estado no Brasil

### 2.3.1 – Pressupostos Teóricos

Segundo Reis (1998) a emergência e o desenvolvimento histórico dos Estados devem ser vistos como resultados inesperados de processo configuracionais de longa duração, nos quais intervêm variáveis motivacionais de caráter material ou ideal, assim como restrições de caráter físico, biológico e cultural<sup>55</sup>. Para Elias (1982) a construção de Estado é um processo histórico-civilizatório mais amplo. Não um evento delimitado no espaço e no tempo. Relacionado a processos de mudanças nas relações sociais, que transcendem as motivações

---

<sup>55</sup> Segundo Reis (1998) “O processo de construção de Estado esteve historicamente relacionado ao pressuposto que o define como um fenômeno realizado de uma vez por todas por uma sociedade ou na existência de um jogo de soma zero entre poder público e poder privado”. Todavia para Reis estes pressupostos não continuam válidos, pois o fortalecimento do poder público e privado pode ocorrer simultaneamente.



dos atores individuais ou de grupos, interagindo socialmente e animando os processos de mudanças.

Conforme Merquior (1992) construção de Estado é processo que resulta na emergência de um poder central, com controle efetivo sobre os meios de coerção, soberania sobre um dado território e a capacidade de arrecadar taxas regularmente, juntamente com um sistema judicial estável. Porém, discordamos de Merquior por ele entender que a construção do Estado brasileiro encerrou-se na década de 1860. Para esse estudo, estes processos não são delimitados no espaço e no tempo. Segundo Carvalho (2007), no Brasil, diferentemente da maioria dos países hispanoamericanos, havia, durante o período imperial, uma elite política nacional unificada e treinada para o exercício do poder, com papel relevante no processo de construção do Estado.

Segundo Trindade (1985) a análise do processo de construção do Estado brasileiro durante muito tempo girou em torno das relações entre Estado e sociedade. Porém, nos últimos anos novos estudos ampliaram as clivagens para além desta polarização. A clivagem tradicional, representada, sobretudo por Faoro (1975), enfatiza o papel do Estado, através do estamento burocrático, ao longo da formação do patronato político brasileiro. E as análises em que o eixo central era colocado na sociedade agrária e nas formas de privatização dela decorrentes. Perspectiva representada por Holanda (1956), Duarte (1939), Queiroz (1976) entre outros.

O fenômeno da construção do Estado brasileiro, Faoro (1975), tem sua fundação na expressão de uma burocracia estamental, em que durante a colônia os centros de autoridade eram sucursais obedientes a Lisboa, cujo Estado imposto à colônia permaneceu íntegro, reforçado pela espada ultramarina, não permitindo outro poder senão o de sua administração e de seus agentes – o estamento. Poder ou força centrípeta liderada por uma minoria que comandou, disciplinou e controlou a economia e os núcleos humanos, e impôs-se aos senhores rurais, que impotentes refugiavam-se nas Câmaras municipais, freados, limitados e dominados pela falsa autonomia das vilas distantes. Cenário em que nação, povo, agricultura e comércio obedeciam à tutela do estamento burocrático autônomo, detentor da soberania.

Esta perspectiva contrasta com a de Queiroz (1976), para quem durante a colônia a nação se formara a partir de uma multiplicidade de chefes municipais, unidos entre si por laços de sentimentos e sangue, mas completamente independentes uns dos outros, num estado de autossuficiência econômica. Durante o império, os bacharéis, nos centros urbanos eram uma espécie de extensão do domínio do latifúndio, os continuadores dos interesses dos senhores rurais. Durante a colônia e império, a organização familiar, formou o núcleo da organização

social brasileira, não apresentando modificações significativas nos primeiros anos da República. Movimento centrífugo, apoiado na grande extensão territorial e no desejo dos notáveis das Províncias. Para esse estudo, as duas perspectivas continuam válidas, pois uma não exclui a outra.

Concordamos também com Carvalho (2007), para quem a adoção da solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram, em boa parte, consequência do tipo de elite política existente à época da independência. Uma elite homogênea em termos ideológico, educacional e profissional. Fatores que contribuíram à redução do risco de conflitos intraelite e favoreceram a concepção e a capacidade à implantação do modelo de dominação política. Possibilitou ainda objetivo comum, coesão e capacidade de agir politicamente. Junto à herança burocrática lusa forneceu-lhes as bases à manutenção da unidade e a estabilidade do novo país, evitando a instabilidade crônica, a fragmentação e o consequente retardamento da consolidação do poder.

Analisando a formação do Estado brasileiro, Trindade (1985) afirma que a formação do Estado nas sociedades periféricas fugiu à concepção clássica do Estado como reflexo da sociedade civil. Ao contrário, quanto mais à inserção no mercado mundial e as tentativas para definir e realizar o desenvolvimento foram tardios, mais o papel do Estado foi decisivo e extenso. Nesse sentido, a construção do Estado dependeu do perfil da classe dirigente, cujo papel possibilitou a ruptura do vínculo colonial e a formação do aparato estatal que atendeu as expectativas da elite política, civil e militar, os interesses dos setores agrários, latifundiários, escravistas e monocultores para exportação. Favorecendo a demanda de unidade nacional e a demarcação do território.

A partir de uma perspectiva neopatrimonialista, Schwartzman (1988) retoma parte da tese de Faoro, argumentando que o problema principal com os Estados de base neopatrimonial é que todas as formas de organização social criada pelo Estado tendem a ser dependentes dele e orientadas para a obtenção de seus favores. E por meio do conceito de cooptação política concluiu que lideranças mais ativas são cooptadas pelo sistema político e colocadas ao seu serviço. O estamento burocrático brasileiro é permissivo e incorpora com facilidade intelectuais, empresários, líderes religiosos e dirigentes sindicais. É uma espécie de Estado tutelar que coopta ou submete à sua tutela formas autônomas de participação política.

Por último, estamos em acordo ainda com Alonso (2002), para quem as ideias nunca são totalmente inseparáveis do seu enraizamento em instituições, práticas e relações sociais. Formas de pensar estão imersas em práticas e redes sociais. Elas fundamentam a ação ou o papel da elite enquanto agentes políticos, sociais e individuais. E com Bourdieu (1998) para

quem é necessário uma análise dialética da vida prática ou um exame integrado das práticas individuais e dos constrangimentos externos, tais como práticas sociais e posição de classe. Logo, as noções de *habitus*, trajetórias, práticas sociais e unidade do grupo dirigente conferem a elite enquanto agente coletivo e individual papel político relevante.

### 2.3.2 – Colônia

O processo de construção do Estado brasileiro teve início logo após a chegada dos portugueses no Brasil. Obra de responsabilidade da coroa portuguesa, do estamento<sup>56</sup> e dos senhores rurais – homens bons. Conforme Faoro (1975), a coroa portuguesa fundou no Brasil um prolongamento do Estado português. Aparato, cuja organização, segundo Prado Jr. (1965), nada tinha de original para a colônia. Pois já no século XVI era absoluto, centralizador, armado de um estamento que consolidou a supremacia da coroa sobre todos os negócios, empresas, aventuras e planos. Estado implantado a partir de um conjunto de aparelhos formados inicialmente pelo regime de feitorias comerciais; em seguida pelo de capitânias hereditárias (1534-1549); e, por último, pelo governo-geral. Este possibilitou uma melhor coordenação das ações governamentais na colônia, cujo objetivo era fixar a população, assegurar a defesa do território, vigiar a produção, a comercialização e a coleta de impostos.

Aparato jurídico e político, cujas colunas estruturais foram buscadas no direito romano. O príncipe era o senhor do Estado. Proprietário virtual das pessoas e bens. De todos os aspectos públicos e particulares do domínio – terras, tesouros, gentes, comércio, navegação, conquistas. Supremo comandante militar, da administração e da justiça. Acima do rei só a santa sé, o papa, e não o clero. Entre o rei e os súditos não havia intermediários: um comandava e todos obedeciam. Abaixo do rei, só os delegados sob suas ordens, súditos e subordinados. Estado, grosso modo, de transição entre o “Estado” medieval e liberal, cuja normatização foi consagrada nas ordenações afonsinas, Filipinas e cartas régias<sup>57</sup>.

---

**56 Segundo Faoro (1975), o estamento era a camada de domínio. Estado-maior do governo, de feição burocrática, que constituía uma comunidade, embora amorfa. Seus membros pensavam e agiam conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo elevado, “qualificados” para o exercício do poder. Grupo que circulava em volta da corte, recrutado por esta, com a função de comandar, governar, dirigir, orientar, determinar, político e administrativamente, o curso da economia e as expressões da sociedade. Uma comunidade de dependentes do tesouro, cujo núcleo era formado pelos tomadores de decisões. Tinha caráter aristocrático, ética e estilo de vida próprio, além e espírito pré-capitalista. Delegados e funcionários do rei, representantes do país. Uma comunidade que resultou do equilíbrio das forças e dos fatores de poder, envolvidos e conduzidos pela supremacia econômica, militar e carismática do rei, encarregada, por este, da administração, da justiça e da definição das leis.**

<sup>57</sup> Segundo Prado Jr (1965), a legislação administrativa da colônia era um amontoado desconexo de determinações particulares e casuísticas, de regras que se sobrepujam umas às outras sem obedecer a plano

Aparelho de Estado, cuja administração no Brasil, conforme Prado Jr (1965), ignorava por completo o dogma liberal da separação entre poderes e esferas (geral, provincial e local). Não marcava divisão clara entre direito público e privado. O Estado era uma unidade inteiriça que funcionava num todo, abrangendo tudo e todos conjuntamente. Administração formada por um organismo imenso, regulador de todas as atividades e expressões pessoais e individuais dos súditos e vassalos. Os delegados régios, por mais elevadas que fossem suas categorias, nada decidiam sem a ordem ou consentimento do soberano. A metrópole tinha gerência sobre os mínimos negócios coloniais. O rei era a síntese completa do Estado e expressão integral do poder.

O poder político e administrativo local era exercido pelas Câmaras de vereadores, instaladas nas localidades com categoria de vila<sup>58</sup>, concedida por ato régio. Formada por juízes ordinários ou de fora, três vereadores, procurador, tesoureiro e escrivão, todos, com exceção do juiz de fora, eram investidos no cargo por eleição. Seu papel era amplo e variado com atribuições sobre todos os assuntos de ordem local, de natureza administrativa, policial, judiciária e benfeitorias públicas. Contavam para isso com rendas oriundas dos proprietários rurais, funcionando como órgãos locais da administração geral. Ou como departamento executivo, subordinadas a autoridade do governador. Poder exercido pelos homens bons, assentado sobre a grande família, a grande propriedade, a produção monocultora para exportação e o trabalho escravo.

Do núcleo dos homens bons e de parte do estamento é que surgiram as oligarquias provinciais, a partir da independência, em 1822, especialmente a partir da fundação das Assembleias provinciais, em 1834. No seio destas – treinadas nas faculdades de Coimbra, São Paulo e Recife –, alçadas a condição de líderes nas capitais provinciais, se formaram os quadros políticos “destilados” ou qualificados para o exercício do poder político e administrativo no império: a elite política imperial. Situação que, grosso modo, contribuiu

---

algum de conjunto. Um cipoal de leis, ordenanças e normas sem clareza e nitidez de princípios. Apresentava pouco da formalidade e simetria das administrações atuais. Com funções bem discriminadas, competências definidas, disposição ordenada segundo um princípio uniforme de hierarquia e simetria. O aparelho governativo era desorganizado, complexo, confuso, regulamentação esparsa, desconecta e contraditória. Formado por um funcionalismo numeroso, desqualificado e ocioso.

<sup>58</sup> Vilas eram pequenas concentrações de população, onde existia a igreja, a câmara e um pequeno comércio. Nela funcionava a administração pública e a polícia. Era seu distintivo o pelourinho. Ela era o centro político da vida local. As capitais não eram capitais no sentido social, pois a vida social se concentrava nas propriedades rurais. Os colonos não habitavam as vilas, mas suas terras, comparecendo ao povoado nas festas religiosas ou em algum acontecimento como nas eleições da câmara ou datas festivas. Cenário em que aparecia a igreja representando papel de grande relevo para a sociedade colonial. Formando uma esfera de importância à administração pública, constituindo um departamento da administração portuguesa, sendo o clero seu funcionalismo. Estava a serviço do poder régio e eclesiástico cujo objetivo era civilizar e evangelizar o gentio e harmonizar a sociedade.

para a ocorrência de solução de continuidade do padrão de construção do Estado oligárquico e patrimonial durante a colônia, e, em parte, durante o império.

Conforme analisado, o Estado colonial brasileiro teve dois agentes construtores privilegiados. No topo, a coroa e o estamento, com as prerrogativas de poder e comando, atuando no sentido de obter êxito na obra colonizadora, garantir a posse da conquista, rendas e riquezas para a metrópole. E na base, os senhores rurais – homens bons, cujos interesses eram, inicialmente, fazer fortuna e regressar a metrópole e, em seguida, fazer fortuna e influir ou comandar os destinos das comunidades locais. Para harmonizar esta dicotomia, a coroa introduziu um conjunto de normas, leis e ordenanças, enquadrando o poder local no seu arcabouço jurídico, político e administrativo. Fatores que contribuíram para uma relação de relativa convergência ou complementaridade entre o poder régio e o poder local, sem evitar, contudo, momentos de crise, tensão, divergências e conflito observado no período. Aparelho de Estado cujo poder pretendia-se concentrado, mas em virtude da grande extensão territorial do Brasil, fragmentado ou desconcentrado.

### 2.3.3 – Império

Proclamada a Independência do Brasil, em 1822, a elite política imperial se volta, internamente, à construção do Estado e à unificação nacional; e, externamente, à demarcação e consolidação do território e à hegemonia brasileira<sup>59</sup> na região. A demanda externa exigiu esforço à organização do exército brasileiro<sup>60</sup>; e a interna a consolidação do poder político nas mãos da elite civil e a pacificação dos conflitos entre o centro e a periferia do país. Cenário em que o incipiente poder militar e a mediação entre o centro e a periferia do sistema político foi suprida pela Guarda Nacional, formada por milícias de cidadãos civis, em 1831. A construção do Estado consistiu em formar instituições, congregar as forças políticas, organizar e disciplinar a burocracia, além de garantir a segurança externa e a paz interna.

Conforme Carvalho (2005), o império brasileiro realizou uma engenhosa combinação de elementos institucionais importados. A organização política foi inspirada no constitucionalismo inglês, via Benjamin Constant, com a formação de um governo de gabinete, com partidos nacionais, eleições e imprensa livre. A organização administrativa foi

---

<sup>59</sup> A Guerra da Cisplatina, a Guerra da Prata, a Questão de Uruguaiana e a Guerra do Paraguai integram o que ficou conhecido como as questões platinas, em que o Brasil esteve envolvido visando à hegemonia na região da bacia do Rio da Prata.

<sup>60</sup> A organização militar foi, pelo menos, até 1850, uma instituição irregular. Suas tropas eram formadas por soldados de origem plebeia, parte recrutada à força, parte formada por voluntários e mercenários europeus, e oficiais recrutados na aristocracia.

inspirada em Portugal e França – administração centralizada – consagrada na Constituição de 1824. Estrutura cujo poder político estava concentrado na figura do imperador, circundado por conselheiros, ministros, senadores e deputados, representativos do setor proprietário agroexportador e escravocrata. Setor que deu os titulares dos principais cargos públicos e tomadores de decisões no período. Aristocracia<sup>61</sup> que se movia com desenvoltura na estrutura centralizada, hierárquica, estamental e oligárquica do Estado. Aparato estatal centralizado, coeso e forte, em construção por uma elite produtora e produto da estrutura estatal.

O sistema político imperial era inspirado ou subproduto do Estado português-colonial, iniciado com a Revolução de Avis. Sistema outorgado pela Constituição de 1824 que instituiu como forma de governo a monarquia constitucional, unitária, hereditária e representativa; e como sistema de governo o parlamentarismo. Os poderes foram divididos em: Legislativo, formado pela Assembleia Geral (Câmara de deputados e de senadores); Executivo, administrado pelos ministros; Judiciário, formado por juízes e magistrados; e Moderador, organização política privativa do imperador<sup>62</sup> e peça chave da organização política. Sistema estruturado sobre a grande propriedade, a grande família, o trabalho escravo e a produção agrícola monocultora para exportação. A construção do Estado consistiu ainda em formar um corpo burocrático que não rompesse a linha de continuidade com o Estado lusitano, e adaptasse o novo Estado às necessidades e demandas da elite do novo país.

A elite política imperial, segundo Carvalho (2007), formava uma espécie de clube cujos associados pertenciam a um segmento social limitado e homogêneo, em que o candidato a associado deveria comprovar capacidade individual e condições socioeconômicas para pertencer ao seletivo grupo. Os principais pré-requisitos eram ter nascido em família de proprietários de terras; crescido entre os membros ou em volta da elite; ou ter cursado direito em Coimbra, São Paulo ou Recife. Somente cerca de 10% da elite política imperial alcançou esta condição sem esses pré-requisitos<sup>63</sup>.

Elite educada. “A elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (Carvalho, 2007, p. 65). Mais de 90% de seus membros possuía curso superior. Unida pela formação

---

<sup>61</sup> A aristocracia imperial era burocrática, mas não apenas composta de funcionários públicos. Ela formava a base sobre a qual adere, por aliança ou dependência, toda a camada superior da sociedade brasileira. Formando uma categoria social, fechada sobre si mesma, manipulando lealdades com o cargo público, ela própria, sem outros meios, assentada sobre as posições políticas. Ela parte do imperador e vai até as eleições paroquiais, projetando-se nas autoridades policiais e judiciárias, donas dos votos e do manejo caricato da soberania nacional. Na base da pirâmide a apatia, a indiferença, o alheamento.

<sup>62</sup> O imperador era circundado ou assessorado por um grupo de líderes de grande experiência e qualificação político-administrativa, denominados conselheiros.

<sup>63</sup> De acordo com (Carvalho, 2007), durante os 67 anos que durou o império 526 posições foram preenchidas por apenas 342 pessoas, possibilitando-lhes longas carreiras e grande experiência no exercício do poder político e administrativo.

jurídica que lhe fornecia os conhecimentos e as habilidades para a tarefa da construção do Estado e da ação política. Unidade reforçada pela ocupação. Conforme Carvalho (2007) pouquíssimos vieram do setor secundário, poucos eram proprietários rurais. O grosso vinha do setor terciário – da administração e profissões liberais, e alguns capitalistas e proprietários. O que favorecia sua unidade ideológica, habilidade e interesse comum. Era ainda uma elite autorreprodutiva. Havia uma espécie de senha para o acesso aos postos políticos. Fator que concorreu para que a sua grande maioria viesse de menos de 1% da população<sup>64</sup>.

Fez parte deste cenário o processo de construção do exército, que pelo menos até 1850, era formado por uma grande quantidade de soldados recrutados a força, mercenários vindos da Europa e oficiais de origem aristocrática, cuja promoção dependia de sua posição social e não do mérito<sup>65</sup>. Entretanto, segundo Alonso (2002), a vitória na Guerra do Paraguai dignificou o exército, dando-lhe feição de corporação, em que a elite militar passou a pensá-lo como instituição autônoma em relação ao poder patrimonial dos proprietários e aos partidos e suas lideranças. Nesse contexto insere-se a Escola Militar, que pelo conteúdo, método e origem socioeconômica de seus alunos, opunha-se à formação jurídica e eclética dos bacharéis que formavam a elite política imperial<sup>66</sup>. Esta se apoiava na guarda nacional, recrutada junto aos setores dominantes brasileiros, responsável pela ordem pública em quase todo o território nacional, formando uma espécie de contrapeso ao poder militar,.

O catolicismo era a religião oficial no período. Dele vinha à ideia de que a monarquia representava uma comunidade irmanada por um princípio supra-humano, cuja sociedade incorporava de forma simbólica os homens livres, os pobres e os escravos. Ele não primava pelos princípios cristãos de igualdade e fraternidade, mas pela representação medieval de uma sociedade estratificada conforme a vontade divina. Segundo Alonso (2002), o catolicismo dava os meios simbólicos de legitimação do trono: a forma litúrgica do regime, a representação hierárquica da sociedade e o combustível de uma sociedade tradicional. Sobretudo o controle social, especialmente onde o braço do Estado era mais curto: no meio rural. Além de desempenhar parte das funções administrativas, eleitorais e disciplinares.

O liberalismo formava a base doutrinária do regime. Conforme Alonso (2002), era um liberalismo que começava e terminava na liberdade do senhor. Não só excluía os escravos

---

<sup>64</sup> Conforme Carvalho (2007) 85% dos senadores, 90% dos deputados, 95% dos ministros e 100% dos conselheiros de Estado vinham de 0.3% da população economicamente ativa ou 0.1% da população total.

<sup>65</sup> De acordo com Carvalho (2005), a reforma do sistema de promoções introduzida em 1850 aboliu o sistema anterior, de origem aristocrática, em que as promoções dependiam da posição social do militar. Introduziu a promoção por mérito e por tempo de serviço.

<sup>66</sup> Conforme Carvalho (2007), o positivismo, presente na formação militar desde 1850, deu-lhes uma nova perspectiva filosófica, permitindo-lhes articular intelectualmente sua oposição política à elite civil, ampliando o dissenso intraelite no momento de crise final do império.

como hierarquizava os homens livres. Centrado mais na ideia de ordem que de liberdade. Pensamento e comportamento menos dependente de modelos estrangeiros e mais uma resposta reflexiva às condições objetivas de transição política, social e econômica do país. Sistema político liberal no sentido antiabsolutista, visando limitar as prerrogativas do imperador para que não degenerasse em autocracia. O governo representativo era um estado intermediário que visava deter tanto o excesso de poder no centro como a anarquia democrática na margem – a erupção do povo na política.

Apesar da homogeneidade social e cultural da elite e da centralização ou fechamento do sistema, que hierarquizava a própria elite, ela não era imune a fissuras ou fragmentações. Havia polarização interna que se expressava em divisão partidária, atestando diferenciações regionais, interesses econômicos e programas. Em 1831, ano da abdicação de D. Pedro I, a elite política estava dividida entre: restauradores, liberais monarquistas e republicanos. Após a maioridade de D. Pedro II, em 1840, organizaram-se no Partido Liberal – PL, que defendia o Ato Adicional de 1834 e as leis descentralizadoras; e no Partido Conservador – PC, que surgiu da coalizão de ex-moderados e ex-restauradores e defendiam a centralização.

A partir da conciliação, em 1853, denominada Liga Progressista, surgiu em 1864 o Partido Liberal Progressista – PLP, formado por conservadores dissidentes e liberais históricos. Este se dissolveu em 1868 com a queda do gabinete Zacarias, dando origem a uma nova configuração partidária. O PC manteve-se relativamente como dantes. Todavia, parte do PLP formou o novo PL e parte ingressou no Partido Republicano – PR, fundado em 1870. De então até 1889, o sistema partidário imperial permaneceu tripartite.

Por longo tempo as instituições, códigos e rituais litúrgicos imperiais formavam uma espécie de consenso intraelite. Além da monarquia, do trabalho escravo, da produção agrícola, do liberalismo, da sociedade estamental, da religião oficial e da centralização do poder. Isso, junto com a lenta renovação nos quadros da elite, contribuiu para que ela não percebesse a dimensão da mudança que se processava no país no período e fosse incapaz de renovar-se na esteira dessas mudanças. Ao mesmo tempo, a Guerra do Paraguai e a queda do gabinete Zacarias, contribuíram para a perda de legitimidade do sistema político, contribuindo para uma relativa abertura do sistema e a militância dos novos atores sociais e políticos, marginais no sistema de poder.

A elite política ao não perceber o esgotamento do sistema econômico e social, negligenciou o sistema político. E foi do seio desse que veio o desequilíbrio. Em 1862 uma ala do partido conservador uniu-se a ala moderada do partido liberal formando a liga progressista, que, ao chegar à presidência do gabinete, fez parte das reformas que o momento



exigia. Reformas incorporadas da pauta liberal<sup>67</sup>. Em 1868, tendo em vista os fracos resultados auferidos pela liga, os conservadores retomam o controle do Executivo visando salvar a obra saquarema. Considerado golpe de Estado, motivou deserções, rupturas e um crescente dissenso intraelite. Em seguida, os liberais dividiram-se formando o partido liberal radical e o novo partido liberal (moderado).

Em virtude das divisões partidárias o poder moderador ganhou evidência, reforçando ainda mais a sua centralidade e condição de árbitro do jogo político, motivando novas críticas liberais e dissenso político. Estes contribuíram para a desestabilização da ordem política monárquica, cujas mudanças ocorreram “dentro da ordem”, sem atingir significativamente o núcleo do sistema político. Cenário em que ganhou relevância discussões sobre a abolição do trabalho escravo, a religião oficial, o sistema representativo, o federalismo e a substituição da monarquia pela República.

A crise da sociedade imperial<sup>68</sup> afetou tanto os novos como os setores tradicionais. Sobretudo os setores que contavam com recursos e independência para manifestarem-se pela mudança da ordem que lhes excluía. Fatores que associados à unificação da elite impediam a necessária circulação de elites, mecanismo fundamental ao equilíbrio social da teoria de Pareto, caracterizando, ao mesmo tempo, a luta pela ascensão de uma elite e a obstinada luta do setor decadente para manter-se no poder<sup>69</sup>.

Nesse sentido, segundo Alonso (2002) na maioria das vezes, os movimentos políticos nascem precisamente de grupos desconfortáveis, mas não completamente alijados dos canais de poder político. Os novos setores não tinham perfil homogêneo. Tinham origens nos grupos decadentes, estacionários e ascendentes. Comungavam a marginalização política em relação à dominação conservadora, que a reforma dentro da ordem não os contemplou, pois pretendia ficar dentro do círculo de poder da elite dominante, e responder à diversidade e às pressões da sociedade em mudanças.

Setores formados por liberais republicanos e militares circundados por intelectuais urbanos e populares que pretendiam ir além da reforma conservadora. Todavia, esta deu

---

<sup>67</sup> “Entre as propostas de reforma estavam: a divisão dos poderes, a responsabilidade dos ministros pelo Poder Moderador, liberdade individual, descentralização administrativa representação de minorias, reforma judiciária, código civil, revisão do código comercial, reforma da guarda nacional, regeneração do clero e execução do ato adicional” (Alonso, 2002, 72).

<sup>68</sup> Junto com a crise da sociedade imperial um incipiente processo de democratização ocorria no país. Houve publicação de livros, jornais e a expansão da educação superior. Criação de associações de proprietários, abolicionistas, militares, intelectuais, republicanos, além de manifestações populares.

<sup>69</sup> A nova camada social, acoplada às atividades econômicas emergentes com o café do Oeste paulista e setores urbanos oriundos do incipiente processo de urbanização do país passaram a lutar com os estratos sociais tradicionais em decadência, oriundos da economia açucareira do Nordeste e cafeeira do Vale do Paraíba.

visibilidade política a setores não comprometidos com o sistema, ilustrados e radiantes com o ideal de modernidade<sup>70</sup> e progresso vindo da Europa<sup>71</sup> e em oposição ao sistema econômico, político e social imperial. Nesse momento, bem ao estilo da teoria da circulação de elite de Pareto, estava desaparecendo os arquitetos e agentes do mundo saquarema, e entrando em cena a nova elite – republicana.

Portanto, a construção do Estado imperial brasileiro foi obra da elite política, inspirada no modelo de Estado português, surgido na revolução de Avis, e nos modelos de Estado inglês e francês. Estado com poder concentrado, irradiando poder do centro à periferia e da elite ao povo. Elite treinada nas faculdades portuguesas e brasileiras, unificada em termos ideológicos, educacional e profissional. E unida por interesses materiais, especialmente pelo fato da quase totalidade da produção brasileira ser rural, produzida por trabalho escravo, basicamente um único produto para exportação. Esta condição, associada à conjuntura de crise econômica, social e política da sociedade imperial, favoreceu o surgimento de uma nova elite política no país, que empunhou a bandeira do federalismo, da República e a da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre imigrante – a elite republicana.

#### 2.4 – Movimento republicano, elites republicanas estaduais configuração do Estado

O Manifesto Republicano publicado no Rio de Janeiro, em 1870, criticou os desvios do governo representativo e o sistema político monárquico, apesar de refletir o pensamento liberal clássico, base doutrinária desse sistema. Defendeu a verdade democrática, a representação, os direitos e liberdades individuais. Porém, o partido republicano paulista – PRP refletiu a expectativa da elite cafeeira da Província, mais preocupada com a federação e a autonomia provincial que com a República. Em seguida, a este grupo, juntou-se a elite oposicionista, formada por estancieiros do sul, pequenos proprietários, pequenos negociantes e homens livres não plenamente integrados ao sistema político imperial (Alonso, 2002).

Segundo Alonso (2002), os republicanos compartilhavam do mesmo repertório político-intelectual – crítica à tradição imperial – e do diagnóstico da conjuntura brasileira. Imaginaram projetos e efetivaram práticas de contestação de forma relativamente

---

<sup>70</sup> De acordo com Carvalho (2005), moderno, modernidade, modernização significava estrada de ferro, eletricidade, telégrafo, telefone, gramofone, cinema, automóvel, além das instituições científicas como Manguinhos, Butantã, a Escola de Minas, de Medicina e Engenharia, etc.

<sup>71</sup> Por meio das teorias evolucionista, materialista, darwinista social, positivista, livre cambista, além do secularismo, republicanismo, indústria, imigração europeia, banco, norte americanismo, pragmatismo, espírito de negócio, esporte e a educação física.

coordenadas, reforçando a ideia de coalizão política contestatória, configurando um movimento social<sup>72</sup>. Suas atividades romperam com o modo de fazer política da elite imperial, pois nos espaços surgidos das e para as atividades de contestação foi aberta a porta à atividade política aos infra cidadãos do império. Indivíduos que, independente de seu estatuto legal, exerceram atividades políticas, até então lhes vedadas. Homens livres ou escravos, homens ou mulheres, jovens ou velhos, proprietários ou não. Entretanto, era uma coalizão negativa. O que os unia era a negação ao regime imperial. O que os mobilizava era o novo regime que eles, no conjunto, divergiam em muitos pontos programáticos.

Segundo Lessa (1988), a monarquia foi deposta por uma coalizão em que parte tinha compromisso com seu sistema político, parte aceitava as regras do jogo imperial e muitos acreditavam que a República viria por meio da evolução. Coalizão liderada por militares, cuja sofisticação intelectual limitava-se a vociferar contra os “casacas”. Com isso, a queda da monarquia não causou grandes rupturas na ordem natural da sociedade imperial, nem na invenção da nova ordem, apenas na ordem institucional. E para que, inicialmente, a República mergulhasse na desrotinização política e no caos, rompendo com o padrão de *State Building* do império<sup>73</sup>. A relação de continuidade com a sociedade imperial, segundo Carvalho (2005), esteve associado ao fato de a produção capitalista ter entrado em São Paulo via mundo rural, possibilitando a manutenção de seus valores, sobretudo aristocráticos e escravistas.

A elite republicana paulista e gaúcha fizeram causa comum no movimento republicano. Militaram em prol da República inicialmente na capital paulista e após nas respectivas Províncias. Em seguida, aos republicanos paulistas juntar-se-iam os republicanos oriundos da burguesia cafeicultora do Oeste de São Paulo, fortalecidos com a expansão da produção do café para essa região, e por elementos oriundos do partido conservador e do partido liberal, descontentes com a política imperial. Movidos por interesses econômicos comuns fizeram causa política comum. A elite republicana rio-grandense, ao voltar à terra de origem não encontrou movimento republicano significativo na Província, nem ambiente político e ideológico para isso. Ao contrário, o ímpeto republicano da elite liberal de outrora havia arrefecido, transformando-se em apoio recíproco com a monarquia. Os jovens rio-grandenses praticamente fundaram o movimento e militaram sozinhos em prol da República no Rio

---

<sup>72</sup> Para Tilly (1993) um movimento social é configurado quando um desafio às autoridades em nome da população vivendo sob sua jurisdição, através de repetidas demonstrações públicas. Incluem alterações contenciosas, em suas características visíveis, por meio da criação de associações temáticas, lobbies, meetings, manifestações, marchas, petições, panfletos, declarações de mídias, adoções de símbolos de identidades e slogans distintivos.

<sup>73</sup> Padrão caracterizado pela hiper-centralização político-administrativa, pelo controle eleitoral, pela exclusão do demos, pelo controle sobre as administrações regionais e a formação de atores políticos.

Grande. Encontrando muitas vezes além da indiferença da população, manifestações de hostilidade da elite dominante econômica e politicamente na Província.

As elites republicanas de São Paulo e Rio Grande do Sul defendiam em comum o federalismo e a República. O federalismo dos paulistas em determinado momento beirou ao separatismo. O dos rio-grandenses também tinha acentuado cunho regionalista. Para Alberto Sales a história ocidental apontava para dois fenômenos novos e distintos: um novo regime de governo e a eliminação dos privilégios antissociais. A elite paulista condenava a concentração de poder no governo central e a uniformidade do regime, que unia municípios muito distintos. Além do sistema de cobrança de impostos que prejudicava as Províncias com economias próprias como São Paulo e Rio Grande do Sul. Acreditava ainda que o governo representativo era duplamente falsificado no Brasil: pela supremacia do Poder Moderador e pela ausência de opinião pública. E que o regime imperial ao invés de dividir e limitar o poder, o concentrava, estando na contramão dos países evoluídos.

Para os republicanos rio-grandenses a decadência do sistema monárquico era resultado de um conjunto de decisões políticas de uma elite inepta, cristalizando um Estado como locus de práticas patrimonialistas, que tinha consolidado uma forma artificial de governo: a monarquia. No limite, a decadência desta estava relacionada à centralização política, administrativa, fiscal e econômica. A monarquia era inadequada à índole do povo brasileiro, pois pressuporia uma divisão de poderes entre a nobreza e a coroa, característica do feudalismo, regime social que não teria existido no Brasil. Para Assis Brasil a reforma eleitoral deixou de fora as classes liberais de propósito, pois elas eram as classes mais adiantadas da sociedade, caracterizando uma reforma limitada a serviço das classes conservadoras no poder. Os males do Brasil eram a concentração econômica e política e o remédio o federalismo.

A solução para a crise da sociedade imperial, para as duas elites, era a República e a federação. Àquela era vista como forma moderna de governo que melhor expressava a vontade da nação, considerada a tendência histórica dos povos evoluídos. Segundo Carvalho (2005), a propaganda republicana se fez em parte em torno do argumento de que a República fazia parte da identidade americana e a monarquia era resquício da Europa na América. República, federação e América eram o novo, o progresso, o futuro. Esse representado pelos Estados Unidos considerado modelo de democracia, de organização política, civilização moderna, espírito de iniciativa, liberalismo econômico, industrialismo, pragmatismo, em oposição ao paternalismo, protecionismo, centralismo, ruralismo, bacharelismo da sociedade imperial.

A elite republicana rio-grandense defendia uma reforma política, sob um Estado de bem-estar, como o caminho para evitar as rupturas revolucionárias. E um regime republicano, federalista e autoritário de salvação nacional. Defendia o imposto territorial rural como mecanismo para promover a generalização da pequena propriedade e o fim dos incentivos fiscais e das linhas de créditos governamentais ao latifúndio improdutivo. A representação política deveria ser feita por aclamação popular e não por regime representativo. A República presidencial teria os poderes concentrados, visando conduzir o processo inevitável da modernização capitalista. Defendiam ainda a moralização da política que restituiria a comunidade na sociedade. E a educação seria o novo critério de distinção social em substituição a propriedade.

A elite paulista pretendia a formação de um sistema de poder que facilitasse ou possibilitasse o êxito da produção e comercialização do café na Província. Para isso, advogaram o federalismo, visando libertarem-se das amarras políticas e tributárias impostas às Províncias pela centralização monárquica. Conforme Alonso 2002, os paulistas tinham de desenvolver suas estradas de ferro, agricultura e fábricas de tecidos com recursos próprios e ver escoar para os cofres do governo central considerável volume de recursos. Nesse contexto, lutavam pela implantação de um aparelho de Estado que, por um lado, limitasse ou eliminasse os entraves impostos pelo sistema de trabalho ao desenvolvimento capitalista e, por outro, no limite, induzisse, estimulasse, facilitasse o desenvolvimento do capitalismo no seu Estado.

Junto com a República a elite republicana apontava para o modelo de Estado. Este seria federalista e presidencialista. Representava o progresso dentro da ordem e a civilização moderna. A República geraria as condições para a expansão do capitalismo nacional e para a democracia política. Substituiria o trabalho escravo pelo livre, o regime aristocrático pelo democrático, a monarquia católica por um Estado laico e representativo. Além da universalização dos direitos civis; a ampliação de direitos políticos; e alguns direitos sociais, protetores dos trabalhadores<sup>74</sup>. Geraria o povo pela pedagogia da imprensa, pela propaganda partidária e pela educação popular. A ciência substituiria a religião na orientação normativa das condutas, bem como a expansão da participação política e a racionalização do Estado.

Todavia, o propósito da elite da propaganda era reforma sem revolução. Sem quebra violenta da ordem. Paradoxalmente esse era o discurso da elite imperial. O diagnóstico apontava como causas da decadência do regime monárquico o passado colonial brasileiro:

---

<sup>74</sup> “O regime de liberdades correntemente enaltecido pelos contestadores significava generalização da cidadania civil e política: liberdade civil, religiosa, de imprensa e tribuna; habeas corpus pleno; universalização do ensino básico” (Alonso, 2002, p. 249).

uma sociedade hierárquica, cuja produção agrícola monocultora para exportação estava assentada sobre o trabalho escravo, o latifúndio e sob um sistema político centralizado e estamental. A solução, segundo Pesavento (1989), era a República, sinônimo de progresso, democracia e sociedade civilizada. Ela habilitaria o Brasil a participar da prosperidade, da paz, do aperfeiçoamento tecnológico e dos avanços do processo civilizatório. Acabaria com os privilégios de nascimento e ampliaria os direitos às camadas populares, criando a cidadania. O Estado protegeria, normatizaria e promoveria o bem comum. Os cidadãos votariam, pagariam impostos, obedeceriam às leis e exigiriam do Estado os serviços públicos.

Os objetivos da elite republicana, em grande parte, não foram alcançados. Especialmente por tratar-se de um setor que agregou ao seu poder econômico e social, o poder político. Isso concorreu para que as mudanças fossem moderadas, uma espécie de mudar na forma, mas não no conteúdo – mudar para não mudar. Ao alcançar o objetivo político, o movimento esgotou sua mobilização, já na ascensão de Prudente de Moraes à presidência da República em 1894. O novo Estado e regime político foram consolidados no governo de Campos Sales, após cerca de uma década de conflito e tensão.

Segundo Lessa (1988), tanto o império como a República, congelaram, por meio de mecanismos legais e extralegais, a incorporação e a participação do povo no processo político, além de inviabilizar a constituição de partidos de princípios, formados por meio de conflito social e a partir de eleições. O regime de salvação nacional não foi pacifista nem plebiscitário, mas militarista, autoritário e elitista. Não foi garantida a proteção ao trabalhador nacional com a extensão dos direitos sociais e reserva de mercado frente aos imigrantes, nem instituído imposto territorial que generalizasse a pequena propriedade. Porém, parte da elite imperial foi incorporada pelo *establishment* republicano e sancionada como atores qualificados do regime.

Com a República<sup>75</sup>, por um lado, houve a supressão dos postos políticos vitalícios, a secularização das instituições, a descentralização político-administrativa e tributária, o judiciário “independente”, a expansão dos direitos civis a estrangeiros e ex-escravos, a “ampliação” da participação política e novo regime de trabalho. Além do federalismo, liberalismo econômico, presidencialismo, orientação americana para política externa e a criação do Ministério da Educação<sup>76</sup>. E, por outro, o mérito não continuou valendo para o

---

<sup>75</sup> A República, Perissinotto (2000), não admitiu privilégio de nascimento, desconheceu foro de nobreza e extinguiu ordens honoríficas, suas prerrogativas e regalias, e títulos nobiliárquicos e de conselho.

<sup>76</sup> O federalismo significou autonomia às oligarquias regionais. O presidencialismo mandato temporário e a substituição do governante periodicamente. A secularização das instituições consistiu em abolir a religião de Estado, garantir a liberdade de cultos, casamento civil e secularização dos cemitérios. O liberalismo econômico garantiu a liberdade de atividade bancária, de comércio e de indústria. A constituição do ministério da educação visava dar teor científico ao ensino.

acesso aos cargos públicos, cujos critérios de seleção continuaram sendo pertencer ao partido republicano estadual, ser indicado por seu chefe, ter curso de direito ou origem em família aristocrática.

Portanto, como dantes, na República houve a combinação entre práticas políticas autoritárias e liberais. Segundo Lessa (1988), o federalismo republicano rompeu com o modelo federal anglo-saxão e com a tradição liberal individualista, atribuindo a titularidade dos direitos não aos indivíduos, mas às Províncias. O holismo imperial cedia lugar à diversidade holística das Províncias. Sistema caracterizado pela ambiguidade, em que o liberalismo republicano conviveu harmoniosamente com a propriedade rural latifundiária, primando mais pela hierarquia e pela ordem que pela liberdade e igualdade. Era um liberalismo instrumental, próximo do utilitarismo smithiano, condicionado pelos interesses econômicos e políticos da oligarquia cafeeira. A soberania popular foi reduzida a soberania dos proprietários rurais.

Nesse período, conforme Carvalho (1987), no Brasil não havia povo político, nem cidadãos. A política era, na melhor das hipóteses, assunto dos estratos superiores das classes dominantes. Para a elite, o povo não dispunha dos instrumentos necessários de cultura e autonomia para governar-se ou participar da política. O que a induzia a pensar o Estado como algo a que se recorresse, necessário e útil, fora do concerto político formado pela população. Segundo Faoro (1975), o Estado era visto como uma entidade alheia ao povo, superior e insondável, friamente tutelador, resistente à nacionalização, gerador de sentimento de que ele tudo pode e o indivíduo nada. O dogma liberal, que afirma o domínio, a fiscalização e a apropriação da soberania de baixo para cima não passava de sofisma dos letrados, bem posicionados na pirâmide social brasileira.

O teatro político brasileiro da República teve como atores privilegiados as oligarquias cafeeiras do Oeste paulista, caracterizando o Estado como oligárquico<sup>77</sup>. As oligarquias foram responsáveis pela elaboração e operacionalização do ordenamento jurídico do sistema, cuja estrutura era formada, no topo, pelo presidente da República; no meio, pelos governadores dos principais Estados; e, na base, pelos coronéis municipais. E todos assentados sobre uma população pobre, analfabeta e alheia a tudo o que dissesse respeito à política. Estrutura político-institucional sólida e inflexível que dificultava a renovação dos quadros políticos e a mobilidade social.

---

<sup>77</sup> No Brasil, o termo oligarquia foi empregado para denominar os atores políticos e a forma que exerceram o poder durante a República Velha (1889-1930).

O sistema político consagrado na Constituição de 1891 teve os poderes “separados”, “independentes” e “harmônicos”, tanto horizontal com verticalmente<sup>78</sup>, o que dificultava a sua operacionalização. Solucionado por meio da institucionalização do esquema não institucional denominado “Política dos Estados”. Esta consistiu numa grande coalizão política entre o presidente da República, os governadores dos principais Estados e os coronéis municipais. Por meio desta estrutura, os governadores e partidos únicos regionais garantiram, tanto a hegemonia da classe dominante agrária, como a exclusão e a subordinação de grande parte da população ao processo político. Sistema que favoreceu a governabilidade, mas, sobretudo, o governismo, excluindo a oposição.

Segundo Lessa (1988) o esquema não institucional denominado política dos governadores formou a gênese do regime político implantado no Brasil em 1889. A República, em seus anos iniciais, reproduziu a instabilidade do período da Regência, movida pela dificuldade de formar atores políticos coletivos, formatar as relações entre poder central e poderes regionais e entre Executivo e Legislativo. Estados e legislativos autônomos com atribuições dilatadas e condições de se autofabricar, contracenando com um Executivo forte, com imprecisão nas relações entre União e Estados. Regime cujo poder estava nos Estados, cujos chefes políticos tornaram-se titulares do condomínio oligárquico local e da soberania popular.

A Política dos Estados, segundo Lessa (1988), visava dinamizar e viabilizar a relação entre Executivo e Legislativo; entre União e Estados; e entre polis, demos e governo. Obter e assegurar a estabilidade, repelir a espontaneidade, a incerteza e a instabilidade do sistema político, por meio de uma concepção avessa às paixões políticas, aos partidos e à mobilização social. Dotar a República de um padrão mínimo de governabilidade e o Estado de um conjunto de valores centrados na ideia da supremacia da forma administrativa sobre a forma política. Além de congelar a incorporação do povo no processo político, estabelecer plena autonomia às elites estaduais e constituir um padrão político-administrativo para o Estado. Esquema caracterizado pela verticalização da ordem política e pelo controle da dinâmica legislativa, com extensão da capacidade regulatória do governo sobre a sociedade. Pacto que deu rotina à República, “concertando” a instabilidade do regime, cujo papel era semelhante ou equivalente ao exercido pelo poder moderador durante o império.

---

<sup>78</sup> Por separação de poderes e autonomia horizontal entende-se, nesse estudo, a relação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. E separação e autonomia vertical a relação entre os governos da União, dos Estados e Municípios.



Através da política dos governadores os Estados ficaram entregues a sua respectiva oligarquia que o governava soberana e absolutamente. Controlava, além do Legislativo, o aparelho policial e judiciário, bem como o partido republicano estadual. A favor da sua política, se necessário, os coronéis arregimentavam verdadeiros exércitos particulares, ultrapassando os limites éticos, morais e legais para alcançar seus intentos. Regime que asfixiava a oposição e reprimia os setores populares, visando manter o grupo dominante no poder e impedir as organizações comunitárias e sociais. A corrupção, o clientelismo, a chantagem e a patronagem faziam parte da prática. Além de estabelecer uma teia de cumplicidade política e social que envolvia setores empresariais, populares, intelectuais e parte das forças armadas.

O sistema operou. Entretanto, a extensão do direito ao voto às classes populares, conforme Queiroz (1976), não tivera outro efeito senão aumentar o número de eleitores rurais às ordens de mandões políticos locais. A Constituição de 1891 extinguiu o regime censitário, mas manteve as mulheres, os analfabetos, os praças de pré e parte dos religiosos sem direito ao voto. Entre 1898 e 1926 o percentual de votantes oscilou entre 3.4% e 2.3%, somente em 1930 é que atingiu 5.7%. Ou seja, continuou o padrão de restrição à participação política do império e aprofundou ainda mais a farsa eleitoral. Que conforme Faoro (1975), o que se passava nas sessões eleitorais era mera comédia para aparentar que se observava a lei. O que valia, o que ia servir perante o poder verificador, era o que se fazia depois: as atas que se lavravam mais tarde, na casa dos chefes eleitorais, ao sabor de suas conveniências.

Conforme analisado a elite republicana formou um movimento social. Compartilhando repertório político-intelectual, de crítica à sociedade, à economia e ao sistema político monárquico e efetivando práticas de contestação, reforçando a ideia de coalizão política contestatória. Defendeu a verdade democrática, a representação, os direitos e liberdades individuais e uma República federativa e presidencialista que representava o progresso dentro da ordem e a civilização moderna, e que geraria as condições para a expansão do capitalismo nacional e para a democracia política. Porém, era uma coalizão negativa. Unida pela negação ao regime imperial. O que os mobilizava era o novo regime que eles, no conjunto, divergiam em muitos pontos programáticos.

Elite formada por uma coalizão em que grande parte tinha compromisso com o sistema político vigente, parte aceitava as regras do jogo imperial e muitos acreditavam que a República viria por meio da evolução. Coalizão liderada por militares, grande parte sem formação superior, o que concorreu para que a queda da monarquia não causasse grandes

rupturas na ordem natural da sociedade imperial, nem na invenção da nova ordem, apenas na ordem institucional.

A elite republicana rio-grandense defendeu reforma política, sob um Estado de bem estar, como o caminho para evitar as rupturas revolucionárias. E um regime republicano, federalista e autoritário de salvação nacional. Uma República presidencial com os poderes concentrados, visando conduzir o processo de modernização capitalista. Defendeu ainda a moralização da política que restituiria a comunidade na sociedade, sendo a educação o novo critério de distinção social. A elite paulista pretendia a formação de um sistema político federativo que eliminasse os entraves impostos ao sistema de produção de café e ao desenvolvimento capitalista na Província a libertando das amarras políticas e tributárias impostas pela centralização monárquica.

Ao partir dessas premissas instituíram o sistema político republicano com os poderes separados, independentes e harmônicos, tanto horizontal com verticalmente o que dificultou a sua operacionalização. Solucionado por meio da institucionalização do esquema não institucional denominado “Política dos Estados”. Essa, consistiu numa grande coalizão política entre o presidente da República, os governadores dos principais Estados e os coronéis municipais. Esquema que concedeu aos governadores e a elite republicana o poder para governar o respectivo Estado soberana e absolutamente. Por intermédio desse o governo controlou o Legislativo, o Judiciário, a polícia e o partido republicano estadual. Regime que asfixiava a oposição e reprimia os setores populares e sociais, visando manter o grupo dominante no poder.

Os aportes teóricos analisados nesse capítulo contribuíram com este estudo no sentido de situar no espaço e no tempo o estudo de elites, apontando a importância do seu perfil, configuração ou formação no processo de construção de instituições políticas ou Estado. Teorias que nos possibilitaram perceber que cada elite tem uma configuração própria que vai se adequando às necessidades da função pública e adquirindo autonomia em relação aos outros setores sociais, o que lhe possibilita atuar como categoria, voltada aos seus próprios objetivos e demandas. Possibilitou perceber ainda os avanços e recuos que essa tradição comportou ao longo de mais de um século, chegando aos dias atuais como um aporte teórico e metodológico renovado, contribuindo fortemente para o estudo da política em geral e de instituições políticas em particular.

O estudo das teorias de Estado nos possibilitou perceber que cada aparelho e seu papel são pensados em circunstância particular, em que os filósofos elaboram determinados protótipos visando atender demandas ou preencher lacuna dentro do espectro político,

econômico, social e cultural de uma respectiva sociedade em um determinado local e período histórico. O que possibilita que cada estrutura de Estado seja única, variando no espaço e no tempo.

O estudo sobre a construção do Estado colonial, imperial e republicano brasileiro nos possibilitou apreender a configuração e a dinâmica empreendida pela respectiva elite no sentido de construir aparelho de Estado que correspondesse aos seus anseios e demandas, dialogando com a conjuntura política, econômica, social e doutrinária do momento. Aparelho de Estado que variou no espaço no tempo, na forma e conteúdo, porém manteve relação de continuidade com o Estado português, por meio das características: oligárquica e patrimonial.

### 3 ELITE E MOVIMENTO REPUBLICANO EM SÃO PAULO E NO RIO GRANDE DO SUL

#### 3.1 – Contexto do surgimento do movimento e da elite republicana paulista e rio-grandense

O movimento republicano surgiu no Brasil no início da década de 1870. Teve origem no seio da sociedade imperial, cujos alicerces estavam abalados por um conjunto de fatores de ordem política, econômica e social. O problema político tinha origem na centralização, que não representava os interesses das Províncias, nem incluía parcela significativa de setores sociais, sobretudo emergentes. A sociedade era fechada em seus valores liberais, católicos e patriarcais. E o sistema econômico fechado no processo de produção agrícola, por mão-de-obra escrava, em grandes extensões de terras, produzindo basicamente um único produto para exportação. Contexto, cuja crise – oriunda do esgotamento dos valores políticos, econômicos e sociais – da sociedade, concorreu para o surgimento de eventos como a Guerra do Paraguai, a queda do gabinete Zacarias, a Questão Religiosa<sup>79</sup>, o fortalecimento da instituição militar, o movimento abolicionista e o movimento republicano.

Crise capitaneada politicamente pelos cafeicultores do Oeste paulista, em ascensão econômica, em virtude do aumento da produção e da produtividade cafeeira nessa região. E por setores urbanos emergentes, tributários do incipiente processo de urbanização e industrialização que ocorria no Brasil no período. Todavia, segundo Vianna (1956), por volta de 1870 o Brasil era formado por um conjunto de Províncias desintegradas e desarticuladas, social e economicamente, formando um conjunto de clarões no seu território, sem ligação viária adequada e sem visão de conjunto ou espírito de unidade nacional.

A Guerra do Paraguai (1864-1870), segundo Iglésias (1997), está situada no contexto do processo de aparecimento e estruturação das nações ibero-americanas que emergiram dos movimentos de emancipação e luta contra as metrópoles ibéricas. Reforçado pela condição da

---

<sup>79</sup> A Questão Religiosa, conforme Iglésias (1997) teve início em fins de 1871 com a luta da igreja contra o partido liberal do Pará defensor da “razão absoluta” e impessoal. Luta, portanto, entre a Maçonaria e a Igreja e catolicismo e liberalismo. Luta cujo bispo do Rio de Janeiro suspendeu o padre Almeida Martins, católico e maçom, que foi orador oficial de uma festa em homenagem a Rio Branco, presidente do Conselho e grão-mestre da maçonaria brasileira. Em seguida, o bispo de Olinda, D. Vital declara guerra ao livre-exame e a decadência dos costumes religiosos. Disposto a restabelecer a ortodoxia católica, D. Vital, procede com rigor contra os católicos-maçons, levando-os a optar entre a igreja e a maçonaria. A questão, por tratar-se de união entre igreja e Estado, tornou-se política, com repercussão na Câmara, Senado e Conselho de Estado. Em seguida, o bispo do Pará proíbe os maçons de participarem de irmandades e confrarias religiosas, salvo em caso de abjurarem a maçonaria. Isso gerou crise, pois grande parte dos maçons exerciam cargos públicos e a Constituição do império os obrigava a professar a religião católica. Após processo de acusação e defesa no Conselho de Estado, D. Vital e D. Macedo Costa são condenados à prisão, anistiados em 1875 por D. Pedro II.

monarquia brasileira, única entre as repúblicas sul-americanas, fator gerador de tensão e estado de beligerância na bacia do rio da Prata. O Brasil, nesse cenário, já havia, em meados de 1850, entrado em luta contra Oribe no Uruguai e Rosas na Argentina. A Guerra do Paraguai teria sido motivada pelo descontentamento do Paraguai com a invasão do Brasil ao Uruguai, dando apoio à facção oposicionista, a qual não possuía simpatia de Solano Lopez.

Contudo, ela foi o evento que mais concorreu à construção da identidade brasileira no século XIX. Motivou “euforia” em grande parte do povo, estimulando cerca de 55.000 (cinquenta e cinco mil) brasileiros a apresentarem-se como voluntários à guerra. Porém, à medida que o conflito ia se prolongando reduzia-se o entusiasmo e aumentava a resistência e o ceticismo, motivando recrutamento forçado e o recrudescimento de muitos problemas no Brasil. De acordo com Iglésias (1997), a luta foi longa demais, motivando o Brasil, desorganizado e débil militarmente, a construir um exército, obter armas e munições, fortalecer a marinha, recorrer a voluntários, garantir o abastecimento e combater as epidemias que dizimavam as tropas. Além de milhares de vidas perdidas, das finanças públicas debilitadas e do recurso a novas emissões e empréstimos.

O desgaste do Brasil com a guerra concorreu para que internamente as questões políticas tomassem nova direção. Entre 1862 e 1868 ocorreu a “Ilusão da Liga”<sup>80</sup>. Aliança formada por liberais e conservadores moderados, com o propósito de assumir e monopolizar o governo, sem formar fusão, o que motivou lutas frequentes, um tentando sobrepor-se ao outro, impossibilitando a unidade necessária para garantir a estabilidade dos gabinetes. Como decorrência, os partidos se esgotaram, seja pelo cansaço da luta, seja pela falta de ideias claras que lhes dessem consistência. Fato confirmado por Zacarias no Senado, em 1866, que afirmou ter recusado pedido do imperador para formar gabinete, pois repugnava-lhe aceitar o poder à vista do fracionamento em que se achava a Câmara. Ante a insistência imperial aceitou e declarou: “o primeiro dever do governo é esforçar-se por acabar honrosamente a guerra com o Paraguai e combater a crise financeira em que o meio circulante se acha”. Porém, nesse momento, a Liga passa a sofrer ataques tanto de conservadores como de liberais radicais.

A queda do gabinete Zacarias<sup>81</sup>, apesar do discurso de que teve origem na escolha por D. Pedro II do Senador Sales Torres Homem (conservador), do Rio Grande do Norte, sem

---

<sup>80</sup> A Liga, segundo Iglésias (1997), não era partido político. Composta de elementos de origem e natureza diversa, animada por aspirações até contraditórias. Estava ante aos olhos do país como uma coleção de cores e matizes do espectro solar. Uma coligação temporária, heterogênea e precária que para ganhar eleições era excelente, mas para formar governo, e dar satisfação aos interesses da ordem, era imprópria.

<sup>81</sup> Ao iniciar a Guerra do Paraguai (1864-1870), segundo Iglésias (1997), o Ministério liberal não pretendia dar o comando das operações a um político conservador (Caxias). Mas com o exército estacado diante de Humaitá em 1866, os liberais foram compelidos a pedir ao general que assumisse o posto. Caxias aceitou, mas logo queixou-

anuência do gabinete, rompendo com uma tradição de longa data, não se explica apenas por esse fato. Está relacionada à queda de Caxias que apesar de alegar questões de saúde para seu pedido de demissão, solicitou sua saída do comando das operações da guerra em virtude de considerar que o governo não tinha mais nele a confiança de outros tempos e tentara tirar-lhe a força. Era uma nova inversão na tradição imperial, que associado à instabilidade do regime, impossibilitava a manutenção de um gabinete progressista e um general conservador no comando das operações da guerra.

Entretanto, com a formação do gabinete conservador, nova anomalia ocorreu. O novo gabinete era legal mais ilegítimo. O partido conservador havia perdido a eleição e constituía minoria na Câmara e no Senado. Fato que deu alento ao partido progressista, que tornara-se liberal novamente, cujos líderes conclamaram todas as forças liberais para salvar o sistema representativo do Brasil. Conforme Iglésias (1997), a queda de Zacarias foi uma anormalidade, pois era sustentado por uma maioria expressiva e legítima, acarretando uma fatalidade às instituições. A convocação do partido derrotado nas urnas era contrária aos princípios do sistema político imperial.

Nesse contexto, o gabinete Zacarias caiu associado, externamente, aos problemas da bacia do rio da Prata, à política continental e ao papel do Brasil na região – Guerra do Paraguai; e, internamente, ao prestígio e fortalecimento da instituição militar, a “Ilusão da Liga” e a instabilidade dos ministérios. A Guerra do Paraguai concorreu para dissenso partidário, debilitação das contas públicas, fortalecimento dos opositores do regime e para o surgimento do movimento republicano. Segundo Holanda (1997) 1868 encerra o período de esplendor e abre o das crises que levarão a ruína o regime. Pois produziu uma clivagem na história política da monarquia brasileira, marcando o ponto de partida mais visível da sua deterioração. A partir da queda do ministério liberal e a ascensão do gabinete conservador, os homens mais lúcidos do império perceberam que este estava condenado, pois, nesse momento, começara a crescer a onda que iria derrubar a monarquia, em 1889.

A partir de então, os partidos constituíram objetivos mais claros, sendo que os liberais históricos uniram-se aos progressistas para formar o novo partido liberal<sup>82</sup> e os radicais, que

---

se da falta de apoio do gabinete à ofensiva. Este, por seu lado, acusou o general de não dar ao curso da guerra a energia necessária. Caxias por enfrentar enormes dificuldades para manter as atividades militares, em 1868, apresentou sua resignação. Ao imperador e ao Conselho de Estado restou a escolha entre o general ou o gabinete. A opção pelo general foi considerada golpe pelos liberais, resultando em crise e dissidência política em seguida.

<sup>82</sup> Este partido, Iglésias (1997), adota como tese política a reforma, cujo lema era: o rei reina, mas não governa. Além da extinção do poder moderador, a descentralização administrativa, o ensino livre, separação da judicatura da política, magistratura independente, senado eletivo e temporário, sufrágio direto para capitais das Províncias e cidades maiores, substituição do trabalho escravo pelo livre, proibição aos parlamentares de nomeação para empregos públicos, títulos e condecorações.

faziam oposição ao sistema imperial, em grande parte, formaram o partido republicano. Esse congregou alguns setores integrados, mas, sobretudo excluídos ou à margem do sistema político monárquico. Uma elite que engajou-se no movimento republicano, a partir de 1870, formada por vários grupos como os cafeicultores do Oeste paulista, industriais, intelectuais urbanos e militares. Em seguida, os velhos generais, como Caxias e Osório, que cultuavam lealdade à monarquia, deixam seus espaços aos oficiais mais jovens, parte adepta do positivismo, defensores de mudanças como a abolição e a República.

Na esteira do incipiente processo de modernização e urbanização iniciado no Brasil com a pujança do café a partir de meados do século XIX, o exército brasileiro é fortalecido e modernizado. Até então ele tinha o formato deixado por D. João VI, cujos oficiais eram de origem portuguesa filhos de funcionários civis e militares e de proprietários de terras, cujas boas relações garantiam grande parte das promoções. Porém, a partir de 1850, com a exigência de idade como critério para a obtenção de promoções e a baixa remuneração, poucos membros das grandes famílias rurais escolheram a carreira militar. O modelo aristocrata de oficial é bem representado por Caxias que além de líder militar atuava como chefe do partido conservador, mantendo lealdade tanto ao imperador como à classe.

A transformação que ocorreu no exército teve início com a eliminação do elemento português e a expansão do sistema de educação para oficiais do estado-maior, acompanhado de um processo de profissionalização nos moldes modernos<sup>83</sup>. Esta geração teve como modelo Floriano Peixoto, que não dispo de grandes conexões políticas e militares para a obtenção de promoção, fez sua formação na Academia Militar e criou suas próprias conexões junto a generais liberais entre eles Osório e Pelotas. Generais abolicionistas, propugnadores da modernização, cuja lealdade era com a classe e não com o partido.

Segundo Alonso (2001), o enfraquecimento simbólico das instituições nacionais imperiais teve por correlato inverso o fortalecimento do exército. A vitória na Guerra do Paraguai o dignificou, dando-lhe inédita feição de corporação. Seus membros passaram a se pensar como instituição autônoma tanto em relação ao poder patrimonial dos proprietários quanto em relação aos partidos e suas lideranças. Ao mesmo tempo, os oficiais começam a falar em nome da classe, reclamando promoção e valorização<sup>84</sup>, e criticando a elite civil.

---

<sup>83</sup> Com o advento da Academia Militar e das escolas preparatórias no Rio de Janeiro e Porto Alegre, o nível de instrução dos militares melhorou sensivelmente tanto em relação a si mesma como comparada com as academias civis. Entretanto, educação e instrução eram sinônimas de consciência política.

<sup>84</sup> Conforme Iglésias (1997), o corpo de oficiais que emergiu da Guerra do Paraguai passou a externar sentimento de unidade corporativa, dando novo sentido à classe, além da repulsa aos civis. Grupo que organizou o Instituto Militar para defender os interesses dos militares.

Além da mudança na composição social do exército, houve uma tendência, durante os anos finais da monarquia, de grande parte dos ingressantes no oficialato, de terem origem no Nordeste e no Rio Grande do Sul. Fato que concorreu para que o corpo de oficiais, por volta de 1889, tivesse origem nos setores médios, não por nascimento, mas por educação e fonte de renda, por vencimento e não da terra. Militares abolicionistas, cujas praças eram constituídas em boa parte de negros e mulatos, inclusive alguns oficiais dos escalões inferiores.

Segundo Carvalho (2005), a educação foi fator central na determinação do comportamento dos militares do exército. Ela possibilitou, a partir de 1850, o surgimento de uma contra elite militar, com ideias distintas da elite civil. Ideias que os motivaram a defender o desenvolvimento econômico, o liberalismo, a abolição, o subsídio à imigração e à indústria, às tarifas protecionistas, às leis corporativas, à construção de estradas de ferro, à reforma eleitoral e o bom preparo militar. Situação reforçada pela conduta da elite imperial, durante e logo após a Guerra do Paraguai, em que os oficiais aumentaram suas hostilidades a essa elite, cujo argumento contrastava o sacrifício dos militares com a corrupção da elite civil.

Participação dos militares, segundo Carvalho (2005) estava embasada na ideia de Soldado Cidadão, que os estimulavam a intervir nas questões políticas. Ideologia que contribuía à formação de unidade e ao espírito de corpo dos militares no período, difundida pelo periódico “O Militar”, mas também por jornalista como Quintino Bocaiúva, pelo jornal *O País*, no Rio de Janeiro; e por Júlio de Castilhos, pelo *A Federação*, no Rio Grande do Sul.

O fortalecimento da instituição militar era contrabalançado, segundo Carvalho (2005), pelo núcleo republicano civil mais poderoso e organizado do país no período: os republicanos do Oeste de São Paulo. Estes tinham pouco contato com militares e muitas dúvidas quanto à conveniência de sua participação na política. Diferentemente do Rio Grande do Sul, que além de comportar o maior efetivo militar estacionado em seu território<sup>85</sup>, sua tropa tinha sido comandada por Deodoro e era constantemente trabalhada por Júlio de Castilhos.

Entre os eventos decorrentes da crise da sociedade imperial está a Questão Religiosa. Esta, conforme Iglésias (1997) transcende em muito os episódios em que estavam envolvidos os bispos de Olinda e do Pará. Estes significaram apenas seu clímax ou momento dramático. Ela era decorrente de um longo entrecostar-se de ideologias, ora patente, ora latente, derivado do regime de união entre a igreja e o Estado. E da situação geral das crenças religiosas no país

---

<sup>85</sup> De acordo com Carvalho (2005), entre 1889 e 1920 o efetivo do exército estacionado no Rio Grande variou de 3658 a 9304 homens ou entre 4.08 e 4.26 homens por mil habitantes; e São Paulo de 386 a 3675 ou entre 0.28 e 0.8 soldados por mil habitantes. Entre 1889 e 1930, o Rio Grande forneceu sete e São Paulo nenhum ministro da Guerra. E, em 1888, o contingente do exército estava assim distribuído: no Rio Grande 31.13%; Distrito Federal 15.65%; e São Paulo 3.29%. Além disso, a tropa estacionada no Rio Grande acusava estreita relação com o republicanismo gaúcho desde a Questão Militar.



– em que o deísmo predominava<sup>86</sup>, da guinada ultramontana de Pio IV e da introdução do liberalismo e cientificismo no Brasil no período. O deísmo predominante nas camadas incultas e o fetichismo na população escrava. Apesar do rótulo católico, grande parte vivia engolfada no mais profundo politeísmo primitivo. Porém, todos declaravam-se católicos, apostólicos e romanos, inclusive os maçons, os anticlericais e os ateus. Catolicismo nominal que foi abalado pela eclosão do radicalismo liberal, pelo republicanismo e pelo cientificismo surgido no Brasil por volta de 1870.

Os republicanos condenavam o monopólio da instrução secular pelo governo, sob orientação dos jesuítas, que poderia cair nas mãos do clero mais desmoralizado do mundo católico. Os liberais radicais e os cientificistas, se não foram responsáveis pelo desencadeamento da questão dos bispos, concorreram à sua ampliação, ligando-a aos problemas políticos, sociais, econômicos e culturais que tinham seu desenvolvimento entravado pela união entre a igreja e o Estado. Logo, os republicanos, no Manifesto de 1870, reivindicaram a separação entre a igreja e o Estado, pois uma igreja privilegiada nulificaria a liberdade de consciência e prejudicaria o desenvolvimento econômico e social do país<sup>87</sup>.

Já os republicanos paulistas acreditavam que a separação entre a igreja e o Estado concorreria para o fim da organização política imperial. Em congresso realizado em São Paulo, em 1874, recusam proposta de alguns religiosos de resistência ao governo monárquico, pois isso implicava na aceitação de doutrinas religiosas como preceito político. Ao recusarem declararam: “o partido democrático, como qualquer outro que pretenda uma organização social fundada nos bons princípios do direito público, não pode desconhecer a diversidade entre os direitos e obrigações que constituem as relações sociais de homem a homem, e os deveres do homem para com Deus, que são de foro exclusivo da consciência individual e por isso escapa a alçada dos governos”<sup>88</sup>. A igreja não deveria exercer tutela sobre as consciências e as relações civis e políticas, valores originários da sociedade temporal.

Em nosso ver o que estava ocorrendo era o início de um processo de renovação intelectual no Brasil, em que parte da elite aderiu à onda liberal, cientificista e positivista, divorciada das aspirações do velho regime, de suas crenças e religião oficial. Monarquia e

---

<sup>86</sup> Situação que Pereira Barreto, analisando a religiosidade no país em 1879 declarou: “o clero era quase em sua totalidade deísta; Câmara e Senado eram deístas; o ensino oficial de filosofia nas academias de São Paulo, de Pernambuco, nos liceus, nos colégios eram deístas”.

<sup>87</sup> Nessa época, liberalismo e cientificismo defendiam a imigração como solução para a colonização do país, como incremento da produção agrícola e para resolver o problema da abolição do trabalho escravo. Ao mesmo tempo, grande parte dos imigrantes professava outro credo religioso o que dificultava a sua vinda para o Brasil.

<sup>88</sup> Para Iglésias (1997) os republicanos paulistas acreditavam que nas sociedades em que não há unidades de crenças a religião não pode ser o fundamento da organização política – religião de Estado. Pois sendo cada religião verdadeira aos olhos dos cidadãos que a professam, nenhuma delas tem títulos para dominar.

igreja tinham sintonia de pensamento. D. Vital, um dos pivôs da Questão Religiosa, combatia a ideia da separação entre igreja e Estado, pois acreditava que o maior crime que uma nação poderia cometer, mesmo sob o ponto de vista social, era apostatar de sua fé sacrossanta, admitindo o ateísmo legal. Para o bispo, nas sociedades humanas, a igreja era para o Estado o que a alma era para o corpo. Um corpo sem alma decompor-se-ia, assim como quando a igreja se afastasse do Estado, este cairia em decomposição social.

O surgimento do movimento republicano no Brasil está situado também dentro do contexto da expansão do capitalismo mundial<sup>89</sup> para os países periféricos e para o interior do país. A inserção do Brasil na dinâmica do capitalismo mundial, pelo menos até 1850, ocorreu lentamente e, a partir de então, acelerou gradativamente sua participação<sup>90</sup>. Todavia, por volta de 1870 – a inserção brasileira estava relacionada basicamente à exportação de café<sup>91</sup>, produto de segunda grandeza para o consumo; a borracha, matéria-prima de origem extrativa que rapidamente perdeu espaço no mercado; e o açúcar, que vinha decrescendo sua participação na exportação brasileira desde a década de 1830<sup>92</sup> – a participação brasileira no comércio mundial continuava pequena.

Internamente a expansão capitalista era prejudicada pela falta de infraestrutura de transporte e circulação, cuja ligação com o mercado externo era feita, segundo Singer (1975), por meio de uma incipiente economia urbana, concentrada em algumas cidades portuárias como Rio de Janeiro, Santos, Recife e Belém. Produção desenvolvida em regiões semifechadas, formadas por fazendas, estâncias e pequenas propriedades; cultivada por braço

<sup>89</sup> Segundo Singer (1975), a expansão do capitalismo mundial concorreu à abolição da escravidão nos Estados Unidos (1865); à abolição da servidão na Rússia (1870); à unificação da Itália e da Alemanha – e favoreceu à rápida industrialização destes países; além da revolução Meiji – que concorreu à industrialização do Japão. Ao mesmo tempo, as potências coloniais europeias abriram a África ao capitalismo e as ex-colônias espanholas e portuguesa da América foram inseridas no sistema como produtores especializados de artigos coloniais. Favoreceu ainda o desenvolvimento de uma extensa divisão internacional do trabalho e o surgimento do banqueiro, do segurador, do transportador entre outros.

<sup>90</sup>

| Período   | Exportação              |
|-----------|-------------------------|
| 1841-1850 | 5.48 milhões de libras  |
| 1861-1870 | 14.98 milhões de libras |

Fonte: Singer (1975).

<sup>91</sup> O café, segundo Singer (1975), principal produto de exportação brasileira, era produzido na região do vale do Paraíba no Rio de Janeiro e São Paulo; o açúcar, em grande medida, no litoral nordestino e na região de Campos no Rio de Janeiro; e a borracha, extraída nos seringais da floresta amazônica.

| Período   | Açúcar | Algodão | Couros e Peles |
|-----------|--------|---------|----------------|
| 1821-1830 | 30.1%  | 20.6%   | 13.6%          |
| 1871-1880 | 11.8%  | 9.5%    | 5.6%           |

Fonte: Singer (1975)

escravo e “homens livres”; e transportada por mascates e tropeiros até os centros portuários. Expansão prejudicada pelos entraves oriundos do anacronismo do sistema de produção: monocultor, com métodos rotineiros, não mecanizado, voltado para exportação e sujeito as oscilações do mercado.

Expansão capitalista situada no contexto do avanço das ideias liberais que influenciaram o processo de emancipação política da América Latina, cuja lógica do sistema de produção alterou as relações entre metrópoles e ex-colônias, em que grupos ligados ao capitalismo, sobretudo ingleses, passam a condenar a escravidão. Situação que gerou dilema ao governo brasileiro que, externamente, sofria pressão dos grupos abolicionistas internacionais e, internamente, dos setores escravistas agrários que desejavam a escravidão<sup>93</sup>. Escravidão que a grande maioria da população considerava legítima e justificável, inclusive os inconfidentes de 1789 e os revolucionários de 1817.

Todavia, com a independência o governo brasileiro, necessitando do reconhecimento britânico, endossou os acordos anteriormente firmados entre Portugal e Inglaterra, comprometendo-se a proibir o tráfico de escravos em três anos. Com base nesse acordo a regência decretou, em 1831, lei declarando livres todos os escravos vindos de fora do império e impondo severas penas aos traficantes. Porém, a lei foi “para inglês ver”. Pois, a expansão da cultura cafeeira para as zonas novas fez crescer a demanda de mão-de-obra, estimulando o tráfico na costa brasileira, cuja lei foi interpretada como uma satisfação à opinião liberal inglesa, cujo tráfico prosseguiu com a mesma intensidade e quadro de horrores que historicamente o caracterizou.

Entretanto, em 1850, medidas severas foram tomadas contra os traficantes. Contrabandistas estrangeiros foram expulsos do país e, com a ajuda da Inglaterra, reforçou-se a fiscalização, reduzindo o desembarque de escravos na costa brasileira. Por meio da lei Eusébio de Queirós extinguiu-se o tráfico de escravos, mas garantiu-se aos fazendeiros a propriedade, tanto dos escravos introduzidos ilegalmente no país no passado, como dos que fosse introduzido no futuro. Segundo Reis (1998), a partir desse momento novas elites, associadas à expansão da produção cafeeira, adotam posição abertamente imigracionista, contribuindo para a diferenciação de interesses dentro da classe agrário-latifundiária.

Segundo Furtado (1982), a proibição do tráfico negreiro nos anos 1850 produziu um boom de desenvolvimento interno que concorreu à geração de novas atividades econômicas e

---

<sup>93</sup> Segundo Iglésias (1997), em todos os lugares encontravam-se escravos: nos canaviais, nos engenhos, nos campos de algodão, nas plantações de cacau, nas fazendas de café do vale do Paraíba e nas charqueadas do Sul. No campo e na cidade ele era o principal instrumento de trabalho.

ao surgimento de novos grupos sociais e novas hierarquias. A expansão da lavoura cafeeira permitiu uma acumulação de capital em mãos de cafeicultores e grandes comerciantes, concorrendo para o surgimento de novos grupos sociais ligados a bancos, companhias de seguro, de imigração e ferrovias. Nova elite com visão de mundo e interesses distintos dos da elite imperial. Com isso, a vida citadina cresceu em importância vis-à-vis o mundo rural como polo de atividade, serviços e negócios. Eram os fundamentos coloniais da formação social brasileira que se desagregavam, concorrendo à eclosão da crise que afetou velhos e novos estratos sociais. As mudanças socioeconômicas que estavam se processando eram de natureza estrutural, cuja magnitude modificava a distribuição dos recursos econômicos, sociais, políticos e de status no Brasil.

Por volta de 1870, sofrendo pressão da Junta Francesa de Emancipação, o imperador declarou: “a emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico, era uma questão de forma e de oportunidade e que o governo brasileiro não estava se ocupando da questão devido às dificuldades decorrentes da Guerra do Paraguai”. Declaração que culminou na aprovação da lei do ventre livre, em 28 de setembro de 1871, que libertou os filhos de escravas, nascidos no império, a partir de então. Todavia, a vitória do abolicionismo está associada à adesão de um grupo de fazendeiros à ideia do trabalho livre, vinculados às transformações no sistema de produção rural, ocorridos no Centro-Sul do Brasil, a partir da década de 1850. De modo geral, a grande lavoura resistiu ao abolicionismo, pois acreditava que ele representava perda de status social, cuja estrutura da sociedade brasileira da época, era moldada por interesses econômicos comuns entre o setor rural e o meio urbano.

Porém, nesse momento, já havia nítida divisão entre escravistas e abolicionistas. Eram majoritariamente abolicionistas os setores urbanos, grupos ligados às vias férreas, às empresas industriais, às companhias de seguros, aos organismos de créditos e aos setores do comércio varejista. Além dos artesãos e trabalhadores livres nacionais e estrangeiros. A oposição ao abolicionismo, apesar de todos se dizerem abolicionistas, vinha dos setores mais antigos da produção do café e açúcar, sobretudo do vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e São Paulo, de modo geral, em processo de estagnação ou em decadência econômica.

Os defensores da escravidão argumentavam que a abolição feria o direito de propriedade e colocava em risco a segurança pública e a riqueza nacional. Acusavam o abolicionismo de movimento artificial, sem raízes na opinião nacional, anarquistas que pregavam doutrinas subversivas e comunistas. Os abolicionistas afirmavam que a escravidão constituía um entrave ao desenvolvimento econômico do país, inibia a imigração, a

mecanização da lavoura, corrompia a sociedade, a família, a língua, a religião e os costumes. Além de estimular o ócio, a imprevidência, deturpar os senhores e aviltar os escravos.

Após a Guerra do Paraguai, a propaganda abolicionista teve o incremento do trabalho da imprensa e da literatura, com artigos, editoriais, contos, novelas, peças de teatros, romances, panfletos. Em seguida, o PRP, composto na sua grande maioria por cafeicultores do Oeste, que tergiversaram por longo período diante da abolição, aprovou em 1887 parecer decidindo que os republicanos libertariam seus escravos até 14 de julho de 1889. Momento em que Nabuco de Araújo apela ao exército para que se rebelasse contra o papel de capitão-do-mato, incentivando os militares a solicitar à princesa que fossem desobrigados da desonrosa tarefa, condenando definitivamente a escravidão.

Portanto, a crise da sociedade imperial, associada à Guerra do Paraguai, ao fortalecimento do exército, à queda do gabinete Zacarias, à libertação dos escravos e à expansão do capitalismo para o interior do Brasil concorreram para abalar as estruturas do sistema social, político e econômico imperial, fortalecendo a elite excluída ou a margem do sistema imperial. Elite tributária do avanço do capitalismo para o interior do país e do incipiente processo de urbanização e industrialização que ocorreu no Brasil no período. Elite que percebeu a defasagem do sistema político em relação ao sistema econômico, inovou na forma de fazer política em relação à elite imperial e, em aliança com militares, derrubou a monarquia e proclamou a República.

### 3.2 – Origem da elite e do movimento republicano em São Paulo e no Rio Grande do Sul

Apesar de pretender a derrubada do sistema político monárquico o manifesto republicano de 1870<sup>94</sup> era antirrevolucionário e temporizador. A opção de liberais e republicanos era a reforma e não a revolução. Esta poderia acarretar perigosa convulsão no país. Ideal declarado por Saldanha Marinho, em discurso na Câmara dos deputados, em 1879, quando afirma: “os republicanos apostam na revolução pacífica, na revolução das ideias, salvo circunstâncias extraordinárias que precipitem os acontecimentos”. Segundo Holanda (1997), ao apresentarem-se como alternativa à situação que combatiam, entre reforma ou revolução, os liberais optaram pela reforma. Ou seja, apesar de reclamar por estarem vivendo

---

<sup>94</sup> Conforme Alonso (2001), os signatários do Manifesto Republicano eram: 17.4% jornalistas, 15.7% médicos, 14% comerciantes, 8.7% engenheiros e 3.5% professores, profissões sub-representadas no sistema político imperial. E 21% advogados, 5.2% funcionários públicos e 1.76% proprietários rurais.

sob um regime de compressão, violência, corrupção e ficção tinham como ideal manter a paz social, respeitando as leis até que se conseguisse a reforma desejada.

Estas ideias repercutiram nas Províncias logo após a publicação do manifesto no Rio de Janeiro, em 1870. Sobretudo em São Paulo, onde o republicanismo irradiava a partir da Capital, tendo como fonte a faculdade de direito. Movimento que, logo em seguida, teve forte acolhida na região Central, onde eclodira a cafeicultura empresarial, com novas técnicas de produção, sob regime capitalista. Ao mesmo tempo, alguns liberais radicais, aderem à bandeira republicana, acusando o PL de não mais atender aos anseios de transformação política que o país necessitava. Contudo, durante muito tempo, liberalismo e republicanismo foram termos conversíveis em São Paulo. E Francisco de Paula Souza, filho e neto de monarquistas, publica folheto intitulado a República Federativa do Brasil, com epígrafe onde se lia: “a monarquia é fruta exótica na América”.

Porém, a partir de 1878, houve antagonismo entre republicanismo e um liberalismo “adiantado” em São Paulo. Fato que concorreu para que os republicanos fossem constituir aliança com parte dos conservadores, pois os liberais haviam sido vítimas de defecções que engrossaram as fileiras republicanas e aliança entre ambos, naquele contexto, não era possível nem recomendável. Já os conservadores estavam em maior número, mas em dissenso irreconciliável, o que fortalecia a aliança com os republicanos.

De modo geral, a Província de São Paulo, pelo menos até 1875, era formada por um conjunto de vilas e povoados de pouca importância política e econômica para o país<sup>95</sup>. Segundo Rabello (1980), no início do século XIX São Paulo era formado por três núcleos que polarizavam a vida na região<sup>96</sup>: a Capital, centro político e comercial. E Santos, centro comercial, distrito do sal e porto; o vale do Paraíba, centro agrícola e de contato com o Rio de Janeiro, região mais populosa e com maior número de escravos; e a Central, centro da produção açucareira da Capitania. Em termos populacionais, em 1798, Capital e Santos eram habitados por cerca de 26.000; o vale do Paraíba, por cerca de 30.000; e a região de Campinas ou Central, por cerca de 21.000 habitantes. Além de Sorocaba, habitada por 7141 pessoas, cuja importância econômica advinha da sua condição de feira de animais e da sua comercialização.

---

<sup>95</sup> Os primeiros núcleos portugueses estabelecidos no atual território paulista foi São Vicente em 1510 e Santos em 1516. São Paulo de Piratininga, fundada em 1554, pelo menos até o final do século XVIII, era considerada uma “boca do sertão”. A capital, apesar de acusar um relativo crescimento a partir de 1850, em 1872 ainda era uma cidade provinciana com cerca de 31.000 habitantes.

<sup>96</sup> Nesse estudo utilizamos a definição de região de Love (1982) que separa o Estado de São Paulo em dez regiões: Capital, Vale do Paraíba, Central, Mogiana, Baixa Paulista, Araraquarense, Alta Paulista, Alta Sorocabana, Baixa Sorocabana e Costa Sul.

A economia de São Paulo foi durante todo o século XIX dependente da agricultura. Especialmente nas redondezas da Capital e no vale do Paraíba. Segundo Rabello (1980), as plantações de cana-de-açúcar nas regiões de Campinas, Piracicaba, Itu e Porto Feliz, entre o final do século XVIII e início do século XIX, atraíram povos das regiões onde as minas de ouro estavam em decadência, reforçando a “vocação” agrícola da Capitania. A pecuária e outros produtos de subsistência eram atividades subsidiárias   monocultura canavieira. Poucos fazendeiros praticavam a pecuária em larga escala, sobretudo tropeiros que comercializavam gado vacum, muar e outros na feira de Sorocaba. A atividade mineradora era irrelevante.

A “vocação” agrícola de São Paulo foi reforçada pelo fato de, a partir do final do século XVIII, os paulistas passarem a dedicar-se a outros produtos agrícolas como o algodão, o arroz, a mandioca e o café, mas sem abalar o monopólio do cultivo da cana-de-açúcar na Capitania. Porém, por volta de 1830 o cultivo do café substituiu a cana-de-açúcar na região do vale do Paraíba, tornando-se, por volta de 1850, o principal produto de exportação da Província Love (1982). Contudo, essa mudanç  não refletiu em importância político-econômica da Província no contexto da economia brasileira<sup>97</sup>.

Condição reforçada pelo fato do café do vale do Paraíba ser produzido em solo de baixa qualidade, de forma extensiva, por mão-de-obra escrava e com técnicas rudimentares de produção. Fatos que concorreram para o esgotamento do solo da região, provocando o declínio da produtividade dos cafezais e a redução do valor das terras. A isso, soma-se a dificuldade de transporte, cuja produção era transportada por longos trajetos, em lombo de mulas, o que aumentava o custo de produção e encarecia o produto final. Processo que estimulou alguns fazendeiros da região a buscar novas terras em outras regiões e aplicar novas técnicas de produção no seu cultivo. Dentre eles, as famílias Rodolfo Miranda e Rodrigues Alves, que transferiram capitais acumulados na região do vale do Paraíba para as áreas novas do Oeste paulista em processo de ascensão (Fausto, 1975).

De modo geral, o roteiro percorrido pelo cultivo da cana-de-açúcar foi percorrido pelo café em São Paulo. Além de ambos serem produzidos em latifúndios, por mão-de-obra escrava e de forma quase exclusiva – monocultura. Inicialmente a cana-de-açúcar foi cultivada na região do vale do Paraíba<sup>98</sup>, em seguida expandiu-se para a região de Campinas,

---

<sup>97</sup> Segundo Fausto (1975), entre as décadas de 1870-1880, o Rio de Janeiro produzia 60% do café brasileiro; Minas Gerais 25%; São Paulo 10%; e Espírito Santo 5%.

<sup>98</sup> Segundo Love (1982), a partir de 1886 o vale do Paraíba consistentemente diminuiu sua participação na população do Estado, sua proporção caindo de 28 para 7% em 1940. Em 1920, a criação de gado e culturas de subsistências já eram as atividades econômicas principais na região substituindo o café.

e logo após para a região de Ribeirão Preto. O café, além desse roteiro – em sentido anti-horário – estendeu-se para o Oeste, chegando à divisa com o Mato Grosso e Paraná.

O boom cafeeiro ocorrido na região Central<sup>99</sup>, a partir da década de 1880, foi alavancado por empreendimentos capitalistas de produção. Esses estimularam os cafeicultores a utilizarem técnicas modernas no plantio e no beneficiamento do produto. Processo motivado, em boa parte, pelo aumento da demanda do mercado norte-americano e pela introdução da mão-de-obra imigrante. Segundo Love (1982), o crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico de São Paulo estão intimamente ligados ao cultivo do café, e este é indissociável da terra roxa, cujo solo, clima e nível do terreno é mais adequado ao seu cultivo. Concorreu ainda para o desenvolvimento da produção cafeeira na região a construção de ferrovias como a São Paulo Railway, em 1867, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1872, entre outras.

A expansão da produção cafeeira para o Oeste de São Paulo possibilitou o surgimento de uma nova elite, com interesse econômico comum e consciente de sua marginalização política em face do regime imperial. Elite que enriqueceu rapidamente, fortaleceu-se politicamente, e manteve intenso contato com o capital estrangeiro<sup>100</sup>. E constituiu, entre o colono e o fazendeiro, relações capitalistas de produção, expresso nas relações de trabalho e na apropriação privada do excedente em forma de lucro. Na última década do império essa elite já controlava grande parte da máquina estatal, colocando-a a serviço da expansão ferroviária, da imigração e dos interesses da cafeicultura. Segundo Pinto (1986), o republicanismo surgiu em decorrência da descrença da elite agrária paulista de que a monarquia tivesse condições e vontade política de realizar uma reforma federativa no país que lhe garantisse autonomia administrativa provincial e o atendimento de suas demandas.

Diferentemente de São Paulo, onde a produção era monocultora e destinada à exportação, o Rio Grande do Sul, segundo Pesavento (1979) converteu-se num bem sucedido caso de economia voltada para o mercado interno, com possibilidade de alternância frente às crises, face à sua diversificada base agropecuária. Segundo Love (1975), a criação de gado, atividade desenvolvida por estancieiros, dominava a parte Sudoeste do Rio Grande, enquanto

---

<sup>99</sup> Conforme Love (1982), a região Central, em 1830, ainda era produtora de açúcar, enquanto o Vale do Paraíba já se especializara em café; porém, com a descoberta da terra roxa para o seu cultivo, associada ao grande investimento em transporte ferroviário na região, em 1886, esta já produzia duas vezes mais café que no Vale do Paraíba. Apesar do grande número de escravos que existia na região, os fazendeiros chegaram à conclusão de que o imigrante poderia substituir o escravo com proveito.

<sup>100</sup> Junto ao novo sistema de produção e comercialização do café, surgiram as empresas proprietárias de fazendas produtoras e de comercialização de café, sendo que entre as dez maiores empresas exportadoras pelo porto de Santos entre 1895 e 1907 nove eram estrangeiras e somente a Prado Chaves era brasileira.



o charque, produzido na região de Pelotas, por mão-de-obra escrava, favorecia a expansão das estâncias para o sul do Jacuí. E a região serrana era o local por onde se transportava animais de carga e gado de corte à feira de Sorocaba. Porém, com a chegada de imigrantes alemães e italianos à região a atividade econômica foi desenvolvida por mão-de-obra familiar, com predomínio da policultura, abrindo novas perspectivas à Província.

Todavia, segundo Silva (1979), já em 1754, com a chegada dos imigrantes açorianos, ocorreu à coexistência de duas sociedades distintas no Rio Grande: a dos estancieiros pecuaristas nas grandes propriedades na campanha e a dos charqueadores na serra do Sudeste; e a dos pequenos agricultores, localizados em áreas da depressão central e litoral. Esta divisão foi ampliada e consolidada, em termos de metade Sul e Norte da Província, a partir da chegada dos imigrantes alemães (1824) e italianos (1875). Porém, a região das estâncias manteve suas características econômicas, mas expandiu-se para o Norte, região de agricultura familiar produtora de milho, feijão, mandioca, batata, amendoim, cana-de-açúcar, fumo, erva-mate e outros.

Estes polos produtivos, apesar de haver pequeno intercâmbio entre eles, não se equiparavam em termos de produção e lucratividade. O charque, produzido na região de Pelotas, foi o produto que maior concentração de riqueza gerou, apesar de ser produzido por mão-de-obra escrava e sofrer a concorrência da produção por trabalho assalariado do “*saladero*” platino. Contudo, por volta de 1870, a economia pecuária gaúcha encontrava-se estagnada, sem maior avanço das forças produtivas, concorrendo para que a região perdesse parte de sua dinamicidade, conjugando um baixo nível técnico com uma pecuária extensiva de limitada produtividade. Crise, cujo preço do gado e seus derivados como charque, couro e lã, estavam reduzidos, em 1888, a um terço do preço comercializado em 1885 (Pesavento, 1979).

Nesse momento, conforme Silva (1979), a Província se debatia e se estiolava em uma crise financeira que vinha de longa data, com déficit permanente em seus orçamentos, além da questão do transporte – ferroviário e portuário – explorado por companhia estrangeira que cobravam fretes caros onerando a produção e dificultando seu escoamento. Contexto em que dominava a administração, o aparelho de estado e seu sistema produtivo a elite estancieira, congregada no partido liberal, que por muito tempo fez oposição ao centralismo monárquico, mas, após a libertação dos escravos, e a partir da retirada do apoio à monarquia de parte do setor cafeeiro paulista, entrou em processo de apoio recíproco com ela.

Por outro lado, a agricultura, desenvolvida na região Norte da Província, em pequenas propriedades, por mão-de-obra familiar, mesmo utilizando técnicas rudimentares de produção, tornou-se dinâmica pela pujança do comércio, cujo lucro era superior ao da pecuária. O

comércio, agente econômico que atuava entre o produtor rural e o consumidor, acumulou lucros à custa da agricultura colonial, possibilitando-lhe constituir, em Porto Alegre, casas comerciais de importação e exportação, investir em transporte a vapor, indústrias, urbanização, bancos e companhia de seguro. Além de construir estradas, pontes e prédios públicos no interior. Mudanças que concorreram para alavancar um incipiente desenvolvimento capitalista na Província e para a diversificação da matriz produtiva, da sociedade e da política rio-grandense.

Mudanças que associadas ao desenvolvimento ocorrido na região Norte, concorreu para o surgimento e o fortalecimento de uma nova elite política no Rio Grande, cujos traços particulares, segundo Trindade e Noll (2004), eram a juventude dos seus membros, a formação superior, a ausência de experiência partidária e a base ideológica positivista. Elite que liderou o movimento, a propaganda e o partido republicano rio-grandense – PRR na Província. Composta por estancieiros, comerciantes, profissionais liberais e alguns colonos. Setores emergentes, cujos interesses não eram representados ao nível da política. Elite que defendeu programa político, cujo ideal era realizar a modernização econômica, social e política do Brasil e do Rio Grande do Sul. Contudo, nesse momento, o governo imperial estava tranquilo em relação às ameaças ao regime no Rio Grande.

Porém, os republicanos após concluírem suas atividades como estudantes na academia de direito de São Paulo, Recife e outros retornam à Província desafiam o poder do partido liberal e se constituem em força política considerável, com um partido ideológico e disciplinado, cujas bandeiras, tanto do republicanismo paulista como do rio-grandense eram, inicialmente, a federação, em seguida, a República e, por último, o abolicionismo. Ambos, em determinado momento, adotaram o discurso do separatismo como estratégia de fazerem-se ouvidos, indicando o grande descontentamento que os afligiam em face dos gargalos do sistema social, político e econômico imperial.

Portanto, a elite republicana nasceu enfrentando situação de marginalização política em relação ao regime imperial. Elite formada por membros socialmente heterogêneos, coalizão negativa e “suprapartidária” de contestação política. Contudo, formaram unidade política e aproveitaram as oportunidades surgidas das fraturas da ordem vigente para articularem-se em prol da reforma do sistema político que a excluía. Todavia, tanto paulistas como gaúchos, politicamente marginalizados, diferentemente de outros grupos, não visavam integrar o *establishment*. Queriam autonomia para os seus negócios e reclamavam dos malefícios que a centralização monárquica trazia às suas Províncias e do difícil acesso aos postos políticos e aos cofres nacionais.

A crise da sociedade imperial refletiu nas faculdades de direito, de engenharia e no setor militar onde se observava a falta de perspectiva às carreiras dos novos atores. Além disso, o contexto de radicalização liberal impulsionou a constituição de vários núcleos estudantis de atividades intelectuais de contestação. Todavia, segundo Alonso (2001), não se pode atribuir às faculdades a formação de unidade e identidade coletiva. Os agentes do movimento é que criaram associações, clubes, jornais, partidos e outros, visando às atividades contestatórias, indício, inclusive, da falência das instituições educacionais imperiais.

Nesse momento e desse contexto é que surgiu o primeiro agrupamento republicano paulista oriundo do Clube Radical. Formado por uma elite que optou, segundo Alonso (2001), pela organização de associações, clubes científicos e republicanos em vários municípios e por uma estrutura partidária, com representantes locais, assembleias e regulamentos internos que deram ao partido republicano local um sentido moderno, que o liberal e o conservador, estruturados a partir de chefes vitalícios, não possuíam. Elite, cujos membros muitos eram oriundos de Campinas, profissionais liberais vinculados à economia do café, parte vinha de famílias sem tradição agrária, mas que a aderiu pelo casamento e parte de famílias que se transferiram da economia decadente do açúcar e do café do vale do Paraíba. Grupos, cujas relações de parentesco e laços consanguíneos os uniam, grande parte frequentava o mesmo curso e muitas vezes as mesmas turmas.

No Rio Grande do Sul, segundo Alonso (2001), o republicanismo nasceu protestando contra os dois partidos imperiais, cujas atividades políticas eram desenvolvidas em associações, clubes, jornais, partido e obras. Grupo formado por jovens predominantemente filhos de estancieiros economicamente estacionários ou em decadência, sem vínculo com a elite pecuarista da campanha. Porém, grande parte tinha formação superior, cursado na faculdade de direito de São Paulo. Diferentemente da elite paulista, tinham dificuldade em formar aliança política com a elite imperial e formavam uma pequena minoria que não oferecia risco, pelo menos em curto prazo, ao poder desta elite.

Segundo Piccolo (1974) por volta de 1868, o ressurgimento do partido conservador é o indício de que no Rio Grande do Sul, ao lado do espírito liberal – inconformista por natureza – havia o espírito conservador – conformista por tradição. Entretanto, os liberais sinceros não eram mais que republicanos “atrasados” e os republicanos mais que liberais “adiantados”. Porém, em 1878 os liberais percebendo o perigo da propaganda republicana, que se corporificou no Clube Republicano de Porto Alegre, tentaram neutralizá-la exigindo a

implantação das reformas liberais<sup>101</sup>. A este movimento, segundo a mesma autora, juntar-se-iam políticos da velha guarda, tanto do PL como do PC, desencantados com a monarquia. Assim, o surgimento do movimento republicano no Rio Grande foi tardio, só constituindo-se efetivamente quando o PL abandonou sua linha política reformista.

O fato da elite e do movimento republicano, grosso modo, não surgirem nas faculdades, escolas, parlamento e outros, que eram espaços privilegiados da elite imperial, e ser formado por membros da elite estável, em decadência ou mesmo em ascensão econômica, nos induz a buscar suas prováveis origens nas sociedades secretas como as lojas maçônicas<sup>102</sup>. Estas, segundo Colussi (2011), se constituíam num dos únicos espaços de sociabilidade dos homens da elite política, econômica e intelectual da época, constituindo-se numa espécie de clube de elite com código secreto de acesso.

Os templos maçônicos além de formar uma cultura de elite, eram locais onde os homens se reuniam para banquetes, festas, debate político, polêmica filosófica etc. E a maçonaria uma instituição cujos princípios éticos se baseavam na harmonia e na solidariedade entre seus membros, cujo objetivo era o aperfeiçoamento intelectual da sociedade, de seus filiados e a promoção da filantropia. Pretendiam pôr fim ao obscurantismo e as superstições que o catolicismo introduzia na sociedade brasileira, cujos espaços aglutinavam liberais radicais, sendo o PL o partido de maior foco de atuação maçônica até o final do império<sup>103</sup>. Conforme Colussi (2011) a partir do início do século XIX pode-se atribuir a maçonaria, além da difusão do pensamento liberal no Brasil, se não sua obra, pelo menos a sua influência sobre os eventos como a independência, a abdicação de Pedro I, a luta pela separação entre Estado e igreja, o abolicionismo e o movimento republicano.

Em São Paulo, grande parte da elite republicana tinha origem nos setores liberais e a maçonaria tinha íntima relação com esses setores. Segundo Castellani (1989) eram maçons os principais republicanos paulistas como Américo de Campos, Américo Brasiliense, Bernardino de Campos, Campos Salles, Francisco Glicério, Jorge Tibiriçá, Júlio Mesquita, Manuel de

---

<sup>101</sup> “A partir de 1881, quando começa a estruturação do partido republicano as posições se definem. Por um lado, Silveira Martins com a tradição, com as maiores influências econômicas e sociais com a máquina administrativa, procurando defender a monarquia; e por outro, um grupo de jovens, quantitativamente pequeno, mas qualitativamente expressivo, procurando derrubá-la” (Franco, 1967).

<sup>102</sup> Conforme Colussi (2011), a maçonaria brasileira era formada por duas facções: a partidária do governo imperial, o Grande Oriente da Rua do Lavrário, cujo grão mestre era o Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros; e a oposicionista radical e revolucionária, o Grande Oriente da Rua dos Beneditinos, cujo grão mestre era o propagandista republicano Saldanha Marinho.

<sup>103</sup> De acordo com Colussi (2001), os episódios da Revolução Farroupilha e Revolução Federalista de 1893 comprovam o fato de que a maçonaria não tinha projeto político comum ou hegemônico, pois maçons havia em ambos os lados dos conflitos.

Moraes Barros, Martinho Prado júnior, Prudente de Moraes, Pedro de Toledo, Rangel Pestana entre outros.

Todavia, entre os republicanos rio-grandenses eram maçons Pinheiro Machado, Demétrio Ribeiro e Fernando Abbott. Portanto, no Rio Grande, diferentemente de São Paulo, pelo menos até o final do império, maçonaria e republicanismo não empunhavam as mesmas bandeiras. Porém, com a proclamação da República esta realidade foi modificada profundamente. Segundo Colussi (2011), houve uma verdadeira debandada de dirigentes maçons para o PRR e grandes nomes do republicanismo gaúcho como Ramiro Barcelos, Marçal Pereira Escobar, Aparício Mariense, Antônio Pedro Caminha, Germano Hasslocher, Pedro Moacyr, Alencastro Carneiro da Fontoura, Antônio Antunes Ribas, Arno Philipp, Fernando Setembrino de Carvalho, Gervásio Lucas Annes, Lybio Vinhas, Manuel Correia da Câmara e Manuel André da Rocha, entre outros, aderiram à maçonaria.

Além da maçonaria, a Burschenschaft<sup>104</sup> também era uma sociedade secreta que contribuiu com a formação da elite e com o movimento republicano paulista. A relação com o republicanismo gaúcho pode ser encontrada na presença dos ex-bucheiros rio-grandenses: Assis Brasil e Pinheiro Machado. Com o republicanismo paulista pela presença dos ex-bucheiros Prudente de Moraes, Salvador de Mendonça, Rodrigues Alves, Campos Sales, Bernardino de Campos, Washington Luís, Altino Arantes, entre outros. Além destes, entre os cinco membros da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição de 1891, pelo menos três tinham origem na Burschenschaft: Saldanha Marinho, Américo Brasiliense e Santos Werneck.

A Burschenschaft, segundo Melo Franco (1973), era uma sociedade secreta que congregava os estudantes “iluminados” e os interesses e não as opiniões lhes serviam de ligação. Pretendiam mudar a ordem social, mas enquanto aguardavam o advento da grande obra, queriam apoderar-se dos empregos públicos. Todavia, teve como marca a defesa do liberalismo, do abolicionismo e, por último, a República. Porém, a sua influência sobre o republicanismo rio-grandense foi muito pequena.

---

<sup>104</sup> Segundo Melo Franco (1973), a Burschenschaft era uma organização política secreta, fundada pelo alemão Júlio Frank, na primeira metade do século XIX, junto a Academia de Direito de São Paulo. A seleção de seus membros era feita por cooptação, em que eram escolhidos os que apresentassem as melhores qualidades de inteligência e caráter. A sociedade auxiliava economicamente os estudantes pobres, constituindo uma espécie de grupo destinado a funcionar na vida pública depois de terminados os estudos. Ela constituía-se como uma instituição de elite intelectual e moral entre os alunos, perfazendo cerca de dez por cento do total dos estudantes. A transmissão da chave era uma festa simbólica e traduzia a permanência dos ideais da sociedade através das sucessivas gerações.

Ao longo da sua história a Burschenschaft mudou de orientação e foco político. Inicialmente congregou a elite política imperial, mas com o esgotamento do regime a fé republicana tornou-se o centro das aspirações da sociedade. Conforme Melo Franco (1973) era dali que vinha a solidariedade e os fins invisíveis que uniu os propagandistas republicanos no período imperial e os arranjos e composições entre próceres, que escapavam à visão do observador descomprometido, do jogo oligárquico da Primeira República. Entretanto, havia uma relação muito estreita entre a Burschenschaft paulista e a ideologia republicana, sobretudo, com o modelo de República de Gambetta, não revolucionária, mas a evolução legal de um regime para outro, a chamada República conservadora.

É considerada obra sob influência da Burschenschaft ainda a fundação do partido democrático – PD, em 1926, e a Revolução Constitucionalista de 1932. Esta foi um movimento bacharelesco, ativado por membros da associação e do partido, e por líderes “bucheiros” como Júlio de Mesquita Filho e Paulo Nogueira Filho, certificando a longevidade e a importância da sociedade na congregação de elites, de seus interesses e na sua ação política. Porém, a partir de 1932 “... os radicais bucheiros formaram uma espécie de círculo concêntrico, de diâmetro menor, chamados encapuzados” (Franco, 1973, 34).

No Rio Grande do Sul, segundo Bakos (2006), há indícios da existência de uma sociedade secreta com ramificação em São Paulo, entre 1870 e 1877. Ela teria congregado republicanos paulistas e rio-grandenses, de caráter radical, denominada Associação Secreta dos Federados ou Associação dos Federados. Tinha como ideal a República Federativa e a emancipação dos escravos. Seus membros eram ligados, tanto em São Paulo como no Rio Grande do Sul, aos clubes republicanos.

Portanto, as sociedades secretas, no século XIX, eram instituições que não apenas contribuíam para a socialização dos homens da época e para a congregação dos seus interesses, mas, sobretudo, para a formação político-ideológica dos seus membros, visando à atuação destes na sociedade e nos rumos que esta deveria seguir. Todavia, tanto a maçonaria como a Burschenschaft, além de elementos liberais e republicanos, tiveram entre seus sócios quadros conservadores que defendiam a monarquia e os valores da sociedade imperial. Porém, estes eram papéis “secretos” das sociedades que contrastavam com as atividades públicas de propaganda que seus atores desenvolviam.

A atividade pública dos republicanos, segundo Alonso (2001), ocorreu por meio da publicação de obras de interpretação da conjuntura, do ingresso em partidos, da redação de panfletos e manifestos, além da fundação de sociedades, clubes republicanos, pequenos jornais e da organização de eventos, efemérides, intervenções públicas, comícios, banquetes,

passeatas e viagens de propaganda. Contudo, a atividade que deu maior impulso ao movimento foi à jornalística, que também era partidária, pois grande parte dos jornais da época pertencia a partidos e estes eram os porta-vozes das elites em luta política<sup>105</sup>.

Nesse sentido, no período da propaganda, as elites republicanas de São Paulo e Rio Grande do Sul tiveram como objetivo maior, para as atividades da propaganda, a fundação de partidos e jornais. Desde os tempos da faculdade de direito em São Paulo, tanto a elite paulista como a rio-grandense, fundaram vários periódicos. Todavia, só permaneceram os jornais que se tornaram órgãos dos respectivos partidos. Em São Paulo a propaganda foi desenvolvida pelos grandes periódicos *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo* e no Rio Grande do Sul pelo *A Federação*. Porém, a propaganda foi desenvolvida por dezenas de periódicos locais de circulação limitada e muitos deles efêmeros.

O PRP lutou pela República, pela autonomia dos Estados – federação, pelo Estado laico, pela imigração e abolição<sup>106</sup>. O PRR pela República, pela federação, pelo Estado laico e abolição. Entretanto, havia diferenças significativas entre eles. O PRP, conforme Perissinotto (2003), pela sua composição social, pelos temas que dominavam a sua agenda, pelas soluções apontadas apresentava-se como uma organização partidária de classe. Sobretudo da classe dos cafeicultores do Oeste paulista. Ao passo que o PRR, conforme Pinto (1979), aglutinou, desde suas origens, dois segmentos populacionais da sociedade rio-grandense: o setor urbano e o setor rural. O urbano era composto por altos funcionários e profissionais liberais, ambos com alto grau de instrução, e comerciantes com baixo grau de instrução; e o setor rural formado por grandes proprietários rurais com alto nível de instrução.

Segundo Perissinotto (2003), de 1873 a 1898 o PRP pode ser identificado como um partido de classe. Porém, a partir do compromisso coronelista, deixou, pouco a pouco, de ser um partido de classe para transformar-se no partido da administração estatal, cada vez mais centralizado e submetido ao Executivo estadual. Além disso, teria sido à representatividade de classe que conferiu ao PRP a forte coesão enfatizada como um dos seus traços característicos. O PRR, conforme Pinto (1986), não era constituído pela elite pecuária do Rio Grande do Sul e desenvolveu um projeto político não-oligárquico, apresentando-se como executor de políticas que respondiam aos interesses do Estado como um todo e de diversos segmentos sociais em particular. Ao mesmo tempo, o positivismo teria dado subsídio ao partido para criar um

---

<sup>105</sup> Nesse estudo analisamos somente os jornais identificados com o movimento republicano de São Paulo e Rio Grande do Sul, pois eles eram instrumentos de luta política dos respectivos partidos e das respectivas elites.

<sup>106</sup> Segundo Carvalho (1980), a principal preocupação dos republicanos paulistas não era o governo representativo, ou direitos individuais, mas a Federação. Com essa, pretendiam reorganizar o mercado de mão-de-obra e viabilizar a imigração subvencionada. A escravidão foi sempre um tema desconsiderado nos congressos do PRP, evitando assim, conflito interno que a questão suscitava.

Estado autoritário que lhe garantiu a reprodução no poder, tornando-o partido hegemônico no Rio Grande durante toda a República Velha.

Conforme Bakos (2006), antes da fundação do *A Federação*, por volta de 1878, já existia em Porto Alegre o Clube Republicano, cuja propaganda era feita através dos jornais *A Democracia* e *A Imprensa*. Seus idealizadores – Francisco Xavier da Cunha, Apolinário e Apeles Porto Alegre, foram os pioneiros da propaganda republicana no Rio Grande. Através dos periódicos foram publicados artigos contra a escravidão e a monarquia, reproduzindo a posição dos republicanos paulistas sobre os temas. Porém, a radicalização contra a escravidão ocorreu pelas páginas do *A Federação*.

Este jornal teve sua origem decidida no Congresso do PRR de 1883, que na oportunidade aprovou seu programa e tornou-o órgão oficial do partido com a seguinte missão: discutir e sustentar a legitimidade e oportunidade do sistema de governo republicano no Brasil; empenhar-se por todas as reformas que auxiliem e facilitem a vitória do partido; expor, sustentar e promulgar ideias e medidas administrativas e econômicas de utilidade pública, filiada ao sistema federativo. Todavia os temas e objetivos deveriam estar em conformidades com o pensamento da comissão executiva, cuja opinião era dependente da aprovação do Congresso do partido.

Em São Paulo, o *Correio Paulistano* foi fundado em 1854, com caráter liberal e independente. Seu surgimento está associado ao contexto do desenvolvimento das ideias liberais e do capitalismo no Brasil. Porém, em seguida aderiu ao partido conservador, sobretudo por questões financeiras. Por volta de 1860, rompeu com a conciliação e optou novamente pelos liberais. Com a fundação do PRP, em 1873, aderiu-o, adotando uma linha editorial reformista. Em 1882, assumiu seu editorial Antônio Prado evitando que o jornal adotasse postura jacobina em defesa do abolicionismo e do republicanismo. Durante a propaganda manteve postura favorável ao federalismo, à República e, por último, à abolição. Todavia, estava mais preocupado com o problema da mão-de-obra e da imigração que com a liberdade dos cativos. Com o advento da República o *Correio Paulistano*, tornou-se órgão oficial do PRP, e em termos políticos: oligárquico e conservador. Com isso, apoiou e veiculou as ideias dos republicanos paulistas, favorável à autonomia dos Estados e contra as intervenções federais, além de hostilizar o comunismo e a reforma constitucional. Porém, em 1932 encampou a luta pela constitucionalização do país atestando decisivamente seu governismo e pragmatismo.

A *Província de São Paulo* foi fundada em 1875 por uma comissão nomeada pelo Congresso Republicano de Itu, sob a direção, em São Paulo, de Américo Brasiliense e, em



Campinas, de Campos Sales. A redação ficou a cargo de Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos<sup>107</sup>. Com a ascensão de Júlio de Mesquita à direção do jornal, em 1888, e após a proclamação da República, a *Província de São Paulo* passou a ser chamada: *O Estado de São Paulo*. Este, apesar da grande maioria dos sócios fundadores serem favoráveis à República e o jornal ser apresentado como órgão oficial do PRP, editorialmente adotou linha política independente nos assuntos políticos e sociais. Durante a propaganda, defendeu as ideias e os interesses da elite cafeicultora do Oeste paulista, combatendo a centralização político-administrativa do império, reivindicando eleições diretas para senador e presidente de Província, a separação entre a igreja e o Estado. Além da instituição do casamento e dos registros civis e a substituição progressiva do trabalho escravo pelo livre. A partir de 1880, defendeu o incremento da imigração de colonos europeus.

No Rio Grande do Sul o *A Federação* teve como característica o fato de ser uma imprensa doutrinária, sem literatura e introdutora do discurso cientificista na propaganda político-jornalística. Conforme Bakos (2006), pelo *A Federação* os republicanos forçaram a definição das posições a favor e contra a monarquia, como afirmou Ernesto Alves, em artigo publicado em 25/04/1888: “... mostramos a contradição entre dar as suas simpatias à República e seu esforço a Monarquia”. Como projeto político defendeu a abolição do trabalho escravo como uma etapa necessária da passagem do império à República, em que República, federação e abolição, foram consideradas símbolo da modernidade. Ou seja, pelo jornalismo, os republicanos paulistas e rio-grandenses, mostraram-se hábeis estrategistas para perceber, entender e descrever a dor alheia e instigar a reflexão sobre a realidade social, política, econômica e religiosa do Brasil da época. Por meio do jornalismo desferiram críticas, diretas e indiretas, provocações e ironias, e propuseram soluções aos problemas que afligiam o Brasil, São Paulo e Rio Grande no período.

Portanto, no seio da crise da sociedade e das instituições imperiais surgiu à elite republicana paulista, oriunda de setores marginais ao sistema político monárquico, associada ao processo de mudanças socioeconômicas oriundo da expansão do capitalismo e da produção cafeeira para o Oeste de São Paulo; e as ideias liberais e cientificistas que adentraram no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. E a elite republicana rio-grandense oriunda de setores decadentes, estacionários ou em ascensão econômica, também excluída do sistema

---

<sup>107</sup> Além desses, conforme Cohn (2001) fizeram parte da sociedade constituída para a fundação do jornal os fazendeiros de café do Oeste paulista Antônio Carlos Sales, Antônio Pompeu de Camargo, Bento Augusto de Almeida Bicudo, Cândido Vale, Major Diogo de Barros, Francisco de Sales, Francisco Glicério, João Francisco de Paula Souza, João Manuel de Almeida Barbosa, João Tibiriçá Piratininga, João Tobias de Aguiar e Castro, José Alves de Cerqueira Cezar, José de Vasconcelos de Almeida Prado, José Pedroso de Moraes Sales, Manuel Pereira de Queiroz, Matinho Prado Júnior e Rafael Paes de Barros.

político monárquico, associada a um incipiente processo de urbanização e industrialização que ocorria no Rio Grande, sobretudo a partir da expansão colonial para o Norte da Província. Elite congregada em sociedades secretas, sobretudo a paulista, com recursos suficientes e independência para protestar contra o sistema imperial. A partir destas sociedades, fundaram clubes, partidos e jornais republicanos, por meio dos quais combateram os valores da sociedade e sistema político que lhes excluía, e defenderam a federação, a República e, mais tarde, a abolição do trabalho escravo.

### 3.3 – Contexto e atuação política da elite republicana paulista e rio-grandense

O processo de construção do Estado republicano em São Paulo e no Rio Grande do Sul teve início com a promulgação da Constituição destes Estados, em 14 de Julho de 1891. Porém, segundo Carvalho (2007), mudanças significativas no processo de construção de Estado no Brasil foram identificadas, por volta de 1865, através de estudos sobre a administração das Províncias, caracterizado pela ampliação da sua estrutura e papel. A estrutura foi ampliada com a criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e o papel com a mudança de conteúdo dos gastos administrativos<sup>108</sup>. Visavam à ampliação da capacidade de atuação do Estado, do centro para periferia, e gradativamente o controle do conflito privado pela esfera pública. Mudanças que estavam situadas dentro do contexto das transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreriam no Brasil no período.

A elaboração da estrutura político-administrativa do país, consagrada na Constituição de 24 de fevereiro de 1891<sup>109</sup>, teve como diretriz político-doutrinária os princípios do federalismo, do liberalismo e do republicanismo. Este era associado à ideia de igualdade perante a lei e à impessoalidade da autoridade – não reconhecia privilégio de nascimento, foro de nobreza, ordem honorífica e títulos nobiliárquicos e de conselho. Estabelecia o ideal da temporalidade dos mandatos e da perpetuidade das funções; aos princípios do liberalismo, consagrado no ideal de separação, harmonia e independência entre os poderes, aos direitos e

<sup>108</sup> Conforme Carvalho (2007) os gastos com administração no Brasil passaram de 96% em 1842 para 58% em 1889; enquanto os gastos econômicos e sociais passaram de 4% para 41% no período. Todavia, parece não ter havido redução nos gastos com administração, mas aumento nos gastos sociais e econômicos.

<sup>109</sup> De modo geral, o processo de construção do Estado em São Paulo e no Rio Grande do Sul estava subordinado a um conjunto de valores políticos, ideológicos e institucionais consagrados na Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Valores que concorreram para a formação de uma estrutura político-institucional republicano-federativa e um sistema presidencial, formada pelo Poder Executivo, constituído pelo Presidente da República, Presidente de Estados e Intendentes municipais; pelo Poder Legislativo, formado pelo Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Conselhos Municipais – legitimados pelo voto direto; e pelo Poder Judiciário, formado pelo Supremo Tribunal Federal, Tribunais Estaduais e Juízes.

liberdades individuais, direitos políticos, de propriedade, de associação, de imprensa, culto e representação; e aos princípios do federalismo que consistia na ideia da descentralização política e na ampla autonomia administrativa dos Estados.

A estrutura político-administrativa do país era, em grande medida, regida por um conjunto de valores e princípios gerais conversíveis e ou complementares. Fato que concorria para uma interpretação pragmática do sistema, favorecendo as conveniências político-administrativas do governante de plantão. Nesse contexto, o princípio que mais agregou a elite republicana paulista e rio-grandense, foi o federalismo. Segundo Alonso (2002), os republicanos paulistas e rio-grandenses não visavam integrar o *establishment*. Queriam autonomia para seus negócios e reclamavam dos malefícios que a centralização monárquica levava às suas Províncias. O federalismo assegurava a autonomia às elites republicanas estaduais e lhes facultava os instrumentos políticos-ideológicos para a construção do aparelho de estado nas Províncias. Além das políticas a ser implantadas para atender as demandas das respectivas elites locais<sup>110</sup>.

Durante o período da propaganda e, sobretudo na Constituinte republicana de 1890-1891, o federalismo foi reivindicado pelas elites estaduais como solução para grande parte dos problemas políticos, administrativos e econômicos do país. Fenômeno que concorreu para que a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 incumbisse cada Estado de elaborar a sua Constituição observando apenas os princípios constitucionais da União, e de prover, às expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração. Com isso, os Estados puderam decretar impostos sobre as exportações, imóveis rurais e urbanos, transmissão de propriedade, indústrias e profissões<sup>111</sup>. Além de vetar à União a intervenção nos negócios particulares dos Estados, salvo para repelir invasão estrangeira ou de um Estado em outro; para manter a forma republicana federativa; restabelecer a ordem pública – desde que requisitado pelo respectivo governo – e para assegurar a execução de leis e sentenças judiciais. A estrutura unitária e centralizada, que assegurava o controle sobre a dinâmica política durante o império<sup>112</sup>, foi substituída pela autonomia política dos Estados e Legislativo Federal, mantendo relativamente estável a exclusão do povo do processo político<sup>113</sup>.

---

<sup>110</sup> Os modernizadores de 1889 viram na descentralização um instrumento para obter alocação de recurso mais eficiente do que seria possível através de um governo unitário (Love, 1982).

<sup>111</sup> A Constituição Brasileira de 1891 impôs a forma federativa de governo, com grande autonomia dos Estados. Estes passaram a ter o direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação, regerem-se por suas próprias Constituições, ter corpos militares próprios, bem como códigos eleitorais e judiciários. Regime político estruturado sobre o federalismo, presidencialismo e o regime representativo (Souza, 1969).

<sup>112</sup> Durante o império houve um padrão de state-building com algumas macro características marcantes: hipercentralização político-administrativa; controle da dinâmica legislativa e regulação do mercado político por meio

Além disso, a Constituição de 1891 não definiu com precisão os limites da comunidade política e suas relações internas. Pacto político que tinha como estrutura institucional o federalismo, o presidencialismo, com atribuições dilatadas do Legislativo, imprecisão nas relações entre União e Estados, além da concentração de tributos nestes e a asfixia dos Municípios. Pacto que inovou em relação à tradição imperial, mas favoreceu, segundo Lessa (1988), a formação de instabilidade política, sobretudo durante a primeira década do novo regime, com incertezas sobre os critérios e instrumentos adequados a coordenação da geração de atores políticos coletivos, a relação entre o poder central e poderes estaduais e os procedimentos de interação entre o Executivo e o Legislativo.

O grande poder político-administrativo que os Estados e as elites estaduais adquiriram com o novo pacto foi fortalecido pela dimensão territorial e pelas diferenças geográficas, sociais, políticas e econômicas do Brasil. Estas favoreceram o enfraquecimento do poder central e a ausência de centro e coordenação político-institucional do sistema no período. Situação que colaborou para o surgimento de crises políticas na República, que preocupava a elite, tendo em vista o histórico de crises políticas e institucionais ocorridas nas Repúblicas sul-americanas, motivadas por lutas entre facções, lideradas por caudilhos, fatos que poderiam ocorrer no Brasil. Com isso, a política dos estados, instituída por Campos Sales, foi o reconhecimento de um fato consumado: da existência da concentração do poder nos governos estaduais e no Legislativo federal à custa da autonomia municipal.

Baseado nesses fatores, conforme Carone (1983), ao assumir o governo Campos Sales afirmou que a situação da República não comportava “estreiteza do exclusivismo” e que era necessário “uma política nacional de tolerância e concórdia” em benefício da Pátria. Os partidos deveriam existir para assegurar o equilíbrio político e o progresso nacional pelo sucesso dos princípios do governo, que exerceria uma ação prudente, tolerante e disciplinada a serviço dos grandes interesses da nação. Os membros do Congresso Nacional não deveriam ser advogados de interesses localizados, antes representantes da nação como um todo a serviço dos grandes interesses nacionais.

A grande autonomia que a elite política dispunha no Congresso e nos Estados – sem responsabilidade com o Executivo – movidos por espíritos de facções e pelo caráter desenfreado de paixões e interesses, motivou Campos Sales a propor a institucionalização de um sistema que resgataria a capacidade de coordenação política do poder central por meio de

---

de legislação eleitoral; padrão estável de exclusão do demos e rígido controle sobre a formação de atores políticos coletivos (Lessa, 1988).

<sup>113</sup> Segundo Leal (1997), no lugar do poderoso presidente de Província, instalou-se o poderoso governador do Estado, cuja eleição não dependia mais da vontade do poder central, mas do entendimento entre os grupos locais.

um governo unipessoal. Governo, cujo poder concentrar-se-ia no Executivo, caracterizado pela responsabilidade direta e pessoal do presidente da República, cuja autoridade legal e moral não deveriam ser confundidas com a de nenhum outro agente público. A partir da institucionalização desse sistema as relações entre Executivo e Legislativo passaram a ser de “cordialidade e harmonia”, porém regulada pelo princípio de que o parlamento não governava nem administrava.

Nesse sentido, a política dos estados<sup>114</sup> consistiu num acordo político entre o presidente da República, os governadores dos principais Estados e a maioria do Congresso Nacional que retirou a luta pelo reconhecimento do diploma<sup>115</sup> do âmbito federal e passou aos Estados, cujo êxito na eleição passou a depender da maioria nas juntas apuradoras, sob controle das oligarquias situacionistas locais. Fórmula que fortaleceu o situacionismo estadual e concorreu para uma relativa submissão do Legislativo ao Executivo e para o surgimento do maior e único partido político existente durante a Primeira República: o partido governamental.

A política dos governadores consistiu na existência da fórmula liberal de estruturação do poder, formada pelo Executivo, Legislativo e Judiciário. Cujas relações eram de “harmonia e independência”, porém com preeminência presidencial, que tinha a prerrogativa de dirigir e administrar, função vetada ao Legislativo. Sistema que somado à ausência de partidos efetivos e de caráter nacional no período, possibilitou ao Executivo federal deixar que a multiplicidade das elites regionais consolidasse o poder nos respectivos Estados, assumindo a condução das grandes questões, com apoio incondicional do localismo. Sob a política dos estados, as oposições continuaram a existir, mas às margens do processo político. A partir da institucionalização desse sistema, segundo Cardoso (1975) houve a legitimação da doutrina dos “chefes naturais” com a predominância do Executivo (e neste o presidente), bem como nos Estados o fortalecimento do arranjo entre localismo, máquina estatal e clube de notáveis.

O sistema denominado política dos estados teve como fonte de inspiração a concepção de Campos Sales de que o governo era uma instância de administração, a salvo da competição entre facções, cujos canais de expressão seriam os chefes políticos locais, e não o parlamento nem os partidos. E foi com a institucionalização desse sistema que a República encontrou sua rotina que, segundo Lessa (1988), visava dotar a esfera pública de estabilidade e governabilidade, através do congelamento da competição política e do reconhecimento das

---

<sup>114</sup> A política dos estados teve início no acordo entre concentrados e republicanos que garantiu a mudança no regimento interno da Câmara, retirando do deputado mais velho entre os eleitos a condição de seu presidente interino e por consequência a prerrogativa de nomear os membros da comissão de verificação de poderes, atribuindo-a ao presidente da última sessão legislativa, se eleito para a nova legislatura (Carone, 1983).

<sup>115</sup> Por diploma entendiam a ata geral da apuração da eleição, assinada pela maioria da Câmara municipal competente por lei para apurá-la (Carone, 1983).

oligarquias regionais como proprietárias de parcelas estaduais do demos e como atores únicos relevantes. Ao governo federal coube a coordenação das forças políticas nacionais. A partir desse momento, os conflitos intrainstitucionais estaduais e a divisão entre poderes ganharam contorno e coordenação, moderados pelo pacto de apoio recíproco entre o presidente da República e os governadores dos principais Estados, e destes com os coronéis locais<sup>116</sup>.

A dinâmica do regime republicano deslocou o eixo decisório para os Estados. Porém, estes dependiam do apoio da estrutura coronelista, cujo compromisso, segundo Leal (1997), era reflexo político da organização agrária brasileira, cujos chefes partidários estaduais tinham de se entender com os fazendeiros e os chefes políticos locais. Sistema que estava assentado no fato da maior parte do eleitorado rural brasileiro ser dependente dos fazendeiros, cuja orientação política obedecia. Compromisso político que consistiu, da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos oficiais nas eleições estaduais e federais; e da parte do governo estadual, carta branca ao chefe governista local nos assuntos relativos ao Município. Acordo, também conhecido como “política dos coronéis” que concorreu para o fortalecimento do poder estadual possivelmente de modo mais efetivo que a política dos governadores reforçou o poder federal.

Portanto, o processo de construção do Estado republicano em São Paulo e Rio Grande do Sul, levado a efeito pelas elites republicanas, ocorreu em um contexto de ampla descentralização político-administrativa, outorgada pela Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Processo, limitado, por cima, pelo pacto político entre o presidente da República e os governadores dos principais Estados – “política dos estados”; e assentado sobre pacto político entre os governadores dos Estados e os coronéis locais – “compromisso coronelista”.

No Rio Grande do Sul, a ideia de construção de um Estado republicano surgiu entre 1835-1845, durante a Revolução Farroupilha. Porém, esse republicanismo não era doutrinário nem programático, mas imposto pelas circunstâncias do momento. Como resultado da tensão e conflito entre a elite estancieira rio-grandense e a elite política imperial. Motivada, entre outros, pelos pesados impostos cobrados dos produtores rio-grandenses, pelo tesouro imperial. Segundo Piccolo (1964), após a assinatura do Acordo de Paz de Ponche Verde o republicanismo farroupilha arrefeceu, ressurgindo por volta de 1868, no contexto das transformações econômico-sociais oriundas da expansão do capitalismo agroexportador para o interior do país e como decorrência do esgotamento das instituições monárquicas.

---

<sup>116</sup> De acordo com Souza (1969) nesse sistema os verdadeiros protagonistas do processo político foram os Estados e seus respectivos governadores. Estes dominaram a política republicana com suportes legais e extraleais, cuja força advinha do controle que exerciam sobre os coronéis municipais, controlando ainda, em grande medida, o aparelho judiciário, militar e policial.

Movimento, incipiente e tímido, formado por alguns intelectuais urbanos e dissidentes do partido liberal – PL<sup>117</sup>, desenvolvido em Porto Alegre, pela imprensa partidária, cujos propagandistas mais destacados foram Francisco Xavier da Cunha, Apolinário Porto Alegre, mais tarde Ramiro Barcelos e Wenceslau Escobar.

Esse movimento republicano – constituído por dissidentes do PL – foi reforçado pela posição adotada pelo PL que, conforme Piccolo (1974), desde 1860 mantinha posição combativa e reformista em relação às instituições monárquicas, mas, em 1878, quando assumiu o governo da Província, adotou posição de apoio e defesa da ordem e das instituições imperiais. Moveu-se na contramão, sobretudo dos liberais de São Paulo, que cada vez mais se afastavam da monarquia, motivados por duas ordens de questões: um intenso processo de desenvolvimento da lavoura cafeeira, com a introdução da mão-de-obra livre imigrante; e a propaganda republicana, surgida com o Manifesto Republicano de Itu, em 1873. Movimento formado por elementos vindos do partido liberal e conservador, tributários do “boom” cafeeiro do Oeste paulista e alguns intelectuais urbanos.

O apoio recíproco entre monarquia e PL rio-grandense, diferentemente do PRP, que apesar de transigir com os partidos imperiais (PL e PC) gradativamente afastava-se da monarquia, concorreu à consolidação de uma situação peculiar no Rio Grande. Ao incipiente movimento republicano, oriundo de dissidências liberais, são incorporados jovens filhos de estancieiros, formados pelas faculdades de direito de São Paulo e Recife e faculdades de medicina e engenharia do Rio de Janeiro. Estes, apesar da origem rural, estabeleceram-se em Porto Alegre e cidades polos da Província como Pelotas, Cruz Alta, Bagé e outras, assumiram a propaganda republicana e aproximaram-se de setores médios urbanos e militares<sup>118</sup>. Situação que ocorreu em conjuntura favorável, de esgotamento das instituições monárquicas e, conforme Fonseca (1983), no momento em que houve um processo de transformação econômica, manifesto pela ascensão gradativa no Norte em relação ao Sul da Província.

Ao assumir o movimento republicano no Rio Grande a jovem elite deu nova forma e conteúdo à propaganda, por meio de organização, disciplina, mobilização e ideologia. Ao mesmo tempo, não estava para transigência com os liberais nem para com os republicanos aderentes, pois poucos destes sobreviveriam no PRR após a proclamação da República. Além disso, a ação desta elite era implacável contra adversários, representados, sobretudo pelo PL,

---

<sup>117</sup> Conforme Piccolo (1974) o movimento republicano que precedeu a chegada dos jovens estudantes da faculdade de direito de São Paulo e Recife não passava de um movimento formado por liberais “adiantados” em oposição aos republicanos “atardados”, formado pelos liberais fiéis a monarquia.

<sup>118</sup> Segundo Pesavento (1990), a aproximação do PRR com os militares teve início com a defesa que Castilhos fez pelo jornal *A Federação* dos militares envolvidos na “questão militar”; com a ideologia positivista que era comum a grande parte dos membros de ambos; e com a tradição militar da Província.

hegemônico político, social e economicamente na Província. Consideravam o PL suporte das instituições imperiais e vanguarda do atraso econômico do Rio Grande. A ação propagandista desta elite foi, em grande parte, no meio urbano, com a fundação de clubes republicanos, jornais, organização de palestras, conferências, congressos, convenções, corpo-a-corpo, culminando na fundação do partido republicano rio-grandense – PRR, na Convenção de 23 de fevereiro de 1882, e do jornal partidário *A Federação* em janeiro de 1884.

O incipiente movimento republicano rio-grandense oriundo de dissidências liberais, guardadas as devidas proporções, mantinha relativa semelhança com o movimento republicano paulista. Ambos eram pragmáticos e pacifistas e estavam sempre dispostos a formar alianças com os partidos monárquicos, com os quais mantinham boas relações e afinidade política. Eram elites bem comportadas que queriam mudança de regime político e não transformação social<sup>119</sup>. Sua prática, nas palavras de Love (1982), era uma “política de ambiguidade deliberada”. Todavia, a jovem elite republicana não compartilhava estas características com a elite republicana dissidente liberal nem com a elite republicana paulista, apesar de ambas, inicialmente, adotarem as diretrizes do Manifesto Republicano de 1870 e militarem juntos enquanto acadêmicos na faculdade de direito em São Paulo.

A elite paulista, diferentemente da rio-grandense, tinha como uma de suas características a aparência de unidade desde a sua constituição em movimento republicano. Segundo Santos (1960), o PRP<sup>120</sup>, logo após a sua fundação, em 1873, dividiu-se em dois blocos em torno do problema da abolição. De um lado, ficaram os membros do antigo Clube Radical, que considerava a abolição ponto principal do seu programa; de outro, os homens da lavoura, proprietários de terras e escravos, que aderiram à ideia republicana em represália à Lei do Ventre Livre de 1871. Em seguida, entre esses grupos, ficou um terceiro formado por radicais que passaram a respeitar as reservas antiabolicionistas dos fazendeiros, em nome da prosperidade e da pujança do partido<sup>121</sup>. A partir de então, aos senhores rurais agregaram-se

<sup>119</sup> Conforme Kugelmas (1983), o PRP apresentava-se como favorável a uma solução pacífica e evolutiva da questão servil, considerada fato social, que transcendia a arena político-institucional, cujo republicanismo não estava interessado em transformação social, mas em mudança institucional.

<sup>120</sup> Segundo Santos (1960) o núcleo inicial do PRP foi o Clube Radical que era abolicionista, fundado em São Paulo em 1868 do qual faziam parte Luis Gama, Américo e Bernardino de Campos, Campos Sales, Prudente de Moraes, Francisco Glicério, Martinho Prado Jr, Jorge de Miranda e outros. Este clube, com a publicação do Manifesto Republicano no Rio de Janeiro, em 1870, mudou o nome para Clube Republicano e todos aderiram às ideias do manifesto. Porém, não aderiram ao clube Américo Brasiliense e os fazendeiros João Tibiriçá, José e Carlos Vasconcelos de Almeida Prado. Estes, mais tarde promoveram conferência com objetivo de unir o Clube Radical aos fazendeiros e formar partido único.

<sup>121</sup> Conforme Santos (1960) o problema da abolição levou o Clube Radical a promover quatro conferências sem progresso. Porém, a conferência entre radicais e fazendeiros, de 18 de abril de 1873, resultou na Convenção de Itu e na fundado o PRP, sem tratar de programa. Que foi tratado em julho de 1873 quando Luís Gama, os irmãos Campos e outros, num primeiro momento, não aceitaram as restrições antiabolicionistas impostas ao programa,



os radicais condescendentes, formando o grupo mais rico e numeroso do partido, que predominou nos seus postos diretores. Com isso, o PRP havia conseguido constituir-se como partido, mas formado por facções, em que a facção majoritária desinteressou-se pela causa da abolição, em nome da aparente unidade partidária.

Ao lado dos fazendeiros escravistas e dos abolicionistas condescendentes estava à facção abolicionista, enfraquecida, tanto em riqueza como em quantidade, afastada da direção do partido e do parlamento, mas continuava lutando pela libertação dos escravos. Tempos mais tarde, o grupo majoritário, sob a liderança dos principais fazendeiros da Província, percebendo o fortalecimento do abolicionismo, concordou em enviar representante abolicionista à Assembleia provincial e à comissão diretora do partido para salvar a sua dignidade, elevando à presidência do partido Bernardino de Campos, no momento, a figura de maior prestígio do abolicionismo paulista. Portanto, o PRP, desde a sua fundação era formado por facções, porém demonstrava grande capacidade para formar alianças, conciliar interesses e manter aparência de unidade.

Já elite republicana rio-grandense era formada por um segmento social que não estava politicamente ligado à tradicional elite pecuarista da campanha, afastada assim dos interesses econômicos mais importantes da Província. Ao mesmo tempo, não tinha origem nas dissidências do partido liberal e, dessa forma, não desfrutava da rede de relações coronelistas que formava a base do poder do PL na Província. Conforme Pinto (1986) seus membros eram jovens, com instrução superior, sem experiência partidária anterior e não dividiam, com os demais partidos republicanos e monárquicos, a doutrina liberal, mas se declaravam positivistas. Assim, o advento da República encontrou o Rio Grande amplamente dominado pelo PL, e na oposição o PRR, partido pequeno, com ideologia definida, com sentido de organização, cujos membros, apesar da origem econômica e social comum com a elite política liberal rio-grandense, não professavam os mesmos princípios doutrinários<sup>122</sup>.

A elite republicana paulista tinha origem entre os cafeicultores do Oeste e era tributária do processo de transformação econômico-sociais oriundo da expansão cafeeira e do

---

mas consentiram para evitar a dissolução do partido. Com a morte de Gama em 1882, Bernardino de Campos passou a liderar o grupo, que foi fortalecido pelas adesões dos advogados Adolfo Gordo e Muniz Souza, dos engenheiros Bueno de Andrade e Garcia Redondo, do médico Silva Pinto e dos estudantes Carlos Garcia, Júlio Mesquita, Paula Novais e Hipólito Silva.

<sup>122</sup> Segundo Franco (1967) os republicanos não estavam para aceitar composição com os liberais. Pois isso implicaria em atrelar o PRR ao carro de triunfo de Gaspar Martins. Castilhos e seus companheiros esperavam da República uma transformação total dos velhos métodos políticos e administrativos, uma superação radical do passado de rotina, de desorganização e improvisação.

capitalismo para o interior do país<sup>123</sup>. Em termos políticos, parte tinha origem em dissidências do PL e PC, e em setores urbanos emergentes. Entre os grupos sociais que emergiram deste processo estão à burguesia agrária cafeeira, na liderança das mudanças, a burguesia urbana, além de setores médios. Fazia oposição a esses setores, os segmentos da cafeicultura do vale do Paraíba do Sul – os barões do café, em processo de decadência ou estagnação econômica, mas que controlavam o poder político na Província.

Diferentemente da elite rio-grandense<sup>124</sup>, que desde a sua constituição em movimento republicano esteve separada e, gradativamente, afastava-se da elite liberal, a elite paulista, com a chegada da República em São Paulo, imediatamente esqueceu o monarquismo do partido liberal e conservador, e uniram-se em prol da República e do federalismo<sup>125</sup>, mas especialmente em prol dos interesses da cafeicultura<sup>126</sup>. A elite rio-grandense, mesmo com os republicanos dissidentes ou adesistas, oriundos do PL e PC, não apenas tinham dificuldades de agregação, mas alimentavam dúvidas e suspeitas sobre as suas reais intenções. Elite caracterizada por ideais de pureza ideológica, facciosismo e exclusivismo político. Além de acreditarem estar protagonizando uma revolução social, política e econômica que levaria o Rio Grande para uma nova era.

A Constituição republicana de São Paulo e do Rio Grande do Sul, de 14 de Julho de 1891, eram regidas pelas diretrizes políticas e institucionais liberais da Constituição Federal de 24 de Fevereiro de 1891. Todavia, o liberalismo que formou as bases dessa Constituição e embasou a estrutura institucional do Estado nacional, foi adotado apenas pela elite republicana paulista na elaboração das estruturas político-institucionais de seu Estado. Para a formação da estrutura institucional do Estado no Rio Grande do Sul a elite republicana rio-grandense adotou as diretrizes políticas e institucionais do positivismo de Comte.

---

<sup>123</sup> Processo formado por acumulação de capital, introdução de relações assalariadas de produção, constituição de mercado interno, urbanização, surgimento da industrialização, construção de estradas de ferro, aparelhamentos de portos, criação de bancos, companhia de seguro e novos serviços públicos para fazer frente ao volume dos negócios (Pesavento, 1990).

<sup>124</sup> A chegada dos republicanos ao poder no Rio Grande do Sul em 1889, pelas vias transversas de um golpe de Estado, não foi aceita pacificamente. Pois os liberais não só estavam respaldados eleitoralmente, mas boa parte deles se vinculava à classe economicamente dominante com base nos latifúndios pastoris da Campanha (Trindade e Noll, 2004).

<sup>125</sup> Em 18 de novembro de 1889, três dias após a proclamação da República, Antônio Prado pelo PC e Augusto de Souza Queiroz pelo PL proclamaram apoio ao novo regime e à Junta Provisória de Governo. E, em seguida, vários ex-conservadores e ex-liberais aderem ao PRP e compõe a chapa à Assembleia Constituinte convocada pelo Governo Provisório (Kugelmas, 1983).

<sup>126</sup> Antônio Prado, discursando em sessão do Parlamento imperial, em 1886, afirma sobre a imigração: uma das razões, senão a principal, da prosperidade de minha Província é que o paulista não faz política em se tratando de melhoramentos materiais. Há ali estradas de ferro, empresas de navegação e outras organizadas por iniciativa de conservadores, liberais e republicanos, os quais sabem esquecer dissentimentos quando o seu concurso é exigido para o bem da Província (Kugelmas, 1983).

Nesse sentido, em mensagem enviada ao Congresso Constituinte, em 25 de junho de 1891, Fernando Abbott, vice-presidente do Estado, traça as diretrizes programáticas a serem seguidas pelos constituintes rio-grandenses, afirmando: “a esterilidade do regime parlamentar e a perturbadora divisão do Legislativo e Executivo colocam em evidência a sua absoluta imprestabilidade como sistema de governo”. E em 14 de julho de 1891, em linhas gerais, a Constituição consagra: ausência da divisão dos poderes e a concentração nas mãos do presidente do Estado; ausência de Assembleia Legislativa substituída por uma Assembleia de Representantes com atribuições exclusivamente orçamentárias; atribuições originais na organização municipal; substituição da proclamação liberal em torno dos direitos e deveres dos cidadãos por garantias gerais de ordem e progresso. Já a Constituição do Estado de São Paulo instituiu um aparelho de Estado, constituído pelo Poder Legislativo, formado por deputados e senadores, com funções legislativas; pelo Poder Executivo, formado pelo presidente, vice-presidente e secretários de Estado, com a prerrogativa do presidente de promulgar leis, expedir decretos, regulamentos e instruções, além da execução de obras e serviços de interesse público entre outros; e pelo Poder Judiciário, formado pelo Tribunal de Justiça e juízes, com a prerrogativa de julgar os crimes e infrações às leis estaduais.

Durante grande parte do período da República Velha a elite paulista manteve-se unida. Unidade oriunda, em parte, e, por um lado, das características dessa elite, constituída por muitas conexões, laços de parentescos ou relações familiares e por relações de interesses econômicos associados<sup>127</sup>. E, por outro, pela ação eficaz da comissão executiva do PRP<sup>128</sup> que exercia comando sobre parte dos seus membros e, sobretudo, sobre os coronéis locais. Além do controle exercido, sobre parte da elite, pelo governo do Estado que dispunha do recurso das nomeações para cargos públicos e da força pública para reprimir rebeldias localizadas quando necessário. Todavia, esta unidade esteve permanentemente ameaçada, quando não em efetivo dissenso, como na derrota de Prudente de Moraes, à presidência da República, para Deodoro da Fonseca no Congresso Constituinte, em 1891, cujo episódio gerou princípio de cisão entre os membros da bancada federal paulista<sup>129</sup>.

---

<sup>127</sup> Os membros da elite paulista provinham geralmente de um círculo limitado de famílias estreitamente ligadas por laços consanguíneos ou de casamento. Situação em que parte dos seus membros tinha pelo menos outro membro da família ali representado, formando uma complexa rede de interligações de parentesco reforçada por outra rede de interligações econômica associada (Love, 1982, 217).

<sup>128</sup> As disputas de facções dentro do PRP eram neutralizadas pela continuidade da comissão executiva do partido, órgão intermediário entre o governador e os coronéis. Através dos chefes a comissão representava os diferentes interesses regionais, provendo a intermediação necessária na distribuição de empregos e recursos destinados às obras públicas, além da indicação dos candidatos aos cargos eletivos.

<sup>129</sup> A insistência da candidatura de Prudente de Moraes à presidência da República no Congresso Constituinte, em 1891, contra Deodoro da Fonseca gerou “cisão” na bancada paulista no Rio de Janeiro. Evento reforçado pela

Já no Rio Grande, nesse momento, estava ocorrendo cisão intraelite republicana motivada por questões também vindas do Rio de Janeiro. Segundo Franco (1967) a política do Ministério da Fazenda de combate ao contrabando e a questão dos bancos de emissão foram os fulcros do desentendimento entre os republicanos rio-grandenses e o governo Provisório. Episódios que levaram o general Júlio Frota e seus secretários a resignarem aos cargos, sendo o governador substituído pelo general Cândido Costa, militar estranho à política local, e para vice-presidente Francisco da Silva Tavares, oriundo do PC, que aderiu ao PRR em meados de 1889. Estes fatos, em nosso ver, concorreram à primeira cisão entre republicanos históricos e adesistas no Rio Grande, inclusive com o afastamento definitivo destes do PRR.

O afastamento dos republicanos adesistas, oriundos dos partidos imperiais, e dos dissidentes republicanos, oriundos da propaganda, concorreu para que Castilhos centralizasse em suas mãos o comando partidário, aumentasse o seu poder pessoal, “depurasse” o partido e imprimisse ao grupo uma espécie de espírito de seita, que dificultava as adesões e multiplicava as dissidências. Inicialmente afastou-se Visconde de Pelotas, em seguida os Silva Tavares, culminando em cisão intraelite no republicanismo histórico<sup>130</sup>. Mais tarde, em discurso na Câmara federal Assis Brasil contestará a liderança de Castilhos<sup>131</sup> afirmando: “cada republicano é chefe de si mesmo e último soldado de seu partido”. A cisão foi consumada com a recusa de Demétrio Ribeiro, Antão de Faria, Rocha Osório, Alcides Lima, Assis Brasil e Vitorino Monteiro à orientação de Castilhos para votar em Deodoro. Destes, apenas o último continuaria no PRR.

O ambiente de desconfiança e princípio de cisão intraelite paulista, iniciado no Congresso Nacional, teve continuidade em São Paulo durante o período que antecedeu a Constituinte estadual. Processo, cujo início ocorreu com a publicação, em 3 de março de 1891, no órgão oficial do partido – *Correio Paulistano* – de dois terços de candidatos a essa Constituinte. No boletim figuravam os principais nomes do republicanismo paulista como Prudente de Moraes, Campos Sales, Bernardino de Campos, Francisco Glicério, Rodrigues

---

demissão de Jorge Tibiriçá do governo paulista, substituído por Américo Brasiliense. Estes episódios concorreram à formação de um Congresso Constituinte Estadual constituído por um terço de “prudentistas” e dois terços do situacionismo liderados por Américo Brasiliense. Todavia, esta cisão foi contornada com a renúncia de Brasiliense ao cargo de presidente do Estado (Santos, 1960).

<sup>130</sup> Segundo Franco (1967) esta cisão ocorreu pela recusa de Barros Cassal de compor a lista de candidatos à Constituinte Federal, elaborada pela executiva do PRR, recusa relacionada à sua discordância em relação ao apoio do partido à candidatura Deodoro para a presidência da República.

<sup>131</sup> Este episódio pode ser situado como um dos primeiros eventos públicos desencadeado por Assis Brasil de contestação da liderança de Júlio de Castilhos no PRR; seguido de sua não colaboração e assinatura ao projeto de Constituição do Estado, elaborado exclusivamente por Castilhos; e da participação de Assis Brasil no episódio da derrubada de Castilhos do governo do Estado, substituído pelo general Rocha Osório, Barros Cassal e pelo próprio Assis Brasil, período de governo denominado pejorativamente pelo castilhismo de governicho.

Alves, Alfredo Ellis, Rubião Júnior, Domingos de Moraes, Rodolfo Miranda, Galeão Carvalhal, entre outros. Porém, no dia seguinte, o ambiente de unidade intraelite é quebrado com a publicação, por Rangel Pestana, no jornal *O Estado de São Paulo*, de vários reparos e desaprovações à forma como foram escolhidos os candidatos.

Estava deflagrada a primeira cisão intraelite paulista, com a demissão de Jorge Tibiriçá da presidência do Estado, em 6 de março de 1891, e a nomeação para esse posto de Américo Brasiliense, que o havia recusado, em 15 de novembro de 1889, por discordar do método militar de fazer a República. Porém, ele havia colaborado na elaboração do projeto da Constituição federal e estadual. Como presidente, Brasiliense deu continuidade ao processo constituinte, dissolvendo a executiva do PRP, rearticulando-a com maioria de ex-monarquistas, em parte, desapontando os republicanos. Este processo, na visão dos líderes caídos com Tibiriçá, era de que Brasiliense estava isolado no governo sem elementos suficientes para organizá-lo ou formar uma coalizão política adequada.

Nesse momento, no Rio Grande do Sul, é nomeada uma comissão, composta por Assis Brasil, Júlio de Castilhos e Ramiro Barcelos, para elaborar o projeto de Constituição do Estado. Todavia, ele foi elaborado exclusivamente por Júlio de Castilhos, motivando mais discórdia no republicanismo rio-grandense. Em seguida, Assis Brasil por discordar da doutrina que formava a base do projeto de Constituição, recusa assiná-lo, abrindo nova cisão intraelite no Rio Grande. Todavia, após a vitória dos castilhistas na eleição para a Constituinte estadual, contra a oposição congregada no partido União Nacional, mais tarde PRF, ambos efêmeros, o processo constituinte ocorreu tranquilamente, sem a participação da oposição. A exclusão forçada ou “voluntária” da oposição do processo constituinte no Rio Grande deu a impressão que os conflitos haviam acabados no Estado. Mas o ambiente era de tensão, conflito e cisão. Fatores que iriam concorrer para vários conflitos intraelite a seguir, entre eles, a eclosão da Revolução Federalista de 1893-1895.

A previsão dos republicanos paulistas do isolamento de Brasiliense não se confirmou. Em 12 de março, Rangel Pestana reuniu no palácio do governo grande número de homens de destaque, dando forma partidária à nova política. Entre os líderes que formaram a nova lista de candidatos à Constituinte, em oposição à publicada no *Correio Paulistano*, constava Rangel Pestana, Pereira Barreto, Lopes Chaves, Martinho Prado Jr., Rodolfo Miranda, Basílio dos Santos, Barão de Jaguará, Francisco de Souza Queirós, Conde do Pinhal, Rodrigo Lobato, Antônio Penteadó entre outros. Além disso, estes eram apoiados por figuras políticas de destaque como Cerqueira Cezar, Miranda Azevedo, Ângelo Pinheiro Machado, Júlio Mesquita, Bueno de Andrada, Paula Novais, Jesuíno Cardoso, Hipólito da Silva e outros que

iriam compor a dissidência paulista de 1901. Nesta eleição, foi vencedora a chapa liderada por Brasiliense e Rangel Pestana, que obtiveram dois terços dos acentos à Constituinte Estadual.

Durante os trabalhos da Constituinte Estadual e do governo Brasiliense (entre março e novembro de 1891) o ambiente de confronto e cisão intraelite arrefeceu. Porém, retornaria motivado pelo golpe de 03 de novembro, em que Brasiliense apoia Deodoro, chocando-se com o republicanismo paulista novamente. Em virtude disso, Júlio Mesquita, na condição de deputado estadual, renuncia ao mandato e lidera a formação de dissidência. Segundo Santos (1960), com a queda de Deodoro, Cerqueira César, vice-presidente do Estado, eleito na chapa de Brasiliense, que havia acompanhado Rangel Pestana na cisão de março, “cede aos interesses do Estado e do partido” e assume a presidência, recompondo a unidade do PRP. A partir de então, Júlio Mesquita pelo jornal *O Estado de São Paulo*, passou a liderar uma facção do PRP, ora em minoria, na oposição, ora aliada do situacionismo.

A estratégia da elite republicana de indicar homens de grande prestígio para assumir o governo do Rio Grande não deu certo. Sucedendo-se queda e substituição de governantes até Castilhos assumir o governo constitucionalmente, em 1893<sup>132</sup>. Porém Castilhos, atento ao momento de tensão, mantém boas relações com exército, fortalece a brigada militar e busca apoio nos setores excluídos da política imperial, sobretudo do Norte do Estado, ligados aos imigrantes e às novas atividades econômicas, oriundas do incipiente processo de urbanização, industrialização e diversificação econômica que ocorria no Rio Grande no período<sup>133</sup>. Em São Paulo, o dissenso intraelite ocorreu às vezes motivado por querelas locais, mas também por questões políticas nacionais, com reflexo na política estadual. Episódio ilustrado, segundo Kugelmas (1983), pela tentativa de sublevação da Escola Militar que deu ensejo ao rompimento público na Câmara Federal entre os partidários de Prudente e a direção do Partido Republicano Federal – PRF, liderada por Francisco Glicério.

No Rio Grande do Sul, após um período de grande instabilidade política, em que a oposição chegou a governar o Estado por mais de meio ano, Júlio de Castilhos reassume a presidência. A oposição liberal agora reforçada por dissidentes republicanos declara guerra ao

---

<sup>132</sup> Conforme Franco (1967) em 1889 os republicanos atingiram votação superior a dos conservadores no Rio Grande, consumando em polarização as forças liberais e republicanas: de um lado Gaspar, com a tradição, as maiores influências econômicas e sociais, a Guarda Nacional, a Polícia, a máquina administrativa; e de outro, os republicanos, com a mocidade, boa parte dos militares jovens, expressiva fração dos cidadãos privados do direito de voto durante o império e o reforço da parcela dos conservadores recentemente adesos, que traziam ao partido o combustível do coronelismo municipal.

<sup>133</sup> Segundo Fonseca (1983) a dominação do PRR baseou-se, em um primeiro momento, na coerção, buscando o apoio do exército e fortalecendo a Brigada Militar. Entretanto, para sua consolidação e permanência no poder, ao lado das forças coercitivas, utilizou elementos de coesão como a legitimação por meio da doutrina positivista e do apoio de setores de pouca autonomia frente ao Estado como burocratas, colonos, funcionários públicos.

governo de Castilhos. Era o início da Revolução federalista de 1893-1895<sup>134</sup>, cujos desdobramentos iriam manter cindida a elite política rio-grandense até o final da década de 1920. Durante esse período, a oposição foi gradativamente reforçada por dissidentes republicanos. Todavia, a elite republicana tinha como uma de suas características a lealdade incondicional aos seus líderes, cujos rebeldes eram perseguidos, recebendo vigorosa campanha de desconstrução pelo *A Federação*, resultando no afastamento do partido. Campanha em que o discurso castilhista associava seus adversários ao atraso, ao imprevisto e à restauração monárquica e associavam-se ao novo, ao eficiente, à República.

Entre os fatores que atestam a grande instabilidade política vivida no Rio Grande logo após a proclamação da República está a troca constante de presidentes do Estado entre 1889 e 1893. Instabilidade que foi reforçada pela volta de Silveira Martins ao Estado, vindo do exílio. Com sua chegada a coalizão oposicionista – PRF, desintegrou-se – os republicanos dissidentes não se submeteram a liderança do conselheiro – e os ex-liberais, sob a liderança do tribuno, fundaram o Partido Federalista – PF, que permaneceria congregando os ex-liberais até meados da década de 1920. Esse partido foi o principal responsável pelos dois levantes revolucionários contra o PRR no Rio Grande: o de 1893-1895 e o de 1923. Porém, parte da oposição permaneceu sem partido, ou em partidos efêmeros, pelo menos até a primeira metade da década de 1920.

A divisão na Câmara Federal entre “prudentistas ou republicanos” e oposicionistas ou “concentração republicana”, liderados por Glicério, concorreu para a implosão do PRF e nova contenda na política paulista. O dissenso refletiu em São Paulo, cujo papel de árbitro coube à direção do PRP e a Campos Sales, presidente do Estado. Conciliação que colocou em evidência Campos Sales, o tornando alternativa de poder à presidência da República. Concorreu também para o fortalecimento de Campos Sales o refluxo jacobino motivado pela morte de Floriano Peixoto e o conseqüente afastamento dos militares da disputa pelo poder, além do atentado frustrado contra a vida de Prudente de Moraes. Estes episódios concorreram para que o último ano deste na presidência da República fosse de relativa concórdia inraelite paulista e ostracismo de Francisco Glicério e seus seguidores. Porém, como já vinha

---

<sup>134</sup> A Revolução Federalista (1893-1895) foi uma luta entre a oposição liberal – maragatos, liderada por Silveira Martins, e dissidentes republicanos contra o situacionismo republicano castilhista – pica-paus, liderados por Júlio de Castilhos. Aqueles representavam o que de mais expressivo, em termos de prestígio social, recursos econômicos e tradição que existia no Rio Grande no período. O castilhismo era formado pelo “novo” na política do Estado. Eram jovens, com instrução superior, adeptos do positivismo de Comte, com os olhos voltados para o setor urbano e para novas formas de produção. Revolução, cuja vitória do republicanismo, com perdas de vidas e destruição materiais incomensurável, concorreu para a consolidação de dois blocos políticos e ideológicos bem distintos no Rio Grande que polarizaram politicamente o Estado por quase quatro décadas.

ocorrendo desde a fundação do PRP após dissenso as facções formaram novo consenso e os concentrados voltaram ao seio do partido novamente.

Entretanto, em seguida, outras questões iriam cindir novamente a política paulista. Segundo Soares Jr. (1958) nascida inicialmente de divergências e rivalidade entre Prudente e Campos Sales, a cisão levou a luta pessoal para o terreno dos princípios e se erigiu em defesa da liberdade partidária e eleitoral em face da intervenção do Executivo na verificação dos poderes e na autonomia do Congresso. Situação que além de afastar o ex-presidente da política, colocou em campos opostos, Jorge Tibiriçá, futuro presidente do Estado e Rodrigues Alves, futuro presidente da República. Estes afastaram-se por divergirem em termos de programa e doutrinas, cujos rumos econômicos e concepções monetárias levaram Campos Sales para a valorização do meio circulante e Tibiriçá para a defesa do café e da Caixa de Conversão. Rodrigues Alves enquanto presidente da República manteve política orçamentária ortodoxa, cumprindo rigorosamente os acordos com os banqueiros europeus; e Jorge Tibiriçá, enquanto presidente de São Paulo estava alinhado com os interesses cafeeiros em que os fazendeiros reivindicavam ajuda do governo à produção.

Todavia, como era uma das características da elite paulista, quando cindida demonstrava enorme capacidade para formar acordo ou consenso. Conforme Soares Jr. (1958) Jorge Tibiriçá e Rodrigues Alves, apesar das divergências, mantiveram elevada postura evitando incidente que pudesse degenerar em danos irreparáveis às instituições, à ordem pública e aos “interesses do Estado”.

Mas não eram apenas divergências políticas e questões de princípios que cindia a elite paulista. Os interesses oligárquicos e de facções formaram a base das discórdias e dissensões intraelite durante parte do período em estudo. Segundo Soares Jr. (1958) em 1901 a dissidência teve origem na negativa de Campos Sales em apoiar seu cunhado Cerqueira César ao governo do Estado, em que seis dissidentes eram parentes de Cerqueira César e Campos Sales<sup>135</sup>. Cisão, portanto, motivada, em grande medida, por disputa política familiar<sup>136</sup>. Em termos políticos, essa cisão representou uma reação do bloco dissidente à política dos

---

<sup>135</sup> Segundo Franco (1973) o dissídio político da elite paulista se apresentava como brigas de famílias ou no seio de uma família. Adolfo Gordo, líder oposicionista, era cunhado de Prudente. Cerqueira Cezar era sogro de Júlio Mesquita, cunhado de Campos Sales e este irmão de Alberto Sales.

<sup>136</sup> A cisão de 1901 foi formada por Prudente de Morais, Adolfo Gordo, Júlio Mesquita, Cerqueira Cezar, Alfredo Guedes e outros, que por meio do jornal *O Estado de São Paulo*, publicou insatisfações com as instituições republicanas, posicionando-se contra a política dos governadores, pugnando por reforma constitucional. Reivindicavam, além da reforma constitucional e do judiciário, o saneamento do voto popular, o aperfeiçoamento da instrução pública, a supressão dos impostos de trânsito e a fiscalização, tanto da arrecadação como da aplicação da receita estadual. Entretanto, em 1906, a liga foi dissolvida em virtude da reconciliação entre dissidentes e situacionismo (Leal, 2001).



governadores, que levada a termo, implicava em excluir os dissidentes do processo político paulista por longo tempo. Programaticamente os dissidentes defendiam a supressão dos impostos de exportação, de trânsito e de todas as tarifas interestaduais. Além da ampliação do papel do governo federal na regulamentação do comércio, na desnacionalização da marinha mercante e na limitação do direito de propriedade às corporações estrangeiras<sup>137</sup>.

Além dos prejuízos relacionados aos interesses comerciais e industriais associados ao PRP, a cisão de 1901 bloqueou o fluxo da ordem política do Estado no período. Segundo Debes (1994), em 1901 foi instalado o Congresso Constituinte do Estado, mas não ocorreu a revisão constitucional, em virtude da forte oposição movida pela dissidência verificada no seio do PRP. Cenário que concorreu para que em seguida fossem lançados no ostracismo dois ex-presidentes da República oriundo do PRP: Campos Sales e Rodrigues Alves. Conforme Franco (1973), ao findar o governo de Rodrigues Alves seu prestígio estava sensivelmente abalado. Abandonado pelo meio político, hostilizado no Congresso, no Supremo Tribunal e na imprensa. Em São Paulo estava estremecido com o presidente Tibiriçá, que não lhe perdoava a recusa em apoiar à Caixa de Conversão.

O êxito momentâneo da política de valorização do café, firmado no Convênio de Taubaté, concorreu para nova conciliação entre o situacionismo e a dissidência paulista em 1906. Segundo Debes (1994) no final do governo Tibiriçá houve a unificação e a retomada da hegemonia do PRP no Estado. O grupo que estava no poder e dirigia o partido; a Liga Republicana; e os seguidores de Campos Sales se reconciliaram. Dois fatores contribuíram para isso: a valorização do café, consagrada no Convênio de Taubaté, que atendia aos interesses econômicos comuns as facções<sup>138</sup>; e a greve da Companhia Paulista, cujos desdobramentos irradiar-se-iam para vários pontos do Estado, contagiando várias categorias profissionais, despertando o receio de que algo ameaçava a elite dominante paulista.

Contudo, na sucessão de Tibiriçá, nova crise política ameaçou a elite paulista. Desta vez, além dos interesses de facções, questões programáticas colocaram em lados opostos

---

<sup>137</sup> Para Franco (1973) os dissidentes protestavam contra Campos Sales que havia destruído os partidos e abandonado a administração para dedicar-se à política pessoal. Denunciavam os vícios da política dos governadores, eivada de violência nos Estados, pressão sobre o Congresso e a imposição dos sucessores. Defendiam reforma constitucional, eleição do presidente da República pelo Congresso, diminuição do número de deputados, possibilidade de prorrogação do orçamento, supressão do monopólio nacional da navegação de cabotagem, restrição à aquisição de terras por estrangeiros.

<sup>138</sup> De acordo com Kugelmas (1983) a crise do complexo cafeeiro, a partir da contínua baixa dos preços do café, agravada pela baixa cambial, passou para o topo da agenda política da elite paulista no início do século XX. Cenário em que a intervenção do Estado na defesa do café era vista como necessária e imperativa, pois o Brasil desfrutava de um quase monopólio da sua produção e a queda dos preços era vista mais como resultado dos mecanismos da comercialização, controlada por um pequeno grupo de empresas oligopsonicas, e menos pelos sintomas do excesso de produção.

Albuquerque Lins/Fernando Prestes e Campos Sales/Virgílio Rodrigues Alves na disputa pela presidência do Estado. Estes defendiam programa de austeridade financeira e Albuquerque Lins o programa de valorização advogado por Tibiriçá. A vitória de Lins foi bem recebida pela maioria dos fazendeiros, comerciantes, banqueiros e associados à economia cafeeira. Segundo Soares Jr. (1958) apresentando sua plataforma de governo Albuquerque Lins afirmou que a Convenção do PRP, que o escolheu candidato estava referendando a política de proteção da lavoura cafeeira empreendida por Tibiriçá. E, por isso, ele continuaria zelosamente o mesmo programa, com a pontual satisfação de todas as obrigações assumidas pelo Estado. A partir desse momento, o café, produzido em volumes crescentes, não mais dispensou as intervenções que se sucederam até firmar-se em defesa permanente em 1925<sup>139</sup>.

No Rio Grande do Sul, ao final de seu período governamental (1893-1898), Castilhos havia praticamente “depurado” o partido e estava com o comando político, doutrinário e moral da agremiação em mãos. Nessa condição, preparou Borges de Medeiros para substituí-lo eventualmente. E este atestou que havia aprendido a lição, apenas com menos densidade e brilho que o criador. Situação que, por um lado, inibiu as pretensões e lutas nas disputas internas do partido; e por outro, consolidou a estrutura hierárquica do mesmo, inviabilizando novas dissidências. Contudo, com a morte de Castilhos em 1903 a liderança de Borges de Medeiros foi contestada. Segundo Trindade e Noll (2004) ao impor Carlos Barbosa como candidato ao governo do Estado em 1907, Borges de Medeiros provoca um movimento de rebeldia que se congrega em torno de Fernando Abbott. Este lidera nova dissidência, desafia o poder do PRR no Estado e concorre contra Carlos Barbosa, candidato oficial.

Nesse momento, Assis Brasil – após questionar o projeto de Constituição, em 1891, formar dissidência e afastar-se do Rio Grande – retornou ao Estado dando alento à oposição. Nessa contenda, duas ordens de questões marcaram a política rio-grandense: primeira, o ressurgimento da liderança de Assis Brasil no Estado, como líder oposicionista, e sua tentativa de formar partido que congregasse as forças oposicionistas – Partido Democrático, que em virtude das enormes diferenças programáticas e de perfil pessoal não vingou; e segunda, o surgimento da segunda geração de republicanos rio-grandenses, entre eles Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura, que teria papel relevante na unificação das elites rio-grandenses no final da década de 1920 e na Revolução de 1930.

---

<sup>139</sup> Segundo Soares JR. (1958) em 1917, 1922 e 1925 registrou-se ora através de emissões, ora por meio de empréstimos, compra de milhões de sacas de café com a finalidade de restabelecer o equilíbrio estatístico, fórmula nova encontrada para justificar diversas modalidades de valorização.

Logo após o conagraçamento de 1906 promovido por Jorge Tibiriçá, Campos Sales, apesar de ter concorrido à presidência do Estado contra Albuquerque Lins, em 1907, e cindido a convenção do PRP praticamente ao meio, declara apoio ao candidato vencedor e à política de valorização do café. Porém, nesse momento estão ocorrendo démarches para a escolha do próximo presidente da República e São Paulo pretendia exercer papel relevante. Todavia, Pinheiro Machado, no auge do seu prestígio político no Senado Federal veta o candidato de São Paulo/Minas Gerais, concorrendo para novo dissenso na elite paulista. Este teve como base a chapa civilista liderada por Rui Barbosa/Albuquerque Lins contra Hermes da Fonseca, candidato de Pinheiro Machado. Em seguida, Pinheiro Machado funda o Partido Republicano Conservador – PRC, ao qual filiam-se Francisco Glicério, Rodolfo Miranda e outros, formando nova dissidência e nova oposição ao situacionismo paulista.

Esta cisão, liderada por Francisco Glicério, Herculano de Freitas, Pedro de Toledo, Rafael Sampaio Vidal, Rodolfo Miranda e outros, contrariando o histórico civilista do PRP<sup>140</sup>, apoia Hermes da Fonseca para presidente da República, obtendo cerca de um terço dos votos dos paulistas<sup>141</sup>. Porém, era uma nova facção que se constituía no Estado. Conforme Franco (1973), a antiga dissidência de 1901, liderada por Prudente, não acompanhou o hermismo. Dividiu-se, ficando a sua parte mais prestigiosa ao lado do civilismo. Todavia, a base do PRP, afora o hermismo, mantinha-se unida pelo risco de intervenção no Estado e fortalecida pela volta dos dissidentes de 1901 ao partido. Contudo, o apoio da nova facção ao Marechal não foi de todo mal para a elite paulista. Ela serviu como elo entre o PRP e Pinheiro Machado, concorrendo para evitar intervenção federal no Estado.

Além do risco de intervenção federal o PRP estava com dificuldade para encontrar um candidato de consenso para substituir Albuquerque Lins na presidência do Estado. Sobretudo pelo fato de três facções do partido pretenderem apresentar candidato. Segundo Franco (1973) a facção majoritária, liderada por Tibiriçá, pleiteava a indicação de Fernando Prestes; o hermismo (PRC), liderados por Glicério, Rodolfo Miranda; e a dissidência de 1901, liderados por Júlio Mesquita, com o apoio de Albuquerque Lins, Olavo Egídio de Souza Aranha. Esta situação, associada à necessidade de paz interna, concorreu para a indicação de Rodrigues Alves à presidência do Estado em 1912, cuja candidatura representou uma espécie de

---

<sup>140</sup> De acordo com Santos (1960) Bernardino de Campos não somente condenava sem reservas a rebeldia militar, como tinha por indignos de exercer o poder público aqueles que com ela condescendiam. Também, em 13 de novembro de 1889, Américo Brasiliense recusou peremptoriamente a presidência do Estado por não acreditar em transformações políticas de caráter militar.

<sup>141</sup> Conforme Franco (1973) o triunfo hermista em São Paulo (30.8% dos votos) residiu na exploração das violências praticadas pela maioria civilista, violências que existiam, pois o PRP nunca usou luvas de pelica, ao contrário, usava punho de ferro nos municípios com o objetivo de obter vitória nas urnas.

consenso oligárquico – vazio, tendo em vista que nenhuma das outras candidaturas ultrapassava em prestígio a sua própria facção. Além disso, Rodrigues Alves havia esquecido a sua ortodoxia monetária e livre cambista do período presidencial e declarado apoio à política da valorização.

O risco de intervenção federal em São Paulo persistiu durante todo o governo de Hermes da Fonseca. Nesse período, Pinheiro Machado ameaçou às vezes de forma explícita, às vezes de forma velada o Estado, concorrendo para fortalecer o hermismo e manter cindida a elite. Porém, com o fim do governo Hermes e a morte “acidental”, mas “necessária” de Pinheiro Machado<sup>142</sup>, em 8 de setembro de 1915, o situacionismo paulista apostou que havia chegado ao termo a cisão política no Estado. Contudo, em 18 de outubro de 1915, morre Rubião Junior, candidato natural à sucessão de Rodrigues Alves que, agora sem candidato, põe a máquina do Estado a serviço da candidatura do seu secretário do interior – Altino Arantes – contra a vontade de grande parte da elite paulista. Com isso, apesar da habilidade, tolerância, sutileza e capacidade de formar acordo e consenso, nova dissidência cindiu o republicanismo paulista.

Segundo Franco (1973), Cincinato Braga, que formara dissidência em 1901 e pretendia a sua indicação à presidência do Estado, não se conformou com a atitude de Rodrigues Alves. Descontente, liderou nova dissidência dentro do PRP. Todavia, essa dissidência não impediu a eleição de Altino Arantes à presidência do Estado, em 1915, nem a de Rodrigues Alves à presidência da República, em 1918. Os dissidentes recusaram a candidatura de Altino Arantes alegando que ela representava a política dos governadores. Dissidência que havia surgido em 1901, voltado ao seio do PRP com o conagraçamento de 1907; mantendo-se ao lado do situacionismo na campanha civilista de 1910; e na composição da chapa de Rodrigues Alves à presidência do Estado em 1912.

A entrada em cena política da nova geração de republicanos paulistas iniciada com a ascensão de Altino Arantes à presidência do Estado concorreu para a rearticulação da dissidência de 1901 e nova cisão no republicanismo paulista. Todavia, a escolha de Washington Luís para substituir Altino Arantes, apesar de muitas questiúnculas, marchas e

---

<sup>142</sup> A morte de Pinheiro Machado cumpriu papel importante no processo de unificação da elite paulista na época. Pois desde a posse de Hermes na presidência da República, Pinheiro vinha ameaçando São Paulo com intervenção e acentuando a cisão na elite paulista. Além disso, desde a eleição de Afonso Pena para presidente da República, em 1906, Pinheiro vinha dividindo a elite paulista, indicando Campos Sales como candidato para presidente, nome que desunia os paulistas e fortalecia o próprio Pinheiro e os adversários de São Paulo. Em virtude disso, sua morte concorreu para a reunificação da elite paulista – em 1916 todos os filiados ao PRC paulista estavam de volta ao PRP – e para a eleição de um paulista – Rodrigues Alves – para a presidência da República, em 1918. Nesse sentido, a morte de Pinheiro Machado, “que não foi crime político”, foi necessária à pretensão política da cúpula da elite paulista.

contramarchas, ocorreu por unanimidade na Convenção do PRP. Para isso, concorreu o seu histórico no partido, na Prefeitura da Capital e na Secretaria da Justiça. Como prefeito paulistano, Washington Luís, segundo Debes (1994) reorganizou quase todo o aparelho administrativo municipal; criou serviços indispensáveis; levantou o crédito do município e restaurou as finanças, equilibrando o orçamento sem criar novos impostos.

Colaborou ainda para a concórdia intraelite paulista a terceira valorização do café. Esta, motivada pelas circunstâncias anormais da Guerra Mundial, era quase consensual na elite paulista. A carteira de redesconto e a transformação do Banco do Brasil em banco emissor foram defendidas pelos presidentes Altino Arantes (1916-1920) e Washington Luís (1920-1924). Todavia, o governo federal relutou em aceitar, concorrendo para nova crise na elite paulista, até a aprovação do projeto. Feitas as operações valorizadoras, Epiácio Pessoa, até então relutante, propõe a criação de um Instituto de Defesa Permanente do Café, transformada pelo Congresso em “defesa da produção nacional”. Porém, a ascensão de Artur Bernardes à presidência da República tornou o Instituto letra morta e, por decreto federal, a defesa permanente é transferida para o governo paulista, com apoio do PRP, resultando no Instituto de Defesa Permanente do Café do Estado de São Paulo.

No Rio Grande do Sul, o exclusivismo político do PRR, que engrossava cada vez mais as fileiras oposicionistas e as mantinha afastada do poder desde 1892, começa a desfazer-se a partir de 1913. Segundo Trindade e Noll (2004), a partir deste ano a oposição marca no parlamento rio-grandense um crescimento lento, mas constante e significativo. Além disso, na sucessão de Epiácio Pessoa, Borges lidera a oposição à candidatura de Artur Bernardes, apoiando Nilo Peçanha, no movimento denominado Reação Republicana<sup>143</sup>. E a oposição ao PRR no Estado apoia a candidatura de Bernardes, situação que em conformidade com a política dos governadores, concorreu para o enfraquecimento do PRR e para o fortalecimento da oposição. Isso concorreu para a eclosão da Revolução de 1923, a articulação da Aliança Libertadora com os movimentos tenentistas de 1924, a vinculação com o partido democrático – PD de São Paulo, culminando na fundação do partido libertador – PL, em 1928.

Para o fortalecimento da oposição rio-grandense, além dos fatores políticos, contribuiu também a crise econômica de 1921-1923. Essa, conforme Antonacci (1979) atingiu o Rio Grande com a redução nas exportações, que combinado com a falta de crédito e com a forte concorrência aos produtos rio-grandenses no mercado interno, motivou os produtores a

---

<sup>143</sup> De acordo com Fontoura (1958), a campanha presidencial de 1921 tinha como centro de gravidade o Rio Grande do Sul, encabeçando a Reação Republicana, porém a política rio-grandense não estava unida, o que concorreu para a derrota da chapa Nilo-Seabra; diferentemente de 1930, em que a política rio-grandense estava unificada, concorrendo para a vitória dos revolucionários.

reivindicar solução junto ao governo do Estado. Reivindicavam redução das tarifas ferroviárias, da elevação da taxa de importação, pela diminuição dos impostos e pela criação de um Banco Hipotecário ou Carteira de Crédito Agrícola. Contudo, segundo essa autora, a fração da classe dominante no poder no Estado (PRR), a partir de sua orientação positivista, considerava que a intervenção direta do Estado na economia só era legítima quando dissesse respeito a serviços públicos relacionado com os interesses de toda coletividade. E a demanda dos pecuaristas representava os interesses de parte dos rio-grandenses.

Para Antonacci isso teria contribuído para a reaglutinação das oposições rio-grandenses em torno da candidatura de Assis Brasil, contestando a candidatura de Borges de Medeiros ao quinto mandato na presidência do Estado. Sem êxito eleitoral, a aliança libertadora deflagra a Revolução de 1923 em nome da reforma da Constituição do Estado, da crítica à continuidade do PRR no comando político do Rio Grande e do não atendimento às demandas dos setores agropecuaristas em crise econômica. Além disso, na década de 1920, o situacionismo rio-grandense sofreu pressão de novos grupos pela ampliação da participação no poder no Rio Grande. Nesse sentido, a conjuntura econômica do pós-guerra, mostrou-se propícia ao realinhamento da estrutura do poder no Rio Grande e concorreu para o término do monopólio do poder do PRR no Estado (Trindade e Noll, 2004).

A reunificação das oposições rio-grandense, segundo Trindade (1979), ocorreu como decorrência do esgotamento do sistema político autoritário, articulado com fatores políticos pré-existentes, em que as oposições aproveitaram-se da brecha deixada pelo governo ao falhar na tentativa de atender às reivindicações dos pecuaristas. Nesse sentido, diante da perspectiva da perpetuidade no poder, sem alternância com a oposição, nem entre correligionários republicanos, a oposição desencadeou a luta pela conquista do poder, aproveitando-se da conjuntura política favorável.

E São Paulo, neste momento, passava por um amplo e intenso processo de transformação. Conforme Kugelmas (1983) entre a primeira e a terceira valorização ocorreu um notável processo de diversificação econômica. À sombra da expansão cafeeira tinha-se desenvolvido a agropecuária mercantil de alimentos; um acelerado processo de urbanização; a absorção e a ascensão social do imigrante; e aberto uma atmosfera cultural que culminaria na irrupção do modernismo. Além disso, tinha ocorrido uma diversificação interna no complexo cafeeiro, com a ascensão de um forte setor financeiro e um polo industrial. Com isso, apesar do ritmo e da dinâmica da acumulação cafeeira continuar dando o tom na economia paulista, os interesses específicos haviam se diferenciado, concorrendo para que o bloco oligárquico cafeeiro fosse se transformando e se diversificando, em uma sociedade cada vez mais

recortada por clivagens de diferentes tipos e distintos alcances. Dificultando, progressivamente, o papel aglutinador de interesses do PRP<sup>144</sup> e concorrendo para sua cisão.

Por outro lado, o Estado atuando como diretor do Instituto Estadual de Defesa do Café procurava conciliar a miríade de interesses do mundo cafeeiro, bastante diversificado, dificultando as relações entre o poder público e os fazendeiros e favorecendo as disputas e acusações de favoritismo e corrupção. Processo que despertou muitos e constantes protestos das entidades de classe dos cafeicultores, sobretudo da Sociedade Rural Brasileira – SRB, e poderia ser minimizada com a ascensão de Washington Luís à presidência da República. Entretanto, este adotou política ambígua de conciliar a defesa estadual do café com uma política econômica nacional ortodoxa. Política duramente criticada por grande parte da elite paulista, sobretudo pelos banqueiros José Maria Whitaker<sup>145</sup>, José Carlos Macedo Soares e pelo porta-voz do partido democrático – PD, Paulo de Moraes Barros.

Após longo período de cisão inraelite no Rio Grande e com o permanente processo de fortalecimento da facção opositora, a Revolução de 1923 ao bloquear a recondução de Borges de Medeiros a mais um mandato na presidência do Estado, abriu caminho para a renovação no partido, com a elevação de Getúlio Vargas ao comando político do Estado, em 1928. E para a política rio-grandense: de convergência e concórdia entre oposição e situacionismo. Ou seja, favoreceu a formação de um clima de conciliação e concórdia entre oposição e situacionismo no Estado. Todavia, o histórico de conflito e tensão entre governo e oposição, que persistiu por mais de trinta anos no Rio Grande, havia desgastado tanto republicanos, dissidentes republicanos e federalistas, situação que somada à conjuntura política e econômica, também concorreu para a concórdia entre as elites políticas rio-grandenses (Trindade e Noll, 2004).

Nesse contexto, o Tratado de Paz de Pedras Altas, foi o marco do início da aproximação entre as elites rio-grandenses. Que segundo Trindade (1979), também ocorreu em decorrência de um processo de reaproximação das novas lideranças conservadoras autoritárias e liberais. Processo que apesar de não dissolver as estruturas partidárias subjacentes nem as clivagens político-ideológicas, concorreu para que Vargas assumisse o governo rio-grandense, sem oposição, em 1928, e viabilizasse o suporte político regional à sua candidatura à presidência da República em 1930. Situação que se explica também, em grande parte, pelo fato de Getúlio

---

<sup>144</sup> Segundo Simonsen (1973), o deslocamento do eixo econômico dentro do Estado não se realizou sem repercussões sociais e políticas. A luta que se travou entre as várias regiões econômicas concorreu para a baixa dos preços do café e a ruína das regiões mais antigas, trazendo intranquilidade aos homens públicos paulistas, cuja consequência imediata foi à consolidação das facções e o declínio da hegemonia da elite cafeeira.

<sup>145</sup> Conforme Whitaker (1978) Washington Luís era um patriota, mas obstinado. Em virtude disso, pôs em prática seu funesto plano monetário, o que concorreu para a estagnação da lavoura cafeeira e para o comprometimento de toda a vida econômica da nação, levando à ruína quase todos os lavradores de São Paulo.

Vargas e João Neves da Fontoura terem larga experiência de convivência com a oposição na Assembleia dos Representantes e uma concepção, se não menos autoritária que a de Castilhos e Borges, pelo menos mais tolerante com a oposição. Logo, a mentalidade e a experiência política da nova geração possibilitaram que o dogmatismo doutrinário e as conveniências pessoais fossem relativizados em nome de um novo momento à política no Rio Grande.

Da parte oposicionista, segundo Fonseca (1983), o plano consistia na construção de uma sólida economia agroexportadora, que garantisse a continuidade e a manutenção da expansão estadual, via demanda de exportação. Visão externada pelo deputado Demétrio Xavier, em discurso na Assembleia dos Representantes, em 1925, onde declarou: “o que é urgente e patriótico para o Rio Grande é o governo procurar fazer a defesa do boi, como São Paulo fez com o café, porque, assim como este está para a riqueza pública de São Paulo, o boi está para a riqueza do Rio Grande”.

Nesse ambiente é que Getúlio Vargas assumiu a presidência do Estado em 1928. Ambiente de simpatia generalizada adquirida junto à oposição, de aceitação e de colaboração desta com o governo, além da adoção de política econômico-financeira de apoio ao setor agropecuário. Política que concorreu à dinamização de alguns setores econômicos e proteção a outros, culminando na criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul<sup>146</sup>, em 1928, e na concessão de crédito agrícola aos criadores visando impulsionar o setor no período e o desenvolvimento econômico do Estado. De acordo com Dulles (1967), no governo rio-grandense Getúlio Vargas contou com a colaboração de Borges de Medeiros, mas, sobretudo de seus secretários, entre eles Osvaldo Aranha, para quebrar os vínculos com o passado, curar feridas, aceitar colaboração da oposição, incrementar a produção agrícola, promover novas ideias e a harmonia necessária à paz e ao desenvolvimento do Estado.

Já em São Paulo, o ambiente de unidade e concórdia que pairava sobre a elite paulista, dividida oligarquicamente em facções e agora com interesses diversificados, não permaneceria por muito tempo. E nova dissidência cindiria definitivamente o PRP, episódio que culminaria na fundação do partido democrático – PD, em 1926. Essa cisão teve início por motivos diversos, entre eles, a designação de Carlos de Campos à presidência do Estado e a

---

<sup>146</sup> Segundo Love (1975), Vargas fundou o Banco do Rio Grande do Sul, em 1928, usando fundos estatais na proporção de dois terços de capital inicial. A instituição foi expressamente criada para estender o crédito a baixo preço aos interesses agrários, pastoris e seus derivados. Em seu primeiro ano de operação o Banco concedeu mais da metade de seus empréstimos aos produtores de charque. Vargas também subsidiou o nascente comércio de arroz, diminuiu as taxas ferroviárias, facilitou o crédito, melhorou o sistema de transporte, e subsidiou o transporte do charque.



atitude de Washington Luís na formação da chapa de representantes à Câmara Federal<sup>147</sup>, que desagradou parte do partido. Assim, o surgimento do PD está associado ao processo de diversificação da sociedade e economia paulista; à dissociação entre o PRP e a grande burguesia cafeeira; à insatisfação generalizada com o estilo autoritário da cúpula perrepista; aos excluídos do jogo oligárquico municipal; ao surgimento das camadas médias urbanas; e às dificuldades do partido em expressar adequadamente uma estrutura social complexa e diferenciada. Situação que concorreu para que o PD não formulasse projeto político alternativo, mas fizesse eco a todas as insatisfações, sem preocupação com coerência.

O histórico de dissidência e cisão intraelite paulista que teve início na fundação do PRP, em 1873, reforçado em 1901 e 1915, culminando na dissidência de 1923-24, além das marchas e contramarchas que ocorreram em 1891, 1897, 1907 e 1910, concorreram à formação de bloco de oposição ao situacionismo paulista. Especialmente para a fundação do PD, em 1926, que conforme Soares jr. (1958) era formado por uma arregimentação composta de correntes tradicionais separadas do PRP e associadas a elementos renovadores, de tendências mais radicais<sup>148</sup>. Após este longo histórico de dissidência e cisão intraelite paulista o ambiente entre as facções, por volta de meados da década de 1920, era de esgotamento, tensão e facciosismo, situação que frequentemente degenerava em violência.

Nesse contexto, conforme Debes (1982), apesar da postura de tolerância e concórdia de Júlio Prestes nas eleições municipais de 1928 a oposição acusou o PRP de fraude. Cenário retratado pelo jornal opositor *O Estado de São Paulo* como: “Lama, Sangue, Vergonha, Fraude e Violência com o apoio da Força Pública recaem sobre a civilização de São Paulo”; e pelo jornal situacionista *Correio Paulistano*: “nada mais agradável do que registrar que a eleição municipal ontem realizada no Estado, disputadíssima e libérrima, ocorreu perfeitamente, sendo magnífica em linha geral”. A partir desse momento, a elite paulista, apesar de sua enorme capacidade de transigir, formar acordo e consenso, conciliar e preservar interesses manteve-se cindida durante os governos de Carlos de Campos (1924-27) e Júlio Prestes (1928-1930).

---

<sup>147</sup> De acordo com Debes (1994) a cisão no PRP, de 1923-24, foi motivada pela sucessão estadual em que Washington Luís aderiu agressivamente à luta pelo poder, descontentando o setor jovem do partido formado, entre outros, por Altino Arantes, Olavo Egídio de Souza Aranha, Álvaro de Carvalho, Rafael Sampaio Vidal e o Clã dos Rodrigues Alves.

<sup>148</sup> Segundo Kugelmas (1986), o PRP a partir de 1926 encontrará uma forte e bem organizada oposição interna, constituída de elementos dissidentes do partido, cuja raiz social originou-se em setores da elite cafeeira. Além desse vínculo, o PD contava com a simpatia de setores do capital financeiro, o que concorreu para que proferisse, em vários momentos, fortes críticas à política de valorização do café levada a efeito pelo PRP.

Entre os instrumentos de configuração das elites, no período, estavam também os partidos políticos. O partido republicano rio-grandense – PRR, era caracterizado por uma organização rígida e hierárquica – o que concorreu para o exclusivismo das atividades da propaganda pelos republicanismos no Rio Grande, à inviabilidade de aliança entre elite republicana e imperial e a existência de oposição ativa durante os governos da primeira geração de republicanos – em que os coronéis burocratas, subordinados ao governo e ao partido, dispunham de larga margem de poder local que poderiam utilizar contra a oposição. Em termos doutrinários esta forma de estruturação política, denominada ditadura republicana, segundo Trindade (1989), consiste na ação de um homem político superior, exercida na evolução da sociedade na qual vive, ação necessária para modificar os homens e as instituições, de acordo com o interesse público, e para executar em circunstâncias difíceis, medidas extraordinárias ordenadas para salvar o Estado e a nação.

Diferentemente de São Paulo, onde o PRP, segundo Noll (2003), *Le Parti Républicain de Sao Paulo se caractérise par une grande habileté, pour ne pas dire un certain flou, dans le traitement de questions telles que l'esclavage, la possibilite de séparatisme ou la suppression du regime monarchique. Le seul point sur lequel Il n'ait jamais transige est celui de la décentralisation.* Esta característica possivelmente concorreu para que a elite republicana paulista da primeira geração, segundo Noll (2003), demonstrasse grande capacidade para formar acordo ou consenso, evitando a formação de oposição bem definida, em que as crises intraelites locais, por longo período, não resultou em ruptura interna definitiva.

Característica reforçada pelo crescente reforço ao Poder Executivo local, sobretudo despótico, mas também infraestrutural, em que o presidente do Estado utilizava a força pública para reprimir possíveis rebeliões da oposição, além do mecanismo de distribuição de terras, no processo de expansão da fronteira agrícola, e o socorro aos agricultores por meio da distribuição de crédito. E pela estrutura do PRP, partido único, cujo aspirante a cargo político deveria submeter-se à sua burocracia, cujo comando, era formado, no topo, pela executiva estadual, e na base pelos super-coronéis regionais, que na condição de agentes bem posicionados na estrutura política, econômica e social da sociedade paulista dispunham de uma larga margem de poder sobre os municípios. Além da supremacia da cultura cafeeira sobre os demais produtos regionais que unia parte da elite em torno de interesses materiais.

Portanto, conforme analisado, a elite republicana paulista e rio-grandense, quando ascendeu ao comando político do Estado de São Paulo e Rio Grande do Sul respectivamente, atuou num cenário de ampla autonomia estadual. Cenário que favoreceu o surgimento de crise de coordenação política e institucional no país, sobretudo na década de 1890. Situação

equacionada pelo esquema institucional de apoio recíproco entre o presidente da República e os governadores dos principais Estados – política dos estados; e pelo acordo político de apoio recíproco entre o governador do Estado e os coronéis situacionistas municipais – compromisso coronelista.

Contexto em que a elite republicana paulista da primeira geração, apesar de dividida em facção desde a fundação do PRP em 1873, demonstrou grande capacidade para formar unidade política e, sobretudo, acordo e consenso com a elite imperial, visando garantir o êxito do novo regime, o desenvolvimento econômico do Estado e a preservação de interesses materiais comuns. Já a elite republicana paulista da segunda geração, congregada no PRP, partido que cada vez mais representava menos setores sociais e interesses, especialmente emergentes, atuando num cenário de grande diversificação social, política, econômica e cultural, sob uma conjuntura de crise econômica do após guerra, não conseguiu formar unidade política, favorecendo a formação de dissidência, com a fundação do partido democrático, em 1926.

Todavia, no Rio Grande do Sul a elite republicana da primeira geração, congregada no PRR, partido com rígida disciplina e doutrinariamente ortodoxo, foi incapaz de formar acordo ou consenso com a elite imperial, favorecendo o surgimento de instabilidade e conflito político, o que culminou na exclusão desta elite do comando político do Estado por cerca de quarenta anos e na eclosão da Revolução Federalista de 1893-1895 e na Revolução de 1923. Porém, a elite republicana rio-grandense da segunda geração, mais flexível doutrinariamente que a elite da primeira geração, atuando num ambiente social, político, econômico e cultural mais diversificado, após um período de convivência e aprendizado com a oposição na Assembleia dos Representantes, demonstrou capacidade para formar acordo e consenso com a oposição, o que favoreceu a eleição de Getúlio Vargas para o governo do Estado em 1928 e à formação da Aliança Liberal em 1930.

## 4 ELITES REPUBLICANAS E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO

### 4.1 – O perfil da elite republicana paulista e rio-grandense da primeira e segunda geração

Conforme analisado, a crise da sociedade imperial, associada ao conservadorismo da elite política e ao esgotamento do seu sistema de produção, concorreu para o surgimento de uma nova elite política no país, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Elite que surgiu na onda do processo de expansão do capitalismo para o interior do país, da expansão cafeeira para o Oeste paulista, do incipiente processo de urbanização e industrialização que ocorria no Brasil no período, bem como a um conjunto de ideias vindas da Europa que encantava parte da elite letrada da época, sobretudo os jovens estudantes das faculdades brasileiras. Elite que fez oposição ao sistema político monárquico lutou pela implantação de um Estado federativo, pela República e, mais tarde, pela abolição do trabalho escravo.

Mas quem era essa elite? Qual o seu perfil socioeconômico, educacional, profissional? Havia diferença de perfil entre a elite republicana paulista e rio-grandense? Se havia que diferenças eram essas? De média de idade? Tempo de experiência partidária? Origem geográfica? Grau de instrução? Formação? Ocupação? Visando responder essas indagações analisaremos a seguir, de forma comparada, o perfil dessas elites, a partir dessas variáveis.

A média de idade de uma elite é um importante elemento, não apenas para diferenciar uma elite de outra, em termos de geração, mas, sobretudo, para analisar sua experiência política, sua adaptação ou não ao sistema político vigente, bem como o seu potencial de conservação ou renovação de orientação política numa possível construção de novas instituições políticas<sup>149</sup>. Segundo Carvalho (2007), uma elite que se renova muito rapidamente tem a vantagem de abrir oportunidade para novos talentos e forças que surgem no interior do sistema político, mas perde em experiência política e capacidade administrativa. Já uma elite que se renova lentamente treina melhor seus membros, mas perde em capacidade de percepção do surgimento de novas forças políticas emergentes, favorecendo a formação de uma contra elite que eventualmente adote processo revolucionário de tomada do poder.

Ortega y Gasset (1956) introduz a ideia de “método das gerações históricas”, atribuindo a cada período histórico um “*Zeitgeist*”, um “espírito do tempo”, constituído pelas crenças

---

<sup>149</sup> Conforme Schmidt (2000), o mundo da política diz respeito a todos os indivíduos, em todas as fases de sua vida, e em cada fase de um modo particular. Um adolescente teria um estilo próprio de agir politicamente, diferente de um adulto. De modo geral, o adolescente agiria de modo não maquiavélico nem baseado no conhecimento realístico do homem, mas num fetichismo ou idealismo da política. Ideais que brotariam espontaneamente, com potencial de radicalização e fanatismo, originários no reino dos valores, sobretudo humanos. Todavia, dependendo do ambiente social e outros, a posição política da juventude poderia mudar.

coletivas que o indivíduo absorveria desde o seu nascimento. E Mannheim (1982) desenvolve a noção de “unidade de geração”, em que uma geração seria caracterizada por identidade de reações e por afinidade na forma como se relacionam com as experiências comuns. Unidade de geração relacionada ao fenômeno das mudanças históricas e sociais da modernidade, em que a partilha de experiências pelos indivíduos de uma geração, não se daria por acúmulo ao longo da vida, mas por estratos. Dessa forma, a constituição dos valores, orientações e atitudes de um indivíduo se dariam por meio de uma dinâmica vinculada aos diferentes períodos do ciclo vital, associado a um conjunto de elementos históricos e sociais situado no espaço e no tempo.

Essas premissas mais a expectativa de que grande parte de uma elite começa sua atividade na militância política entre 18 e 25 anos de idade, nos induzem a crer que por volta dos 40 anos, uma elite já possui larga vivência nos círculos oficiais e grande experiência no processo político. Fato que concorre para lhe possibilitar atuar de forma seletiva, prática e eficaz no cenário político, jogando com as peças, situações e perspectivas que melhor atenda seus ideais, interesses e demandas. Experiência que concorre ainda para lhe possibilitar maior facilidade à formação de acordo ou consenso político intraelite e à conservação até o limite das instituições vigentes. No lado oposto, uma elite com baixa média de idade tende a ter pouca disposição para formar aliança com a elite tradicional, concorrendo, possivelmente, ao dissenso intraelite e para mudanças no fazer política e na construção de novas instituições.

| Geração   | Elite    |               |
|-----------|----------|---------------|
|           | Paulista | Rio-grandense |
| 1ª (1889) | 41.8     | 31.8          |
| 2ª (1916) | 47.2     | 39.1          |

**Tabela 1 – Média de idade da elite paulista e rio-grandense, 1ª e 2ª geração.** Fonte: tabela elaborada pelo autor

Nesse sentido, os dados da tabela 1, nos permitem auferir que quando a elite paulista, da primeira geração, assumiu o governo do Estado de São Paulo, em 1889, tinha em média 41.8 anos de idade. Fato que lhe atesta longa experiência política durante o império e uma relativa “adaptação” àquele sistema político, apesar de estar na oposição à elite política imperial e ao seu sistema político. Todavia, quando a elite republicana rio-grandense, da mesma geração, assumiu o poder, nessa data, no Rio Grande, tinha em média 31.8 anos de idade. Fato que indica menor adaptação e experiência política dessa elite, sobretudo no diálogo com a elite liberal do império e nas funções de governo.

Esta situação está em conformidade com o estudo de Félix (1996), para quem, no Rio Grande do Sul, desde a propaganda ocorreu um processo de radicalização nos discursos e nas práticas política, com conteúdo emocional e mitificante das lideranças republicanas, visando à formação de identidades que davam sentido à ação política, cujos discursos ressaltavam a instalação do novo ordenamento jurídico e as vantagens dele resultantes. Nesse sentido, a maior experiência política da elite paulista em face da elite rio-grandense, indica uma maior adaptação da elite paulista ao sistema político imperial e um possível estranhamento da elite rio-grandense àquele sistema. Os dados permitem auferir ainda uma diferenciação entre as elites em termos de geração e de prática política.

Os dados sugerem, portanto, que a elite republicana rio-grandense, da primeira geração, não estava plenamente adaptada às regras do jogo político imperial, o que concorreu para que ao ascender ao poder no Rio Grande, em 1889, tendesse ao conflito com a elite liberal e à construção de instituições políticas diferenciadas em relação as que existiam até então na Província. Já a elite republicana paulista, possivelmente estava bem mais adaptada às regras do sistema político monárquico, o que contribuiu para facilitar a formação de coalizão com a elite imperial e à construção de um aparelho de Estado correspondente com o pensamento de grande parte dessa elite.

A segunda geração de republicanos, tanto paulista como rio-grandense, tinha média de idade, em 1930, de 47.2 e 39.1 anos respectivamente. Situação que acusa grande experiência política, além de estarem bem adaptadas às regras do jogo e sistema político republicano. A diferença estava no fato da elite paulista ser ligada ao setor dominante da economia cafeeira e, em virtude da crise econômica que passava esse setor, oscilar momentos de crise e tensão, o que concorreu para que a elite não percebesse a diversificação de interesses políticos, sociais e econômicos que emergiam no Estado no período. Segundo Perissinotto (1994) o avanço político e econômico da burguesia industrial não se fez sem conflitos com as classes dominantes ligadas diretamente à economia agroexportadora. Situação reforçada pelo conservadorismo dessa elite que não favorecia renovação das práticas políticas, nem o surgimento de novas ideias para empreender as mudanças políticas e institucionais que o momento requeria. Além de não agregar, significativamente, setores sociais disponíveis, favorecendo a cisão intraelite paulista, em meados da década de 1920.

Já a elite rio-grandense da segunda geração, um tanto mais jovem que a paulista, mas com grande experiência política, ao assumir o poder no Rio Grande empreendeu parte das mudanças que as circunstâncias requeriam, e que a elite da primeira geração não estava disposta a fazer. A isso soma-se o fato de, tanto situação como oposição, encontrarem-se

enfraquecidos após longos anos de conflito e tensão que ocorreu no Estado no período, que culminou na Revolução Federalista de 1893-1895 e na Revolução de 1923. Elite mais pragmática e flexível doutrinariamente que a elite da primeira geração e, portanto, mais aberta ao diálogo com a oposição, sobretudo no atendimento de parte de suas demandas. Fatos que possivelmente favoreceram a distensão política no Rio Grande, a eleição de Getúlio Vargas à presidência do Estado em 1928 e a unificação da elite rio-grandense em torno do mesmo em 1930, na eleição para presidente da República.

Da mesma forma que a média de idade e a experiência política, a filiação partidária também é um elemento que pode contribuir para se examinar a capacidade de uma elite de formar ou não coalizão política, concorrendo à indicação do seu grau de integração ou não ao sistema político vigente. Ou seja, o grau de aceitação, reconhecimento e legitimidade de princípios, formas e conteúdos do sistema institucional o qual ela quer conservar ou mudar. Essas premissas nos permitem auferir que uma elite que exerce mandatos eletivos ou funções públicas por muito tempo tende a adaptar-se à lógica e à forma deste, além de tê-lo como modelo para uma possível reforma ou substituição. Ao passo que uma elite com pouco tempo de exercício ou experiência em cargos públicos pode não estar plenamente adaptada à lógica do sistema político vigente, o que concorre para que não o tenha como modelo, e em face de uma possível reforma institucional, em linhas gerais, não o reproduza fiel e integralmente.

| Elite   | Paulista       |                | Rio-grandense  |                |
|---------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|         | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> |
| Geração |                |                |                |                |
| PL      | 50             | 3.3            | 6.6            | 0.0            |
| PC      | 16.6           | 0.0            | 0.0            | 0.0            |
| Total   | 66.6           | 3.3            | 6.6            | 0.0            |

**Tabela 2 Filiação partidária da elite republicana paulista e rio-grandense, antes de 1889, exceto o PRP e PRR respectivamente, 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> geração, em (%).** Fonte: tabela elaborado pelo autor

Conforme os dados da tabela 2, podemos auferir que havia diferenças significativas, em termos de filiação partidária, entre a elite republicana paulista e rio-grandense, nas últimas décadas do império. 66.6% dos membros da elite paulista, da primeira geração, fora filiada, a pelo menos um dos partidos monárquicos. 50% da elite paulista fora filiada ao partido liberal e 16.6% ao partido conservador. Já os membros da elite rio-grandense, da mesma geração, apenas 6.6% foram filiados a partidos monárquicos. Portanto, os dados diferenciam, significativamente, em termos de filiação partidária, a elite paulista e rio-grandense da primeira geração. Entretanto, entre os membros da elite paulista da segunda geração 3.3%

havia sido filiado a partidos monárquicos. Ao passo que nenhum membro da elite republicana rio-grandense da mesma geração fora filiado a partidos monárquicos.

Nesse sentido, a filiação partidária somada a longos anos de experiência na atividade política de uma elite pode indicar o grau de interação desta ao sistema político vigente e a legitimidade do mesmo junto à respectiva elite. Pode indicar ainda que esta elite reconhece e aceita, pelo menos em linhas gerais, o modelo de sistema político vigente e que pode adotá-lo, pelo menos parcialmente, em uma possível reforma ou substituição deste sistema. Segundo Love (1982), o ritmo do processo de mobilização política em São Paulo era imposto pela economia e pelo governo, que somado ao crescente poder deste, contribuiu para levar os paulistas a conceber o sistema político do Estado federado como idêntico ao nacional. Ao passo que no Rio Grande do Sul, a elite republicana rio-grandense empreendeu um sistema político, segundo Bosi (1992), com a função de promover e, no limite, controlar os rumos do desenvolvimento econômico, harmonizando as forças que a iniciativa privada poria em movimento. Empreendimento levado a efeito por meio de um regime presidencial austero e prestante a que o sufrágio universal daria larga margem de representatividade.

A filiação partidária de uma elite pode apontar ainda característica como unidade ou dissenso intraelite, indicando estabilidade ou instabilidade no quadro partidário, sobretudo quando há baixos ou altos índices de trocas ou formações de partidos dissidentes. Conforme a tabela abaixo, 3.3% dos membros da elite republicana paulista da primeira geração mudou de partido ou formou partido dissidente, entre 1889 e 1930. Atingindo 30% entre os membros da elite republicana rio-grandense da mesma geração. Em relação à segunda geração de republicanos, 20% dos membros da elite paulista mudou de partido ou formou partido dissidente durante o período, enquanto 5% de membros da elite rio-grandense da segunda geração trocou ou formou partido dissidente no período.

O índice de unidade e ou fracionamento partidário indicam que a elite republicana paulista da primeira geração tinha um alto grau de unidade político-partidária, enquanto comandou a política paulista. Mas pode indicar ainda a capacidade da elite de dialogar, cumprir acordos, formar consensos ou mesmo submeter-se ao comando do partido ou do governo. Podendo indicar também o grau de envolvimento com princípios<sup>150</sup>, programas e interesses. Premissas que estão em relativa conformidade com os dados da tabela 3 que reforçam a conclusão de Love (1982), para quem entre os vários partidos republicanos

---

<sup>150</sup> Conforme Carvalho (2007) os republicanos paulistas não publicaram manifestos, mas criaram sólidas estruturas partidárias nos municípios. Além disso, elaboraram projeto pragmático de Constituição para São Paulo pretendendo organizar um governo sem discutir princípios de doutrina. E não preocupavam-se com o governo representativo nem com os direitos individuais, mas com a federação, ou seja, com a autonomia estadual.



provinciais existentes em 1889, o PRP era o mais coeso e organizado e, após esta data, foi fortalecido com a adesão de conservadores e liberais. Fato que atesta e reforça uma das características dos membros do PRP como hábeis oportunistas no tratamento de questões como separatismo, abolição<sup>151</sup> e República.

| Elite                        | Paulista       |                | Rio-grandense  |                |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                              | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> |
| Geração                      |                |                |                |                |
| PD/SP                        | 3.3            | 20             | 0.0            | 0.0            |
| Dissidência RS               | 0.0            | 0.0            | 16.6           | 05             |
| S. P. RS e SP <sup>152</sup> | 0.0            | 0.0            | 13.3           | 0.0            |
| Total                        | 3.3            | 20             | 29.9           | 05             |

**Tabela 3** Filiação partidária da elite republicana paulista e rio-grandense, após 1889, exceto PRP e PRR respectivamente, 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> geração, em (%). Fonte: tabela elaborada pelo autor

Em termos programáticos a elite republicana paulista acreditava ainda que o compromisso fundamental do governo republicano era a defesa dos interesses estabelecidos e, para isso, não hesitava em entrar em acordo com os partidos monárquicos. Queria não a ausência do governo, mas este fortalecido a serviço de seus interesses. E mais, liberais e conservadores mostravam-se tão oportunistas como os republicanos.

Entre os membros da elite republicana rio-grandense da primeira geração 30% formou dissidência partidária ou se desligou do PRR e não se filiou a outro partido durante o período no Estado. Dados que podem indicar baixa capacidade da elite rio-grandense de formar acordos ou consensos, ou submeter-se ao comando do partido ou do governo, concorrendo para a formação de dissenso intraelite. Sobretudo quando trata-se de um partido ideológico, disciplinado e com comando autoritário como era o PRR. Esta situação dialoga com a análise de Pinto (1986), para quem o PRR, no período da propaganda, era um partido pequeno, que se destacava pela excepcional organização e disciplina doutrinária; de Félix (1996), para quem o PRR, embora minoritário, chegara em 1889, estruturado e coeso, sob a liderança férrea e carismática de Castilhos, encarnando o ideal da República autoritária de inspiração positivista; e de Trindade e Noll (2004), para quem o PRR, tornou-se, em menos de cinco anos, em partido hegemônico no Estado, cujos traços particulares eram seu aspecto tardio, a juventude de seus membros, à instrução superior, a ausência de experiência partidária anterior

<sup>151</sup> Segundo Love (1982) em 1872, num conclave realizado em Itu, onde predominaram os fazendeiros escravocratas o PRP rejeitou a abolição, mas em caso da libertação dos escravos, os proprietários deveriam ser ressarcidos por perdas financeiras.

<sup>152</sup> A sigla S. P. indica os membros da elite republicana rio-grandense e paulista que abandonaram o partido republicano rio-grandense e paulista respectivamente e não se filiaram a outro partido.

e a base ideológica positivista de seus membros. Traços que teriam contribuído para que o PRR controlasse politicamente o Estado durante toda a República Velha.

A origem geográfica é um elemento que pode favorecer características de uma elite como progressista ou conservadora e unidade ou dissenso. Provavelmente em virtude das regiões serem diferentes em termos de desenvolvimento econômico, social e cultural, que pode contribuir para que membros de uma elite de uma região em desenvolvimento adotem essa causa e unam-se em prol dela, como ocorreu com a elite paulista da região Central, nas últimas décadas do império<sup>153</sup>, com o boom cafeeiro na região. Todavia, em uma região em situação de estagnação ou em decadência econômica, grande parte da elite pode apegar-se ao *status quo*, visando manter sua posição social e assegurar a manutenção de seus interesses e privilégios, como ocorreu com a elite da região do vale do Paraíba, a partir da segunda metade do século XIX<sup>154</sup>, com o esgotamento do processo de produção cafeeira nessa região<sup>155</sup>.

Nesse sentido, a abordagem regional é um importante elemento para se estudar elites, pois a região é, segundo Love (1982), capaz de gerar fidelidade, devoção e apego, além de inspirar lealdade nos seus habitantes à unidade maior. Todavia, varia no espaço, no tempo, em importância e intensidade. No período objeto deste estudo, as elites regionais acreditavam que seus Estados eram regiões socioeconômicas tanto quanto unidades políticas que exigiam devotamento e fidelidade e atuavam acreditando na importância do regionalismo, tomando decisões em função desta convicção, contando, muitas vezes, com apoio popular. Fator que vale também para as regiões dentro dos Estados que tinham características próprias, cujas elites atuavam visando à base local, fonte do seu poder econômico e político.

Em termos políticos, regionalismo é um comportamento que, por um lado, aceita a unidade política maior e, por outro, busca o favoritismo e a autonomia de decisão em prol do

---

<sup>153</sup> Conforme Love (1982), a base do PRP encontrava-se na região agrícola mais rica, a zona Central de São Paulo. A força dos republicanos estava no Oeste. Ao mesmo tempo, as diferenças ideológicas entre republicanos, liberais e conservadores coincidiam com as clivagens regionais dentro da Província.

<sup>154</sup> Conforme Pereira (2006), o vale do Paraíba, na Província de São Paulo, era uma região de cafeicultores – os barões do café, com estrutura latifundiária e escravista e em apoio recíproco com a monarquia. Porém, com a abolição da escravatura em 1888, grande parte da elite local retirou seu apoio à monarquia, favorecendo o movimento republicano na região Central. Todavia, o vale do Paraíba havia entrado em decadência a partir do terceiro quartel do século XIX, sendo substituída em importância econômica e política pela região Central, região onde teve grande repercussão o movimento republicano na Província.

<sup>155</sup> De acordo com Reis (1998), os interesses são fatores que contribuem para se explicar a diferenciação intraelite regional. Nesse sentido, a região do vale do Paraíba em São Paulo era de ocupação mais antiga e onde foi introduzida a cultura cafeeira na Província. Porém, foi nessa região que o solo esgotou-se mais cedo e rapidamente, concorrendo para o declínio da produção e da produtividade cafeeira na região. Ao mesmo tempo, a elite regional era ligada majoritariamente ao PC e as instituições monárquicas, e resistia às mudanças como a revogação do sistema de sesmaria, a abolição e a imigração, que lhe garantia a manutenção do status socioeconômico; já a elite da região Central, que adotou método de expansão da produção cafeeira para solos virgens e a utilização de técnicas modernas de produção e cultivo, era ligada majoritariamente ao PL, e defendeu posição contrária a da velha elite, estabelecendo posições conflitantes entre as elites cafeeitoras.

local. Muitas vezes sem considerar a possibilidade de colocar em risco a legitimidade do sistema político vigente, cuja ênfase não é dada na peculiaridade regional, mas nos fatores que poderiam afetar as relações políticas, econômicas e sociais com outras regiões e com a unidade política maior. Ao mesmo tempo, a região, durante boa parte da história do Brasil, foi valorizada pela elite dirigente enquanto próspera ou pujante, como a região dos metais, em Minas Gerais; e negligenciada quando sem perspectiva de extração de riquezas, como a região Oeste de São Paulo e Norte do Rio Grande do Sul. Portanto, o comportamento político de elites varia conforme a região a qual é ou está relacionada e sua situação socioeconômica.

| Elite         | Geração | Capital | Interior | Outro Estado | Exterior | Total |
|---------------|---------|---------|----------|--------------|----------|-------|
| Paulista      | 1ª      | 20      | 56.7     | 20           | 3.3      | 100%  |
| Rio-grandense | 1ª      | 0.0     | 93.4     | 6.6          | 0.0      | 100%  |
| Paulista      | 2ª      | 10      | 80       | 10           | 0.0      | 100%  |
| Rio-grandense | 2ª      | 15      | 75       | 5            | 5        | 100%  |

**Tabela 4 Naturalidade da elite paulista e rio-grandense, 1ª e 2ª geração, em (%).** Fonte: tabela elaborada pelo autor

Segundo os dados da tabela 4, havia diferenças significativas, em termos regionais, entre a elite republicana paulista e rio-grandense, tanto da primeira como da segunda geração. Indicando que 93.4% dos membros da elite rio-grandense e 56.7% da elite paulista havia nascido no interior. Porém, a diferença mais significativa fica por conta dos 20% dos membros da elite paulista que nasceram na capital, contra nenhum membro da elite rio-grandense que nasceu em Porto Alegre; e dos 20% dos membros elite paulista que nasceram em outra Província, contra 6.6% dos membros da elite rio-grandense.

Em relação à elite republicana da segunda geração, 80% da elite paulista e 75% da elite rio-grandense nasceram no interior, apontando aumento entre os membros da elite paulista e redução entre os membros da elite rio-grandense que nasceram no interior do Estado. Aponta também a redução de 20% para 10% entre os membros da elite paulista que nasceu na capital e em outra Província; e um aumento de 0% para 15%, dos membros da elite rio-grandense que nasceram em Porto Alegre, mantendo-se o índice dos membros da elite rio-grandense nascidos em outra Província. Estes dados estão em relativa conformidade com o estudo de Love (1982) que indica que 24,8% dos membros da elite paulista havia nascido na capital; 58.2% no interior; e 17% em outro Estado ou no exterior<sup>156</sup>.

<sup>156</sup> Os dados não coincidem exatamente possivelmente pelo fato do estudo de Love (1982) estende-se de 1889 a 1937 e incluir os membros da magistratura. Ao passo que este estudo estende-se de 1889 a 1930 e compõem-se apenas da elite política. Diferentemente do estudo de Love os dados deste estão separados por geração.

Portanto, os dados da tabela 4, apontam que o republicanismo paulista teve origem na capital<sup>157</sup>. Porém, isso possivelmente ocorreu em virtude do processo de desenvolvimento econômico e da urbanização que ocorria em São Paulo no momento, e especialmente pelo fato da capital ser o polo de atração de jovens estudantes de várias partes do país, sobretudo do interior da Província, tornando a capital polo de irradiação de ideias republicanas para várias regiões do país. Todavia, o ponto de apoio e consolidação do movimento republicano paulista foi à região Central, berço da cafeicultura moderna e da expansão do capitalismo brasileiro, cuja elite também estava à margem do sistema político monárquico.

No Rio Grande do Sul o movimento republicano teve origem na capital, mas formado por republicanos vindos do interior. Esta situação possivelmente guarde similaridade entre São Paulo e Porto Alegre, pois esta também acusava um incipiente processo de desenvolvimento econômico e urbanização, fato que possibilitava maiores oportunidades aos filhos das elites, sobretudo aos que possuíam curso superior. Fato atestado também pelo crescimento dos nascidos em Porto Alegre entre os membros da elite da segunda geração de republicanos. Ou seja, a elite rio-grandense, apesar de ter nascido no interior, militou pela República na capital, e desta espalhou-se para alguns pontos do interior, sobretudo para as cidades polos do Rio Grande.

Entre os membros da elite da segunda geração de republicanos paulistas é significativo o aumento dos nascidos no interior e a redução dos nascidos na capital e outros Estados. Fato que pode estar relacionado à expansão cafeeira para o interior do Estado, cuja origem regional da elite política possivelmente acompanhou o desenvolvimento e o movimento da produção cafeeira para o interior. Situação que pode indicar unidade política. Porém, este processo foi alavancado pelo boom cafeeiro, cujos interesses materiais nem sempre unia a elite paulista, sobretudo em função da diversificação econômica que ocorria em São Paulo no período, o que concorria para dissenso político intraelite<sup>158</sup>. No Rio Grande, a mobilidade da elite da segunda geração foi um tanto diferente. Houve redução dos nascidos no interior e aumento dos nascidos na capital<sup>159</sup>, acusando centralidade e importância econômica, social e política desta

---

<sup>157</sup> Esta afirmação pode não esclarecer totalmente a origem do movimento republicano, pois durante o período objeto deste estudo estava ocorrendo um processo de desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul e São Paulo e era natural que os republicanos, apesar de terem nascidos no interior fossem para a capital que oferecia mais oportunidades que o meio rural para os jovens letrados. Com isso, o movimento republicano no Rio Grande do Sul teve origem na capital, mas era formado por republicanos vindos do interior. E em São Paulo, surgiu na capital, mas teve como fonte de irradiação a região Central, berço da produção cafeeira capitalista no país.

<sup>158</sup> Segundo Perissinotto (1994) o grande capital cafeeiro tinha interesses em comum com o capital estrangeiro. Mas ele não pode ser visto apenas como um intermediário doméstico de empreendimentos estrangeiros. Ele tinha interesses autônomos, por meio dos empreendimentos ferroviários, industriais, bancários.

<sup>159</sup> Conforme Pesavento (1979), a partir de 1874, com o início da solução do problema dos transportes, sobretudo com o investimento no setor ferroviário, somado ao impulso gerado pela imigração e sua economia

no Estado, coincidindo com o incipiente processo de urbanização e industrialização que ocorria no Rio Grande no período<sup>160</sup>. Fato que pode atestar que essa elite tendia a seguir a urbanização e a industrialização e não o setor rural dominante economicamente no Estado.

O Rio Grande do Sul pode ser dividido em várias regiões distintas. Para esse estudo, tendo em vista a sua formação histórica, adotamos a divisão entre metade Sul, local da origem e formação econômica, social, política e cultural do Estado; e metade Norte, região de ocupação tardia, grande parte povoada por imigrantes. Porém, entre 1870 e 1930, houve inversão da importância da metade Sul para a metade Norte do Estado, motivado pelo desenvolvimento econômico, social e político que ocorria nesta região no período. Fenômeno semelhante ao que ocorreu em São Paulo, entre 1840 e 1885. Nesse período, a região do vale do Paraíba foi à maior produtora de café da Província; porém, com o investimento no transporte ferroviário e o boom cafeeiro na região Central, esta assumiu a liderança econômica, tornando-se, não apenas a região mais produtora ou pujante, mas a mais importante econômica, social e politicamente da Província no período republicano.

Segundo Love (1975), no Rio Grande do Sul, a região da Campanha era formada por grandes propriedades dirigidas por estancieiros militares, onde predominava a criação de gado, atividade que dava à Província a imagem que a tornara conhecida em todo o Brasil. Em seguida, a atividade charqueadora, apesar de ser produto de baixa qualidade, forneceu o impulso econômico à expansão das estâncias rio-grandenses ao sul do Jacuí – região de Pelotas, tornando-se, durante o século XIX e início do XX, a atividade produtiva mais importante da economia rio-grandense: a criação de gado e seus derivados – indústria do charque. Nesse momento, a região Norte, dependia economicamente do transporte de animais de carga e gado de corte, por via terrestre, para feira de Sorocaba Love (1975); segundo Pinto (1986), a região Norte era mais pobre que a Campanha, quer pela ausência da indústria do charque, quer pela distância dos centros consumidores. Situação agravada pela decadência da atividade mineradora em Minas Gerais, que reduziu a demanda dos produtos desta região, concorrendo para a sua estagnação.

Todavia, logo após a proclamação da República, a lavoura mista, localizada no Norte, mais especificamente na área de colonização alemã e italiana, conforme Love (1975) ajudou a contrabalançar as atividades pastoris das outras partes da Província, da mesma forma que a

---

um tanto diversificada, houve um surto de urbanização em Porto Alegre e região, cuja consequência foi o inchamento dos setores médios, ligados às profissões liberais, bancos, serviços públicos, comércio e indústria.

<sup>160</sup> Segundo Love (1975), nas últimas décadas do império (1870-89), importantes mudanças ocorreram na estrutura econômica e social do Rio Grande, associadas às inovações tecnológicas, ao investimento externo e à imigração. Mudanças que tiveram impactos tanto na estrutura socioeconômica como política.

pequena propriedade servia de contrapeso ao tradicional latifúndio da metade Sul e dos Campos da Serra. Esta situação possibilitou que no decorrer da Primeira República a região Norte tornasse-se a grande produtora de grãos do Estado, fortalecendo o comércio da Capital, tornando-se conhecida como a região celeiro do Brasil.

Já a Província de São Paulo, pelo menos até o início do século XIX, era produtora de cana-de-açúcar na região do vale do Paraíba, Itu e Campinas<sup>161</sup>. Porém, por volta de 1840 o café substituiu o açúcar como principal produto do vale do Paraíba e da Província, atingindo o auge da produção por volta de 1875. Em seguida, por volta de 1887, esta região, em virtude da rotatividade do método de plantio e da exaustão do solo, entra em declínio, possibilitando que o café seja substituído pela criação de gado e pela agricultura de subsistência na região. Ao mesmo tempo, com a construção da ferrovia São Paulo Railway em 1867, a Campinas-Jundiaí e a Santos, em 1872, o café expandiu-se para a região de terra roxa, ao longo dos rios que correm para Oeste, as ferrovias seguiram o café,<sup>162</sup> a população e a prosperidade seguiram as ferrovias<sup>163</sup>. Em virtude disso, os fazendeiros do vale reagiram tentando conter o domínio dos fazendeiros da região Central, chegando a propor que o vale do Paraíba, juntamente com parte de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, formasse uma nova Província.

Portanto, o desenvolvimento das principais regiões de São Paulo está ligado à produção cafeeira e a construção de ferrovias. Como a região Central que, em virtude de sua terra roxa, por volta 1886, já produzia duas vezes mais café que o vale do Paraíba. Além disso, e, apesar de possuir o maior número de escravos em 1881, os fazendeiros chegaram à conclusão que o trabalho imigrante poderia substituir com vantagem o trabalho escravo. Da mesma forma, a região Mogiana, também formada em função das estradas de ferro e da expansão cafeeira, a partir da década de 1890, experimentou uma grande explosão populacional, chegando a possuir 20% da população do Estado, por volta de 1900. Ribeirão Preto, sua principal cidade, passou a ser conhecida como a capital mundial do café, por volta de 1910. A baixa Paulista também produto da expansão ferroviária e da produção cafeeira, deu a São Carlos, em virtude do progresso que experimentou na década de 1890, o título de Princesa do Oeste e capital do

---

<sup>161</sup> Conforme Love (1982), durante o período colonial e parte do imperial, São Paulo era uma economia marginal dentro da economia brasileira. Na descrição de Prado Júnior “uma zona de passagem”, conhecida basicamente pelo fenômeno do bandeirismo, ou pela ação de caçadores de escravos e desbravadores de sertão, que percorreram milhares de quilômetro do território brasileiro e da América espanhola. Sua Capital, pelo menos até o início do século XVIII, não passava de uma “boca do sertão”.

<sup>162</sup> A importância do café para o desenvolvimento de São Paulo pode ser atestado pelo fato de que, com exceção das zonas mais antigas como a Capital, o vale do Paraíba, a Central e a baixa sorocabana, foi ocupado em função dos cafezais e das ferrovias que avançaram interior adentro. Logo, o desenvolvimento de São Paulo está intimamente ligado ao cultivo do café e esse é indissociável da famosa terra roxa (Love, 1982).

<sup>163</sup> Segundo Love (1982), o transporte fluvial desempenhou importante papel na expansão cafeeira, ligando as plantações mais remotas às estações das estradas de ferro.

interior. Esta região foi à última a ser ocupada no século XIX, constituindo o último baluarte da cafeicultura baseada no trabalho escravo.

As zonas Araraquarense, alta Paulista e alta Sorocabana experimentaram grande parte do seu desenvolvimento a partir da década de 1920, quando uma onda de imigrantes dirigiu-se aos cafezais ali estabelecidos. Todavia, estas regiões não chegaram a ter importância decisiva na formação da elite política paulista no período. As zonas baixa Sorocabana e Costa Sul são regiões antigas, com clima frio e agricultura mista, impróprias para o cultivo do café. Esta posição não lhes possibilitou grande importância no processo de desenvolvimento e formação da elite republicana de São Paulo.

Conforme os dados da tabela 5, 66.6% dos membros da elite republicana rio-grandense, da primeira geração, nasceu na metade Sul do Rio Grande; 26.6% na metade Norte e 6.6% em outras Províncias. Dados que colidem em parte com o estudo de Pinto (1986) para quem os jovens fundadores do PRR eram membros da elite econômica rio-grandense – estancieiros, mas não da oligarquia política rio-grandense, nem da elite tradicional pecuarista da campanha gaúcha, que em quase sua totalidade formava o Partido Liberal. Em sua maioria provinha da região Norte do Estado; com o de Félix (1996) para quem o grupo vitorioso tinha procedência classista (elite estancieira, oligarquia rural) e geográfica (região serrana e planalto médio); e com o estudo de Trindade e Noll (2004), para quem os republicanos rio-grandenses tinham como traços identificadores o fato de não vir da zona da campanha nem ter sido liberais antes de entrar para o partido republicano.

| Elite           | Paulista       |                | Rio-grandense  |                |
|-----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                 | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> |
| Geração         |                |                |                |                |
| Capital         | 23.3           | 10             | 0.0            | 15             |
| Central         | 43.3           | 45             | *              | *              |
| Vale do Paraíba | 6.6            | 25             | *              | *              |
| Metade Sul      | *              | *              | 66.6           | 40             |
| Metade Norte    | *              | *              | 26.6           | 35             |
| Outra Região    | 3.3            | 10             | 0.0            | 0.0            |
| Outro Estado    | 20             | 10             | 6.6            | 05             |
| Exterior        | 3.3            | 0.0            | 0.0            | 05             |
| Total           | 99.8           | 100            | 99.8           | 100            |

**Tabela 5 Naturalidade da elite republicana paulista e rio-grandense, por regiões<sup>164</sup>, 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> geração, em (%).** Fonte: tabela elaborada pelo autor

<sup>164</sup> Para este estudo utilizamos a definição de metade Sul e Norte do Rio Grande de Love (1975) e de Félix (1996). Love considera região Sul a área situada ao sul da linha Leste-Oeste, cortada pelos rios Jacuí e Ibicuí; e a região Norte à área que vai de Norte a Oeste de Porto Alegre até o rio Uruguai, cujo limite sul é formado pelo rio Jacuí e Ibicuí. E Félix traça uma linha que sai de Porto Alegre em direção à fronteira Oeste, chegando à região onde separa para Sul o município de Alegrete e norte Itaquí. Todavia, desconsideramos a região litorânea e a dividimos em metade Norte e Sul do Estado. E para São Paulo utilizamos o estudo de Love (1982) que divide o

Entretanto, os dados relativos à origem geográfica dos membros da segunda geração de republicanos apontam para um relativo equilíbrio entre os nascidos nestas regiões. 40% nasceram na metade Sul, 35% na metade Norte, 15% em Porto Alegre, 5% em outra Província e 5% no exterior. Estes dados indicam que a elite da segunda geração de republicanos, em sua maioria, ainda era oriunda da metade Sul do Rio Grande. Porém, já em estado de equilíbrio com os nascidos na metade Norte, indicando a importância econômica e populacional que esta região estava adquirindo no momento. Indicam ainda que os estudos de Pinto (1986), Trindade e Noll (2004) e Félix (1996), continuam válidos, pois identificaram o processo de transferência de parte do poder político e econômico da metade Sul para a metade Norte, que ocorria no Rio Grande naquele momento.

Os dados da tabela acima indicam ainda que 23.3% dos membros da elite republicana paulista, da primeira geração, nasceram na Capital; 43.3% na região Central; 20% em outra Província; 6.6% no vale do Paraíba; 3.3% em outra região de São Paulo; e 3.3% no exterior. Em relação à segunda geração, reduziram-se de 23.3% para 10% os nascidos na Capital; manteve-se quase inalterado o índice dos nascidos na região Central; aumentaram de 6% para 25% os nascidos no vale do Paraíba; de 3.3% para 10% os nascidos em outra região da Província; além de diminuir de 20% para 10% os nascidos em outra Província.

Com isso, os dados dessa tabela indicam que houve um movimento de interiorização da elite e do poder político paulista da primeira à segunda geração de republicanos. Processo um tanto diferente do analisado no Rio Grande do Sul que foi palco de dois movimentos distintos no período: um em direção ao Norte e outro a Leste ou Capital do Estado. Motivado, possivelmente, em São Paulo, pelo investimento em transporte ferroviário e pela expansão da produção cafeeira para o Oeste; e no Rio Grande do Sul, pela expansão produtiva à região Norte, após a chegada dos imigrantes, e pelo fortalecimento e centralidade da Capital – incipiente – como polo urbano, de comércio, transporte, indústria e serviços.

Em São Paulo, a região Central, berço do boom cafeeiro e do capitalismo brasileiro, manteve-se como a mais próspera em fornecer quadros de elite à direção política do Estado. Já o vale do Paraíba, após um vácuo de formação de elite dirigente, ocorrido no final do império, motivado possivelmente pela identificação da elite desta região com a monarquia e pela pujança da região Central, retoma parte de sua importância política, fornecendo 25% dos

---

Estado em dez regiões. Porém, não foi necessário estudar as dez regiões e no Rio Grande do Sul a região litorânea, pois não alterariam significativamente o objeto de análise deste estudo.



membros da elite republicana, da segunda geração, à direção política do Estado. Situação um tanto diferente da analisada no Rio Grande do Sul, em que a Campanha, dominante econômica e politicamente durante o império, com o advento da República, perde parte de sua importância política, não mais retomando. Ao contrário, vai gradativamente perdendo importância política na mesma medida em que a região Norte e Capital vão adquirindo.

Os dados da tabela 5 sugere ainda que em São Paulo, enquanto crescia a importância política de outras regiões do Estado, diminuía o fornecimento de membros da elite política vindos da Capital, de outros Estados e do exterior. Possivelmente em virtude da expansão da produção cafeeira para as regiões Mogiana e a baixa Paulista e da estabilização dos quadros da elite dentro do Estado, sobretudo ligados à produção cafeeira. Indicando assim que a elite paulista era recrutada dentro de um círculo relativamente fechado, estando em conformidade com o estudo de Love (1982) para quem, apesar das grandes mudanças que ocorreram na economia e na composição populacional de São Paulo, durante a República Velha, a elite política paulista permaneceu extremamente homogênea. Porém um tanto diferente ocorreu no Rio Grande, em que a mobilidade da elite e do poder político bifurcou em sentido Norte/Leste, concorrendo mais para pluralidade e menos para unificação da elite no período.

Portanto, os dados da tabela 5 reforçam a ideia de que houve, da primeira à segunda geração de republicanos, um processo de concentração de poder, tanto político como econômico, num reduzido segmento da sociedade paulista, apesar do grau de desenvolvimento econômico e social atingido por São Paulo no período. Situação que associada à posição central do café no processo de acumulação de capital no Estado no período, possivelmente favoreceu a formação de consenso intraelite, sobretudo entre os membros da elite da primeira geração. Todavia, segundo Perissinotto (1994), apesar da centralidade do café para a economia paulista, *que grosso modo poderíamos chamar de uma comunidade de interesse*<sup>165</sup>, estes eram diversificados entre agricultores, comerciantes, exportadores, industriais, banqueiros e, sobretudo, entre capital nacional e estrangeiro. Fator que em nosso ver contribuiu para o dissenso intraelite paulista, sobretudo da segunda geração.

No Rio Grande a situação foi um tanto diversa. Não existia um fator a priori na economia rio-grandense que concorresse à concentração de poder político nas mãos da elite republicana, como em São Paulo. Ao contrário, a elite rio-grandense pretendia incluir, pelo menos parcialmente, os setores sociais e econômicos subalternos no processo político, inclusive imigrantes. Estes, em processo de fortalecimento, sobretudo na região Norte do

---

<sup>165</sup> Grifos desse autor.

Estado, produzindo em pequenas propriedades, em pequenas indústrias, de forma diversificada e comercializando com alto grau de autonomia, em face dos produtores dominantes da pecuária do Sul. Situação que, em nosso ver, concorreu para diversificar e não para unificar a elite rio-grandense, sobretudo da segunda geração.

O tempo de mandato é outro fator importante no processo de formação e ou consolidação do perfil de elite, sobretudo como orientador de ação no processo político. Uma elite com longo tempo de mandato tende a internalizar as regras do jogo do sistema político vigente e, em caso de construção de novas instituições, reproduzir, pelo menos em linhas gerais, as diretrizes do sistema anterior. De acordo com Carvalho (2007), durante o império a elite política era submetida a uma intensa e longa circulação nos principais postos políticos do país, fato que afetava poderosamente sua visão e comportamento político, permitindo-lhe uma extensa e diversificada experiência política e administrativa. Logo, o tempo de mandato pode concorrer para formar uma espécie de saber fazer desta elite, um senso comum político, delimitado por valores, instituições vigentes, interesses, capacidade de formar consenso, além de sua condição social e política como unidade ou fragmentação.

| Elite             | Paulista       | Rio-grandense  | Paulista       | Rio-grandense  |
|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Geração           | 1 <sup>a</sup> | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> |
| Antes de 1889     | 46.6           | 6.6            | 0.0            | 0.0            |
| Entre 1889 e 1920 | 20.1           | 50.1           | 95             | 80             |
| Após 1920         | 33.3           | 43.3           | 05             | 20             |
| Total             | 100%           | 100%           | 100%           | 100%           |

**Tabela 6 Mandatos eletivos estaduais ou federais da elite republicana paulista e rio-grandense, 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> geração, em (%).** Fonte: tabela elaborada pelo autor

Além disso, como na maioria das vezes ocorre, uma elite é recrutada dentro de um pequeno grupo, cujas características como riqueza, nascimento, ocupação e formação, segundo Grynszpan (1999), formam capitais de relações pessoais em que o conhecimento ou o saber fazer concorre à incorporação de hábitos e posturas de mando além da familiaridade com as ações, funções e lugares específicos, evitando o esforço de adaptação. Por outro lado, em nosso ver, uma elite com pouco tempo de mandato, sobretudo quando recrutada em setores mais amplos, heterogêneos ou marginais ao sistema político vigente, tende a colaborar com os setores descontentes ou de oposição a este regime e, muitas vezes, propor novas instituições baseadas em novas ideias, formas, valores e interesses.

Estas premissas movem-se na direção dos dados analisados na tabela 6, que indica que 46.6% da elite republicana paulista e 6.6% da elite rio-grandense, da primeira geração,

exerceram mandato político antes da proclamação da República. Indicando, com isso, maior experiência política da elite paulista dessa geração em relação à elite rio-grandense da mesma geração. Sobretudo pelo fato de grande parte da experiência política da elite paulista ter sido adquirida durante o período imperial.

Portanto, em 1889, quando a elite republicana assumiu o poder em São Paulo, grande parte já tinha adquirido um saber fazer político, conquistado durante o império, que lhe habilitava a atuar na elaboração, na construção e na gestão do regime republicano. Ao passo que a pouca experiência e adaptação às regras do sistema político imperial da elite rio-grandense – 93.4% estava excluída deste regime – concorreram para as dificuldades em formar coalizão política com os membros da elite imperial durante a República, além de habilitá-los a adotar instituições, postura, comportamento e gestão política baseados em novas ideias, valores, princípios e interesses.

Os dados da tabela 6 indicam ainda que 95% da elite paulista e 80% da elite rio-grandense, da segunda geração, exerceram mandatos entre 1889 e 1920. Estes dados sugerem uma maior adaptação e experiência política da elite paulista em relação à rio-grandense às regras do sistema político republicano. Esta situação pode ter colaborado para que a elite paulista fosse mais prudente ou parcimoniosa no trato das questões políticas, econômicas e sociais que à rio-grandense na conjuntura da crise econômica<sup>166</sup> do pós-guerra. Porém, sem “perceber” a diversificação de interesses econômicos e a formação de novas forças políticas no Estado no período, o que pode ter colaborado para o dissenso intraelite em seguida. Fato um tanto diferente ocorreu no Rio Grande, cuja crise do pós-guerra concorreu para a eclosão da Revolução de 1923. E esta à substituição no comando político no Estado da elite da primeira à segunda geração de republicanos.

A ascensão da elite republicana rio-grandense, da primeira geração, ao poder no Rio Grande implicou em mudança de hábito, postura, interesses políticos e econômicos no Estado, em oposição à elite dominante econômica, social e politicamente; ao contrário de São Paulo que a ascensão da elite paulista ao poder no Estado significou uma relativa manutenção destes fatores, em conformidade com grande parte dos ideais e interesses da elite imperial. Fatores, que em nosso ver, favoreceram a formação de dissenso político intraelite rio-grandense e consenso político intraelite paulista.

---

<sup>166</sup> Segundo Antonacci (1979), após a Primeira Guerra Mundial uma crise econômica afetou a economia brasileira, resultando em uma drástica contenção financeira, proveniente e acompanhada da retração dos mercados consumidores estrangeiros e do mercado interno no Brasil.

Ao passo que a ascensão da segunda geração de republicanos paulistas ao comando político do Estado, desde o início mostrou-se conflituoso, em virtude, possivelmente, da característica desta elite que não representava a diversificação de interesses econômicos e a complexidade social e política da sociedade paulista do momento. Especialmente pelo fato de sua grande maioria ter origem no mesmo setor que deu origem à primeira geração de republicanos paulistas. Já a ascensão da segunda geração de republicanos rio-grandenses ao comando político do Rio Grande também significou a adoção de novas ideias, valores e agregação de novos setores e interesses, inclusive da oposição, o que, em nosso ver, favoreceram a formação de consenso político intraelite no Rio Grande no período.

Esta conclusão está em desacordo com o estudo de Carvalho (2007), sobre a elite política imperial, para quem quanto mais uma elite for homogênea em termos ideológicos e de treinamento menos propensa a fragmentação e crise política. Porém, esta característica, em nosso entender, é bastante eficaz em uma sociedade como a imperial, com baixo nível de mobilidade social e poucas alternativas econômicas e políticas. Situação que não se aplicava a sociedade e economia paulista do período, que estava se diversificando econômica e socialmente, cujos interesses destes setores não coincidiam com o interesse de grande parte da elite e do PRP, cada vez mais unificados e representando menos interesses.

O local onde os membros de uma elite fazem curso preparatório ou superior<sup>167</sup> é elemento importante para se analisar a homogeneidade ou heterogeneidade desta elite. Conforme Carvalho (2007), a educação superior é um elemento poderoso de unificação de elite, pois fornece um núcleo homogêneo de conhecimento e habilidade aos seus membros que os qualifica para determinadas ações, além de distingui-los do resto da população. Transmite aos seus membros um saber fazer e agir específico, dentro de um padrão reconhecido por ela como legítimo e adequado à satisfação dos seus ideais e interesses. Ou seja, a educação superior é um importante elemento unificador de elite, pois concorre à transmissão de valores, treinamento e à unificação dos seus interesses materiais. Fato reforçado pelo recrutamento da elite, limitado a algumas poucas ocupações, cujos cursos são ministrados em algumas poucas faculdades.

Nesse sentido, a educação superior durante o império e República, era privilégio, basicamente, da elite, cuja concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais

---

<sup>167</sup> Conforme Carvalho (2007), a educação superior no Brasil teve início com a criação da Real Academia dos Guardas-Marinhas, em 1808, e da Academia Real Militar em 1810. Em 1827/1828 foram criados os cursos de Direito em São Paulo e Olinda, este transferido para Recife em 1854. Em 1839, a escola de Farmácia, e, em 1876, a de Minas em Ouro Preto. Em 1858, o curso de engenharia civil foi transferido da Academia Militar à Escola Central, que se transformou em Escola Politécnica em 1874.

entre estudantes de várias Províncias e regiões, inculcando neles uma ideologia homogênea, cujo conteúdo era controlado pelas escolas. Ou seja, as escolas transmitiam uma ideologia particular e um treinamento específico, além de reforçar nos alunos a noção de que faziam parte de um seleto grupo, com as condições e habilidades para o exercício de determinada ocupação como o poder político na sociedade.

No mesmo período, o ensino secundário também era privilégio dos filhos de famílias abastadas, que segundo Carvalho (2007), iniciava com tutores particulares, passava por liceus ou seminários e chegava muitas vezes ao colégio Pedro II. Além da opção pela Escola Naval, sucessora da Real Academia. Educação cuja forma, conteúdo e instituições moldavam estudantes para o ingresso nas escolas de ensino superior, sobretudo para o curso de direito, mas também medicina, engenharia e outros. Cursos, que eram ministrados em poucas faculdades, espalhados por algumas capitais estaduais e a capital da República.

Entretanto, para os filhos de famílias de poucos recursos a opção era o seminário, visando à carreira eclesiástica ou escolas públicas; a escola militar<sup>168</sup>, que formava para o exército; e a escola politécnica ou a escola de minas que formavam para carreiras técnicas. Todavia, ao final do império, a escola militar havia se transformado num centro de oposição intelectual e política ao regime, tanto pelo tipo de estudante que selecionava como pelo conteúdo que transmitia. Seus alunos vinham em geral de famílias militares, remediadas, quase nunca de famílias ricas. Sua educação era técnica e positivista em oposição à formação jurídica da elite civil. Portanto, estes cursos selecionavam estudantes pelas suas condições e posições socioeconômicas, atribuindo-lhes papéis “subalternos” ou funções do menor prestígio junto à sociedade ou aos círculos elitistas.

A educação como fator de homogeneidade de elite é analisada nos dados da tabela 7. Este indica que metade dos membros da elite republicana paulista e rio-grandense da primeira geração fizeram seus cursos preparatórios em São Paulo e Porto Alegre respectivamente. Entretanto, a outra metade da elite paulista estudou no interior, cerca de um terço em outra Província e 10% no exterior. Ao mesmo tempo, aproximadamente metade da elite rio-grandense estudou em outra Província e 16.6% no interior<sup>169</sup>.

---

<sup>168</sup> Segundo Carvalho (2007), a Academia Militar, desde a sua criação, privilegiou a formação profissional e técnica dos seus alunos. Com objetivo de formar oficiais capazes, como engenheiros que pudessem construir estradas e pontes. Sua estrutura educacional era formada por um curso completo de ciências matemáticas, de observação, tais como química, física, mineralogia, metalúrgica e história natural, visando à compreensão do reino vegetal e animal. Porém, a educação técnica e militar, era de *status* inferior simbolicamente à formação jurídica da elite civil o que a colocava em oposição a esta.

<sup>169</sup> Os valores maiores que 100% ocorreram em virtude de parte dos membros da elite paulista e rio-grandense fazer o curso preparatório em mais que um local, ou começaram em um local terminaram em outro.

| Elite        | Paulista       |                | Rio-grandense  |                |
|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|              | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> |
| Geração      | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> |
| Capital      | 50             | 40             | 50             | 40             |
| Interior     | 49.7           | 65             | 16.6           | 90             |
| Exterior     | 9.9            | 0.0            | 0.0            | 15             |
| O. Província | 36.5           | 20             | 49.6           | 20             |
| S/Informação | 16.6           | 10             | 23.3           | 5              |
| Total        | 162.7%         | 135%           | 139.5%         | 170%           |

**Tabela 7 Local onde os membros da elite paulista e rio-grandense da 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> geração fizeram os cursos preparatórios, em (%).** Fonte: tabela elaborada pelo autor

Os dados dessa tabela sugerem uma maior homogeneidade da elite paulista, em relação à elite rio-grandense. Em virtude da quase totalidade da elite paulista ter feito curso preparatório na capital, interior de São Paulo ou em ambos, complementado por 46.4% que estudou em outra Província ou no exterior<sup>170</sup>. Porém, grande parte da elite começou o curso em um lugar e terminou em outro. Ao mesmo tempo, 67% dos membros da elite rio-grandense fizeram curso preparatório na capital ou interior do Rio Grande e 49.6% em outra Província. A opção em outra Província dos republicanos rio-grandenses – que concorria para uma maior heterogeneidade política da elite – se justifica pelas dificuldades que mesmo os filhos da elite desta Província encontravam para fazer curso preparatório e ingressar imediatamente num curso superior no período. Motivo que os levava a procurar os cursos preparatórios de outras Províncias que lhes possibilitavam, imediatamente, o ingresso numa faculdade. Da mesma forma como a elite paulista, boa parte da elite republicana rio-grandense começava em um local e terminava em outro o curso preparatório.

Os dados indicam ainda que houve redução de 50% para 40% dos membros da elite paulista e rio-grandense, da primeira à segunda geração, que cursaram o ensino preparatório na capital do seu respectivo Estado. Que aumentaram de 49.7% para 65% os membros da elite paulista; e de 16.6% para 90% os membros da elite rio-grandense, da segunda geração, que cursaram o preparatório no interior da respectiva Província. Indicando uma “interiorização” da educação preparatória das elites, sobretudo da rio-grandense, motivado, possivelmente, pela ampliação do investimento em educação que ocorreu no Rio Grande no período<sup>171</sup>; e pela expansão da produção cafeeira para o Oeste paulista, que foi acompanhado por um crescente investimento em educação e outros serviços nas regiões em que ia sendo cultivado o café.

<sup>170</sup> Estes dados podem não refletir exatamente o grau de unidade que a elite paulista adquiriu em virtude de sua formação secundária. Tendo em vista que no período objeto deste estudo São Paulo recebeu uma enorme quantidade de migrantes, entre os quais membros da elite de outros Estados, que iniciaram seus cursos preparatórios em suas Províncias e completaram em São Paulo.

<sup>171</sup> De acordo com Love (1975), em 1872, o Rio Grande do Sul era terceira Província, entre as demais, na taxa de alfabetizados (21.9% em todas as idades), e em 1891 tinha galgado o primeiro lugar.

Ao mesmo tempo, reduziu-se de 36.5% da elite paulista e de 49.6% para 20% os membros das elites, da primeira à segunda geração, que fizeram cursos preparatórios em outra Província respectivamente. Indicando a centralidade de São Paulo e Rio Grande do Sul como formadores de suas elites políticas, motivado, possivelmente, pelo intenso processo de desenvolvimento obtido pelos mesmos no período. Porém, aumentaram de zero para 15% os membros da elite rio-grandense que cursaram o preparatório no exterior, indicando uma maior homogeneidade educacional da elite paulista da segunda geração, acompanhado de uma maior heterogeneidade da elite rio-grandense dessa geração.

Já os dados da tabela 8 indicam que 53.6% da elite republicana paulista e 26.6% da rio-grandense, da primeira geração, fizeram curso superior na faculdade de direito de São Paulo. 9.9% da elite paulista e 49.9% da elite rio-grandense o fizeram no Rio de Janeiro; 3.3% da elite paulista e 9.9% da rio-grandense fizeram em Recife; e 19.9% da elite paulista e nenhum membro da elite rio-grandense fez curso superior no exterior. Além de 9.9% da elite paulista e rio-grandense que não fizeram curso superior. Dados que apontam para a centralidade da Capital paulista, como formadora da elite paulista e Rio Janeiro como formadora de elite rio-grandense da época. Indicando, com isso, uma maior homogeneidade e cosmopolitismo da elite paulista em relação à rio-grandense da primeira geração.

| Elite              | Paulista |      | Rio-grandense |      |
|--------------------|----------|------|---------------|------|
|                    | 1ª       | 2ª   | 1ª            | 2ª   |
| Geração            |          |      |               |      |
| São Paulo          | 53.6     | 70   | 26.6          | 05   |
| Rio de Janeiro     | 9.9      | 10   | 49.9          | 40   |
| Minas Gerais       | 0.0      | 0.0  | 0.0           | 05   |
| Pernambuco         | 3.3      | 15   | 9.9           | 0.0  |
| Rio Grande do Sul  | 0.0      | 0.0  | 0.0           | 35   |
| Exterior           | 19.9     | 0.0  | 0.0           | 0.0  |
| Sem Curso Superior | 9.9      | 0.0  | 9.9           | 15   |
| Sem Informação     | 3.3      | 05   | 3.3           | 0.0  |
| Total              | 99.9%    | 100% | 99.6%         | 100% |

**Tabela 8 Local onde os membros da elite republicana paulista e rio-grandense fizeram curso superior, em (%)**<sup>172</sup>. Fonte: tabela elaborada pelo autor

A maior homogeneidade educacional da elite paulista da primeira geração está relacionada ao fato de 53.6% dos seus membros terem feito curso superior na faculdade de direito de São Paulo, contra 26.6% dos membros da elite rio-grandense. Situação reforçada

<sup>172</sup> Os valores maiores que 100% ocorreram tendo em vista que membros da elite paulista e rio-grandense fizeram curso superior em mais que um local. Sobre a elite rio-grandense da 1ª geração coincide os dados de outra Província e da capital paulista.

pelos 9.9% da elite paulista e 49.9% da elite rio-grandense que fizeram curso superior no Rio de Janeiro. Porém, os 49.9% de membros da elite rio-grandense que fizeram curso superior no Rio de Janeiro estudaram em três cursos distintos: medicina, engenharia civil e militar e mais tarde direito, ao passo que em São Paulo só cursavam direito. Os dados indicam também maior poder aquisitivo das famílias da elite paulista, que possuíam recursos suficientes para enviar filhos para estudar no exterior. Todavia, as elites paulista e rio-grandense, continuavam como a elite imperial, uma ilha de letrados em um mar de analfabetos, Carvalho (2007).

Os dados indicam ainda que aumentaram de 53.6% para 70% os membros da elite paulista da primeira à segunda geração que fizeram curso superior na faculdade de direito de São Paulo; e reduziram-se de 26.6% para 5% os membros da elite rio-grandense da primeira à segunda geração que fizeram curso superior nessa Capital. Mantendo-se em 10% os membros da elite paulista que fizeram curso superior no Rio de Janeiro; e reduzindo-se de 49.9% para 40% os membros da elite rio-grandense que fizeram curso superior nesta Capital. Aumentando ainda de 3.3% para 15% os membros da elite paulista que fizeram curso superior em Recife; e reduzindo-se de 9.9% para nenhum membro da elite rio-grandense que fez curso superior na Capital pernambucana. Além do aumento de nenhum membro da elite rio-grandense da primeira para 35% dos membros da elite rio-grandense da segunda geração que fizeram curso superior em Porto Alegre<sup>173</sup>. Indica ainda a redução de 9.9% dos membros da elite paulista da primeira para nenhum membro da elite da segunda geração que não fez curso superior; e o aumento de 9.9% para 15% dos membros da elite rio-grandense da primeira à segunda geração que não fizeram curso superior.

Esses dados nos possibilitam auferir que em São Paulo o curso superior continuou sendo prestigiado nos círculos elitistas e porta de entrada estreita para o clube, tanto da primeira como da segunda geração de republicanos. Já no Rio Grande do Sul houve flexibilidade no recrutamento da elite política com a incorporação de setores até então excluídos do processo político, já que parte não possuía curso superior<sup>174</sup>. Porém, grosso modo, as elites, tanto da primeira como da segunda geração, mantiveram-se em relativa

---

<sup>173</sup> Deve-se ressaltar que até o início de século XX não havia formação superior no Rio Grande do Sul e os membros da elite rio-grandense faziam faculdade fora do Estado. Por isso que somente a partir da segunda geração de republicanos é que houve quem tivesse feito faculdade em Porto Alegre.

<sup>174</sup> Segundo Trindade (1979), a preocupação do PRR após (1895), era estabelecer suas bases políticas de baixo para cima, através do controle do poder político local. Ao mesmo tempo, ocorreu a emergência de novos grupos sociais ligados a interesses diversificados. Todavia a classe dominante tradicional permaneceu na oposição, enquanto os republicanos buscaram respaldo nos novos setores da oligarquia rural, ligada à agropecuária, no litoral e na serra e nos segmentos das camadas médias urbanas, como profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos.



semelhança com a elite imperial, que segundo Carvalho (2007), era moldada não pela origem social, mas pela formação educacional e pela ocupação.

A educação superior, que quase a totalidade da elite republicana paulista e rio-grandense da primeira e segunda geração possuíam, era concentrada na formação jurídica e privilégio das famílias abastadas. Além disso, segundo Engelmann (2008), a atuação em diversos movimentos culturais e políticos, clubes sociais e sociedades secretas, permitia aos estudantes de direito a aquisição de um conjunto de saberes práticos, possíveis de serem mobilizados na vida política, no exercício das funções judiciais e no convívio com os diversos segmentos da elite social. Fenômeno característico do período imperial, mas que expandiu-se à República com a fundação das faculdades de direito nas Províncias.

Os dados da tabela 9 indicam que a grande maioria da elite republicana, sobretudo a paulista, tinha formação superior, concentrado no curso de direito. Que houve aumento de 56.6% para 85% dos membros da elite da primeira à segunda geração de republicanos paulistas; e de 36.6% para 45% dos membros da elite rio-grandense que fizeram este curso. Portanto, houve uma tendência de crescimento entre os membros das elites pelo curso de direito, atestando seu prestígio como formação e como caminho seguro para o acesso aos postos políticos de elite. Esta conclusão está em relativa conformidade com o estudo de Engelmann (2001) para quem a importação das academias de direito para o Brasil no período imperial está diretamente associada às estratégias de formação e legitimação de elites políticas dentro do país. Cujas academias se configuraram em espaços de convivência, celebração e reunião de elite política e intelectual, cujos títulos assumiam papéis determinantes na seleção para a ocupação dos postos políticos.

Todavia, a elite rio-grandense, apesar de haver uma maioria relativa de 36.6% da elite da primeira e de 45% da segunda geração, que fizeram curso de direito, de modo geral, ocorreu à opção por uma multiplicidade de cursos superiores, não caracterizando unanimidade nem homogeneidade absoluta desta elite pela formação em direito. Estes dados, em linhas gerais, coincidem com as conclusões de Engelmann (2001) para quem no Rio Grande do Sul havia uma geração de bacharéis ligada ao positivismo e ao PRR. Geração caracterizada pela indissociação entre vida política e vida jurídica. Fato que possivelmente concorreu para que o título de bacharel em direito configurasse-se apenas num dos trunfos que contribuía à legitimação da posição social da elite detida de antemão por aqueles que se inseriam nas lutas políticas que ocorriam então na Província. Todavia, junto com o título de bacharel outros capitais como o pertencimento a famílias de estancieiros, militares de alta patente ou mesmo advogados legitimavam a posição social dos bacharéis.

| Elite        | Paulista       |                | Rio-grandense  |                |
|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|              | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> |
| Direito      | 56.6           | 85             | 36.6           | 45             |
| Eng. Civil   | 6.6            | 0.0            | 13.3           | 10             |
| Eng. Militar | 3.3            | 0.0            | 16.6           | 15             |
| Medicina     | 13.3           | 10             | 20             | 10             |
| Farmácia     | 0.0            | 0.0            | 0.0            | 05             |
| Humanidades  | 3.3            | 0.0            | 0.0            | 0.0            |
| Matemática   | 3.3            | 0.0            | 3.3            | 0.0            |
| Agronomia    | 3.3            | 0.0            | 0.0            | 0.0            |
| Filosofia    | 3.3            | 0.0            | 0.0            | 0.0            |
| Ciências     | 0.0            | 05             | 0.0            | 0.0            |
| S/C/Superior | 10             | 0.0            | 3.3            | 15             |
| S/I          | 0.0            | 05             | 10             | 05             |
| Total        | 103%           | 105%           | 103.1%         | 105%           |

**Tabela 9** Formação da elite paulista e rio-grandense, 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> geração, em (%) <sup>175</sup>. Fonte: tabela elaborada pelo autor

Os dados indicam também que 13.3% da elite paulista e 20% da elite rio-grandense, da primeira geração, optaram pelo curso de medicina. Todavia, houve redução para 10% entre os membros da elite paulista e rio-grandense, da segunda geração, que optou por este curso. Atestando que o curso de medicina não tinha o mesmo prestígio que o de direito junto às elites. Ao contrário, enquanto esse crescia em prestígio a medicina declinava. Além do menor prestígio, a medicina possivelmente não fornecesse o treinamento e as habilidades que a elite política necessitava para o manejo dos afazeres públicos que o curso de direito fornecia.

O prestígio do curso de direito junto à elite paulista da segunda, maior em relação à elite da primeira geração, possivelmente esteja relacionado ao prestígio que esse curso obtinha junto à elite imperial, que motivou críticas dos militares e de parte dos republicanos aos bacharéis (casacas), após a guerra do Paraguai, acusando esses de corruptos e ineptos. Essa situação possivelmente concorreu para um relativo desgaste desse curso junto à elite republicana da primeira geração que, após um interregno, foi esquecido, tornando-se novamente opção de formação da elite republicana paulista da segunda geração.

Já a opção pelo curso de direito da elite republicana rio-grandense da segunda, mas especialmente da primeira geração, inferiores aos índices da elite paulista, possivelmente esteja relacionado também ao discurso “anti-casaca” que os militares e positivistas proferiam contra a elite imperial durante a propaganda republicana. E o crescimento, apesar de pequeno, da opção pelo curso de direito da elite rio-grandense da segunda geração, em relação à

<sup>175</sup> Os valores maiores que 100% ocorreram quando membros da elite fizeram mais que um curso.

primeira, possivelmente esteja relacionado ao prestígio que este curso adquiriu no Rio Grande, com a fundação da faculdade de direito em Porto Alegre, em 1900.

Essa situação está em conformidade com o estudo de Grijó (2000), para quem a criação da faculdade de direito em Porto Alegre esteve estreitamente relacionada à política partidária da época, voltada à formação de filhos das famílias abastadas do Estado, portanto aparecendo como uma escola de elite. Segundo esse autor, essa faculdade era escola de formação jurídica de jovens partidários, não para formar republicanos, mas para dar formação jurídica aos que já fossem republicanos. Todavia, em nossa perspectiva, a faculdade formava membros tanto da elite republicana como federalista, atestado pela extensão da divisão política do Estado, entre republicanos e democratas/federalistas, em 1907, que se estendeu para o interior da faculdade, durante a campanha à presidência do Estado. Divisão, associada à doutrina positivista, opção de grande parte da elite republicana, que optava por cursos técnicos como de engenharia, que concorreu para que o curso de direito não tivesse tamanho apelo que teve entre a elite republicana paulista, especialmente da segunda geração.

O curso de engenharia apresentou uma realidade um tanto diversa, sobretudo de engenharia militar: 6.6% da elite paulista e 13.3% da elite rio-grandense, da primeira geração, escolheu engenharia civil; enquanto nenhum membro da elite paulista e 10% da elite rio-grandense, da segunda geração, escolheu este curso. Todavia, 3.3% da elite paulista e 16.6% da elite rio-grandense, da primeira geração, escolheu o curso de engenharia militar; ao passo que nenhum membro da elite paulista e 15% da elite a rio-grandense, da segunda geração, escolheram este curso. Ou seja, 9.9% da elite paulista e 29.9% da elite rio-grandense, da primeira geração, optaram pelo curso de engenharia civil ou militar; e nenhum membro da elite paulista e 25% da elite rio-grandense, da segunda geração, optaram por estes cursos.

Estes dados estão em conformidade com o estudo de Carvalho (2005), para quem o núcleo republicano paulista tinha pouco contato com os militares, além do baixo contingente de soldados do exército no Estado por mil habitantes, entre 1888 e 1920. Estes fatos podem justificar boa parte do civilismo da elite paulista no período, atestado pela oposição que esta elite moveu à Deodoro, mas, sobretudo a Hermes da Fonseca presidentes da República e militares. Pode esclarecer ainda boa parte da simpatia, da confiança e da reciprocidade entre a elite rio-grandense e os militares. Possivelmente indique também, menor poder aquisitivo da elite rio-grandense em relação à paulista, pois conforme Carvalho (2007), a escola militar era opção para os filhos de famílias de poucas posses, ao contrário da faculdade de direito, que era opção para os filhos de famílias abastadas.

Além desses, grande parte da proximidade da elite rio-grandense com o setor militar, pode ser explicada pela forma da ocupação do território rio-grandense, que segundo Félix (1987) foi marcadamente de caráter econômico-militar, ligada à concessão de sesmarias para o estabelecimento de estâncias de gado e de fundação de fortes militares que pudessem garantir a manutenção e/ou dilatação das fronteiras. Segundo Seidl (1999), dada a fraca institucionalização da profissão militar durante a primeira metade do século XIX, a ascensão e a reprodução de militares dentro do oficialato brasileiro estava em grande parte condicionada pela transmissão mais ou menos direta de um capital acumulado pelas famílias militares dentro da instituição. Nessas condições, a carreira das armas propiciava a manutenção de clãs familiares controlando posições importantes dentro do oficialato, compondo o que poderíamos chamar de “nobreza das armas”.

Tradição mantida ou continuada, em grande medida, pelo que Seidl (1999) denomina de recrutamento endógeno, que significa a estratégia de recrutar militares dentro das próprias famílias. Fenômeno que não desapareceu da instituição a partir da segunda metade do século XIX nem após o advento do regime republicano, quando foram introduzidos os princípios formais e explícitos de regulação da carreira militar, com a adoção do critério do mérito e da escolarização obrigatória dos oficiais. Ao mesmo tempo, boa parte do sucesso profissional obtido por oficiais militares no período deveu-se à herança político-militar herdada de seus ancestrais em que os descendentes souberam converter em trunfos para obtenção de bônus nos espaços sociais que frequentavam, como na militância político-republicana no PRR.

Os dados relativos aos cursos de farmácia, humanidades, matemática, agronomia, filosofia e ciências, foram opção de até 5% dos membros da elite republicana paulista e rio-grandense, tanto da primeira como da segunda geração. Situação que atesta o desprestígio destes cursos junto às elites, cuja opção era basicamente pelo curso de direito, sobretudo a elite paulista da segunda geração.

Considerando que cada membro da elite exercia mais que uma profissão os dados da tabela 10 indicam que entre os membros da elite republicana paulista da primeira geração 63.3% era advogado e fazendeiro. Atingindo 33.3% e 26.6% da elite rio-grandense da mesma geração. Em relação à segunda geração, o índice de advogado aumentou para 85% entre os membros da elite paulista; e para 40% entre os membros da elite rio-grandense. Todavia, o índice de fazendeiros manteve-se estável entre os republicanos paulistas (63.3% para 65%), aumentando de 26.6% para 35% entre os membros da elite rio-grandense. A medicina era exercida por 16.6% da elite paulista e por 23.3% da elite rio-grandense da primeira,

reduzindo-se para 10% entre os membros da elite paulista e rio-grandense da segunda geração.

Segundo os dados da tabela 10 a profissão de magistrado estava perdendo seu “charme” junto à elite política desde meados do século XIX. Conforme Carvalho (2007), houve uma clara passagem do domínio de funcionários públicos, sobretudo magistrados, para o de profissional liberal, especialmente advogados, a partir de 1853. Contexto em que 6.6% da elite republicana paulista e rio-grandense da primeira geração eram magistrados; aumentando para 20% entre os membros da elite paulista e reduzindo-se para 5% entre os membros da elite rio-grandense da segunda geração. Os dados relativos à elite paulista e rio-grandense da primeira geração em parte pode ser explicado pelo declínio do prestígio da profissão de magistrado junto à elite imperial que se estendeu até o período republicano. Porém, o aumento da opção da elite paulista da segunda geração em parte pode ser explicado pela ampliação das funções e valorização da carreira de Estado empreendida pela elite paulista visando o seu fortalecimento sobre o poder privado no período. Situação que não teve paralelo no Rio Grande, cujo aparelho de Estado já era forte, e cuja concentração de poder foi reduzida durante o período, sobretudo a partir do Tratado de Paz de Pedras Altas, em 1923.

Este processo foi aos poucos colocando o interesse público paulista em oposição aos interesses privados. Situação que está em conformidade com o estudo de Perissinotto (2000) para quem a centralização da cadeia de comando nas mãos do governo visava fortalecer o aparelho de Estado e o controle dos recursos pelo Executivo estadual; estrutura estatal que melhor responderia pela tarefa fazendária e pelo controle da arrecadação pelos agentes do Estado. Além da centralização da cadeia de comando da força pública e da burocratização da carreira policial e judiciária. Porém, no Rio Grande do Sul, parte dos magistrados formava uma classe um tanto quanto *sui generis*. Boa parte veio de fora do Estado e era oriundo de setores médios, formando inicialmente um setor separado da luta política partidária local, mas aos poucos foi aderindo ao PRR e à luta política.

A profissão de jornalista formava na época uma ocupação à parte. Carreira vinculada à política, sobretudo partidária, e outra ocupação simultaneamente. O jornalismo do período era, em grande medida, militância partidária. Após a conclusão de um curso universitário, o último estágio à ascensão a um posto político, agregando-se aos quadros da elite política. Contexto, cujos dados da tabela 10 apontam que 36.6% dos membros da elite paulista e 40% dos membros da elite rio-grandense, da primeira geração, eram jornalistas. Ao passo que 45% da elite paulista e 60% da elite rio-grandense, da segunda geração, eram jornalistas.

A ocupação de professor universitário também assumiu característica peculiar no período. Sobretudo em virtude de grande parte dos professores exercerem outra profissão simultaneamente. Segundo Engelmann (2004), a profissionalização dos juristas na carreira universitária é um fenômeno mais visível na década de 1890. Momento em que o espaço universitário tornou-se uma porta à ascensão de agentes com origem geográfica interiorana, de baixa ou média origem social, de fora das famílias tradicionais. Situação relacionada ao fenômeno da diversificação do mundo jurídico, expresso na ampliação da oferta de vagas para as carreiras de Estado. Assim, a carreira de professor universitário adquiriu profissionalização tardia, cujos agentes eram oriundos de setores médios, um tanto estranha à elite local, sobretudo no Rio Grande do Sul, pelo fato de não existir curso universitário neste até o final do século XIX.

Nesse contexto, os dados da tabela 10 indicam que 10% da elite republicana paulista da primeira e segunda geração eram professores universitários, sobretudo da área do direito. Ao passo que 13.3% da elite rio-grandense da primeira e 15% da segunda geração, eram professores universitários. A diferença estava no fato de os professores universitários da elite paulista ser, basicamente da área do direito e, da elite rio-grandense da medicina, engenharia e direito. Esta situação, de modo geral, contribuiu para uma maior homogeneidade da elite paulista em relação à rio-grandense, tanto da primeira como da segunda geração.

Quanto aos funcionários públicos a situação é inusitada, porém emblemática. Entre os membros da elite paulista da primeira geração 13.3% era funcionário público, reduzindo-se para 10% entre os membros da elite da segunda geração. No Rio Grande do Sul dos 16.6% da elite da primeira, aumentou-se para 20% entre os membros da elite da segunda geração que era funcionário público. Portanto, um movimento em sentido contrário ocorreu em São Paulo e no Rio Grande do Sul, atestando, provavelmente, uma maior valorização da carreira de Estado pela elite rio-grandense e uma maior valorização da carreira no setor privado da elite paulista.

Fenômeno que pode estar associado à visão das elites quanto ao modelo de Estado e seu respectivo papel em processo de construção no período. Segundo Rodríguez (1980), o castilhismo defendeu um modelo de Estado que deveria presidir o livre jogo das forças econômicas, exercendo uma ação reguladora, na medida das necessidades indicadas pelo bem público. O que exigia um maior aparato de Estado e um conjunto maior de funcionários. Já a elite paulista, segundo Love (1982), advogava um aparelho de Estado, cujo governo deveria ter como compromisso fundamental a defesa dos interesses estabelecidos. Ideal que concorria

para uma maior interação entre o Estado e os setores econômicos mais representativos, e numa reduzida, mas necessária e útil, participação do Estado.

| Elite               | Paulista       |                | Rio-grandense  |                |
|---------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                     | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> |
| Geração             |                |                |                |                |
| Advogado            | 63.3           | 85             | 33.3           | 40             |
| Médico              | 16.6           | 10             | 23.3           | 10             |
| Fazendeiro          | 63.3           | 65             | 26.6           | 35             |
| Magistrado          | 6.6            | 20             | 6.6            | 05             |
| Prof. Universitário | 10             | 10             | 13.3           | 15             |
| Jornalista          | 36.6           | 45             | 40             | 60             |
| Promotor Público    | 20             | 10             | 10             | 25             |
| Engenheiro          | 10             | 0.0            | 13.3           | 20             |
| Funcionário Público | 13.3           | 10             | 16.6           | 20             |
| Industrial          | 20             | 25             | 10             | 10             |
| Comerciante         | 26.6           | 20             | 10             | 05             |
| Banqueiro           | 10             | 15             | 0.0            | 05             |
| Exportador          | 3.3            | 05             | 0.0            | 0.0            |
| Comissário          | 6.6            | 05             | 0.0            | 0.0            |
| Escritor            | 0.0            | 05             | 10             | 05             |
| Professor           | 10             | 0.0            | 10             | 30             |
| Historiador         | 6.6            | 10             | 10             | 05             |
| Militar             | 3.3            | 0.0            | 20             | 25             |
| Total               | 326.1%         | 340%           | 253%           | 315%           |

**Tabela 10 Ocupação da elite paulista e rio-grandense, 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> geração, em (%).** Fonte: tabela elaborada pelo autor

Em relação ao papel do Estado, os dados apontam para situações distintas ou mesmo opostas entre Rio Grande e São Paulo. A elite paulista, no período, inclinou-se por uma tendência de associar-se ao setor privado, tendo em vista o grande desenvolvimento do estado, alavancado pelo boom cafeeiro. Estado que, segundo Bosi (1992), era regido pelas teorias ou leis do *laissez-faire*. Já elite rio-grandense tendeu a atuar junto ao setor público, pois o Estado era para o castilhismo o cérebro da nação, e, graças a esta posição central no corpo da sociedade, caber-lhe-ia a tarefa de regular os movimentos de cada órgão de tal modo que nenhum se sobreponha aos demais. Ou seja, o Estado, para o castilhismo, era um ente coordenador e disciplinador dos interesses coletivos, que para isso necessitava de uma estrutura institucional ampla e adequada. Para a elite paulista não deveria haver supremacia do Estado sobre as questões e interesses econômicos, mas quando necessário este deveria atuar em prol do equilíbrio entre os setores e interesses estabelecidos.

A profissão de engenheiro não era uma atividade de grande prestígio junto à elite paulista, sobretudo da segunda geração. Situação caracterizada pelos 10% dos membros da

elite da primeira e nenhum membro da elite da segunda geração de republicano que era engenheiro. Todavia, entre os membros da elite rio-grandense da primeira 13.3% eram engenheiros, atingindo 20% entre os membros da elite da segunda geração. Fenômeno que atesta possivelmente uma tendência da elite paulista de optar por carreiras mais políticas e elitistas, como a de advogado, diferentemente da elite rio-grandense que valorizava uma carreira mais técnica, motivada, possivelmente, pelo dogma positivista. Para a elite rio-grandense o Estado deveria ter um papel político-administrativo e valorizar as funções técnicas, sendo o engenheiro um símbolo destes valores; enquanto que para a elite paulista, o Estado deveria assegurar o equilíbrio do livre jogo das forças econômicas, constituindo-se numa espécie de “força moral” em prol do desenvolvimento econômico do Estado.

A carreira de promotor público assim como de magistrado era, em grande medida, a porta de entrada dos aspirantes à elite política imperial. Fato relacionado ao prestígio que o curso de direito detinha junto à elite naquele período. Todavia, durante a República e, sobretudo entre os membros da elite paulista da segunda geração, a carreira de promotor sofreu abalo. Dos 20% que eram promotores entre os membros da elite da primeira, reduziu-se para 10% entre os membros da elite da segunda geração de republicanos. Fenômeno que pode estar relacionado ao fato de grande parte da elite paulista constituir ou associar-se a empreendimentos privados representados por advogados em oposição aos magistrados que contribuíam com suas visões normativas, em favor da lei e da ordem, para o fortalecimento do Estado. Já o papel desempenhado por promotor não era relevante tanto para a construção do Estado como para empreendimentos privados. Sobretudo num período em que o direito estava subsumido nos interesses materiais de uma classe, sob comando de uma elite e uma burocracia estatal, que via em qualquer mobilização popular uma afronta à lei e à ordem.

Já no Rio Grande do Sul 10% da elite da primeira geração eram promotores públicos passando para 25% entre os membros da elite da segunda geração de republicanos. Fenômeno que pode estar relacionado ao prestígio que o curso de direito adquiriu no Rio Grande, a partir de sua implantação em Porto Alegre, em 1900. E a ideia de justiça promovida pelo Estado que boa parte da elite rio-grandense detinha em virtude de sua filiação a doutrina positivista. Além do papel que o promotor detinha junto ao PRR, que assumia a função de jornalista, no *A Federação*, tornando-se porta de entrada aos quadros da elite republicana no período, sobretudo para os quadros da elite republicana da segunda geração.

O desenvolvimento do setor cafeeiro concorreu para o surgimento e o crescimento de outros setores da economia paulista durante a República Velha. Entre eles o setor industrial que cresceu em importância política e econômica no período. Inicialmente esse setor era uma



espécie de subproduto do setor cafeeiro, mas em seguida adquiriu relevância e demandas próprias, vindo, no decorrer do período, a substituir boa parte das importações brasileiras. Conforme os dados da tabela 10, 20% dos membros da elite paulista da primeira geração eram industriais, aumentando para 25% entre os membros da segunda geração. Todavia, apesar de haver crescimento industrial no Rio Grande no período, manteve-se em 10% o índice de industriais entre os membros da elite da primeira e segunda geração de republicanos.

Os dados sobre a elite paulista, sobretudo da segunda geração, possivelmente sejam decorrentes da característica da industrialização de São Paulo, oriunda da acumulação de capital do setor cafeeiro. Ou seja, a industrialização paulista, em boa parte, tinha origem, era subproduto ou agregada ao setor cafeeiro. Já a elite rio-grandense, apesar da importância dada pela elite republicana a esse setor, ele não tinha origem em um setor forte da economia rio-grandense, ao contrário era oriundo dos setores médios e/ou pequenos, sobretudo imigrantes. Setores que foram lentamente incorporados ao PRR pelo republicanismo rio-grandense.

Já o setor comercial acusou refluxo entre os membros da elite republicana paulista e rio-grandense no período. Em São Paulo este setor foi representado por 26.6% dos membros da elite da primeira e 20% dos membros da elite da segunda geração de republicanos. No Rio Grande do Sul 10% dos membros da elite republicana da primeira, e 5% da elite da segunda geração eram comerciantes. Fenômeno que possivelmente esteja relacionado ao processo de diversificação econômica e social que ocorreu no Rio Grande e, sobretudo, em São Paulo no período, em que outros setores foram fortalecidos como bancário, industrial e serviços.

Em São Paulo o setor bancário também foi alavancado pelo boom cafeeiro. Todavia, durante o período ele foi crescendo em importância política e econômica e expandindo-se para junto de outros setores da economia como o industrial. Conforme os dados da tabela 10, 10% dos membros da elite paulista da primeira e 15% dos membros da elite da segunda geração eram ligados ao setor bancário. Crescimento observado também no Rio Grande no período em que nenhum membro da elite da primeira geração era banqueiro, aumentando para 5% entre os membros da elite da segunda geração. Portanto, o setor bancário além de constituir-se como um agente econômico importante nos dois Estados, cresceu em importância política no período, motivado, possivelmente pela diversificação econômica e social que ocorreu nestes Estados no período.

O setor “intelectual” – escritores, professores, historiadores – teve importância política no período. Todavia, não eram profissões prestigiadas pela elite, sobretudo pela paulista. Profissões mais valorizadas pelos setores médios e emergentes. Porém, faziam parte do processo de ampliação e diversificação social, econômica e cultural que ocorrida nestes

Estados no período. Nesse sentido, os dados da tabela 10 apontam para uma relativa estabilidade em torno de 15% entre os membros da elite paulista da primeira e segunda geração e um crescimento de 10% para 30% entre os membros da elite da primeira à segunda geração de republicanos rio-grandenses destas profissões, sobretudo de professores.

Fenômeno que possivelmente esteja relacionado, entre outros, pela valorização da educação, atestado pela ampliação do investimento nesta área, e por tratar-se de uma política de incorporação de setores médios ou subalternos à política republicana adotada pelo governo rio-grandense no período. Fato que está em conformidade com o estudo de Trindade (1989), para quem o republicanismo rio-grandense para fazer frente aos adversários liberais agregou ao PRR, setores dinâmicos da economia e sociedade, e por meio de um discurso não oligárquico (sem ser anti-oligárquico) e de políticas especializadas, incorporou setores sociais ausentes dos discursos dos outros partidos republicanos da época. Setores mais pobres da produção pecuária, agricultores de pequeno e médio porte e significativas parcelas da população urbana. Já em São Paulo possivelmente por tratar-se de uma atividade subsidiária entre os membros da elite paulista, a atividade intelectual era uma espécie de *hobby* da elite.

A variável que apresentou maior discrepância entre a elite paulista e rio-grandense, tanto da primeira como da segunda geração, foi à presença de militares entre os seus membros. Fenômeno que está em conformidade com o estudo de Love (1975) para quem havia, no Rio Grande do Sul, uma vocação para a vida militar. Diferentemente de São Paulo, cuja elite era “legalista”, e os estadistas haviam sacrificado interesses partidários em prol da manutenção da lei, da ordem e do respeito à autoridade. Legalismo, “parente próximo” do “civilismo”, que concorreu para que a elite paulista repelisse candidaturas militares e a instabilidade política que estes provocavam, vistas como prejudicial ao investimento estrangeiro no Estado, ao crédito e a imagem da República no exterior.

Situação que contrasta com a do Rio Grande do Sul onde o militarismo estava historicamente integrado à sociedade, à cultura e à economia rio-grandense. Segundo Uricoechea (1978) a sociedade civil sul-rio-grandense se constituiu em torno da economia do mate na área de Missões, da criação de gado e da indústria de charque ao longo do Sudoeste da capitania. Região de fronteira, de área contígua ao império espanhol, com limites político mal definido, constituiu-se num permanente teatro de guerra entre portugueses e espanhóis. Fatores que certamente concorreram à formação da principal característica do Rio Grande do Sul: território teatro de campanhas militares, cujas povoações tinham origem nos presídios, fortes, guardas e acampamentos militares.

Todavia, a militarização das instituições rio-grandenses era diferente da do Norte do Brasil. Neste vinculada à necessidade de arregimentação de servidores patrimoniais ao governo local. No Rio Grande, visava à defesa do território, servindo tanto ao Estado como à sociedade. Para isso, o Estado colocou em movimento a sua burocracia, valorizando a hierarquia militar, cujo ingresso na oficialidade da corporação deveria ser observado à força, à agilidade e à valentia do candidato. Como efeito, agregou-se dois valores ao espírito rio-grandense: uma orientação cultural em direção a valores militares, tais como heroísmo, coragem e virtude militar; e o abafamento das formas estilizadas de fidalguia, tão desejadas pelos senhores de terra do Norte. Socialmente concorreu à fragilidade da estrutura patriarcal da estância, associada à organização econômica da economia pastoril e ao surgimento de uma força de trabalho não sedentária. Estrutura familiar com baixa densidade social e com laços morais pouco vigorosos. Segundo Levine (1975), as afinidades ideológicas (positivismo) e a lealdade regional uniam ou pelo menos aproximavam a elite rio-grandense dos militares.

De modo geral, os dados das tabelas acima apontam para diferenças significativas de perfil entre a elite republicana paulista e rio-grandense. A elite paulista da primeira geração, pela média de idade, tempo de filiação partidária e tempo de mandato, diferentemente da elite rio-grandense da mesma geração, estava mais adaptada às regras do jogo político monárquico, fato que lhe favoreceu na formação de acordo com a elite imperial, num período de tensão e crise política. Já a elite republicana paulista da segunda geração, apesar de sua grande experiência política, maior que a da elite rio-grandense da mesma geração, não agregou setores em ascensão social, política e econômica, favorecendo a formação de dissidência política. Diferentemente da elite rio-grandense dessa geração que agregou politicamente setores oposicionistas, favorecendo a formação de consenso intraelite no Rio Grande do Sul.

As diferenças em termos de origem geográfica das elites nos permitem perceber o processo de interiorização do poder político em São Paulo da primeira à segunda geração de republicanos. Além da forte presença de atores políticos oriundos de outros Estados, sobretudo entre os membros da elite da primeira geração. Diferentemente do Rio Grande do Sul, onde percebemos o fortalecimento da Capital como centro político da primeira à segunda geração de republicanos, apesar do poder político nesse continuar majoritariamente concentrado no interior.

A interiorização do poder político em São Paulo teve como polo a região Central, estendendo-se para o vale do Paraíba, Mogiana e baixa Paulista. No Rio Grande do Sul, observamos um processo de transferência do poder político da metade Sul à metade Norte do Estado, da primeira à segunda geração de republicanos. Em ambos Estados, a transferência do

poder político foi acompanhada de desenvolvimento econômico, com exceção da região do vale do Paraíba, em São Paulo, que recuperou grande parte do poder político que tinha durante o império, sem retomar o correspondente poder econômico.

As diferenças em relação à formação e à ocupação das elites nos permitem auferir a homogeneidade ideológica e de treinamento destas à atividade política e a presença ou importância de interesses materiais como fator de agregação ou fragmentação de elite. De modo geral os dados nos indicam que mais de 90% das elites, da primeira e segunda geração, tinham concluído curso superior. Sendo a faculdade de direito de São Paulo e o curso de direito o preferido da elite paulista, sobretudo da segunda geração; enquanto a elite rio-grandense era formada em várias faculdades, com formação em direito, medicina, engenharia, inclusive com boa ênfase em engenharia militar.

Os dados apontam ainda que a profissão de advogado e fazendeiro eram as principais ocupações dos membros da elite paulista. Esta situação, associada aos interesses econômicos oriundos da economia cafeeira e ao grande número de relação de parentesco observado no interior desta elite, atesta para uma maior homogeneidade da elite paulista em relação ao rio-grandense. Todavia, entre os membros da elite rio-grandense, da primeira e segunda geração, havia um relativo equilíbrio entre as profissões de advogado, fazendeiro, médico, engenheiro e funcionários públicos o que podemos caracterizar como a ocorrência do fenômeno de ocupação múltipla. Situação que indica uma maior heterogeneidade da elite rio-grandense em relação à elite paulista.

Em termos globais os dados indicam uma maior homogeneidade ideológica, educacional e profissional da elite republicana paulista da segunda em relação à elite da primeira geração; desta em relação à elite rio-grandense da primeira geração; e desta em relação à elite rio-grandense da segunda geração de republicanos.

Como variável alternativa agregou-se o estudo de Wirth (1982) que analisando a elite republicana de Minas Gerais afirmou que os mineiros formavam uma sociedade nova, mas com valores tradicionais, com sentido de continuidade, de mudança não ameaçadora, com hábitos provincianos, forte senso de lugar, de religiosidade e de antimilitarismo. A elite política da Primeira República era conhecida por sua homogeneidade, reserva com estranhos e insulamento. Elite branca, 87% nascida em Minas, 91% tinha formação superior. Além de 49% formada por republicanos históricos e 51% por monarquistas que aderiram à República a partir de 1889. Porém, em termos de ocupação havia diversificação profissional, caracterizando uma espécie de carreiras múltiplas; e de origem geográfica, em que a elite era

oriunda de regiões distintas, (apesar da concentração das carreiras políticas na região Central), que formavam uma espécie de minissistema federal dentro do território mineiro.

Elite cujos laços de família – dos 15 governadores do período, apenas um não apresentava vínculos identificáveis de clã dentro do Estado; educação – quase três quartos dos membros da elite eram bacharéis; e fortuna – as famílias mais velhas ligavam suas origens e riqueza ao “boom” da mineração do XVIII – que eram instrumentos fundamentais para atingir o *status* de elite em Minas Gerais. A elite política via ainda o Estado e País como inter-relacionados, cujos destinos – da União e Estado – eram ligados.

De modo geral, a elite política tendia a formação de instituições políticas com poder concentrado. Pois, segundo Wirth (1982), Artur Bernardes enquanto presidente da República utilizou o instrumento do revisionismo para elevar a autoridade do poder central, além de pretender reforma constitucional federal visando intervir nos Estados que não conseguissem administrar suas finanças e supervisionar suas dívidas.

O aparelho de Estado republicano subnacional em construção pela elite mineira entre 1889 e 1930, era caracterizado por média concentração de poder. Porém, o poder infraestrutural do Estado, apesar de parecer fraco, era concentrado no *modus operandi*, caracterizado por relação de patronagem, clientela, cooptação, violência e favoritismo regional. O clientelismo e os métodos de cooptação ligavam grupos e indivíduos à máquina política e a administração estadual, minando diversas tentativas de formação de grupos de interesses e ação independentes. Ao mesmo tempo, os governadores podiam contar com a lealdade da tropa para sufocar possíveis golpes de facções rivais. Característica que associada ao lento crescimento econômico que afligiu a Província no século XIX, em nosso entender, favoreceu a capacidade desta elite de formar acordo e consenso político e a construção de um aparelho de Estado republicano subnacional com os poderes relativamente desconcentrados, porém concentrado no *modus operandi*.

Portanto, a elite mineira, apesar de, inicialmente construir um aparelho de Estado com o poder despótico e infraestrutural relativamente desconcentrado, utilizou de recurso extra constitucional para reforçar o seu poder na própria mão, recurso que associado à necessidade de obtenção de aporte de recursos federais no Estado favoreceu a sua unidade política. Dessa forma, a elite republicana mineira era distinta da elite republicana paulista e rio-grandense, o que, em nosso ver, favoreceu a construção de um aparelho de Estado com baixa concentração de poder constitucional, cuja fraqueza foi compensada pela forma extra constitucional de operacionalizar o sistema político.

#### 4.2 – Elite republicana paulista e rio-grandense e a construção do respectivo Estado

O processo de construção do Estado republicano em São Paulo e no Rio Grande do Sul teve suas diretrizes institucionais promulgadas na Constituição de 14 de Julho de 1891. Esta instituiu o aparelho governativo do Rio Grande formado pela Presidência do Estado, pela Assembleia dos Representantes e pela Magistratura. O presidente auxiliado pelos secretários: do interior e exterior; da fazenda; e das obras públicas. Em São Paulo, a montagem da organização institucional, conforme Kugelmas (1983) iniciou-se em 1892 com a criação da Secretaria da Fazenda; da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; e do Interior e Justiça. Porém, no Rio Grande a montagem da estrutura institucional iniciou-se durante o governo do general Câmara, quando Júlio de Castilhos<sup>176</sup>, na condição de secretário de governo, introduziu as bases à organização dos serviços do Estado. Criando a Superintendência dos Negócios da Fazenda e das Obras Públicas, o Conselho Superior da Administração Estadual, ampliando as atribuições e os encargos do aparelho de Estado do Rio Grande do Sul.

Em seguida, segundo Franco (1996), Castilhos reorganizou a Secretaria de Obras Públicas, a qual subordinou a Diretoria de Terras e Colonização, órgão ao qual era afeta a administração das terras públicas e os serviços de colonização do Estado. Em São Paulo, Bernardino de Campos, que governou o Estado entre 1892-1896, investiu na transformação dos órgãos administrativos do Estado<sup>177</sup>, por meio dos quais desenvolveu políticas nas áreas de infraestrutura, serviços, legislação e fomento econômico. No Rio Grande, segundo Rosa (1928), Júlio de Castilhos, percebendo as dificuldades do momento, iniciou a organização política do Rio Grande, com uma estrutura centralizada, sólida e forte com o objetivo de unir a autoridade à responsabilidade, visando reprimir a voz da anarquia<sup>178</sup> que ameaçava a República. Ao mesmo tempo, substituiu os comandos, reestruturou a guarda nacional e fortaleceu a força pública. Situação contrastada com a ocorrida em São Paulo, que apesar de

---

<sup>176</sup> Segundo Franco (1996) dono de mentalidade organizadora, hostil às improvisações e ao empirismo, Castilhos deu forma e conteúdo às atividades do Estado. Estruturou seus órgãos, regulou as funções dos servidores, reformou a máquina desajustada e anarquizada que herdara.

<sup>177</sup> Antes de Bernardino o aparelho de estado da Província não passava de um modesto ensaio de orçamento distribuído entre algumas repartições que competiam entre si a serviço dos interesses agrários e escravocratas da elite imperial do vale do Paraíba do Sul. A reestruturação do aparelho de Estado visava não apenas a estabilidade social e política do pós 15 de Novembro, mas, especialmente fazer face ao grande fluxo de desenvolvimento econômico que ocorria no Estado no período.

<sup>178</sup> Conforme Franco (1996), como presidencialista convicto, preconizador da ditadura republicana, Castilhos reorganizou o aparelho de Estado, instrumento prático de ação, visando resistir à onda hostil da oposição rio-grandense, que era a vanguarda política do poder econômico e do prestígio social da elite hegemônica social e economicamente no Rio Grande.

haver preocupação com a ameaça à República, a elite priorizou investimentos em obras e serviços que formavam a base do desenvolvimento econômico do Estado.

Segundo Trindade (1989), o essencial da organização política do Rio Grande do Sul, elaborada por Castilhos, consistiu na concentração dos poderes Executivo e Legislativo na presidência do Estado, apesar de constituir mecanismos para ratificação das leis pelas autoridades municipais. O presidente exerceria livremente o poder por cinco anos, conforme o bem público, interpretado de acordo com as leis, com direito a reeleição, desde que obtivesse três quartos dos votos. A Assembleia dos Representantes teve papel limitado à função orçamentária, como criar ou aumentar impostos, autorizar o presidente a contrair empréstimos ou efetuar operações de créditos. Além da autonomia para verificar e reconhecer a validade do mandato de seus membros e fixar subsídio do presidente e dos deputados. E a Magistratura formada por um corpo especializado de juízes recrutado por concurso e nomeado pelo presidente entre os aprovados, com exceção dos juízes de distritos.

Já a organização política de São Paulo, consistiu na equivalência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A Câmara de Senadores e de Deputados tinha autonomia para verificar os poderes de seus membros, com a prerrogativa de elaborar, suspender e interpretar leis. Além de orçar e fiscalizar a receita e a despesa do Estado, autorizar o Executivo a contrair empréstimos, fixar os vencimentos do presidente, vice-presidente e secretários de Estado, anular resoluções municipais e promover reforma constitucional. O presidente exercia o mandato por quatro anos, sem direito a reeleição, tendo como prerrogativa promulgar e tornar pública as leis e resoluções do Congresso, expedir decretos, resoluções e regulamentos, nomear e demitir secretários, dispor da força pública, suspender atos e resoluções municipais. E o Judiciário, formado por um Tribunal de Justiça e outros tribunais, juízes e jurados, cujo provimento dos primeiros cargos era preenchido mediante concurso, com a garantia da independência, da vitaliciedade e inamovibilidade.

A Constituição rio-grandense estabeleceu ainda liberdade espiritual, pela separação entre a igreja e o Estado, a abolição do ensino oficial e a liberdade profissional sem privilégio aos diplomados. O presidente deveria governar com base no “bem público”, que para o castilhismo consistia num ideal de sociedade moralizada e impessoal, em que o Estado forte impor a substituição dos interesses individuais pelos interesses coletivos. A Constituição paulista deu ênfase ao princípio liberal dos direitos de igualdade, liberdade, segurança, propriedade e pensamento, assegurados por um Estado que garantiria a livre manifestação e crença religiosa, bem como o ensino leigo e público.

Uma das características da elite rio-grandense era a preocupação com a receita do Estado. Segundo Rosa (1928), em 1892 o governo manteve o imposto de exportação, aumentou o imposto sobre transmissão de propriedade, herança e legado, e cobrou dívida colonial. Criou ainda a taxa do selo e implantou o imposto de importação, além de manter o índice dos impostos sobre indústrias e profissões. Em São Paulo, segundo Debes (1994), a elite econômica reivindicava que o poder público reduzisse os encargos que pesavam sobre o café, promovesse a redução das tarifas de transporte e enfrentasse com prudência, mas sem delongas, o problema da redução gradual até a extinção do imposto de exportação. Contudo, entre 1890 e 1892 a arrecadação estadual quadruplicou, sendo absorvida por investimentos, impondo, inclusive, a busca de empréstimo externo para esse fim, situação que concorreu para a criação de laços de dependência do governo paulista aos banqueiros internacionais.

A receita do Estado era também preocupação da elite paulista. E esta teve crescimento exponencial durante o governo Bernardino de Campos. Nesse período, a arrecadação estadual saltou de 9.000 em 1891 para 37.000 contos em 1894, cujos investimentos foram justificados em mensagem apresentada ao Congresso, como a urgência de dispensar maior atenção às vias de comunicação e a regulamentação da propriedade das terras públicas, obedecendo às diretrizes constitucionais do novo regime e a preocupação dos paulistas com o desenvolvimento econômico do Estado. Com isso, segundo Soares Jr. (1958), o Estado adquiriu condições para atrair braços e estimular toda sorte de empreendimentos lucrativos, com possibilidades econômicas e crescimento do fluxo imigratório.

No Rio Grande do Sul, em 1892, o governo priorizou investimentos na força pública; no ensino público primário; nos serviços da fazenda; e na redução dos juros, visando à ordem pública, o desenvolvimento e a melhor racionalização da arrecadação do Estado. Investiu ainda em obras de melhoramento da navegação, visando melhorar o escoamento da produção agrícola; e em ferrovia visando atingir os núcleos coloniais da Serra. Em São Paulo, conforme Soares Jr. (1958), Bernardino de Campos destinou os maiores encargos do tesouro à educação, saúde, imigração, transporte, fomento econômico e no reforço do aparelho policial militar. Investimentos necessários para que São Paulo adentrasse na era civilizada, restabelecesse o crédito sanitário ao Estado e possibilitasse a melhoria das condições de saneamento à Capital. Serviços que favoreceriam a vinda de emigrantes à lavoura paulista e a atração de investimentos e negócios para o Estado.

Durante os primeiros anos da República a grande preocupação da elite rio-grandense era com a ordem pública. Segundo Franco (1996), Vitorino Monteiro, preocupado com a organização dos meios de resistência contra insurreição e desordem, aumentou o efetivo da



guarda cívica e abriu crédito especial de cem contos de réis para esse fim. Criou ainda provisoriamente uma guarda em cada município do Estado, organizada pelo intendente, incumbida do policiamento local, sob as ordens do respectivo delegado de polícia<sup>179</sup>. Em São Paulo, a grande preocupação da elite era com o desenvolvimento econômico. Para isso, por meio da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, conforme Soares Jr. (1958), o Estado empreendeu obras de infraestrutura, investiu na área econômica, financeira e institucional<sup>180</sup>, visando dar o impulso que a economia e a administração reclamavam.

Além disso, Bernardino de Campos, segundo Santos (1960), organizou as finanças do Estado, visando garantir seu crédito, e ao povo paulista instrução, justiça, higiene, saúde, segurança, transporte. Entre os serviços que mereceram maior atenção do governo estava o de higiene e saúde pública, pois a epidemia de febre amarela havia saído de Santos e chegado à Campinas, refletindo inclusive na Europa entre os países que forneciam imigrantes à lavoura paulista. Investimento justificados, pois a lavoura cafeeira, “locomotiva da economia paulista” havia se expandido para o Oeste, e a imagem de uma região “amarela” prejudicaria a vinda de mão-de-obra para a lavoura e o desenvolvimento econômico do Estado.

A estruturação do aparelho de estado republicano rio-grandense foi obra de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros<sup>181</sup>. Como presidente, Castilhos promulgou o código de organização judiciária, cercado de garantias a Magistratura, assegurando-lhe independência ante o Poder Executivo estadual. Criou a assistência judiciária, instrumento destinado aos cidadãos pobres que necessitassem pleitear direitos perante a justiça. Promulgou lei relativa aos serviços policiais do Estado. Dividindo a polícia em administrativa e judiciária, entregando aos municípios a competência para manter e dirigir à primeira, com a incumbência do policiamento preventivo, reservando ao Estado a responsabilidade da polícia judiciária<sup>182</sup>. A esta, conforme Franco (1996) cabia à repressão criminal, cujo chefe, subchefe e

<sup>179</sup> Conforme Rosa (1928) Fernando Abbott presidente do Estado abriu crédito de três contos de réis para as despesas secretas da polícia e de cem contos de réis para o pagamento de despesas com a manutenção da ordem. Processo que culminou na criação da Brigada Militar, constituída de dois Batalhões de Infantaria e um Regimento de Cavalaria, com efetivo total de 1.265 homens e mais um tanto de reserva.

<sup>180</sup> Segundo Soares Jr. (1958), em São Paulo faltou melhorar o aparelho de Estado para educar o povo, segundo as normas de uma democracia humana e progressista. Sobretudo uma melhor distribuição da justiça para garantir o respeito ao sufrágio popular e assegurar o bom funcionamento dos órgãos incumbidos de velar pelos direitos essenciais dos cidadãos e da coletividade.

<sup>181</sup> Segundo Rosa (1928), por meio do *À Federação* Castilhos desfraldou seu ideal político: de autonomia das Províncias e municípios, do equilíbrio orçamentário, da preponderância dos impostos diretos sobre os indiretos, da importância da instrução pública, dos meios de transportes e da separação do poder espiritual do temporal.

<sup>182</sup> Segundo Almeida (1928) Borges de Medeiros, como chefe de polícia, em sintonia com Júlio de Castilhos, elaborou o projeto de lei de organização policial do estado promulgado em 1896. Nesse estabeleceu a distinção jurídica entre polícia administrativa e judiciária. À polícia administrativa, cuja organização foi confiada à autoridade municipal, foi atribuída a vigilância para a prevenção dos perigos e delitos. E a judiciária, cuja organização ficou a cargo do Estado, encarregada de rastrear o crime, coligir provas e capturar delinquentes.

funcionários de confiança, eram de nomeação do presidente do Estado. Foi promulgado ainda o regulamento da casa de correção da capital e regulamentado o trabalho dos detentos.

Castilhos promulgou ainda a lei que definiu os crimes de responsabilidade do presidente e regulamentou o seu julgamento, confiando o processo a uma corte especial, composta de dez membros da Assembleia e de todos os integrantes do Superior Tribunal de Justiça. Promulgou o código de processo penal, organizou a justiça civil, determinado que as taxas judiciárias fossem arrecadas pelo Estado e não pelos juízes, desembargadores e órgãos do ministério público. Segundo Franco (1996) o texto constitucional definitivo do Estado constituiu um organismo judiciário sólido e independente, cercado de garantias legítimas, cuja escolha dos juízes de comarca, passou a ser feita por concurso público, realizado perante o Tribunal, e o acesso à corte de segunda instância, por antiguidade.

Segundo Franco (1996) Castilhos promulgou lei discriminando as competências administrativas do Estado e dos municípios. Além da reorganização da instrução primária, introduzindo inovações mais lógicas, psicológicas e pedagógicas à educação. Reorganização que era parte de uma política de valorização do corpo docente, pois: sem um professorado mantido com equitativa remuneração, que o habilite a consagrar-se exclusivamente aos deveres profissionais, sem um serviço completo de rigorosa e efetiva fiscalização escolar, sem prédios e acessórios mobiliários adequados, não é possível colocar o ensino público em condições dignas da civilização rio-grandense. A educação, conforme Rosa (1928) era entendida por Castilhos como um dever elementar de um governo solícito pelo bem público.

Castilhos reorganizou ainda o tesouro do Estado, com detalhado regulamento dos serviços da fazenda e do respectivo pessoal. Pelo Ato nº 227, de 1890, estabeleceu que os empregados públicos do Estado, qualquer que fosse o seu tempo de serviço, só seriam demitidos mediante processo de apuração de responsabilidades. E expediu leis trabalhistas regulamentando as atividades dos trabalhadores nas lagoas rio-grandenses, estabelecendo mínimo e máximo de horas de trabalho, remuneração e direitos dos operários. Regulamentou o imposto de transmissão de propriedade, sistematizando o lançamento de sua cobrança. Promulgou lei sobre as terras públicas, com atenção à preservação das florestas, e criou comissões técnicas para verificação das posses de terras, legítimas e por legitimar, bem como para a discriminação das terras pertencentes ao Estado.

Embasado no positivismo de Comte, Castilhos deu início ao processo de instalação da escola de medicina e farmácia de Porto Alegre e criou a Diretoria e os Serviços de Higiene, com 21 delegacias no Estado. Investiu em infraestrutura, abriu crédito para a construção de linhas férreas e linha telegráfica no Estado. E, segundo Rosa (1928), tendo em vista a

importância estratégica política e comercial da estrada de ferro Porto Alegre a Uruguaiana e seus ramais, bem como desejando evitar que esta via fosse explorada por companhia estrangeira, que visava apenas fins mercantis, podendo ocasionar dificuldades em emergências futuras ao Estado, propôs arrendá-la junto ao governo federal.

Em São Paulo, durante grande parte do período da República Velha, o processo de construção do Estado caracterizou-se por uma política de dependência, direta ou indireta<sup>183</sup>, do governo federal. Esse, quando adotou rígidas políticas de reconstrução financeira, levando em conta fundamentalmente as necessidades das finanças públicas, favoreceu a economia paulista que dependia de crédito externo. De outra parte, a lavoura paulista dependia de aporte de recursos públicos, tanto federal como estadual, sobretudo para infraestrutura.

Essa situação levou o republicanismo paulista a um paradoxo político no período. Por um lado, grande parte da elite, adepta do liberalismo econômico, defendia a construção de um aparelho de Estado autônomo, com orçamento equilibrado, voltado aos interesses mais amplos; e por outro, a estrutura do Estado era frequentemente tensionada por parte dessa elite para não aumentar impostos e atender as demandas específicas da lavoura. Paradoxo, que segundo Soares Jr. (1958), colocava tudo o que era eficiente e rendoso na conta da ação e da iniciativa privada. E o investimento de risco não lucrativo na responsabilidade do Estado. Todavia, apesar da resistência de parte da elite, já em 1899 a sua receita orçava mais de 50.000.00 (cinquenta mil contos) e tendia a crescer, pois sustentava uma estrutura administrativa de vulto em razão do contínuo progresso demográfico e econômico do Estado.

Nesse contexto, e possivelmente em virtude do dogma liberal de Bernardino de Campos<sup>184</sup>, Campos Sales e Rodrigues Alves, o aparelho de estado paulista, pelo menos até o quadriênio de Jorge Tibiriçá (1904-1908), foi utilizado para o desenvolvimento de política que favorecesse indiretamente a economia, abstendo-se da intervenção direta no processo econômico. Até este quadriênio, o governo investiu em obras de infraestrutura, serviços e fomento econômico, “orientando” os agricultores de como evitar crise da superprodução<sup>185</sup>.

---

<sup>183</sup> Direta quando o governo federal aportou e ou buscou recursos junto aos bancos internacionais para viabilizar a política cafeeira no Estado; e indiretamente quando adotou política econômica ortodoxa, de equilíbrio orçamentário, que garantia a estabilidade econômica e o crédito do Brasil junto aos credores externos.

<sup>184</sup> Segundo Franco (1973), Bernardino de Campos era um liberal livre cambista à *outrance*, defensor da lavoura e do equilíbrio orçamentário. Seu liberalismo econômico enfraquecia sobremaneira o poder do Estado, cujo papel era de suporte e não de intervenção na ordem econômica, e privilegiava ou fortalecia a iniciativa privada.

<sup>185</sup> De acordo com Kugelmas (1983) a safra recorde de 1901-1902 provocou baixa na cotação do preço do café e o governo paulista lançou taxa proibitiva sobre novas plantações. Nesse processo, Bernardino de Campos reafirmou seu ponto de vista liberal em que o poder público não teria muito mais o que fazer, pois tratava-se de fenômeno de ordem econômica e comercial, cuja lei abriria os caminhos, mas não substituiria a ação dos indivíduos e da sociedade.

Porém, a maior parte dos investimentos fora direcionada às obras e serviços que tivessem relação com a economia do Estado.

O governo de Campos Sales (1897-1898), em linhas gerais, seguiu a orientação da administração Bernardino de Campos. Segundo Menezes (1974) Campos Sales, intransigente e irreconciliável a política intervencionista, governou o Estado interessado nas questões relativas à agricultura, pois acreditava que em São Paulo tudo vinha da lavoura. Esta era à base da riqueza, do comércio e da nascente indústria do Estado, cujo êxito levaria todos à prosperidade, cuja ruína abateria a todos. Para Sales, a crise de maior repercussão, mais rápida e mais geral era a agrícola. Ao governo cumpriria estar preparado para conjurá-la quando a ameaça surgisse, ou para circunscrever seus efeitos quando não fosse possível evitá-la.

Porém, Campos Sales, defensor de um poder Executivo forte, segundo Debes (1977), na presidência do Estado delimitou as atribuições do Legislativo e Judiciário e fortaleceu o Executivo. Para ele, fraca execução era igual à má execução. Acreditava que “ser governo era saber o que se queria, e querer firmemente o que se poderia querer”, substituindo o lema: “governar é prever”, por “governar é querer”. Perspectiva próxima da ideia de poder externada por Borges de Medeiros, que segundo Almeida (1928), afirmou: a Constituição rio-grandense distingue-se das demais constituições dos estados brasileiros por fortalecer o organismo administrativo do Estado, gerando o perfeito funcionamento dos seus órgãos dirigentes, e concorrendo para a cooperação sistemática e fim comum, não permitindo conflito ou invasão de competências entre os órgãos do aparelho governativo. O presidente administra com autonomia, adstrito apenas à lei do orçamento; a Assembleia vota os impostos e decreta as despesas soberanamente; e a Magistratura julga em espécie, cujas decisões têm força obrigatória para com as partes e os poderes públicos.

Em São Paulo Campos Sales formulou a orientação econômica do governo, adotando política de vigilância às oscilações dos preços internacionais, destacando que os problemas basilares da produção estadual eram os salários, o custo dos transportes e o crédito agrícola. O problema da mão-de-obra estava sujeito à lei da oferta e da procura e seria resolvido pelo incentivo à imigração; o dos transportes, pela expansão dos meios de comunicações; e o crédito agrícola, dependia da normalidade da produção.

Empreendendo uma administração econômica austera Campos Sales expandiu os serviços públicos, mas evitou despesas “supérfluas” e novos encargos. Apesar de sua tendência agrária, adotou postura de estimular a “espontaneidade” da evolução das indústrias, visando à ampliação e ao fortalecimento desta atividade no Estado. Para Sales a sociedade constituída deveria proporcionar a cada um dos seus membros um mínimo de instrução, com

o qual o cidadão pudesse salvaguardar a sua independência pessoal, exercer seus direitos e aplicar suas aptidões. Além da segurança pública eficiente, pois “uma boa polícia era a condição de um bom governo”. Defendeu, segundo Debes (1977), que o primeiro dever de um governo constituído era garantir a todos os que estivessem sob sua proteção, sob sua autoridade e de suas leis, uma vida de paz e tranquilidade, base da felicidade coletiva.

Grosso modo, os governos paulistas nos anos iniciais da República desenvolveram políticas de austeridade econômico-fiscal, guardando relativa semelhança com a política implantada pelo republicanismo rio-grandense. Apenas este mantinha posição ortodoxa em relação ao equilíbrio orçamentário. Para esta elite, o equilíbrio orçamentário era uma questão de princípio, mas também em função das contas da Província que, segundo Almeida (1928), vinham se debatendo e se estiolando em uma crise financeira de longa data, com déficit permanente em seu orçamento<sup>186</sup>. A arrecadação das rendas não atingia as previsões da receita e a dívida passiva crescia continuamente. Na ordem administrativa tudo permanecia entravado e os serviços públicos limitados a expedientes burocráticos nas repartições, com resultados práticos quase nulos, sem cogitação de melhoramentos materiais.

Com a ascensão do governo republicano castilhistas no Estado, houve o cuidado em harmonizar a despesa com a receita, procurando o justo equilíbrio entre uma e outra. Este preceito, segundo Rosa (1928), estava em conformidade com o pensamento da elite republicana da época, que acreditava na verdade orçamentária, cujo déficit era a anarquia administrativa; e o aumento da dívida, a mistificação dos contribuintes e o descrédito do governo. O déficit só seria tolerado por acidente, circunstâncias inevitáveis, emergências imprevistas ou casos legitimáveis, como em períodos de crises ou tensão<sup>187</sup>.

Entre 1898 e 1904 três presidentes governaram São Paulo por cerca de dois anos cada<sup>188</sup>. O governo de Fernando Prestes, em linhas gerais, deu continuidade à política de Campos Sales. Rodrigues Alves pretendia estimular à lavoura, investindo em políticas de transporte e imigração, mas foi obrigado a atacar a epidemia de febre amarela e de peste bubônica que atingiu o Estado. Limitado pelo orçamento e pelo conhecimento científico da

---

<sup>186</sup> Conforme Rosa (1928), o orçamento do Estado do Rio Grande do Sul durante a monarquia vinha acumulando déficit e dívida, chegando ao exercício orçamentário de 1890 com déficit de 747:098\$288 contos e uma dívida de 4.178:921\$818.

<sup>187</sup> De acordo com Franco (1996) Castilhos caracterizou-se como um organizador, com método e seriedade no trato da coisa pública. No setor financeiro, apesar dos gastos com a Guerra Civil, obteve saldos nos exercícios financeiros de 1894, 1895, 1896 e 1897. A dívida pública que atingira 7.855 contos de réis em 1893 estava reduzida a 4.502 contos em 1897, com saldo na caixa do Tesouro de 3.535 contos de réis. Fato que rompeu com a tradição de até então de déficits orçamentários e crescimento da dívida flutuante.

<sup>188</sup> Segundo Egas (1927) Fernando Prestes de Albuquerque foi presidente de São Paulo de 10 de novembro de 1898 a 01 de maio de 1900; Rodrigues Alves de 01 de maio de 1900 a 13 de fevereiro de 1902; Bernardino de Campos de 03 de julho de 1902 a 01 de maio de 1904.

época empenhou-se na luta contra as epidemias, levando a efeito obras de saneamento no Estado. Ao mesmo tempo, seu governo foi fortemente atingido por crise financeira advinda da crise econômica – baixa dos preços internacionais do café e superprodução – cujo efeito foi à redução da receita do Estado de 45.7 mil, em 1901, para 37.6 mil contos em 1902<sup>189</sup>.

Além dessas políticas, segundo Franco (1973), Rodrigues Alves empreendeu reforma judiciária; estimulou a instrução; deu atenção à imigração, não só contratando imigrantes, como estudando o problema de sua fixação a terra<sup>190</sup>. Em conformidade com sua perspectiva teórico-econômica o orçamento estadual acusou superávit no período. Seu quadriênio foi concluído por Bernardino de Campos que de modo geral manteve as suas diretrizes políticas. Estes governos tiveram em comum a preocupação com o equilíbrio orçamentário, o estímulo à lavoura e a satisfação dos compromissos com os credores internacionais. Governos, cujas administrações, conforme Soares Jr. (1958), foram consideradas de alto nível de eficiência e moralidade pelos banqueiros ingleses, fato que teria contribuído para que São Paulo se tornasse a parte mais sólida e próspera da nação brasileira.

No Rio Grande do Sul, após o quinquênio de Castilhos (1893-1898), período marcado por tensão e guerra civil, assume o governo Borges de Medeiros<sup>191</sup> em ambiente político “pacificado”. Todavia, nesse momento, segundo Almeida (1928), o Brasil passava por uma aguda crise econômica, motivada, sobretudo pela abundância das colheitas do café, aliada à desvalorização do meio circulante. Essa situação teria levado alguns estados brasileiros a optar pelo desenvolvimento de novas culturas, desdobrando suas indústrias agrícolas e pastoris, concorrendo para o surgimento de uma guerra de tarifas entre os Estados, ferindo a indústria e a produção rio-grandense. Seguindo a orientação de Castilhos, Borges interfere no processo econômico, estimula as forças produtivas, ampara a indústria, protege o comércio e

---

<sup>189</sup> Conforme Franco (1973) Rodrigues Alves afirmou que seu governo iria trabalhar para assegurar a manutenção da ordem, estimular a lavoura e investir em política de transporte e imigração. Porém, investiu em saneamento, na erradicação da febre amarela e da peste bubônica para melhorar a imagem do país no exterior. Amparou a lavoura, introduzindo técnicas de conservação de terra e proteção do agricultor. Apesar da queda dos preços do café e dos gastos com construção de pontes, escolas e outras obras, em diversas regiões do Estado, sua administração obteve superávit orçamentário em 1901.

<sup>190</sup> Segundo Franco (1973) Rodrigues Alves expôs suas ideias de governo: o amparo à produção, o estímulo à imigração, a ocupação dos solos férteis, o incremento dos transportes e a proteção à entrada de capitais. Todavia, a imigração, o capital estrangeiro e o desenvolvimento nacional dependiam de medidas sanitárias e de progresso material. A restauração da Capital no conceito do mundo seria o início de uma nova era: a da revolução da burguesia nacional, realizada pacificamente, que abriria para o Brasil as portas do século XX.

<sup>191</sup> Conforme Almeida (1928) Borges de Medeiros foi um continuador da obra de Castilhos. Como este foi um gestor previdente fixando normas à gestão do erário público, transformando em axioma administrativo a política de equilíbrio orçamentário. Todos os gastos ordinários enquadrados na receita ordinária; os impostos em contínuo decréscimo ao passo que as fontes de renda aumentavam de ano para ano. Da mesma forma, Carlos Barbosa não imprimiu interrupção ou mudanças nas normas administrativas do Estado, desdobrando os recursos fazendários e incrementando a sua economia.

desonera a exportação. Além de restringir as despesas públicas, fiscalizar a arrecadação, organizar a máquina administrativa e assegurar o equilíbrio orçamentário.

Borges empreendeu ainda reforma tributária, objetivando assentar o regime orçamentário sobre base fixa e estável, capaz de resistir às depressões econômicas. Contrastando com a perspectiva da elite paulista, que se socorria de empréstimo externo, a estrutura do Estado rio-grandense, na opinião de Borges de Medeiros, “era uma obra da mais sábia e lúcida engenharia política, adequada para fazer face às dificuldades econômicas e à segurança do Estado”. Borges promulgou ainda leis necessárias à normatização da vida social, política e econômica no Rio Grande, como o código de processo civil e comercial. Introduziu inovações entre as quais a restituição imediata na posse ao proprietário esbulhado, a extinção dos privilégios do fisco, a abolição da distinção entre ação executiva e execução, a supressão do agravo por dano irreparável, entre outros.

Borges investiu também na reformulação do sistema tributário, visando fazer em face de depressão na receita pública ocorrida no Estado no período. Fomentou a economia pela desoneração do trabalho e da produção, e pela supressão de impostos indiretos, considerados antieconômicos. Promulgou leis de organização judiciária, de responsabilidade do presidente e da competência administrativa do Estado e municípios, além da lei eleitoral e do código de processo penal. Instituiu o *habeas-corpus*, facilitou a concessão de assistência judiciária, regulou as matérias de recursos e estabeleceu norma para a liquidação das multas, além de dispor sobre a satisfação de dano oriundo de delito na execução de sentenças judiciais.

Em São Paulo, em 1904, assume a presidência do Estado Jorge Tibiriçá. Este, segundo Soares Jr. (1958) tinha como meta para o quadriênio (1904-1908) restaurar as finanças do Estado, fortalecer a agricultura, estimular a indústria e os órgãos de créditos. Metas que seriam atingidas por meio das normas do equilíbrio orçamentário – dos gastos consentâneos com as receitas, evitando gastos com despesas suntuosas. Entretanto, a partir de 1901 uma crise econômica passa a afetar a lavoura cafeeira, fortalecida pelas restrições de crédito, pelo excesso de oferta e pela baixa dos preços do café. Situação que exigiu de Tibiriçá liderança e concórdia para coligar os paulistas em torno de um governo de reformas concretas e imediatas visando salvar a lavoura do Estado.

Com o objetivo de dar nova forma à administração, Tibiriçá pautou seu governo com a reforma da Constituição do Estado. Com esta, facilitou a representação das minorias, introduziu o voto proporcional nos distritos, diferenciou a investidura da Câmara, que passou a representar os interesses das localidades do interior, do Senado, representante dos interesses

gerais do Estado, com voto majoritário. Modificou a lei de organização da Magistratura<sup>192</sup>; da imigração e colonização<sup>193</sup>; e dos serviços agrônômicos do Estado. Instituiu lei de proteção social – colocando o cidadão paulista “ao abrigo de abusos ou excessos praticados por aqueles que exercem parcela do poder público” (Soares Jr, 1958, 480). Defendeu o imposto lançado sobre novas plantações de café e criticou o imposto de exportação, que deveria ser substituído por um imposto que incidisse sobre as rendas e o capital fixo, para desonerar a produção.

Combateu a febre amarela, e investiu na formação de técnicos, aptos a orientar o desenvolvimento agroindustrial do Estado. Segundo Soares Jr. (1958), Tibiriçá investiu em saneamento, na expansão da agricultura, na fixação do imigrante, em vias férreas e na força pública, visando garantir a integridade da República e a segurança do Estado. Investimentos que atendiam demandas da elite da época para quem a violência, a desordem e a instabilidade do poder legal prejudicavam o crédito do Brasil e o prestígio da República no exterior.

Nesse contexto, Tibiriçá reformou o aparelho de Estado visando sua melhor estruturação e ampliação de suas funções. Conforme Debes (1994), Tibiriçá desvinculou da Secretaria do Interior a Secretaria de Justiça e Segurança Pública. A esta atribuiu à organização judiciária, a administração da justiça, o casamento civil, o registro civil de nascimento e óbito, a junta comercial, o sistema prisional e correccional, a organização policial e a segurança pública. As mudanças visavam dar à polícia<sup>194</sup>, civil e militar, os contornos de instituição permanente<sup>195</sup>, racionalmente organizada, estruturada hierarquicamente, com caráter de instituição de Estado<sup>196</sup>. Além da criação de órgãos técnicos que passaram a utilizar recursos científicos para auxiliar a polícia civil na investigação de crimes<sup>197</sup>.

---

<sup>192</sup> Segundo Soares Jr. (1958) Tibiriçá implantou reforma judiciária tornando a justiça mais acessível, de execução mais rápida e menos onerosa. Com isso, contribuiu para que o poder judiciário encarregado de aplicar as leis pudesse garantir a justiça ao povo em condições de igualdade. Instituiu também o Ministério Público, organizado de forma hierárquica e com remuneração digna.

<sup>193</sup> Conforme Soares Jr. (1958) Tibiriçá era contra pagar indistintamente e sem critérios a todos os imigrantes, pois muitos vinham para São Paulo procurar fortunas, sem o objetivo do trabalho manual. Outros eram elementos cosmopolitas que poderiam causar desordem na sociedade. Defendeu a imigração por meio de um programa racionalmente planejado e com objetivos patrióticos.

<sup>194</sup> Segundo Debes (1994) a polícia de São Paulo até então era armada, equipada e uniformizada, distribuída em corpos e hierarquizada em postos, mas sem instrução militar. Para suprir esta lacuna Tibiriçá contratou da França missão militar, instituiu as escolas militares e cursos para treinar oficiais e praças, e criou o gabinete de queixas para receber reclamações do público ou imprensa contra autoridades, funcionários ou policiais.

<sup>195</sup> De acordo com Debes (1994) após a implantação destas inovações surgiram dois obstáculos intransponíveis: os chefes políticos despojados das funções policiais julgavam-se diminuídos em sua força eleitoral, que eles confundiam com prestígio; e a relutância que os oficiais de polícia tinham em sujeitar-se à instrução militar ministrada por estrangeiro.

<sup>196</sup> Conforme Soares Jr. (1958) das antigas milícias foram aproveitados algumas informações. Com a chegada de oficiais estrangeiros a Força Pública tornou-se tropa estruturada, moldada em princípios de disciplina, fatores imperiosos para garantir a ordem interna e o respeito às instituições, sobretudo da justiça e no campo eleitoral.

<sup>197</sup> Para Soares Jr. (1958) a reforma de 1905 instituiu a organização da polícia de carreira, hierarquizada e disciplinada, cujos cargos, de segundo e terceiro escalões, não eram mais preenchidos por autoridades locais



Todavia, a maior e mais importante obra de Tibiriçá não está relacionada à estrutura, mas ao papel do Estado. Já em seu discurso de posse afirmou que o seu quadriênio não seria como o precedente, de simples administração, mas de reformas que afastassem os obstáculos que entravavam o desenvolvimento econômico de São Paulo. A partir de então, segundo Soares Jr. (1958), a lavoura de São Paulo passou a contar com um chefe de governo que sentia e compreendia seus problemas, sem sucumbir aos interesses da classe, formada por agricultores com ambições materialistas, voltados somente à política de preços altos. Como governante Tibiriçá encampou a ideia da valorização do café, pois acreditava que o fenômeno econômico, com a dimensão que havia adquirido, era capaz de levar a ruína toda à economia, de cuja produção vivia uma coletividade de cerca três milhões de pessoas.

Nesse momento, a lavoura cafeeira estava sendo atingida por uma crise<sup>198</sup> de longa data que havia levado os cafeicultores a reivindicarem socorro junto à União e ao Estado. Estes, por adotarem política monetário-financeira ortodoxa, não haviam lhes atendido, fato que concorreu para que a elite paulista, sob a liderança de Tibiriçá no governo do Estado, segundo Kugelmas (1986), gestasse uma virada ideológica, abandonando o liberalismo e adotando orientação intervencionista. Conforme Soares Jr. (1958), a política de valorização do café e a caixa de conversão receberam apoio quase unânime da elite paulista<sup>199</sup>. Apenas Antônio Prado, fazendeiro, industrial, presidente de importante ferrovia, diretor de casa comissária e exportadora, vulto de notório prestígio social desde a monarquia, pregou o bom senso para com as leis da ciência econômica, fazendo coro com o governo Rodrigues Alves<sup>200</sup>.

Ao defender a lavoura cafeeira o governo combateu aos malefícios da crise, equilibrando na quantidade e aperfeiçoando nos processos agrônômicos e comerciais. Ao mesmo tempo, reduziu impostos, opôs-se a sanha tributária dos municípios e estimulou os donos de plantações menos rendosas a substituí-las pela pecuária. Com isso, estimulou a

---

envolvidas em disputas políticas, tornando “a polícia sem política”. Com remuneração própria, a polícia passou a prever e reprimir os delitos com competência profissional, conhecimento do direito e do processo, “assegurando a liberdade, a honra, a vida e a propriedade dos cidadãos paulistas”.

<sup>198</sup> Segundo Soares Jr. (1958) a crise que se estendeu até meados da década de 1910, castigou a lavoura cafeeira com a baixa dos preços e o decréscimo das receitas, levando os fazendeiros a buscar socorro junto ao governo da União e do Estado. Estes baseados no dogma liberal da não intervenção do Estado na economia particular, anuíam auxílios indiretos e crédito agrícola que não satisfazia as necessidades da lavoura.

<sup>199</sup> Para Franco (1973) o plano da valorização de Jorge Tibiriçá encontrou apoio firme e majoritário em todos os setores influentes da opinião paulista. O que fez Rodrigues Alves aceitar, a contra gosto, a lei que autorizou o presidente da República a entrar em acordo com os Estados cafeeiros a fim de regular o comércio do café e a promover a sua valorização, dando garantias às operações de créditos realizadas para tal fim.

<sup>200</sup> Conforme Franco (1973) Rodrigues Alves pautou-se pelo equilíbrio entre a receita e a despesa do Estado. Razão que o colocou na oposição ao Convênio de Taubaté e Caixa de Conversão, política de Tibiriçá. A valorização implicava em emissões de papel e baixa do câmbio. E a Caixa de Conversão em instrumento de política de câmbio baixo e inflação alta, que acarretaria dificuldades para o pagamento dos empréstimos externos, feitos para financiar obras, e no encarecimento dos preços, equipamentos e serviços internos.

lavoura a evoluir da cultura intensiva à policultura, como remédio para a crise econômica oriunda da monocultura do café. Isso impôs ao poder público o dever de orientar as iniciativas e os esforços dos lavradores no sentido de restaurar e conservar a fertilidade das terras e aproveitar as características das regiões do Estado para a diversificação produtiva.

Em termos de teoria econômica, o processo de intervenção na economia paulista teve início em 1903, com os estudos do economista Franco de Lacerda<sup>201</sup>, que colaborou na elaboração do plano Siciliano, propondo a constituição de um sindicato financeiro e comercial, para comprar a estocaria e os excessos da produção de café por alguns anos, para favorecer o aumento da cotação e para que os estoques fossem progressivamente vendidos com lucros<sup>202</sup>. Processo que culminou na celebração do Convênio de Taubaté<sup>203</sup>, em 1906, determinando a fixação de preço mínimo, a negociação de empréstimo externo de 15 milhões de libras, a cobrança de uma taxa de 3 francos sobre cada saca de café para garantir o serviço do empréstimo e o estabelecimento de uma Caixa de Conversão para estabilizar o câmbio.

No Rio Grande Borges tinha realizado, entre 1898 e 1908, reforma tributária e a economia estava assentada sobre bases técnicas e amparada em um sistema tributário que lhe assegurava o desenvolvimento simultâneo de todas as forças de produção. Tinha ampliado o ensino elementar no Estado e revigorado o ensino técnico e profissional – com curso de agricultura aos estudantes rurais do sexo masculino e de corte e costura para as estudantes do sexo feminino. Nesse contexto, transmite o governo a Carlos Barbosa. Segundo Almeida (1928), este obediente ao princípio da continuidade administrativa, no exercício da investidura presidencial não se afastou da política econômica e financeira firmada por Borges de Medeiros nos quinquênios anteriores, cujo lema era: “conservar melhorando”.

Em São Paulo, na sucessão de Tibiriçá, apesar da quase unanimidade do republicanismo paulista formado em torno da sua política econômica, houve disputa para a escolha do seu

---

<sup>201</sup> De acordo com Franco (1973) o Convênio de Taubaté teve como base os estudos de Franco de Lacerda que analisou a queda dos preços do café, sugerindo dois caminhos a ser tomados: reduzir as importações ou valorizar seu preço. O corte nas importações geraria queda nas receitas alfandegárias, déficit orçamentário, necessidade de emissões e miséria geral. A alta do câmbio, sem o aumento do valor-ouro também era ruim, pois o valor ouro da moeda subindo, descia em correspondência o valor papel que o importador pagava ao fazendeiro pelo café. Com isso, cumpria ao governo federal e aos Estados cafeeiros adequar suas finanças, procurando na valorização do café e nos mercados consumidores, a solução à crise que ameaçava desmoronar a economia do Brasil.

<sup>202</sup> Em termos políticos, conforme Franco (1973), esse processo teve início em 1895, com o projeto do deputado Érico Coelho, instituindo o monopólio da exportação do café para a União; em 1897, o deputado Ildefonso Alvim, pretendia criar comissão mista de deputados e senadores para elaborar lei de auxílio à lavoura cafeeira; em 1898, o deputado Alfredo Ellis propôs que o governo federal nomeasse agentes especializados para estudar nos mercados consumidores as razões da crise e os processos para debelá-la; e, em 1903 novamente esse, apresentou projeto autorizando o governo federal a promover os meios de defender e valorizar o café.

<sup>203</sup> Segundo Debes (1994) o Convênio de Taubaté atendia aos grandes interesses da lavoura cafeeira paulista. Tendo como objetivo a valorização do café pela regulamentação de seu comércio, pela promoção do aumento de seu consumo, pela criação de uma Caixa de Conversão e pela fixação do valor da moeda.

sucessor entre Albuquerque Lins, defensor da valorização e Campos Sales, identificado com a política da não intervenção do Estado na economia. A escolha de Albuquerque Lins significou o apoio da maioria da elite ao intervencionismo. Lins, conforme Soares Jr. (1958), criou o fundo escolar, o fundo imigratório e o imposto sobre o capital e a renda. Com isso, desonerou a lavoura cafeeira, sacrificada pelo imposto de exportação, que favorecia as empresas estrangeiras. O imposto sobre o capital incidiu sobre a propriedade imóvel rural, menos as empregadas no cultivo do café, os capitais comerciais, industriais, sociedades anônimas e o capital particular empregado em empréstimos, favorecendo “uma distribuição mais equitativa dos encargos fiscais sobre a taxa de lucro remetida ao exterior”.

Albuquerque Lins foi substituído no cargo por Rodrigues Alves<sup>204</sup>, em 1912. Como presidente este agiu como um financista prático, moderado, convencido da eficácia dos métodos isentos de radicalismo. Todavia, como presidente da República, havia mantido o equilibrado orçamentário da União, favorecendo o crédito externo e a firmeza da moeda. Acreditando que as crises de superprodução tinham em si mesmas o remédio: com a baixa do preço o consumo se dilatava e favoreceria a administração das fazendas, beneficiando o produto e garantindo a estabilidade do trabalhador rural.

Ao voltar ao governo do Rio Grande, entre 1913-1918, Borges de Medeiros continuou estruturando o aparelho de Estado. Conforme Fontoura (1957) Borges promoveu a consolidação das leis orgânicas do Estado, decretou o estatuto dos funcionários públicos<sup>205</sup> e investiu em infraestrutura, sobretudo no sistema do transporte. Este sob exploração de empresas estrangeira, concessionárias da União<sup>206</sup>, causando paralisação virtual do tráfego e danos à produção estadual. Movido pelo ideal da socialização dos serviços públicos<sup>207</sup> Borges

---

<sup>204</sup> Segundo Franco (1973) o perfil e a trajetória política de Rodrigues Alves expressam, em grande medida, a trajetória política de grande parte da elite política paulista da República Velha. Ele era um autêntico expoente da oligarquia dominante paulista. Representava a base agrária e cafeeira dominante na economia e nas finanças do Estado e o legalismo da Faculdade de Direito. Era um autorizado porta-voz da burguesia “progressista” no seu ideal de reforma, de solução técnica, de paz política e de predomínio civil. Defendia para São Paulo a imigração, os transportes e o povoamento, além do conservadorismo econômico e social. O resgate do papel-moeda e a fundação de um banco nacional, para regular o mercado de câmbio e evitar as bruscas oscilações do mercado.

<sup>205</sup> Por meio deste estatuto, regulou os direitos e deveres dos funcionários, unificou os regulamentos em vigor, estabeleceu e regulou os concursos para provimento dos cargos públicos e instituiu a estabilidade dos servidores do Estado, visando à melhoria dos serviços administrativos e a elevação moral e material dos servidores.

<sup>206</sup> Conforme Almeida (1928), em 1897, Júlio de Castilhos, quando a União entregou à exploração particular as estradas de ferro de sua propriedade no Estado, apresentou proposta de arrendamento das mesmas pelo Estado, visando evitar que as ferrovias, de alta importância estratégica e política, fossem entregues a particulares ou de sindicatos estrangeiros, dominados por interesses mercantis.

<sup>207</sup> De acordo com Fontoura (1957), Borges de Medeiros atuou na solução do problema dos transportes, cujo objetivo estava em conformidade com o pensamento do republicanismo da época que a entendia como “socialização dos serviços públicos”. Pois, presidindo ao livre jogo das forças econômicas, ao Estado competia exercer ação reguladora, na medida das necessidades indicadas pelo bem público, subtraindo da exploração particular, privilegiada, tudo quanto se relacionasse com os interesses da coletividade. A socialização dos

empreendeu plano de viação geral<sup>208</sup>, visando transferir ao Estado os serviços e as obras do porto e barra do Rio Grande, a encampação da rede ferroviária federal e construção do porto de Porto Alegre, visando baratear o transporte e desafogar a produção rio-grandense.

A partir da ascensão de Rodrigues Alves à presidência de São Paulo, em 1912, o princípio liberal de abstenção do Estado na economia tornou-se valor relativo. Segundo Soares Jr. (1958) ao apresentar sua plataforma de governo para o quadriênio (1912-1916) Rodrigues Alves afirmou que a valorização do café era um dos maiores acontecimentos dos últimos tempos no Estado, não só pela audácia do empreendimento, como pelo volume dos valores envolvido na operação. Em seguida, atuou no sentido de minimizar as consequências da Guerra à economia e, segundo Franco (1973), na defesa do café, recorrendo ao presidente da República na busca de informações, conselhos e orientações, além de sugerir aos banqueiros internacionais para que tomassem empréstimos interno em ouro, lançado por São Paulo, para resgatar a dívida externa tornada insolúvel pela Guerra<sup>209</sup>.

Mas não foi só com a economia cafeeira que Rodrigues Alves (1912-1916) esteve envolvido. Ampliou os serviços de higiene e instrução, investiu em obras públicas e amparou a agricultura. Durante esse quadriênio foi fundada a faculdade de medicina e o Instituto do Butantã. Em termos políticos seu retorno ao poder no Estado favoreceu ao arrefecimento das lutas de facções, com o predomínio do PRP no Estado. Fato que associado à ascensão de Venceslau Braz à presidência da República e a morte de Pinheiro Machado, concorreu para boas relações com o governo federal. Economicamente favoreceu a prosperidade e a riqueza de São Paulo, colocando-a em base estável e segura.

O governo de Altino Arantes ficou marcado por dois fatores estranhos ao seu controle: a sua escolha – imposta por Rodrigues Alves – concorreu para nova cisão no PRP; e a apreensão com os efeitos econômicos da Guerra<sup>210</sup> à economia de São Paulo. Além desses,

---

serviços públicos tinha por fim destruir os monopólios e assegurar a liberdade de comércio e indústria, cuja administração deveria estar a cargo exclusivamente do poder público.

<sup>208</sup> Para Almeida (1928) o Plano de Viação Geral, que culminou na encampação do sistema ferroviário federal pelo Estado, pretendia atribuir ao governo rio-grandense competência sobre as vias de transportes, discriminadas as que competiam à União e aos municípios. E autorizava o Estado a promover estudo e execução das vias, á medida que as necessidades públicas reclamassem e os recursos do Estado permitissem. Visava convergir à exportação e à importação do Estado ao porto de Rio Grande; unificar a rede ferroviária estadual e federal; integrar a rede de estrada de rodagem à rede ferroviária e desta ao porto; desobstruir canais, construir o porto de Porto Alegre, diversos ramais ferroviários, a encampação da rede de estradas federais no Estado e a tomada de posse de todo o aparelho de circulação no Estado.

<sup>209</sup> Conforme Franco (1973) o presidente da República Rodrigues Alves seguiu a orientação de Campos Sales dando continuidade à implantação de uma política financeira fundada em princípios e desligada dos interesses imediatos do café. Sua prática pode ser definida como partidária da orientação liberal clássica, expressa no orçamento equilibrado, na moeda estável, tendente à conversibilidade e no câmbio mantido em taxa natural.

<sup>210</sup> Segundo Franco (1973) a Guerra agravou a crise no país, sobretudo em São Paulo, cujas exportações caíram de 76 milhões de libras em 1912 para menos de 55 milhões em 1914. Com o resgate do empréstimo de 15

seu governo esteve envolvido nas démarches que culminaram na indicação de Rodrigues Alves à presidência da República, cujo falecimento antes da posse, concorreu para novo refluxo político de São Paulo no cenário nacional. Todavia, seu governo priorizou os problemas oriundos da crise econômica, especialmente os relacionados à exportação do café. Segundo Soares Jr. (1958), o presidente providenciou assistência à lavoura, e buscou junto ao governo federal a emissão de 150 mil contos para a defesa do Café.

A crise econômica do pós guerra assolou a Europa e estendeu-se ao continente americano, inquietando e causando desordem econômica, sobretudo no Brasil. Situação que concorreu para que o operariado, em processo de expansão em São Paulo e no Rio Grande do Sul, passasse a sofrer as consequências da elevação crescente dos preços e da exiguidade dos salários. Antecipando-se aos danos da crise, Borges restringiu a exportação de alguns gêneros de maior consumo e fiscalizou a exportação de outros, visando prover com segurança os seus desdobramentos, além de aumentar os salários dos operários do Estado. De modo geral, o governo utilizou o aparelho de Estado para coordenar a iniciativa particular, diminuir o imposto de exportação e operar gradualmente a sua substituição pelo imposto territorial. Com isso, incrementou a fazenda pública e fomentou a riqueza privada no Rio Grande. Além de incentivar a racionalização do processo produtivo, e tornar os transportes marítimos, fluviais e terrestres indutores do progresso do Estado<sup>211</sup>.

Entre os presidentes que mais contribuíram para a estruturação do aparelho de Estado em São Paulo está Washington Luís. Este não era natural do Estado nem cafeicultor. Todavia, era um ator político identificado com os interesses da cafeicultura e integrado a elite da época. Era esposo de Sofia, sobrinha da Baronesa de Piracicaba e de João Batista Melo Oliveira, vice-presidente do Estado entre (1904-1908), prima de Jorge Tibiriçá e sobrinha de Carlos Botelho. Ainda em Batatais, identificou-se com os fazendeiros locais que lhe conferiram a presidência do clube da lavoura, reconhecendo nele concurso direto e eficaz em favor da cafeicultura. Apesar de seu governo adequar-se aos parâmetros dos governos da elite da época, demonstrou demasiado interesse com a formação, ampliação e a estruturação do aparelho de Estado, pois como Campos Sales, não acreditava nos partidos<sup>212</sup>.

---

milhões, extinguiu-se o Comitê de Valorização, sendo substituído, em 1914, por um Conselho Consultivo, formado por empresas e o representante de São Paulo.

<sup>211</sup> Segundo Almeida (1928) a administração Borges de Medeiros pode ser dividida em duas fases distintas: na primeira foi consolidada a estabilidade financeira do Estado; na segunda, todos os grandes serviços públicos entraram em período de expansão.

<sup>212</sup> De acordo com Debes (1994) em discurso quando intendente de Batatais Washington Luís afirmou: “para o desempenho desse cargo não me filiarei à agremiação alguma (...) não trocarei a iniciativa fecunda pela disciplina absorvente de partidos improdutivos (...) julgo que, abstando-me de partidarismo, poderei aproximar a administração da justiça, tornando-a mais proveitosa e com mais probabilidade de acertar”.

Como candidato a presidente do Estado, em 1920, Washington Luís apresentou seu programa de governo, priorizando a solução do problema dos transportes e das vias de comunicações. Para ele, as estradas de ferro e de rodagem eram necessárias para fomentar e dar vazão à produção, por meio de um tráfego farto, seguro e barato. Nesse sentido, criou a inspetoria de estrada de rodagem com competência sobre todos os serviços técnicos, estudos, projetos, orçamentos, locação, construção, conservação e fiscalização das estradas, responsável pela elaboração do plano de viação do Estado. Segundo Soares Jr. (1958), Washington Luís fez uma administração de grande rigor financeiro e obras públicas, mas recorreu a empréstimo para evitar a crise de crédito e consolidar a dívida flutuante do Estado.

Para por em prática seu programa de governo, Washington Luís empreendeu reforma constitucional em 1921. Segundo Debes (1994) a revisão instituiu a coincidência do mandato do vice com o do presidente do Estado e ajustou a representatividade proporcional no Congresso, atribuindo-lhe competência para legislar sobre viação. Criou o Tribunal de Contas<sup>213</sup>, e instituiu o concurso para o ingresso na Magistratura. Isso em conformidade com a crença da elite da época de que todos os atos de justiça deveriam ser praticados por magistrados<sup>214</sup>. Acreditava que as mudanças eram necessárias, pois os choques das conveniências individuais tendiam a avultar diante do desenvolvimento econômico e do aumento populacional do Estado decorrentes do crescente fluxo imigratório.

Washington Luís criou também, em 1922, o Tribunal Rural composto de um juiz de direito, de dois membros designados pelos fazendeiros e um pelos colonos. As decisões seriam proferidas pelos integrantes do tribunal, cuja sentença seria escrita pelo escrivão e de pronta execução. Segundo Debes (1994) nesses tribunais rurais residiram os embriões da justiça paritária, com um juiz togado e os representantes de patrões e empregados, que viria a ser o cerne da justiça do trabalho dos anos posteriores.

Como presidente e secretário de Estado, Washington Luís notabilizou-se como reformador do aparelho de Estado. Nessas funções instituiu e fortaleceu o caráter profissional da polícia, subordinando-a a lei e ao direito, retirando-a do arbítrio pessoal do governante, visando à união da responsabilidade funcional a responsabilidade juridicamente funcional, cujo lema passou a ser “A justiça fique aos juízes e ao Alcaide-mor só a guarda do Castelo”. A Magistratura que não dispunha de independência diante das necessidades materiais da vida,

---

<sup>213</sup> Os membros do Tribunal de Contas eram nomeados pelo Presidente do Estado com aprovação do Senado e somente perderiam o cargo em virtude de sentença judicial Debes, (1994).

<sup>214</sup> Segundo Debes (1994) a reforma judiciária de São Paulo de 1921 dividiu o Estado em dez distritos, afastou a ingerência dos juízes de paz nas questões judiciais, exigiu diploma em direito, domicílio no Estado, 25 anos de idade, identidade moral e habilitação em concurso, ao candidato a juiz, bem como passou ao Estado à custa, emolumentos e percentagens do processo.

com a reforma os magistrados, como servidores públicos, passaram a ser remunerados pelo Estado, com vencimentos fixos e determinados, com carreiras organizadas em instâncias, assegurando a ascensão funcional e a valorizando do saber jurídico de seus integrantes.

Durante seu governo Washington Luís instituiu ainda reforma tributária. Reforma baseada no imposto sobre a terra, não imposto único, mas a principal fonte de receita. Opção relacionada ao fato de grande parte da terra já estar em posse de particulares e o governo dispor dos meios legais para conferir o respectivo domínio. Acreditava que a substituição do imposto de exportação pelo territorial, expandiria sua área de incidência, corrigiria o sistema em vigor que onerava o principal produto de exportação, afetando-lhe a competitividade. Os impostos deveriam abranger o maior número de indivíduos, que na proporção de suas posses, todos concorressem para as despesas públicas. Segundo Debes (1994), a política tributária de Washington Luís concorreu para o aumento da receita pública, sem novo imposto e sem aumentar os tributos já existentes. Ao contrário observou-se redução de alguns<sup>215</sup>.

O tema da educação era assunto caro à elite paulista, mas, sobretudo, a rio-grandense. Para essa elite “o Estado deveria cuidar da educação fundamental do povo e se abster de concorrer para a proliferação de falsos doutores, esses portadores de diplomas que engrossam as fileiras da *pedantocracia*” (Bosi, 1992, 301). Já a elite paulista instituiu na Constituição do Estado o ensino público primário, laico, gratuito e obrigatório. Porém, destes, apenas a laicidade havia sido implantada até 1920. A gratuidade e a obrigatoriedade dependiam do tesouro, cujos recursos eram sempre “insuficientes”. Esse quadro contrasta com o discurso dessa elite que defendia a educação como impulsionadora do progresso e corretiva do processo evolutivo da sociedade, sobretudo num cenário de mudanças setoriais, de efervescência ideológica e de movimentos político-sociais.

Em conformidade com esse princípio, no Rio Grande do Sul, conforme Almeida (1928), o percentual de analfabetos em 1889 era de 75% da população do Estado, índice que caiu para 63.7% em 1926, o menor percentual entre os Estados brasileiros. Em São Paulo, segundo Debes (1994), das crianças sujeitas ao ensino primário compulsório, na faixa de 7 a 12 anos, correspondendo a um total de 480.164, apenas 232.621 se achavam matriculados pelo Estado, municípios e particulares em 1921. Os gastos com educação, segundo Love (1982), cresceram de 1.1 mil contos, em 1890, para 5.2 mil em 1927. No Rio Grande, os recursos destinados à educação eram, em 1889, de 400 mil contos, atingindo 6.3 mil na dotação orçamentária de

---

<sup>215</sup> Conforme Debes (1994), os exercícios financeiros do Estado, com exceção do ano de 1920, apresentaram déficits, que para Washington Luís era decorrente do sistema fiscal e da prática governamental condenável de levar a cabo empreendimento governamental oneroso, desacompanhado da previsão orçamentária. Para sanar esse desequilíbrio aboliu a prática e restringiu os gastos públicos, evitando iniciativas dispendiosas.

1927. Ou seja, no Rio Grande o gasto com educação cresceu cerca de quinze vezes e em São Paulo cerca de cinco vezes no período.

O castilhismo via ainda a educação como um dever do Estado que deveria instituir e manter um completo sistema de educação popular, visando o completo aperfeiçoamento moral do homem, resultante da educação harmônica da inteligência, sentimento e caráter. Educação que deveria concorrer para o aprendizado e o exercício de profissão, arte, técnica, ciência, indústria, comércio e outros, contribuindo para que o indivíduo tornasse-se artífice consciente de seu destino. Com isso, daria à pátria e à sociedade bons cidadãos que a defendessem nas emergências, cumprissem as leis e respeitassem o poder constituído. Homens virtuosos, altruístas e construtores do bem comum. Ou seja, a elite rio-grandense via a educação como transformadora do homem, um tanto diferente da elite paulista, que a via, em grande medida, como treinadora e formadora de mão-de-obra necessária ao desenvolvimento econômico do Estado.

A reforma administrativa empreendida por Washington Luís teve o beneplácito da imprensa e da opinião situacionista do Estado. Ela respondeu, em grande medida, a demanda de conter as reivindicações operárias, que causavam perturbação à ordem e inquietação à elite e às autoridades. As manifestações operárias passaram de simples paralisação das atividades, a ameaças e violências, constituindo ilícitos ou crimes, “exigindo” a intervenção da polícia e “motivando” prisões, processos e condenações. Segundo Debes (1994) o que assustava a elite paulista era a solidariedade operária, força nova e ameaçadora, pretendendo aumento de salário, jornada de oito horas e o grande absurdo: repouso semanal. Estas demandas eram reflexos das conquistas de operários de outras plagas, sobretudo por influência da massa de estrangeiros que compunha marcante força de trabalho no Estado<sup>216</sup>.

O governo de Washington Luís, como os que o antecederam desde Jorge Tibiriçá, num primeiro momento, deu ênfase à produção, visando garantir valor à riqueza e à prosperidade do Estado, sem preocupação exagerada com o déficit orçamentário. Conforme Debes (1994) ele sustentou a necessidade de se amparar a incipiente indústria, que já movimentava grande capital e alimentava uma população considerável, tornando a Capital o maior centro industrial do país. Todavia, eram os grandes cafeicultores que haviam expandido suas atividades e

---

<sup>216</sup> De acordo com Debes (1994) para Washington Luís e muita gente a questão social no Brasil se reduzia à mera questão de polícia. Embasados na teoria de que não havendo miséria no país eram desarrazoados os conflitos entre capital e trabalho; cuja questão social era pretexto para agitações promovidas por estrangeiros perigosos e perturbadores; e da capacidade das instituições nacionais de darem solução adequada aos dissídios sem necessidades de sobressaltos revolucionários.



diversificado sua produção<sup>217</sup>. Para isso, o governo contratou a companhia comercial marítima para o transporte dos que quisessem trabalhar no Estado e contribuir com o seu desenvolvimento. Investiu ainda em estradas de rodagem, não apenas como meio de transporte, mas como atividade esportiva, atendendo demanda do automóvel clube, instituição que congregava grande parte da elite da época.

A forma de concessão e ocupação de terras públicas e a imigração também marcaram diferenças entre a elite republicana paulista e rio-grandense no período. Em matéria de colonização, o governo rio-grandense promulgou lei<sup>218</sup>, cujo conteúdo, contrastou com o empirismo colonizador da monarquia e a prática de alguns Estados durante a República, sobretudo São Paulo. Segundo Almeida (1928), o castilhismo via o colono como um pequeno proprietário agrícola, que adquiria fixidez e bem estar, que ao radicar-se ao solo, aprendia a língua nacional, familiarizava-se com os nossos costumes e leis, nacionalizando-se pela afeição à terra que lhes assegurava a fortuna<sup>219</sup>. Porém, Washington Luís, diferente da elite da primeira geração, acreditava que a imigração não se resumia ao suprimento de braços à lavoura, cujos imigrantes deveriam ser tratados como povoadores e colaboradores da grandeza da pátria, como sócios hoje e irmãos amanhã.

O equilíbrio entre a receita e a despesa pública era uma característica que também diferenciava a elite paulista da rio-grandense. No Rio Grande, o ideal do *equilíbrio orçamentário* era um imperativo doutrinário dos governos de Castilhos e Borges de Medeiros cujo lema era, segundo Bosi (1992), “nenhuma despesa sem receita”. Diferentemente de São Paulo, que apesar de vários governantes defenderem o equilíbrio fiscal, observou-se déficit orçamentário durante quase todo o período no Estado, entre 1889 e 1930.

Todavia, a partir de 1920, em virtude dos compromissos assumidos pelo governo rio-grandense<sup>220</sup> os recursos orçamentários foram insuficientes, motivando a formação de déficit orçamentário no Rio Grande. Com isso, o governo foi obrigado a recorrer à operação de

---

<sup>217</sup> Segundo Franco (1973) os nomes da tradicional lavoura de café, plantadores e exportadores, surgiam agora como capitães da nova indústria. Antônio Prado, Rodrigues Alves, Bernardino de Campos e a nova geração como Álvaro de Carvalho, Altino Arantes, Olavo Egídio, com seus parentes, inclusive o jornal *O Estado de São Paulo*, porta voz da dissidência e estuário da campanha contra a oligarquia paulista, era fortaleza da nova elite financeira e conservadora: formando uma “democracia capitalista”.

<sup>218</sup> Segundo Almeida (1928) a lei nº 28 de 5 de outubro 1899 e o decreto nº 3004 de 10 de agosto de 1922 consolidaram as disposições sobre as terras públicas, legitimação de posses, medição, conservações e alienação de terras devolutas e dispões sobre o regime colonial e florestal do Estado.

<sup>219</sup> De acordo com Rosa (1928) a colonização no Rio Grande constituía uma ação moralizadora, não equivalendo à simples importação de trabalhadores, a tanto por cabeça, formando uma massa flutuante ou movediça, refratária aos nossos costumes, leis e atividades produtivas.

<sup>220</sup> A incorporação dos serviços federais da viação férrea, das obras e da emissão de títulos públicos para saldar as despesas da encampação do Porto e Barra do Rio Grande.

crédito no exterior<sup>221</sup> e junto a bancos brasileiros. Porém, este era diferente do déficit observado no orçamento do Estado de São Paulo. Neste, a despesa com o serviço da dívida pública, estava relacionada, em grande parte, ao pagamento de operações de créditos, obtidos para socorrer a lavoura cafeeira, cujo percentual passou de 8 para 22% da receita do Estado entre 1890 e 1929<sup>222</sup>. No Rio Grande o déficit orçamentário, ocorreu a partir da segunda metade da década de 1920, e estava relacionado, em grande parte, ao pagamento dos serviços de obras de infraestrutura no Estado, mas também na rolagem da dívida rio-grandense.

Nesse contexto, os dados da tabela 11 sugerem interpretações distintas em relação à possível preocupação da elite republicana paulista e rio-grandense com o equilíbrio orçamentário, entre 1890 e 1921. O déficit observado no orçamento do Estado paulista e o saldo no orçamento do Estado rio-grandense, possivelmente estejam relacionados a três princípios distintos entre a elite paulista e rio-grandense: 1<sup>a</sup>) o equilíbrio orçamentário era uma obsessão da elite rio-grandense, mas não da elite paulista; 2<sup>a</sup>) grande parte do orçamento público de São Paulo era investido em atividades econômicas do Estado; no Rio Grande do Sul investia-se em serviços públicos e infraestrutura do Estado; e 3<sup>a</sup>) o compromisso que grande parte da elite paulista tinha com o setor dominante do Estado, não tinha correspondência no Rio Grande do Sul.

| Estado | Ano             | Receita          | Despesa          | Saldo/Déficit     |
|--------|-----------------|------------------|------------------|-------------------|
| SP     | 1891            | 23.318:412\$820  | 18.377:282\$038  | 4.941:130\$782    |
|        | 1921            | 160.580:333\$463 | 177.976:662\$382 | - 17.396:328\$919 |
|        | Crescimento (%) | 668              | 968              | 300               |
| RS     | 1890            | 2.621:716\$118   | 3.336:576\$586   | 714:860\$468      |
|        | 1921            | 48.717:065\$069  | 33.210:544\$264  | 15.506:520\$805   |
|        | Crescimento (%) | 1858             | 99.5             | 1758.5            |

**Tabela 11 Receita e despesa pública de São Paulo e Rio Grande do Sul (1890-1921).** Fonte: tabela elaborada pelo autor

Em termos de construção de Estado, via reforma constitucional, a elite rio-grandense, diferentemente da paulista, mostrou-se conservadora. Segundo Almeida (1928), as reformas

<sup>221</sup> Conforme Almeida (1928), em 1921 foi realizado a primeira operação de crédito no exterior, cujos recursos foram aplicados na construção do cais de Porto Alegre, dragagem de canais, na viação férrea, pesquisas geológicas e minas de carvão de Gravataí. Em 1927, novo empréstimo externo foi celebrando, cujos recursos foram utilizados no resgate da dívida flutuante do Estado e nas despesas de capital da Viação Férrea. O Estado realizou ainda emissões de apólices, para despesas extraordinárias com a manutenção da ordem e para aplicar nas obras da viação férrea. Com isso a dívida flutuante do Estado atingiu o valor de 44.353:443\$411 em junho de 1927, montante que acrescido ao total da dívida consolidada fez uma soma de 260.552:206\$623, colocando o orçamento do Estado em situação deficitária.

<sup>222</sup> De acordo com Rosa (1928) e Almeida (1928), entre 1890 e 1926, o orçamento público do Rio Grande do Sul acusou déficit em três anos; ao passo que em São Paulo, conforme Love (1982), no mesmo período, o orçamento do Estado acusou déficit em 28 anos.

da Constituição de 14 de Julho de 1891, que ocorreram durante a República Velha, tiveram motivação de caráter administrativo e eleitoral, sem afetar a essência dos princípios doutrinários consagrados na carta. Entre as cláusulas constitucionais reformadas durante o período estão: a que elevou de 09 para 12 o número de juízes do Superior Tribunal; a que regulou as nomeações dos juízes que passaram a ser indicados por antiguidade e merecimento; a que reservou à lei ordinária a definição da competência do Tribunal; a que facultou a nomeação para juízes de comarca aos magistrados que houvessem ocupado funções no Estado ou União; a que definiu em lei ordinária a competência dos juízes de comarca, do júri e dos juízes distritais; e a que ampliou o quadro do ministério público.

Houve ainda a reforma originária do Acordo de Paz de Pedras Altas, que pôs fim a Revolução de 1923. Essa, segundo Almeida (1928), em essência proibiu a reeleição do presidente do Estado e dos intendentes municipais, declarou eletivos os cargos de vice-presidente e vice-intendente, aumentou para seis os distritos eleitorais no Estado, além de outras mudanças de caráter judiciárias e eleitoral. Já a elite paulista, quando da elaboração da Constituição do Estado, em 1891, estabeleceu que a cada década haveria uma Reforma Constitucional. E, entre as reformas previstas só uma não se efetivou em virtude da cisão intraelite que ocorreu em 1901. As demais acrescentaram mudanças significativas na Constituição, tanto em termos de estrutura como de ampliação do papel do Estado.

Os primeiros anos da década de 1920 foram de grande efervescência política, social e econômica em grande parte do Brasil, sobretudo em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Nesse momento, assumia a presidência da República Artur Bernardes e nova baixa no preço do café ocorria. Em virtude disso, os fazendeiros buscaram socorro junto ao governo federal, que não os atendeu, levando Washington Luís a apoiar a pretensão da lavoura. Ao mesmo tempo, o Convênio de Taubaté de 1906 passa novamente a sofrer contestação, fazendo com que o governo estadual assumisse a valorização permanente, passando de política federal a Instituto do Café do Estado de São Paulo, a partir de 1925. Com isso, segundo Debes (1994), a sociedade paulista da agricultura e a associação comercial de Santos depositaram nas mãos do presidente do Estado os interesses da lavoura cafeeira, com a defesa permanente do café.

A partir de então o governo do Estado utilizou o Instituto para conceder empréstimos aos produtores, mediante a garantia de depósito de café em armazéns gerais, visando sua retirada provisória do mercado e a regularização da oferta. Além de investir na propaganda do produto visando aumentar o consumo e assegurar a qualidade. Ao mesmo tempo, constituiu um fundo com 300.000 contos provenientes, entre outras fontes, da emissão de papel-moeda, garantido, em parte, por reserva ouro e pelo café adquirido pelo Instituto. O governo obteve

ainda empréstimo externo<sup>223</sup> que não foi direcionado apenas à valorização, mas para consolidar a dívida flutuante do Estado. Além de investir em saúde e educação, em obras de saneamento, bem como na ampliação e no reequipamento de estradas de ferro, visando dar alento à produção e à comercialização, salvaguardando a prosperidade do Estado.

Júlio Prestes, ao assumir o governo de São Paulo, no período de 1926-1930 afirmou que iria cuidar da pecuária, da indústria, da imigração, das vias de comunicações, da energia elétrica e do saneamento, com recursos do orçamento do Estado. E defendeu a não elaboração de um programa de governo, pois o que regia o espírito dos republicanos paulistas era a ideia da continuidade administrativa. E que, em face do crescimento de São Paulo e dos seus múltiplos serviços que haviam surgidos nos últimos anos, era necessária a divisão e a especialização do trabalho e das funções. Para isso, desmembrou a Secretaria de Viação e Obras Públicas, da Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria<sup>224</sup>, com o objetivo de atender a demandas diversas. Segundo Debes (1982), o governo criou ainda o Conselho Superior de Ensino Agrícola, o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal e escolas profissionais. Reorganizou o Instituto Agrônômico, a Secretaria da Agricultura, além da força pública e do serviço policial. Reformou a organização judiciária do Estado, a Secretaria de Justiça, a instrução pública, o serviço florestal, o Instituto do Café e o banco do Estado. Além de restaurar a lei que instituiu o Tribunal de Contas.

Todavia, conforme Debes (1982), a magna preocupação de Júlio Prestes era a lavoura paulista. Para isso, estabeleceu as “bases da defesa do café”, simplificando os aparelhos existentes e dividindo sua defesa em agrícola e econômica. A defesa agrícola ficou com a Secretaria da Agricultura, com objetivo de zelar pela qualidade do produto; e a defesa econômica, com a Secretaria da Fazenda, que tinha sob sua superintendência o Instituto do Café, estruturada sobre as diretrizes: limitação, propaganda e financiamento. A construção da estrada de ferro Mayrink-Santos integrava o plano de amparo à lavoura, dando vazão às safras, concorrendo para a solução da crise que a deficiência dos meios de comunicações infligia ao Estado. Investiu ainda em saúde pública, educação e aumentou o salário do funcionalismo em até 100%.

Analisando o processo de construção do Estado republicano paulista, Perissinotto (1999), refere-se aos governos paulistas do período como centralizadores e modernizantes que ajudados por amplos recursos fiscais produziram um moderno aparelho burocrático de Estado

---

<sup>223</sup> Conforme Debes (1994) o governo estadual obteve empréstimo em Londres, Nova Iorque e Amsterdã de 135.747:771\$220 visando o resgate da dívida flutuante e outras necessidades do Estado.

<sup>224</sup> De acordo com Debes (1982), de qualquer forma, o orçamento da Secretaria da Agricultura para o ano de 1927 foi de 100.920:419\$842, o dobro da despesa do Ministério da Agricultura.

em São Paulo, entre 1889 e 1930. Tibiriçá para por em execução a primeira valorização teria patrocinado a mais intensa burocratização do aparelho estatal, além de reformar a polícia civil e a força pública; Washington Luís teria promovido à reforma burocratizante do judiciário; Carlos de Campos e Júlio Prestes teriam levado adiante a institucionalização da defesa permanente do café, centralizando o poder no aparelho de Estado via Instituto do Café. Afirma ainda que o aumento da intervenção estatal na economia acaba forçando a burocratização do Estado, pois quanto mais às atividades deste vão se tornando complexas, a burocratização e a especialização são cada vez mais necessárias, pela necessidade da eficiência.

No Rio Grande do Sul, a ascensão da elite republicana da segunda geração ao comando político do Estado, em 1928, significou quebra de paradigma político-administrativo, com a reaproximação das elites liberais e republicanas, iniciado com a convivência entre ambos na Assembleia dos Representantes. Fato reforçado pela concepção política mais flexível ou pragmática da elite dessa geração. A mudança foi reforçada ainda pela imagem que Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura haviam transmitido à oposição, que deixava de lado o dogmatismo doutrinário da elite republicana da primeira geração, em nome de uma política de colaboração com alguns setores econômicos e a proteção a outros. Segundo Trindade (1979), visando o atendimento de demandas da oposição Vargas adotou política econômico-financeira de apoio ao setor agropecuário, além da criação do banco do Estado e da concessão de crédito agrícola aos produtores.

Portanto, conforme analisado acima, o processo de construção do aparelho de Estado republicano em São Paulo e no Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1930, levado a efeito pelas respectivas elites republicanas, apresentou diferenças em termos de característica das respectivas elites, da primeira e segunda geração, e da estrutura e papel do Estado. A elite paulista da primeira geração adotou perspectiva de aparelho de Estado com poder desconcentrado; ao passo que a elite paulista da segunda geração mostrou-se mais concentradora de poder no aparelho de Estado. No Rio Grande do Sul, a situação era invertida. A elite rio-grandense da primeira geração mostrou-se mais concentradora do poder no aparelho de Estado; ao passo que a elite rio-grandense da segunda geração adotou postura mais flexível sobre a estrutura e o poder do Estado.

A partir dessas premissas a elite paulista da primeira geração instituiu um aparelho de Estado com o poder despótico e infraestrutural relativamente desconcentrado; já a elite paulista da segunda geração moveu-se no sentido da concentração do poder despótico e infraestrutural do Estado. No Rio Grande do Sul a elite rio-grandense da primeira geração

instituiu um aparelho de Estado com o poder despótico e infraestrutural concentrado; ao passo que a elite rio-grandense da segunda geração moveu-se no sentido da desconcentração do poder despótico e, em certa medida, infraestrutural do Estado.

De modo geral, as elites adotaram perspectivas de construção de aparelho de Estado burocrático moderno, no sentido da racionalização da estrutura administrativa e da especialização das funções. Com essas estruturas de aparelho de Estado implantaram políticas com base em ideias, perspectivas e interesses distintos. Além de adotarem o discurso do equilíbrio orçamentário. Todavia, esse era dogma e obsessão da elite rio-grandense da primeira geração, mas relativizado pela elite paulista da primeira e segunda geração e, em certo sentido, pela elite rio-grandense da segunda geração.

A elite paulista da primeira geração, grosso modo, investiu em obras de infraestrutura, desenvolveu políticas de fomento e orientação à produção. Além de política de saúde, educação e segurança pública, relutando em amparar a produção no Estado; e elite paulista da segunda geração implantou políticas de ampliação e fortalecimento do aparelho de Estado, amparou a produção com a defesa permanente do café, investiu em obras de infraestrutura, e em serviços de saúde, segurança e educação. Já a elite rio-grandense da primeira geração desenvolveu políticas de ampliação e fortalecimento do aparelho de Estado, investiu em segurança, e em serviços de saúde e educação, encampou serviços e obras privadas e federais no Estado, além de amparar setores desfavorecidos da população; ao passo que a elite rio-grandense da segunda geração amparou o setor dominante economicamente no Estado e favoreceu a dinamização da produção.

A construção da estrutura, bem como o papel do Estado, pelas respectivas elites republicanas estava embasada em princípios norteadores distintos. A elite republicana paulista da primeira geração instituiu aparelho de Estado e implantou políticas inspirada no liberalismo econômico, visando o desenvolvimento econômico do Estado e os interesses materiais. Já a elite paulista da segunda geração adotou como princípio de gestão a intervenção na economia, associando-se, em parte, ao pensamento da época de Estado interventor, antecipando-se ao modelo de gestão política que predominou na Europa e Estados Unidos nas décadas seguintes – Estado de bem estar social.

Já a elite republicana rio-grandense da primeira geração instituiu aparelho de Estado e implantou políticas inspirada no positivismo de Augusto Comte. Tendo como objetivo o bem público e a construção de uma sociedade moralizada e altruísta, por meio do atendimento das demandas globais da sociedade e da economia e não de setores em particular. Ao passo que a elite republicana rio-grandense da segunda geração adotou um misto de doutrina liberal e

positivista com pragmatismo político, visando elevar ou posicionar o Estado acima das facções e dos ranços doutrinários.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou comparativamente o processo de construção do aparelho de Estado republicano subnacional de São Paulo e Rio Grande do Sul, ocorrido entre 1889 e 1930. Fenômeno considerado como decorrente de processos configuracionais de longa duração, influenciado por variáveis motivacionais de caráter material e ideal/imaterial, e por aspectos físicos, biológicos e culturais. Processo de construção de estruturas político-administrativas que ocorre permanentemente, de forma não linear nem cumulativa, variando no espaço e no tempo. Exemplo de variação no tempo pode ser considerado a tentativa de centralização do poder durante a colônia, fato consumado durante o império, e revertido com o federalismo na Primeira República; e no espaço, a construção de distintos aparelhos de Estado em São Paulo e no Rio Grande do Sul, no período analisado.

Analisamos os Estados subnacionais da Primeira República como entes com grande autonomia político-administrativa, cujos atores políticos foram capazes de gerar recursos políticos, jurídicos e institucionais às suas institucionalizações. Atores constituídos em oligarquias regionais, apoiados em partidos únicos republicanos hegemônicos, condição que afetava a distribuição dos recursos políticos, jurídicos e institucionais, que por sua vez afetavam o poder dos atores políticos, que afetavam as instituições políticas. Método de explicação endógena que considera a composição, o recrutamento e a circulação no interior de elites políticas fatores que influenciam o modo como grupos ou facções controlam recursos estratégicos e os convertem em coerção sobre o comportamento individual, influenciando no processo de construção de Estados pelas elites políticas.

A partir dessas premissas, situamos os Estados republicanos subnacionais em construção em São Paulo e no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, dentro do contexto teórico-filosófico do século XIX. Este oferecia vários modelos de Estado às elites republicanas, entre eles o utilitarista, liberal, federalista, positivista. E modelos de regimes políticos dentre eles o parlamentarismo inglês que inspirou a elite imperial e o presidencialismo federal americano, adotado pela maioria das repúblicas ibero-americanas, e pela elite republicana brasileira, na Constituição republicana federal de 1891.

Regime presidencialista que inspirou a elite paulista, uma versão regional da elite republicana nacional, a adotar um misto de Estado liberal e federalista, em São Paulo, compatível com o sistema adotado pela República; e o Rio Grande do Sul, dominado por uma elite republicana coesa, inspirada na proposta de Comte de uma “ditadura republicana” adotou uma via heterodoxa em relação ao Estado republicano nacional, exacerbando a autonomia



regional e contrariando os princípios do presidencialismo liberal. Todavia, ambos sofreram adaptações às condições e necessidades das elites locais, tornando-se, grosso modo, Estado liberal/utilitarista em São Paulo; e positivista/castilhistas no Rio Grande do Sul.

Analisando o processo de formação da elite republicana paulista e rio-grandense observamos, conforme Carvalho (2007) já havia identificado durante o império, a existência de uma elite qualificada às atividades políticas e burocráticas (elite do poder), a pesar da sua origem e vivência no setor privado. Fenômeno que está em relativa conformidade com a perspectiva dos elitistas clássicos, marxistas norte-americanos e neELITISTAS que entendem a sociedade dividida entre governantes e governados e, nas sociedades contemporâneas, a formação de uma elite do poder. Observamos também, em relativa conformidade com a teoria do equilíbrio social de Pareto, sobretudo em São Paulo, um processo de “circulação de elite”.

Nesse Estado, o fenômeno pode ser observado na substituição da elite imperial pela elite republicana no governo e na substituição da primeira pela segunda geração de republicanos. Todavia, no Rio Grande do Sul, apesar de ter havido substituição de elite no poder, em 1889, o processo foi marcado pela entrada de uma elite e a exclusão da outra, caracterizando um processo de ruptura ou cisão intraelite e não circulação de elite. Porém, no final da década de 1920 houve circulação de elite com a substituição de boa parte dos republicanos da primeira por republicanos da segunda geração e a incorporação de indivíduos das classes inferiores.

Elite, sobretudo a paulista, que compartilhava valores políticos e ideológicos, pertencimento a clubes sociais, sociedades secretas, partido político, atividades profissionais e jornalísticas, bem como, origem familiar. Um tanto diferente da elite republicana rio-grandense que poucos eram de origem familiar comum e pouquíssimos compartilhavam atividades profissionais, ou seja, não eram agregados em torno de treinamento e de interesses materiais comuns. Porém, a elite rio-grandense compartilhou sociedade secreta, partido político, atividade jornalística e valores políticos e ideológicos. Elite dirigente que se tornou agente autônoma no processo político e social regional, imprimindo uma política com lógica própria e valores éticos e doutrinários comuns.

Analisamos ainda, sobretudo em São Paulo, a existência de um processo de auto reprodução da elite republicana no poder, tanto da primeira como da segunda geração. Processo, cuja acumulação de capital econômico, social e cultural era recurso, que acionado, garantia o acesso aos postos dirigentes. Recursos adquiridos por meio de herança familiar e no próprio meio político. A linhagem, junto com o capital econômico herdado e o capital social, assegurava o pertencimento à classe dirigente, sendo as chaves de acesso aos cargos dirigentes mais que os critérios de ordem técnica ou intelectual. Fenômeno observado por

Charle durante o antigo regime e a Terceira República na França, apesar do discurso da valorização da meritocracia.

Porém, no Rio Grande do Sul, o acesso aos postos dirigentes obedecia a uma espécie de rito de passagem que iniciava pela proximidade ou simpatia ao republicanismo ou ao positivismo, passava pelo pertencimento ao partido republicano, pela indicação de um quadro graduado do partido, pela não vinculação com a elite oposicionista liberal/federalista, e pelo pertencimento aos setores econômicos, sociais e culturais em ascensão econômica no Estado. Processo que culminava na indicação para os quadros do jornal *A Federação* e, por fim, em um cargo político.

Em perspectiva histórica consideramos que a base da futura constituição do Estado no Brasil chegou com os portugueses na costa brasileira em 1500. Caracterizado por duas estratégias contraditórias distintas: por um lado, o movimento centrípeta relacionado à tentativa de centralização do poder pela coroa e estamento português; e, por outro, à resistência dos senhores rurais à tentativa portuguesa, reforçado pela grande extensão territorial do Brasil, associado à sua baixa concentração populacional, que pode ser caracterizada como uma força centrífuga. Todavia, foram movimentos nem sempre conflituosos, antagônicos ou irreconciliáveis. Muitas vezes houve convergência e/ou complementaridade entre os atores e instituições. Construção levada a efeito por dois atores políticos privilegiados: a coroa e o estamento português; e os homens bons, proprietários de terras e escravos, produtores monocultores para exportação.

A construção do Estado imperial brasileiro teve início oficialmente com a outorga da Constituição de 1824, marcada inicialmente pela força do imperador, configurando um misto de Estado liberal e absolutista. Estrutura de Estado com poder concentrado, formado por quatro (4) poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, caracterizados por relação de equivalência – “separados”, “independentes” e “harmônicos”; e o Poder Moderador, poder privativo do imperador, com poder de veto sobre aqueles. Todavia, em seguida, as forças centrípetas e centrífugas, confrontaram-se defendendo centralização e descentralização político-administrativa respectivamente: a centrípeta, sob a liderança do imperador, apoiado no poder das elites políticas imperiais, congregadas no Executivo, Congresso e Presidências das Províncias; e a centrífuga, sob a liderança das elites políticas provinciais, congregadas nas Assembleias Provinciais.

O modelo de Estado republicano, construído entre 1889 e 1930, era demanda do movimento republicano que surgiu no Brasil por volta de 1870. Como decorrência ou associado a dois fenômenos políticos, institucionais, econômicos e sociais distintos: à

decadência das instituições e do *modus operandi* da elite política imperial, bem como do seu sistema de produção escravista, monocultor para exportação; e ao fortalecimento da elite republicana, sobretudo a paulista, tributária do boom cafeeiro, e aos novos setores oriundos do incipiente processo de urbanização e industrialização que ocorria no Brasil no período. Estado liberal, federalista, presidencialista e oligárquico, que atribuiu grande poder aos Estados subnacionais, rompendo com a lógica político-administrativa centralizada da monarquia. Ordenamento político-jurídico, cuja estrutura era formada, no topo, pelo presidente da República; no meio, pelos governadores dos Estados; e na base, pelos coronéis municipais.

O movimento republicano surgiu no Rio de Janeiro e em seguida chegou a algumas Províncias, entre elas São Paulo e Rio Grande do Sul. Em São Paulo, a elite republicana era marginal no processo político imperial, cuja propaganda visava fortalecer politicamente a Província, considerada a unidade econômica mais próspera da Nação, sub-representação no sistema político imperial. No Rio Grande do Sul, o movimento iniciou-se um pouco mais tarde, liderado por uma elite jovem, vinda das faculdades do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, também marginal no processo político imperial, grande parte adepta ou inspirada no positivismo de Comte, em estagnação, decadência ou ascensão econômica, que tinha como peculiaridade acreditar que a República iria regenerar a política, a economia e a sociedade brasileira como um todo.

Nesse cenário é que atuou a elite republicana paulista e rio-grandense, na construção do aparelho de Estado subnacional, em São Paulo e Rio Grande do Sul, da primeira e segunda geração. Processo, cujo perfil educacional, profissional, de origem geográfica, média de idade, tempo de filiação partidária e de mandato, somado as características das elites como grau de relações familiares e agregação de interesses materiais, em nossa perspectiva, favoreceu a formação de unidade ou dissenso intraelite e a construção de aparelhos de Estados como o poder mais ou menos concentrado. Elementos ou fatores que foram confrontados com os dados da pesquisa, apontando para diferenciação em termos de construção e de modelo de aparelho de Estado.

Segundo os dados de nossa pesquisa havia diferença significativa de perfil entre a elite republicana paulista e rio-grandense, tanto da primeira como da segunda geração. A elite paulista da primeira geração, pela média de idade, tempo de filiação partidária e tempo de mandato, estava mais adaptada às regras do jogo político monárquico, característica que associada a uma visão pragmática e ou utilitarista da política, possivelmente favoreceu na formação de acordo político com a elite imperial, num período de tensão e crise política. Já a elite rio-grandense dessa geração, em virtude, possivelmente, de sua pouca experiência

política, não adaptação às regras daquele sistema, associado a uma visão dogmática da política e a um estranhamento político e ideológico com a elite imperial, provavelmente favoreceu o dissenso político intraelite no Rio Grande, no período.

Todavia, a elite republicana paulista da segunda geração, apesar de sua grande experiência política, não agregou setores em ascensão social, política e econômica disponível ao partido republicano, o que possivelmente contribuiu à formação de dissidência política em São Paulo, em meados da década de 1920. Já a elite republicana rio-grandense dessa geração, apesar de sua menor experiência política que a elite paulista da mesma geração, com uma visão menos dogmática da política que a elite rio-grandense da primeira geração, agregou politicamente setores sociais em ascensão econômica, politicamente disponível, inclusive setores oposicionistas, fatores que possivelmente favoreceram a formação de consenso intraelite no Rio Grande, no período.

Os dados da pesquisa diferenciaram as elites em termos de naturalidade. A elite republicana paulista da primeira geração era de origem geográfica um pouco mais diversificada que a elite paulista da segunda geração; e a elite republicana rio-grandense da primeira geração era de origem geográfica um tanto menos diversificada que a elite republicana rio-grandense da segunda geração. Esta situação, em nosso entender, favoreceu a unificação da elite republicana paulista da segunda geração em relação à elite paulista da primeira geração; e a unificação da elite rio-grandense da primeira em relação à elite rio-grandense da segunda geração.

A educação também, segundo os dados da pesquisa, diferenciava as elites. A elite republicana paulista da segunda geração fez sua formação educacional em um menor número de locais e unidades educacionais que a elite paulista da primeira geração; e esta em um maior número de locais e unidades educacionais que a elite republicana rio-grandense da primeira geração; e esta fez sua formação em um menor número de locais e unidades educacionais que a elite rio-grandense da segunda geração.

Diferenças que eram reforçadas pela correspondência com os dados da pesquisa sobre a formação das elites. A elite republicana paulista da segunda geração era formada em um menor número de cursos que a elite paulista da primeira geração; esta em um maior número de cursos que a elite rio-grandense da primeira geração; e esta, apesar de um relativo equilíbrio, era formada em um menor número de cursos que a elite rio-grandense da segunda geração. Ambas, em termos de formação preparatória e superior.

Atestando, em nosso entender, uma maior homogeneidade educacional e de formação da elite republicana paulista da segunda geração em relação à elite paulista da primeira

geração; uma maior homogeneidade educacional desta elite em relação à elite rio-grandense da primeira geração; e desta em relação à elite republicana rio-grandense da segunda geração.

Quantitativamente os dados apontam para uma maior homogeneidade educacional e de formação da elite republicana paulista da segunda geração em relação à elite rio-grandense da primeira e segunda geração e destas em relação à elite paulista da primeira geração. Porém, quando se analisa a concentração da formação nos cursos percebe-se uma maior homogeneidade de formação da elite republicana paulista da segunda geração em relação à elite paulista da primeira geração; desta em relação à elite rio-grandense da primeira, e desta em relação à elite rio-grandense da segunda geração.

Os dados da pesquisa sobre profissão também indicam diferenças entre as elites. Apesar de haver uma forte concentração na opção pela profissão de advogado, fazendeiro e jornalista e por uma variedade de outras ocupações, entre os membros das elites. Caracterizando o que podemos chamar de ocupação múltipla, é possível auferir diferenças de perfil entre elas. Quantitativamente os dados indicam uma ambiguidade, apontando, ao mesmo tempo, uma maior homogeneidade profissional da elite paulista da segunda geração em relação à elite paulista da primeira geração; da elite rio-grandense da primeira em relação à elite rio-grandense da segunda geração. Indicando maior homogeneidade da elite paulista da segunda geração em relação à elite rio-grandense da primeira e segunda geração e destas em relação à elite paulista da primeira geração. Porém, ao analisarmos os dados de forma qualitativa, ou seja, em termos de concentração ou dispersão de ocupação, observamos alteração na ordem de homogeneidade. A elite paulista da segunda geração era mais homogênea que a elite paulista da primeira geração, esta mais homogênea que a elite rio-grandense da primeira geração, e esta mais homogênea que a elite rio-grandense da segunda geração.

Portanto, os dados da pesquisa, de modo global, indicam uma maior homogeneidade em termos de média de idade, filiação partidária, naturalidade, tempo de mandato, educação, formação e ocupação da elite republicana paulista da segunda geração em relação à elite paulista da primeira geração; desta em relação à elite rio-grandense da primeira geração; e desta em relação à elite rio-grandense da segunda geração.

Os dados da pesquisa, juntamente com as conclusões de parte da bibliografia analisada, nos permitem perceber ainda a unificação da elite paulista da segunda e primeira geração, por meio dos interesses econômicos agregados, oriundos da economia cafeeira e seus derivados, e da intensidade das relações de parentesco observadas no interior destas elites. Situação que atesta uma maior agregação de interesses materiais e relações de parentesco entre os membros da elite republicana paulista da segunda geração em relação à elite paulista da primeira

geração; desta em relação à elite republicana rio-grandense da primeira; e desta em relação à elite rio-grandense da segunda geração. Todavia, a agregação de interesses materiais e relações de parentesco não eram fatores significativos entre os membros da elite republicana rio-grandense, sobretudo entre os membros da elite da segunda geração.

O confronto dos dados da pesquisa com as características, agregação de interesses materiais e relações de parentesco, nos levou a concluir que a elite paulista agrega ao seu perfil as características sociais e familiares, sobretudo a elite paulista da primeira, mas também da segunda geração. Ou seja, a elite paulista, agrega ao seu perfil educacional, profissional, de origem geográfica, de média de idade, de tempo de filiação partidária e de mandato, as características agregação de interesses materiais e relações de parentesco, reforçando a sua homogeneidade. Porém, a elite rio-grandense, tanto da primeira como da segunda geração, não agrega significativamente estas características ao seu perfil, favorecendo mais a sua heterogeneidade que a sua homogeneidade.

O perfil da elite republicana paulista e rio-grandense, da primeira e segunda geração, somadas às características analisadas, em nosso entender, as influenciaram na adoção do modelo de Estado e favoreceram a construção de diferentes instituições políticas, em São Paulo e Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1930.

A elite republicana rio-grandense da primeira geração construiu no Rio Grande do Sul um aparelho de Estado que tinha grande parte do poder concentrado no Executivo, especialmente na figura do presidente do Estado, em detrimento do Poder do Legislativo unicameral e da Magistratura, baseada no dogma positivista de ditadura republicana. Todavia, a elite republicana rio-grandense da segunda geração adotou um modelo de aparelho de Estado com os poderes menos concentrados, atribuindo ao Poder Legislativo prerrogativa para legislar e fiscalizar o Executivo, vedando ao presidente do Estado competência para legislar e de se reeleger consecutivamente, entre outros.

A elite republicana paulista da primeira geração, inicialmente construiu um aparelho de Estado com os poderes desconcentrados, atribuindo poderes relevantes ao Executivo, Legislativo e Magistratura, baseada no dogma liberal de separação, independência e harmonia entre os poderes. Todavia, a elite republicana paulista da segunda geração reforçou o poder do Executivo em detrimento do Legislativo e da Magistratura, sobretudo em face do poder privado dos coronéis municipais, e visando o “controle” dos setores emergentes, especialmente o operariado urbano.

O fortalecimento do poder despótico e infraestrutural do Estado paulista ocorreu gradativamente, iniciando no governo de Jorge Tibiriçá, entre 1904 e 1908, com a ampliação

do investimento e treinamento da força pública e com o socorro a cafeicultura por meio do Acordo de Taubaté. Sendo plenamente reforçado nos governo de Washington Luís, Carlos de Campos e Júlio Prestes entre 1920 e 1930. Presidentes classificados por nosso estudo como pertencentes à segunda geração de republicanos paulistas. No Rio Grande do Sul a desconcentração do Poder do Executivo teve início, timidamente, durante o terceiro mandato de Borges de Medeiros entre 1913-1918, com a eleição de deputados opositores à Assembleia dos Representantes, fortalecido com a reforma constitucional, oriunda do Acordo de Paz de Pedras Altas, em 1923, consolidada a partir da ascensão da segunda geração de republicanos ao governo do Estado em 1928.

Por meio desse aparelho de Estado a elite paulista, inicialmente, proveu os meios ou a infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico do Estado, visando atender os interesses mais gerais da sociedade paulista; em seguida, normatizar, estimular, equilibrar, regular, por meio da intervenção direta do poder público o seu desenvolvimento econômico, atendendo as demandas da cafeicultura e da elite do poder; e por último, demandas da cafeicultura e fortalecer a elite do poder em detrimento de setores políticos, econômicos e sociais, sobretudo de setores emergentes. Favorecendo, com isso, inicialmente, a formação de unidade política intraelite; e, no final do período, dissidência e cisão.

A elite rio-grandense da primeira geração por meio do aparelho de Estado elaborou leis e implantou políticas que respondiam a demanda político-doutrinária da elite do poder, que as consideravam como atendendo aos interesses globais da sociedade rio-grandense, sem preocupação com o atendimento de demandas de setores em particular, sobretudo do setor econômico tradicional ligado ao Partido Federalista, favorecendo, com isso, dissenso político no Estado. Porém, com a ascensão da segunda geração de republicanos ao poder no Rio Grande o paradigma foi quebrado e o governo implantou políticas visando atender demandas globais da sociedade, mas também de setores particulares, do setor opositor em particular. Fatores que, em nosso ver, favoreceram a formação de consenso político intraelite no Estado, no final do período.

Nesse cenário, ao relacionarmos o perfil das elites aos respectivos modelos de Estado chegamos à seguinte fórmula: em São Paulo, a elite paulista da primeira geração, caracterizada por baixa homogeneidade, construiu um aparelho de Estado com poder relativamente desconcentrado; porém, a elite paulista da segunda geração, caracterizada por média homogeneidade, concentrou o poder do Estado. No Rio Grande do Sul, a elite rio-grandense da primeira geração, caracterizada por baixa heterogeneidade, construiu um aparelho de Estado com poder concentrado; e a elite rio-grandense da segunda geração,

caracterizada por média heterogeneidade, desconcentrou o poder do Estado. Ou seja, em São Paulo, quanto mais à elite ia se tornava homogênea, mais concentrava o poder do Estado; no Rio Grande do Sul, quanto mais à elite se tornava heterogênea, mais desconcentrava o poder do Estado.

Esta fórmula valida nossa hipótese de estudo que consiste no pressuposto de que a elite republicana paulista da primeira geração teve êxito, inicialmente, em construir um aparelho de Estado com baixa concentração de poder em virtude de sua baixa homogeneidade; e na medida em que ia aumentando sua homogeneidade, foi concentrando o poder do Estado. Ao passo que a elite republicana rio-grandense da primeira geração construiu, inicialmente, um aparelho de Estado com forte concentração de poder, em virtude de sua baixa heterogeneidade; e na medida em que ia se tornando mais heterogênea, foi desconcentrando o poder. Culminando inicialmente, em São Paulo, com a formação de um aparelho de Estado com baixa concentração de poder, chegando ao final do período com um aparelho de Estado com o poder mais concentrado; e no Rio Grande do Sul, inicialmente houve a formação de um aparelho de Estado com poder concentrado, chegando ao final do período com o aparelho de Estado com o poder menos concentrado.

Conforme nossa perspectiva, a baixa homogeneidade da elite republicana paulista da primeira geração, associado à sua formação em rede de parentesco e à força dos interesses econômicos ou materiais agregados, concorreram, possivelmente à adoção da estratégia da solução de conflitos políticos pelo diálogo e consenso, o que concorreu para unidade política intraelite em São Paulo no início do período; ao passo que a elite republicana paulista da segunda geração, caracterizada por média homogeneidade, associado à sua formação em rede de parentesco, mas com interesses materiais mais diversificados, adotou a estratégia de solução das querelas políticas por meio do confronto, concorrendo para formação de dissenso político intraelite no Estado e para isolá-la de setores políticos, econômicos, sociais e culturais, sobretudo emergentes disponíveis. Fatores, que em nosso ver, favoreceram a cisão definitiva da elite paulista e à fundação do Partido Democrático – PD, em 1926.

Já a elite republicana rio-grandense da primeira geração, caracterizada por baixa heterogeneidade, por uma forte orientação doutrinária positivista e visando à construção de uma “nova” sociedade no Rio Grande, além de fazer frente a uma conjuntura de conflitos e tensões intraelite que ocorreriam no Estado no período, adotou a estratégia da solução de querelas políticas por meio do conflito, concorrendo para cisão e dissidência política no Rio Grande no período; ao passo que a elite republicana rio-grandense da segunda geração, caracterizada por média heterogeneidade, menos dogmática ideologicamente que a elite da



primeira geração, adotou a estratégia da solução dos conflitos políticos por meio de diálogo e acordo, concorrendo para a unificação da elite rio-grandense no final do período.

Com base nos fatores analisados, concluímos que uma elite caracterizada por média homogeneidade educacional, profissional, de origem geográfica, tempo de mandato, rede de relações familiares, de círculo de amizade, de estilo de vida, congregada em torno de interesses materiais, favorece a construção de aparelho de Estado com poder concentrado; e uma elite caracterizada por baixa homogeneidade, configurada pelas variáveis acima, favorece a construção de aparelho de Estado com poder desconcentrado.

Ou ainda, uma elite com média homogeneidade, em uma sociedade que se diversifica política, econômica, social e culturalmente, tende a formação de dissenso intraelite e a construção de aparelho de Estado com poder concentrado; e uma elite caracterizada por baixa homogeneidade, em uma sociedade que se diversifica política, econômica, social e culturalmente, tende a construção de aparelho de Estado com poder desconcentrado e a agregação de setores emergentes. Ao passo que uma elite com baixa heterogeneidade, em uma sociedade que se diversifica política, econômica, social e culturalmente, tende a formação de dissenso intraelite e a construção de aparelho de Estado com poder concentrado; e uma elite caracterizada por média heterogeneidade, em uma sociedade que se diversifica política, econômica, social e culturalmente, tende a construção de aparelho de Estado com poder desconcentrado e a agregação de setores emergentes.

Portanto, o perfil de uma elite política como homogeneidade ou heterogeneidade educacional, profissional, de estilo de vida, de relações familiares, de círculos de amizades e de interesses materiais agregados, influencia essa elite na adoção do modelo e na construção de aparelho de Estado. Favorecendo ainda a possibilidade de unidade ou cisão intraelite. Porém, a elite sofre influência também de legados históricos (externos), bem como de conjuntura de mudanças sociais, econômicas e culturais que ocorrem em determinados períodos e locais.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LOTTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas – FGV, Segunda Edição, 2001.

AITA, Carmem; AXT, Gunter (org.). **Getúlio Dornelles Vargas: discursos (1903-1929)**. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997.

AITA, Carmem; AXT, Gunter, ARAÚJO, Vladimir (org.). **Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos Nossos Dias**. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Montesquieu: sociedade e poder. In. WWFFORT, Francisco C. (org). **Os Clássicos da Política**. São Paulo, Editora Ática, 1997.

ALMEIDA, Agassiz. **A República das Elites: Ensaio Sobre a Ideologia das Elites e do Intelectualismo**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, Ltda., 2004.

ALMEIDA, João Pio de. **Borges de Medeiros: Subsídio para o Estudo de sua Vida e de sua Obra**. Porto Alegre, Barcellos, Bertaso & Cia, Livraria do Globo, 1928.

ALONSO, Ângela. De Positivismo e Positivista: Interpretações do Positivismo Brasileiro. In. TRINDADE, Hélió, Organizador. **O Positivismo Teoria e Prática: Sesquicentenário da Morte de Augusto Comte**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento: a Geração 1870 na Crise do Brasil-Império**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: Notas sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

ALVIM, Newton. **Pinheiro Machado**. Porto Alegre, Tchê! Comunicações Ltda., 3ª edição, 1985.

AMARAL, Antônio Barreto do. **Pedro de Toledo**. São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1969.

\_\_\_\_\_. **Prudente de Moraes: uma vida marcada**. São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1971.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib; MICHELETTO, Nilza; SÉRIO, Teresa Maria de Azevedo Pires. A experiência como fonte das ideias, as ideias como fonte do conhecimento: John Locke. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo: São Paulo, EDUC, 6ª edição, 1996.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. O mecanismo estende-se do mundo ao pensamento: Thomas Hobbes. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo: São Paulo, EDUC, 6ª edição, 1996.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. A prática, a História e a construção do conhecimento: Karl Marx. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo: São Paulo, EDUC, 6ª edição, 1996.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Há uma ordem imutável na natureza e o conhecimento a reflete: Auguste Comte. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo: São Paulo, EDUC, 6ª edição, 1996.

ANITA, Carmem. **Joaquim Francisco de Assis Brasil: Perfil biográfico e discursos (1857-1938)**. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.

ANITA, Carmem; AXT, Gunter (org.). **José Antônio Flores da Cunha: discursos (1909-1930)**. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

ANTONACCI, Maria Antonieta. A Revolução de 1923: As Oposições na República Velha. In. DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius, Org. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

ARANTES, Altino. **Passos do meu Caminho**. Rio de Janeiro, Editora, Livraria José Olympio, 1958.

ARAÚJO, Rubens Vidal. **Os Vargas**. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1985.

ARTIGA, Jugurta de. **Figuras da 1ª República**. Lisboa, Editorial Minerva Lisboa, 1955.

BACHRACH, Peter e BARATZ, Morton S. **Poder e decisão**. In: CARDOSO, F. H. e MARTINS, C. E. (org.) **Política e sociedade**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1983, 2ª edição.

BACHRACH, Peter. **The Theory of Democratic Elitism: A Critique**. New York, University Press of America, 1980.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. Porto Alegre, Edipucrs, 1996.

BAKOS, Margaret. (Org.). **Júlio de Castilhos: Positivismo, Abolição e República**. Porto Alegre, IEL: Edipucrs, 2006.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. In. QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1995.

BLOCK, Fred. **Beyond Relative Autonomy: State Managers as Historical Subjects**. In. *Socialist Register*, ed. Ralph Miliband e John Saville. London, Merlin Press, 1980.

BOBBIO Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Estado Governo e Sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 6ª edição.

\_\_\_\_\_. Existe uma doutrina marxista do Estado? In. **Marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. Teoria das Elites. In: BOBBIO Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. São Paulo, Malheiros, 1996.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização (A Arqueologia do Estado-Providência)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BOTTOMORE, Tom. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1974.

\_\_\_\_\_. Teoria das Elites. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro, Zahar, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **La Noblesse d'État: Grands Écoles et Esprit de Corps**. Paris, Minut, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

BROSSARD, Paulo. **Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938). Ideias Políticas de Assis Brasil**. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

BUSINO, Giovane. **Elite(s) et élitisme**. Paris, Presses universitaires de France – PUF, 1992.

CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart. **Discricionariedade Administrativa no Estado Constitucional de Direito**. Curitiba, Juruá, 2001.

CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mario Henrique. **Oswaldo Aranha: a estrela da revolução**. São Paulo, Mandarin, 1996.

CAMPOS, Maria do Carmo e D'AZEVEDO, Martha Geralda Alves. **Protásio Alves e o Seu Tempo**. Porto Alegre, Já Editores, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales. In. FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira – Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. Tomo III, O Brasil Republicano, 1º volume. São Paulo, Difel, 1975.

CARNEIRO, Paulo. **Ideias Políticas de Júlio de Castilhos: introdução, notas bibliográficas, cronologia e textos selecionados**. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa: Brasília, Senado Federal, 1981.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas – SP, Papyrus, 1986.

CARONE, Edgard. **A República Velha – II Evolução Política (1889-1930)**. São Paulo, DIFEL – Difusão Editora S.A., 4ª Edição.

CARVALHO NETO, Menelick de. Requisitos Paradigmáticos da Interpretação jurídica sob o Paradigma do Estado Democrático de Direito. **Revista de Direito Comparado**. Belo Horizonte, 1999.

CARVALHO, José Murilo. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In. FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, Difel, tomo 3, vol. 2, 1977.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In. TRINDADE, Héliogio, Organizador. **O positivismo teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. **Forças Armadas e a Política no Brasil**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pontos e bordados: escritos de história e política.** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. **Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª Ed., 2007.

CASSOL, Arnaldo Luiz. **Antão Gonçalves de Faria: História e Biografia.** Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1986.

CASTELLANI, José. **A Maçonaria e o Movimento Republicano.** São Paulo, Traço Editora e Distribuidora Ltda., 1989.

CASTILHOS, Júlio de. **Cartas / Júlio de Castilhos: edições comemorativa dos 90 anos de criação do Museu Júlio de Castilhos.** Porto Alegre, IEL, AGE, 1993.

CATTONI, Marcelo. **Direito Constitucional.** Belo Horizonte, Mandamentos, 2002.

CAVALARI, Rossano Viero. **O ninho dos pica-paus: Cruz Alta na Revolução Federalista de 1893.** Porto Alegre, Martins Livreiro, 2001.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas.** Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.

CHARLE, Christophe. **Les Élités de la République.** Paris, Fayard, 1987.

CHISHOLM, Robert. A Ética Feroz de Nicolau Maquiavel. In. QUIRINO, Célia Galvão; VOUGA, Cláudio; e BRANDÃO, Gildo, (Orgs). **Clássicos do Pensamento Político.** São Paulo, editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTTO, Renato. **O Estado como instituição. Uma leitura das "obras históricas" de Marx.** *Crítica Marxista*, São Paulo, Bontempo, 2001.

COHEN, Esther. **Júlio de Castilhos.** Porto Alegre, Tchê! Comunicações Ltda., 1985.

COLUSSI, Eliane Lúcia. **A Maçonaria Gaúcha no século XIX**. Passo Fundo, Editora Universidade de Passo Fundo, 4ª edição, 2011.

COMTE, Auguste, 1798-1857. **Curso de Filosofia positiva**. Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista – Auguste Comte; seleção de texto de José Arthur Giannotti; Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos – São Paulo, Abril Cultural, 2ª edição, 1983.

**CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL** de 14 de Júlio de 1891. Editora da Livraria Globo, 1927.

**CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** de 14 de Júlio de 1891.

CORADINI, Odaci Luiz. As elites como objeto de estudos. In. CORADINI, Odaci Luiz (org). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

CORONEL, Audixford Almeida. **Sumário da vida e obra do Coronel Affonso Emílio Massot Patrono da Brigada Militar**. Porto Alegre, Edições BM, 1987.

CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos do Direito Constitucional: o Estado como ente Territorial**. Curitiba, Juruá, 2003, 2ª Edição.

DAHL, Robert. **A Preface to Democratic Theory**. Chicago, University of Chicago Press, 1956.

DAHL, Robert. **Uma crítica do modelo de elite dirigente**. In: AMORIM, Maria Stella (org.), *Sociologia Política II*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

\_\_\_\_\_. **Who Governs?** New Haven, Yale University Press, 1989.

DEBES, Célio. **Campos Sales: Perfil de um Estadista**. São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1977.



\_\_\_\_\_. **Júlio Prestes e a Primeira República.** São Paulo, Imprensa Oficial: Arquivo do Estado, 1982.

\_\_\_\_\_. **Washington Luiz: Primeira Parte (1869-1924).** São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1994.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryanth. Droits de l'homme et philanthropie hégémonique. **Actes de la Recherche em Sciencises Sociales.** Paris, 1993.

DIAZ, Furio. Teoria de Estado e vontade política. In. **Marxismo e o Estado.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

DONZELLI, Maria. Comte, a Itália e a França entre o século XIX e o XX. In. TRINDADE, Hégio, Organizador. **O positivismo teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1966.

DUARTE, Paulo. **Júlio Mesquita.** São Paulo, HUCITEC, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

DULLES, John W. F. **Getúlio Vargas: biografia política.** Rio de Janeiro, Editora Renes, 1967.

ELIAS, Norbert. **Processes of state-formation and nation-building.** In. Transactions of the 7<sup>th</sup> World Congress of Sociology. Genève, International Sociological Association, vol. 3, 1972.

\_\_\_\_\_. **The civilizing process: State-formation and civilization.** Oxford, Brasil Blakwell, 1982.

ELLIS Jr. Alfredo. **Alfredo Ellis: um parlamentar paulista da República – Subsídio para a história da República em São Paulo e subsídio para a história econômica de São Paulo.** São Paulo, João Bentivegna, 1950.

ENGELMANN, Fabiano. A formação da elite jurídica no Rio Grande do Sul e a (re)definição do bacharelismo. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Cadernos de Ciência Política.** Porto Alegre, Série: Teses e Dissertações, 2001.

\_\_\_\_\_. Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul. **Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPG/UFRGS.** Porto Alegre, Tese de Doutorado, 2004.

\_\_\_\_\_. Questões para o Estudo de elites de Estado: o caso representativo dos juristas. In. CORADINI, Odaci, Luiz (org.). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, 14ª Edição.

ESPIRITO SANTO, Miguel Frederico do. Representantes teutos na Assembleia Rio-Grandense (1887-1896). In: RAMBO, Arthur Blásio e FÉLIX, Loiva Otero. **Revolução Federalista e os teuto-brasileiros.** São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro.** Porto Alegre/São Paulo, Editora Globo/Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

FAUSTO, Boris. Expansão do Café e Política Cafeeira. In. FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira – Estrutura de Poder e Economia (1889-1930).** Tomo III, O Brasil Republicano, 1º volume. São Paulo, Difel, 1975.

FELIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política.** Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2ª edição, 1996.

\_\_\_\_\_. Imprensa, Revolução e discurso: a construção de categorias. In: RAMBO, Arthur Blásio e FÉLIX, Loiva Otero. **Revolução Federalista e os teuto-brasileiros**. São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

FELIZARDO, Joaquim José. **História Nova da República Velha: do Manifesto de 1870 à Revolução de 1930**. Petrópolis, Vozes, 1980, 2ª edição.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. *Path dependency e os estudos históricos comparados*. São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, nº 53, 2002.

FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos Farrapos: as ideias políticas da revolução farroupilha**. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 3ª edição, 1985.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **RS: economia & conflito político na Republica Velha**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

FONTOURA, João Neves da. **Borges de Medeiros e seu Tempo**. Porto Alegre, Editora Globo, 1957.

\_\_\_\_\_. Discursos Parlamentares (1921-1928). In. AITA, Carmem; AXT, Gunter; ARAÚJO, Vladimir. **Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1997.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo**. Rio de Janeiro, José Olympio; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Coleção documentos brasileiros, 1973.

FRANCO, Sérgio da Costa. **A Pacificação de 1923: as negociações de Bagé**. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, EST edições, 1996.

\_\_\_\_\_. **Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.

\_\_\_\_\_. **Júlio de Castilhos e sua época.** Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 4ª edição, 1996.

\_\_\_\_\_. Panorama Geral da Revolução Federalista. In: RAMBO, Arthur Blásio e FÉLIX, Loiva Otero. **Revolução Federalista e os teuto-brasileiros.** São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

FREITAS, Décio. **O homem que inventou a ditadura no Brasil.** Porto Alegre, Sulina, 5ª edição, 2000.

GARIGOU, Alain. **Les elites contre la Republique: Science Po et l'ENA.** Paris, La Découverte, 2001.

GERTZ, René E. A Memória da Guerra Civil de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: RAMBO, Arthur Blásio e FÉLIX, Loiva Otero. **Revolução Federalista e os teuto-brasileiros.** São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

GIANOTTI, José Arthur. Augusto Comte: vida e obra. In: TRINDADE, Hélió, Organizador. **O positivismo teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

GLEZER, Raquel; SOUZA, Jonas Soares de. **Prudente de Moraes: discursos e mensagens.** Itu, Ottoni Editora, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Selections from Prison Notebooks.** New York, International Publishers, 1971.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A fundação da faculdade livre de direito e a “vida acadêmica” em Porto Alegre no início do século XX. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Cadernos de Ciência Política.** Porto Alegre, Série: Teses e Dissertações, 2000.

\_\_\_\_\_. Biografia, para quê?. In. CORADINI, Odaci, Luiz (org.). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

GRILL, Igor Gastal. Heranças políticas, bases sociais e especialização no Rio Grande do Sul. In. CORADINI, Odaci, Luiz (org.). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

GRYNSPAN, Mario. **Ciência Política e Trajetórias Sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro, ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GUTFREIND, Ieda. A Revolução Federalista: o apelo à revolução e Projetos Políticos. In: RAMBO, Arthur Blásio e FÉLIX, Loiva Otero. **Revolução Federalista e os teuto-brasileiros**. São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

HALL, John A. Estado e Desenvolvimento Econômico: Reflexões sobre Adam Smith. In. HALL, John. **Os Estados na história**. Rio de Janeiro, Imago Ed., 1992.

HAMILTON, Alexander. **O Federalista: remédios republicanos para males republicanos**. In. WEFFORT, Francisco C. (org.). (LIMONGI, Fernando Papaterra). **Os Clássicos da política**. São Paulo, Editora Ática, 1997.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Declínio e Queda do Império. In. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: do Império à República**. Brasil Monárquico tomo II. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, livraria, José Olympio Editora, Coleção documentos brasileiros, 6ª edição, 1967.

IANNI, Octávio. **A Formação do Estado Populista na América Latina**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 1975.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida Política (1848-1868). In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: do Império à República**. Brasil Monárquico tomo II. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

KAPLAN, Marcos. **Formação do Estado Nacional na América Latina**. Rio de Janeiro, livraria Eldorado Tijuca Ltda., 1974.

KUGELMAS, Eduardo. Difícil Hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República. **Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**. São Paulo, Tese de doutorado, 1986.

KUHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Leitura XXI, 2002.

KUNTZ, Rolf. Locke, Liberdade, Igualdade e Propriedade. In. QUIRINO, Célia Galvão; VOUGA, Cláudio; e BRANDÃO, Gildo, (Orgs). **Clássicos do Pensamento Político**. São Paulo, editora da Universidade de São Paulo, 1998.

LACOMBE, Américo Jacobina. **Arnolfo Azevedo: Parlamentar da Primeira República**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.

LARIZZA, Mirella. A República, a ciência e as paixões. In. TRINDADE, Hégio, Organizador. **O positivismo teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 3ª edição, 1997.

LÊNIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo, HUCITEC, 1979.

LESSA, Barbosa. **Borges de Medeiros**. Porto Alegre, Tchê! Comunicações Ltda., 1985.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira**. São Paulo, Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1988.

LEVINE, Robert. **A velha usina – Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha**.

FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. Tomo III, O Brasil Republicano, 1º volume,. São Paulo, Difel, 1975.

LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância: Segundo tratado sobre o governo: ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo, Abril Cultural, 2ª edição, 1978.

\_\_\_\_\_. **Segundo Tratados sobre o Governo Civil**. São Paulo, Martins Fonte, 1998.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1930)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. *Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937*. In. FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. Tomo III, O Brasil Republicano, 1º volume. São Paulo, Difel, 1975.

\_\_\_\_\_. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930**. São Paulo, Editora Perspectiva S. A., 1975.

MACCIOCCI, Maria-Antonietta. **A Favor de Gramsci. Rio de Janeiro**. São Paulo, Paz e Terra, 1977, 2ª edição.

MADISON, James. **O Federalista: remédios republicanos para males republicanos**. In. WEFFORT, Francisco C. (org.). (LIMONGI, Fernando Papaterra). **Os Clássicos da política**. São Paulo, Editora Ática, 1997.

MAESTRI, Mario. **A República Velha: Desenvolvimento, Consolidação e crise do Capitalismo regional – 1889-1930**. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo – UPF, 2005.

MALISKA, Marcos Augusto. **Max Weber e o Estado Racional Moderno**. Revista eletrônica do SEJUR, v. 1, nº 1, Agosto-dezembro de 2006.

MANN, Michael. O Poder Autônomo do Estado: Suas Origens, Mecanismos e Resultados. In. HALL, John (org.). **Os Estados na História**. Rio de Janeiro, Imago Ed., 1992.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S.A., 15ª Edição, 1991.

MARTINS NETO, João dos Passos. **Não-Estado e Estado no Leviatã de Hobbes**. Florianópolis, 1999, OAB/SC Editora.

MARTINS, Liana Bach; SILVA, Luís Antônio Costa da; NEVES, Gervásio Rodrigo. **Pensamento Político de Júlio de Castilhos**. Porto Alegre, Martins Livreiro Ed., 2003.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo, edições Mandacaru Ltda., 1990.

MARX, Karl. **A Contribution to the Critique of Political Economy**. Moscow: Progress Publishers, 1989.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã e outros escritos**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965.

MEDEIROS, Borges de. **O Poder Moderador na República Presidencial: um anteprojeto da Constituição brasileira**. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, 1993.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In. WWFFORT, Francisco C. (org.). **Os Clássicos da política**. São Paulo, Editora Ática, 1997.

MENDES, Oswaldo. **Getúlio Vargas**. São Paulo, Moderna, 1986.

MENEZES, Raimundo de. **Vida e Obra de Campos Sales**. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1974.



MERQUIOR, José Guilherme. Padrões de Construção do Estado no Brasil e na Argentina. In. HALL, John (org.). **Os Estados na História**. Rio de Janeiro, Imago Ed., 1992.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MICHELS, Robert. **A Sociologia dos partidos políticos**. Brasília, Universidade de Brasília – UnB, 1982.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

MILLS, Charles Wright. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1962.

MONTEIRO, Hiram Ayres. **Venâncio Ayres: o cavaleiro do ideal – Vida, Obra e Amores**. Itapetininga/SP, Editora Gril, 1997.

MONTEIRO, João Paulo. A Ideologia do Leviatã Hobbesiano. In. QUIRINO, Célia Galvão; VOUGA, Cláudio; e BRANDÃO, Gildo, (Orgs). **Clássicos do Pensamento Político**. São Paulo, editora da Universidade de São Paulo, 1998.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat Baron de. **O Espírito das Leis**. São Paulo, Martins Fonte, 1996.

MOORE Jr., Barrington. **Poder Político & Teoria Social**. São Paulo, Cultrix, 1972.

MOSCA, Gaetano. *Elementi di scienza politica*. Torino – Itália, Fratelli Bocca, 1923, 2ª Ed.

NASCIMENTO, Milton Meira do. Rousseau: da servidão à liberdade. In. WWFFORT, Francisco C. (org). **Os Clássicos da política**. São Paulo, Editora Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. Reivindicar direitos segundo Rousseau. In. QUIRINO, Célia Galvão; VOUGA, Cláudio; e BRANDÃO, Gildo, (Orgs). **Clássicos do Pensamento Político**. São Paulo, editora da Universidade de São Paulo, 1998.

NOLL, Maria Izabel. **La Construction du varguisme: l'ordre pour principe, le progrès comme fin. Docteur de l'ehech.** Paris-França, École des hautes études em sciences sociales, 2003.

O'CONNOR, James. **The Comporations and the state: Essays in the Theory of Capitalism and Imperialism.** New York, Harper and Row, 1974.

O'DONNELL, F. Talaia. **Oswaldo Aranha.** Porto Alegre, Editora Sulina, 1980.

O'DONNELL, Fernando, O. M. **Aparício Mariense: Contextuação histórica e dados biográficos.** Santa Maria/RS, Palotti, 1982.

OFFE, Claus. **Contradictions of the Welfare State.** London, Hutchinson, 1983.

OFFERLÉ, Michel. **La Profesion Politique, XIXe-Xxe Siécles.** Paris, Belin, 1999.

OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. In. QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber.** Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1995.

OSÓRIO, Joaquim Luís. **Constituição Política do Rio Grande do Sul: Comentário.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

\_\_\_\_\_. **Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: período republicano.** Porto Alegre, Assembleia Legislativa, 1992.

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento social do Século XX.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1996.

PARETO, Vilfredo. **Traité de sociologie générale.** Paris, Payot, 1933, 2 v.

PARSONS, Talcott y otros. **Presencia de Max Weber.** Buenos Aires, Nueva Visión 1971.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai.** Porto Alegre, Editora Globo, 1960.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **As elites políticas: questões de teoria e método.** Curitiba, Intersaberes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930).** São Paulo, FAPESP; Campinas, SP, UNICAMP, 1999, 2 vol.

\_\_\_\_\_. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha.** Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. **A República e a Modernização do Estado em São Paulo.** In. Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP. Marília, Unesp, Publicações, 1991, Continuação da Faculdade de Filosofia e Ciências, 2000, v. 9 n° 1.

\_\_\_\_\_. Estado, Capital Cafeeiro e Política Tributária na Economia Paulista Exportadora, 1889-1930. **Latin American Research Review.** volume 36, n° 1, 2001.

\_\_\_\_\_. O Partido Republicano Paulista de 1873-1930: da Classe ao Estado. In. H673 História Unisinos/Centro de Ciências Humanas. **Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.** v.7, n° 8 – São Leopoldo, Unisinos, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Mercado Aberto, 5ª edição, 1990.

\_\_\_\_\_. **República Velha Gaúcha: Estado Autoritário e Economia.** In. DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius, Org. RS: Economia & Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

\_\_\_\_\_. **República: Verso & Reverso.** Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro; Editora da Universidade/UFRGS, 1989.

PETERSEN, Sílvia R. Ferraz. **As Greves no Rio Grande do Sul (1890-1919).** In. DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius, Org. RS: Economia & Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

PETIT, Annie. **História de um sistema: o positivismo comtiano**. In: TRINDADE, Hélió, Organizador. O positivismo teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A política rio-grandense no segundo império (1868-1882)**. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 1974.

\_\_\_\_\_. **Religião e Participação Política**. In: RAMBO, Arthur Blásio e FÉLIX, Loiva Otero. Revolução Federalista e os teuto-brasileiros. São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

\_\_\_\_\_. A Política Rio-Grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius, Org. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Positivismo: Um Projeto Político Alternativo (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre, L&PM Editores S.A. 1986.

PISIÉ, Louis. **História das Ideias Políticas**. São Paulo, Manole, 2004.

PLATÃO. A República, Livro V e VIII. São Paulo, Nova Cultural, 2000, Tradução Enrico Corvisieri.

PORTO, Costa. **Pinheiro Machado e seu tempo**. Porto Alegre, L&PM 1985.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 8ª edição, 1965.

PRZEWORSKI, Adam. Economic Conditions of Class Compromise. Chicago, University of Chicago, Mimeo, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica. In. FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. Tomo III, O Brasil Republicano, 1º volume, São Paulo, Difel, 1975.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1995.

RABELLO, Elisabeth Darwiche. **As elites na Sociedade paulista na segunda metade do século XVIII**. São Paulo, Editora comercial Safady Ltda, 1980.

RAMBO, Arthur Blásio. In: RAMBO, Arthur Blásio e FÉLIX, Loiva Otero. **Revolução Federalista e os teuto-brasileiros**. São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

REICHEL, Heloisa Jochims. A Industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In. DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius, Org. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

REIS, Elisa Pereira. **Elites agrárias state-building e autoritarismo**. Revista Dados, nº 25, 1982.

\_\_\_\_\_. **Processos e Escolhas: estudos de sociologia política**. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1998.

\_\_\_\_\_. **Sociedade agrária e ordem política**. Revista Dados, nº 23, 1980.

RIBEIRO, Renato Janine. **Hobbes: o medo e a esperança**. In. WWFFORT, Francisco C. (org). Os Clássicos da política. São Paulo, Editora Ática, 1997.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. **Castilhismo: uma filosofia da república**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980.

ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos: perfil biográfico e escritos políticos**. Porto Alegre, Edição da Livraria do Globo, Barcellos, Bertaso & Cia, 1928.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A origem da desigualdade entre os homens**. São Paulo, Editora Escala, Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal 7.

\_\_\_\_\_. **O Contrato Social e outros escritos**. São Paulo, Editora Cultrix Ltda, 1995.

RUSSOMANO, Victor. **História Constitucional do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, 1932.

SADEK, Maria Tereza. **Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú**. In. WEFFORT, Francisco C. (org). **Os Clássicos da política**. São Paulo, Editora Ática, 1997.

SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

SÁ, Mem de. **A politização do Rio Grande**. Porto Alegre, Tabajara, 1973.

SANTOS, André Marenco dos. **Estudes de elites políticas explicam como instituições tornam-se instituições?** Revista brasileira de informações bibliográficas em ciências sociais – Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais. São Paulo, editora hucitec, ANPOCS, nº 41, 1996, nº 65, 2008.

SANTOS, José Maria dos. **Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista: Subsídios para a História da República**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1960.

SARTORI, Giovanni. **A Política: lógica e método nas ciências sociais**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2ª edição, 1997.

SAWICKI, François. **Lês Réseaux du Parti Socialiste: sociologia d'un milieu partisan**. Paris, Belin, 1997.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Ações Militares da Revolução Federalista no Vale do Taquari.** In: RAMBO, Arthur Blásio e FÉLIX, Loiva Otero. **Revolução Federalista e os teuto-brasileiros.** São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

SCHIRMER, Lauro. **Flores da Cunha de corpo inteiro.** Porto Alegre, RBS Publicações, 3ª edição, 2008.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo, democracia.** Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro.** Rio de Janeiro, Campus, 1988, 3ª Edição.

\_\_\_\_\_. **São Paulo e o Estado Nacional.** São Paulo, Difel, 1975.

SKOCPOL, Theda. **State and Social Revolutions: a Comparative Analysis of France, Russia and China.** New York, Cambridge University press, 1979.

\_\_\_\_\_. **Political Response to Capitalist Crisis: Neo-Marxist Theories of the State and the Case of the New Deal.** Politics and Society, 1981.

SMITH, Adam. **The Wealth of Nations.** New, Modern Library, 1937 [1776].

SWEEZY, Paul M. **Elite do poder ou classe dominante?** In: **Ensaio sobre o capitalismo e o socialismo.** Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1972.

SEIDL, Ernesto. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS – PPG/UFRGS.** Porto Alegre, Tese de Doutorado, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Espada como vocação: as grandes famílias e o exército no Rio Grande do Sul (1850-1930).** **Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Cadernos de Ciência Política.** Porto Alegre, Série: Teses e Dissertações, 1999.

\_\_\_\_\_. Entrando no Mundo da Igreja: o estudo de elites eclesiásticas. In. CORADINI, Odaci, Luiz (org). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

SILVA, Elmar Manique da. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). In. DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius, Org. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **O Pensamento Político de Vargas**. Porto Alegre, L&PM, 1980.

SILVA, Riograndino da Costa. **Notas à Margem da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora Globo, 1968.

SMITH, Adam. **O Poder Autônomo do Estado: Suas Origens, Mecanismos e Resultados**. In. HALL, John (org.). Os Estados na História. Rio de Janeiro, Imago Ed., 1992.

SOARES JR., Rodrigo. **Jorge Tibiriçá e sua época**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.

SOARES, Mozart Pereira. **Júlio de Castilhos**. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1991.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EXPANSÃO COMERCIAL LTDA. **Quem é Quem no Brasil: Biografias Contemporâneas**. São Paulo, Tomo 1, 1ª edição, 1948.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **O processo político-partidário na Primeira República**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1969.

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. Porto Alegre, Sulina Editora, 1969.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo, Atlas, 1985.



TRINDADE, Hélió e NOLL, Maria Izabel. **Estatísticas Eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823/2002)**. Porto Alegre, Editora da UFRGS/Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

\_\_\_\_\_. **Subsídios para a História do Parlamento Gaúcho (1890-1937)**. Porto Alegre, CORAG, 2005 (Os 170 anos do Parlamento Gaúcho).

\_\_\_\_\_, Organizador. **O positivismo teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. A república positivista: teoria e prática. In TRINDADE, Hélió, Organizador. **O positivismo teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937). In. DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius, Org. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

\_\_\_\_\_. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822-1945). In. ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHVARZER, (Orgs). **Como renascem as democracias**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **João Neves da Fontoura: discursos parlamentares**. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978.

\_\_\_\_\_. O jacobinismo castilhistas e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul. In. TRINDADE, Hélió, Organizador. **O positivismo teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. O Jacobinismo castilhistas e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul. In. Maison d'Auguste Comte e Ecole des Hautes Etudes des Sciences Sociales e Maison des Sciences de l'homme. **Colóquio internacional Auguste Comte: Philosophie et revolution**. Anfiteatro Louis Liard (Sorbone), Paris-França, 1989.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX.** Rio de Janeiro – São Paulo, Difel, 1978.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1956.

\_\_\_\_\_. **Instituições políticas brasileiras.** Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1955.

VILLAS-BOAS, Pedro. **Notas de Bibliografia sul-rio-grandense.** Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O Rio Grande do Sul e a Política Nacional: as oposições civis na crise dos anos 20 e na revolução de 30.** Porto Alegre, BRDE, 1982.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo, Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A política como vocação.** In: Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974, 3ª ed.

WHITAKER, José Maria. **O Milagre de Minha Vida.** São Paulo, Editora HUCITEC, 1978.

WIRTH, John. Minas e a Nação: um Estudo de Poder e Dependência Regional (1889-1937). In. FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930).** Tomo III, O Brasil Republicano, 1º volume, São Paulo, Difel, 1975.

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

WITTER, José Sebastião (Org). **Ideias Políticas de Francisco Glicério: Cronologia, Introdução, notas bibliográficas e textos selecionados.** Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa: Brasília, Senado Federal, 1981.

## ANEXOS

## Elite Paulista

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | Adolfo Gordo (Adolpho Affonso da Silva Gordo)  |
| Local e data de nascimento:  | Piracicaba 12/08/1858  |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro 29/06/1929  |
| Nome e profissão do pai:     | Antônio José da Silva Gordo  |
| Nome e profissão da mãe:     | Anna Brandinha de Barros   |
| Nome e profissão da esposa:  | Anna Vergueiro e em 2º casamento Ana Vieira de Carvalho  |
| Nome dos filhos:             | Adolfo e Nicolau da Silva Gordo  |
| Educação: preparatório       | Em São Paulo   |
| Superior:                    | Curso de humanidades no Instituto Santista e bacharel em direito pela academia de São Paulo (1879)   |
| Profissão                    | Advogado em São Paulo  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva (1889-1890), (1907-1911) e (1912-1915).  |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em São Paulo; Deputado Federal (1891–1902) e (1906–1915); e Senador 29-34ª Legislatura.   |
| Cargos Administrativos       | Presidente do Estado do Rio Grande do Norte  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <p>ABRANCHES, Dunshee de. Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil: apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-Presidentes da República, Ministros de Estado, Senadores e Deputados ao Congresso Nacional, 1889 a 1917. São Paulo, 1918. 2 v.-Brasil.</p> <p>BRASIL, CONGRESSO. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de Deputados brasileiros da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª 6ª, 7ª e 8ª Legislaturas (1889-1930). Brasília, s.d..</p> <p>LOVE, Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.</p> <p>LUIZ, Gonzaga da Silva Leme. Genealogia Paulistana. São Paulo, Duprat &amp; Cia, 1904.</p> |
| Observações:                 | Cunhado de Prudente e Manuel de Moraes Barros e de Antônio Carlos Ferraz Salles, Senador Estadual em (1899).   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Alfredo Ellis</b>   |
| Local e data de nascimento:  | São Paulo 19/03/1850   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo 30/06/1925   |
| Nome e profissão do pai:     | William Ellis, Médico Inglês.  |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria do Carmo da Cunha Bueno, do lar.   |
| Nome e profissão da esposa:  | Sebastiana Eudóxia da Cunha Bueno prima de Alfredo Ellis – família Barros Penteado   |
| Nome dos filhos:             | Alfredo (falecido criança), Maria do Carmo Bueno Ellis, Sofia Bueno Ellis, Alfredo e Anthony (falecidos jovens) Eudóxia Bueno Ellis, Francisco Bueno Ellis, Guilherme Ellis Neto (falecido criança), Adalberto Bueno Ellis e Alfredo Ellis Junior.   |
| Educação: preparatório       | Em São Paulo e Nos Estados Unidos da América   |
| Superior:                    | Medicina pela Universidade da Filadélfia (1869)  |
| Profissão                    | Médico, historiador e fazendeiro de café em São Paulo.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; membro da Comissão Executiva (1893-1894).  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal (1891-1902) e Senador (1903-1925)   |
| Cargos Administrativos       | Candidato à vice-presidente da República na chapa civilista  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>BRASIL, CONGRESSO.</b> Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de Deputados brasileiros da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Legislaturas da 1ª República (1889-1930). Brasília, s.d.<br><b>ELLIS JUNIOR,</b> Alfredo Professor Um Parlamentar Paulista da República: Subsídios para a História da República em São Paulo e subsídios para a História Econômica de São Paulo. São Paulo, João Bentivegna, 1949.<br><b>LOVE,</b> Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. |
| Observações:                 | Sogro de Arthur Palmeira Ripper; Cunhado de João Batista de Mello Oliveira; Junto com Rafael Sampaio Vidal, lutou pela defesa permanente do Café e pela encampação da São Paulo Railway.   |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Américo Brasiliense de Almeida Melo</b>  |
| Local e data de nascimento:  | São Paulo, 08/08/1833   |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro, 25/03/1896.   |
| Nome e profissão do pai:     | Francisco Antônio de Almeida Mello, Advogado e deputado na Assembleia Provincial entre (1840-1857).   |
| Nome e profissão da mãe:     | Felizarda Joaquina Pinto de Mello   |
| Nome e profissão da esposa:  | Marcelina Lopes Chaves, filha dos barões de Santa Branca.   |
| Nome dos filhos:             | Américo Brasiliense de Almeida Mello Filho; Alice Brasiliense; Zuleika Brasiliense; Iponina Brasiliense Payão; Ruth Brasiliense de Camargo Aranha; Francisco Brasiliense; Persano Brasiliense; Lourival Brasiliense.  |
| Educação: preparatório       | Em São Paulo  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1855); doutor em direito em São Paulo (1860).   |
| Profissão                    | Advogado em Sorocaba e São Paulo, Juiz Municipal em Faxina (Itapeva) e Campinas; Professor da Faculdade de Direito de São Paulo (1881).   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL e Partido Republicano Paulista – PRP   |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em São Paulo (1878-1882); Deputado Provincial (1858-1860) e (1867-1889); e Deputado Geral (1878).  |
| Cargos Administrativos       | Presidente da Província da Paraíba e Rio de Janeiro (1868); Presidente do Estado (1891-1891); e Ministro do STF.  |
| Publicações:                 | Os Programas dos Partidos e o 2º Império.   |
| Títulos:                     | Doutor em Direito em 1860   |
| Fontes:                      | <b>CASTELLANI</b> , José. A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro. São Paulo, Editora Traço, 1989.<br><b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>VILLALBA</b> , Biografia de Dr. Américo Brasiliense, Diário Oficial de São Paulo.<br><b>RIBEIRO</b> , José Jacinto. Cronologia Paulista. São Paulo, Oficina do Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1898.  |
| Observações:                 | Elaborou o projeto de Constituição Federal e promulgou a Constituição Paulista (1891). Fundador do <i>A Província de São Paulo</i> . “Na casa do canto do largo da Sé, reúnem-se conservadores, liberais, republicanos, católicos... Todos se estimam, ninguém se insulta, e a harmonia reina entre os frequentadores da sala vermelha do chefe republicano”. E “Auguro mal desta República feita por Soldados. Quisera que ela não viesse hoje para poder ser duradoura e felicitar o povo. O militarismo que aí está, nos há de trazer torturas. Mas já que está feita assim a República, trabalhemos para consertá-la<br><b>PESTANA</b> , Francisco Rangel. In: Revista do IHGSP. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, Volume VIII, 1904. Fundador, com Luís Gama, Américo de Campos e Ferreira Menezes, a Loja Maçônicas América em 1868. Sócio do IHGSP. |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Américo Brazílio de Campos</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Bragança Paulista, 12/08/1838  |
| Local e data de falecimento: | Nápoles Itália, 20/01/1900   |
| Nome e profissão do pai:     | Bernardino José de Campos, Advogado e Político   |
| Nome e profissão da mãe:     | Felisbina Gonçalves de Campos  |
| Nome e profissão da esposa:  | Anna Amália Peixoto de Campos  |
| Nome dos filhos:             | Virgínia de Campos, Anna de Campos, Bernardino Peixoto de Campos, Jorge de Campos, Armando de Campos e Maria de Campos.  |
| Educação: preparatório       | Em Campinas e São Paulo  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1860)  |
| Profissão                    | Advogado em SP, promotor público em Itu e jornalista. Fundador do jornal <i>O Cobrião</i> , redator de <i>O Correio Paulistano</i> e proprietário do <i>A Província</i> depois <i>O Estado de São Paulo</i> . Um dos fundadores do <i>Diário Popular</i>   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal- PL e Partido Republicano Paulista – PRP   |
| Mandatos eletivos:           | Não exerceu mandato eletivo  |
| Cargos Administrativos       | Cônsul Geral do Brasil em Nápoles (1890-1900).   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>CASTELLANI</b> , José. <i>A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro</i> . São Paulo, Editora Traço, 1989.<br><b>LOVE</b> , Joseph. <i>A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)</i> . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>RIBEIRO</b> , José Jacinto. <i>Cronologia Paulista</i> . São Paulo, Oficina do Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1898. |
| Observações:                 | Irmão de Bernardino de Campos; Fundador, juntamente com Luis Gama, Américo Brasiliense e Ferreira Menezes, a Loja Maçônica América em 1868; Iniciou na Maçonaria na Loja Amizade; Fundador, juntamente com Rangel Pestana e José Maria Lisboa do Jornal “A Província de São Paulo” e, juntamente com José Maria Lisboa o Jornal “Diário Popular”.                                      |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Antônio Cândido Rodrigues</b>  |
| Local e data de nascimento:  | São Paulo, 19/07/1850   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 21/10/1934   |
| Nome e profissão do pai:     | João José Rodrigues, Advogado e Magistrado  |
| Nome e profissão da mãe:     | Jesuína Ribeiro dos Santos Rodrigues, do Lar  |
| Nome e profissão da esposa:  | Zulmira de Almeida Nogueira Pedroso   |
| Nome dos filhos:             | <a href="#">Horácio Rodrigues</a> ; Mario Rodrigues; Alice de Almeida Rodrigues   |
| Educação: preparatório       | Colégio particular em MG, no Mosteiro de São Bento no RJ e na Escola Militar do RJ  |
| Superior:                    | Bacharel em matemática e ciências físicas (1874) e engenheiro militar - Escola Militar do RJ; capitão.  |
| Profissão                    | Cafeicultor e engenheiro militar. Funcionário do Ministério da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL e Partido Republicano Paulista – PRP   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Provincial por São Paulo (1884-1889); Deputado Estadual Constituinte (1891); Deputado Federal (1903-1905) e (1921); e Senador Estadual (1892-1900).  |
| Cargos Administrativos       | Diretor Geral de Obras Públicas de S. P.; Vice-Presidente do Estado (1916-1920); Secretário da Agricultura (1900-1902) e (1908-1909); e Ministro da Agricultura (1909-1910)   |
| Publicações:                 | Campos do Jordão (1882)   |
| Títulos:                     | General Honorário de Exército   |
| Fontes:                      | <b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>BRASIL</b> . Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 5ª Legislatura: 1903 -1905. [Brasília], s.d..<br><b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>RIBEIRO</b> , Antônio Sérgio e <b>AZAMBUJA</b> , Sueli. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Divisão de Acervo Histórico. Galeria dos Presidentes da Assembleia Legislativa de São Paulo. São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Comunicação, 2006. |
|                              | Capitão de Artilharia na Guerra do Paraguai. Um dos promotores do Congresso Cafeeiro de 1921 e Presidente do Congresso da Lavoura de 1920. Um dos organizadores do Partido Republicano de Oposição, em 1895 e do Partido Democrático em 1926. Construtor da rodovia Curitiba-Assuagy. Chefe do serviço de colonização no Paraná. Diretor da Secretaria de Obras Públicas de São Paulo (1880-1883). Fundador da SPA, membro da SNA e da LAB e cafeicultor.   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Antônio Francisco de Paula Souza</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Itu – SP, 16/12/1846   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 13/04/1916  |
| Nome e profissão do pai:     | Conselheiro e Ministro do Império Antônio Francisco de Paula Souza   |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria Rafaela de Barros Souza  |
| Nome e profissão da esposa:  | Ada Virgine Herwegh  |
| Nome dos filhos:             |  |
| Educação: preparatório       | Em Itu   |
| Superior:                    | Engenharia Civil pela faculdade de Karlsruhe Alemanha (1867)   |
| Profissão                    | Fundador, diretor e professor da Escola Politécnica de São Paulo por mais de 20 anos.  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Conservador – PC e Partido Republicano Paulista – PRP  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1892-1894) e (1898-1900); Presidente da Câmara dos Deputados do Estado (1892-1893)  |
| Cargos Administrativos       | Secretário da Agricultura (1898); Secretário da Indústria, Viação e Obras Públicas (1893); Diretor da Repartição de Obras Públicas do Estado de São Paulo (1891); e Ministro das Relações Exteriores (1892-1893)   |
| Publicações:                 | A República Federativa do Brasil (1869) e Projeto para Levantamento da Carta Chorografia da Província de São Paulo (1880)  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>RIBEIRO</b> , Antônio Sérgio e <b>AZAMBUJA</b> , Sueli. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Divisão de Acervo Histórico. Galeria dos Presidentes da Assembleia Legislativa de São Paulo. São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Comunicação, 2006. |
| Observações:                 | Republicano signatário da Convenção de Itu, incentivador do Ensino Público, criador da Escola Politécnica de São Paulo, trabalhou nos Estados Unidos da América e na construção da Estrada de Ferro Ituana e Rio Claro.  |



|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Antônio da Silva Prado</b>   |
| Local e data de nascimento:  | São Paulo, 25/02/1840   |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro, 23/04/1929  |
| Nome e profissão do pai:     | Martinho da Silva Prado, Fazendeiro   |
| Nome e profissão da mãe:     | Veridiana Valéria da Silva Prado  |
| Nome e profissão da esposa:  | Maria Catharina da Costa Pinto.   |
| Nome dos filhos:             | Paulo da Silva Prado, Maria Nazaréth da Silva Prado, Marina da Silva Prado, Hermínia da Silva Prado, Luís da Silva Prado, Antonio da Silva Prado Júnior, Antonieta da Silva Prado e Sylvio da Silva Prado   |
| Educação: preparatório       | Primário: Colégio Tautphoeus, Secundário: Colégio Pedro II. Graduação: na faculdade de direito de São Paulo, em 1861. Especializou-se em Paris.   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1861)   |
| Profissão                    | Advogado, empresário agrícola, industrial e comercial. Proprietário de fazenda, de casas exportadoras de café e de estradas de ferro, cafeicultor e banqueiro.  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Conservador do Império PC e Partido Republicano Paulista – PRP  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Geral (1866-1867), (1870-1871), (1884-1885) e (1888-1889); Deputado Federal Constituinte (1891-1893); e Senador (1887).  |
| Cargos Administrativos       | Ministro da Agricultura (1884-1885) e (1888-1889); Ministro dos Estrangeiros (1888); e Prefeito de São Paulo (1899-1910).   |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     | Conselheiro do Império (1886)   |
| Fontes:                      | <b>ABRANCHES</b> , Dunshee de. Governos e Congressos da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-Presidentes da República, Ministros de Estado, Senadores e Deputados ao Congresso Nacional, 1889 a 1917. S/P, 1918. v.1 p. 371.<br><b>BRASIL</b> . Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 20ª Legislatura: Império: 1886-1889. [Brasília].<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.   |
|                              | Apoiou a Reação Republicana contra o PRP e um dos fundadores do PD. Diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro durante 35 anos. Fundador do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e da Casa de Exportação Prado Chaves. Diretor da Brazilian Warrant Company e sócio de Edward Greene. Proprietário da fazenda Santa Veridiana, em Santa Cruz das Palmeiras, da Fábrica de Vidros Santa Marina. Diretor da Companhia Frigorífica e Pastoral. Chegou a possuir 6 milhões de pés de café. Fundador da Sociedade Promotora da Imigração e do Instituto Agronômico de Campinas. Foi acionista, junto com Martinho e Eleutério da Silva Prado, da Companhia Carris de Ferro de São Paulo. |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Augusto Cezar de Miranda Azevedo</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Sorocaba, 10/10/1851   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 02/03/1907  |
| Nome e profissão do pai:     | Antônio Augusto Cezar de Azevedo, Magistrado.  |
| Nome e profissão da mãe:     | Ana Eufrosina de Miranda Azevedo   |
| Nome e profissão da esposa:  | Angelina Fomm de Miranda Azevedo   |
| Nome dos filhos:             | Iracema de Azevedo, Aracy Miranda de Azevedo, Ary Fomm de Miranda Azevedo e Maria Fomm de Miranda Azevedo.   |
| Educação: preparatório       | S. J. do Príncipe, Cabo Fio, Petrópolis e Colégio Pedro II R.J.  |
| Superior:                    | Medicina na faculdade do Rio de Janeiro (1874)   |
| Profissão                    | Médico em Guaratinguetá e Cruzeiro, jornalista e historiador.  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1891-1892) e (1895-1900); Presidente da Câmara dos Deputados do Estado (1891-1892); e Deputado Federal (1900-1902).   |
| Cargos Administrativos:      |  |
| Publicações:                 | <b>AZEVEDO</b> , Augusto Cesar de Miranda. Memória histórica dos fatos mais notáveis ocorridos em 1872. Revista Médica. Rio de Janeiro, 1873-1874.<br>_____. Bosquejo histórico crítico dos meios terapêuticos da erisipela pelo doutor Costa Alvarenga. Revista médica. Lisboa, 1873. v. 2.<br>_____. Beriberi. Do darwinismo: é aceitável o aperfeiçoamento completo das espécies até o homem. Rio de Janeiro, 1877.<br>_____. Beriberi na Província de S. Paulo: carta ao doutor Betoldi. Rio de Janeiro, 1877.<br>_____. Frederico Fomm: apontamentos biográficos. S. Paulo, 1879, 15 p..<br>_____. Doutor Luiz Barboza da Silva: biografia. S. Paulo, 1880, 24 p.   |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>BRASIL</b> . Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 4ª Legislatura: 1900 -1902. [Brasília], s.d..<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>RIBEIRO</b> , José Jacinto. Cronologia Paulista. São Paulo, Oficina do Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1898.<br><b>RIBEIRO</b> , Antônio Sérgio e <b>AZAMBUJA</b> , Sueli. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Divisão de Acervo Histórico. Galeria dos Presidentes da Assembleia Legislativa. São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Comunicação, 2006. |
| Observações:                 | Fundou, com Ramiro Barcelos e Lopes Trovão, <i>O Radical Acadêmico</i> e <i>A Revista Médica</i> ; diretor do <i>A República</i> no RJ; colaborou com o <i>Opinião Liberal</i> , <i>Correio Nacional</i> e <i>A Província</i> de SP; fundador da Sociedade de Medicina e do IHGSP; Lente catedrático de Higiene Pública da Faculdade de Direito de São Paulo.  |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Bernardino José de Campos Junior</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Pouso Alegre – MG, 01/11/1841.   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 18/01/1915  |
| Nome e profissão do pai:     | Bernardino José de Campos, Advogado e Magistrado.  |
| Nome e profissão da mãe:     | Felisbina Gonçalves de Campos  |
| Nome e profissão da esposa:  | Francisca Duarte de Campos, do Lar.  |
| Nome dos filhos:             | Carlos de Campos, Silvio de Campos.  |
| Educação: preparatório       | Em Campinas São Paulo  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1863)  |
| Profissão                    | Advogado em Amparo e jornalista em São Paulo   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL e Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva (1892), (1896), (1899-1900) e (1907-1914).  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Provincial (1888-1889); Deputado Federal Constituinte (1890-1891); Deputado Federal (1892-1893); Presidente da Câmara dos Deputados (1891-1892); Senador da República (1896); e Senador Estadual (1903-1915).   |
| Cargos Administrativos       | Chefe de Polícia (1889-1890); Presidente do Estado (1892-1896) e (1902-1904); Ministro da Fazenda (1896-1898).   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | General Honorário do Exército Brasileiro   |
| Fontes:                      | <b>CASTELLANI</b> , José. A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro. São Paulo, Editora Traço, 1989.<br><b>BRASIL</b> . Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros Assembleia Nacional Constituinte e da 1ª legislatura: 1891-1893. [Brasília], s.d.<br><b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>RIBEIRO</b> , José Jacinto. Cronologia Paulista. São Paulo, Oficina do Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1898.<br><b>SANTOS</b> , José Maria dos. Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista. Rio de Janeiro, José Olympio Ed. 1960. |
| Observações:                 | Fundador do PRP. Como governador desenvolveu plano de saneamento do porto de Santos, visando atacar febre amarela. Inaugurou o Museu do Ipiranga e melhorou o abastecimento de água da Capital. Membro do Clube Radical de São Paulo, embrião do PRP, junto com Francisco Glicério, Américo de Campos, Campos Salles, Prudente de Moraes, Luís Gama, Antônio Lobo e outros. Pré-candidato, em 1905, à presidência. Era livre cambista e contra a valorização. Ligado ao Banco União e ao capital estrangeiro. Era Maçom em Amparo, fundador da Loja Trabalho, membro honorário da Loja Amizade e da Independência e ordem em Campinas.   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Cesário da Mota Júnior</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Porto Feliz – SP, 1847.  |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro, 25/04/1897.  |
| Nome e profissão do pai:     | Cesário Nasianzeno d’ Azevedo Motta e Magalhães, Médico.   |
| Nome e profissão da mãe:     | Clara Cândida da Motta   |
| Nome e profissão da esposa:  | Adelina Moreira da Motta   |
| Nome dos filhos:             | Não deixou descendência.   |
| Educação: preparatório       | Com seu tio Fernando Maria Nogueira da Motta e em um Colégio de Sorocaba e no Rio de Janeiro   |
| Superior:                    | Medicina na faculdade de medicina do Rio de Janeiro (1876)   |
| Profissão                    | Medicina em Capivari-SP.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL e Partido Republicano Paulista – PRP  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Provincial (1878-1879) e Deputado Federal (1890-1894)   |
| Cargos Administrativos       | Secretário do Interior (1894-1895)   |
| Publicações:                 | Das Condições Patogênicas da Angina do Peito (1876); Resposta ao Programa do Congresso Agrícola (1878); Porto Feliz e as Nomeações para Cuiabá (1884).   |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>ABRANCHES</b> , Dunshee de. Governos e Congressos da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-Presidentes da República, Ministros de Estado, Senadores e Deputados ao Congresso Nacional, 1889 a 1917. São Paulo, 1918. 2 v.<br><b>BRASIL</b> . Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros da 7ª, 8ª e 9ª Legislaturas: 1915 -1917. Brasília, s.d.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>MOURA</b> , Américo Brasiliense Antunes de. Cesário Mota. Revista do IHGSP, Vol. XLVII, Triênio (1951-1953).   |
| Observações:                 | Destacou-se nas áreas de Educação e Saúde Pública. Primeiro presidente do IHGSP. Lutou pela criação da Universidade de Medicina em São Paulo e pela instrução popular. Projetou a criação de cursos de Ciências Naturais, Farmácia e Agricultura. Luís Pereira Barreto promoveu, em 1889, reunião para tratar da fundação de uma Universidade em São Paulo; compareceram Alberto Sales, Américo de Campos, Antônio Carlos, Antônio Prado, Barão de Jaguará, Dino Bueno, Miranda Azevedo, Paulo Egídio, Pedro Lessa, Piza e Almeida, Queiroz Filho entre outros. Estes consideravam a instrução a base de todo o progresso e elemento de toda a força do país, pois a educação, depois da transformação política, deveria fraternizar e congregar todas as aspirações sob a mesma bandeira, visando o bem servir a Pátria, elevando-a a altura moral das mais civilizadas repúblicas, a serviço do povo brasileiro. |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Domingos Correia de Moraes</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Tietê – SP, 12/05/1851  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 15/12/1917   |
| Nome e profissão do pai:     | Joaquim Correa de Moraes  |
| Nome e profissão da mãe:     | Tereza de Campos Mello, do Lar  |
| Nome e profissão da esposa:  | Carolina de Queiroz Moraes, do Lar  |
| Nome dos filhos:             | Vicentina Correa de Moraes, Adhemar Correa de Moraes, Gisele de Moraes e Domingos Correa de Moraes filho  |
| Educação: preparatório       |   |
| Superior:                    | Engenharia Civil Nos Estados Unidos (1877)  |
| Profissão                    | Engenheiro da Cia Cantareira de Esgoto de São Paulo (1878-1883); Presidente da Cia de Bondes de São Paulo (1885-1888); agricultor em Batatais, capitalista e industrial.  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva (1889-1890) (1899).   |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em São Paulo; Deputado Constituinte (1890-1893); Deputado Federal (1894-1896); e Senador Estadual  |
| Cargos Administrativos       | Vice-Presidente do Estado (1900-1904)   |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>BRASIL.</b> Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 1ª e 2ª Legislaturas da 1ª República: 1891-1893. [Brasília], s.d. (folhas datilografadas).<br><b>EGAS,</b> Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>LOVE,</b> Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>RIBEIRO,</b> José Jacinto. Cronologia Paulista. São Paulo, Oficina do Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1898. |
| Observações:                 | Ligado por laços matrimoniais a tradicional família Queiroz do Barão de Limeira.  |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Fernando Prestes de Albuquerque</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Itapetininga 26/06/1855   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 25/10/1937   |
| Nome e profissão do pai:     | Manuel Prestes de Albuquerque, Tropeiro e Fazendeiro de Café em Itapetininga e Coronel da Guarda Nacional   |
| Nome e profissão da mãe:     | Ignácia Vieira Prestes, originária do RGS   |
| Nome e profissão da esposa:  | Olímpia de Santana Prestes  |
| Nome dos filhos:             | Elisa, Olímpia, Maria da Penha, Julio, Olívia, Dulce, Alceu e José Prestes de Albuquerque   |
| Educação: preparatório       | Com Francisco de Assunção Albuquerque em Itapetininga, com o prof. Francisco de Paula Xavier de Toledo em Sorocaba e no colégio do prof. Isidoro José Pereira em São Paulo  |
| Superior:                    | Não há registros de que tenha feito curso superior  |
| Profissão                    | Proprietário Rural (fazendeiro), tropeiro e advogado provisionado em Itapetininga   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; membro da Executiva (1903-1906) e (1914-1922)   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1892-1897); Deputado Federal (1897-1898) e (1901-1905); Líder da Bancada Paulista na Câmara dos Deputados; e Senador Estadual (1906-1908), (1913-1922).  |
| Cargos Administrativos       | Presidente do Estado (1898-1900); e Vice-Presidente (1908-1912), (1922-1924) e (1924-1927)  |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     | Coronel da Guarda Nacional e Coronel Honorário do Exército Nacional   |
| Fontes:                      | <b>BRASIL.</b> Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup> Legislaturas: 1897-1899. [Brasília], s.d. (folhas datilografadas).<br><b>DEBES,</b> Célio. Júlio Prestes e a Primeira República. São Paulo, Imprensa Oficial: Arquivo do Estado, 1982.<br><b>EGAS,</b> Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>LOVE,</b> Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. |
| Observações:                 | Criou o Instituto Butantã e fundou o Instituto Juqueri. Combateu o surto de febre amarela em Sorocaba e Santos e a peste bubônica na capital. Ativista Republicano no clube fundado por Wenâncio Ayres em Itapetininga. Pai de Júlio Prestes.   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Francisco de Assis Peixoto Gomide</b>   |
| Local e data de nascimento:  | São Paulo, 24/03/1849  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 20/01/1906  |
| Nome e profissão do pai:     | Francisco de Assis Peixoto Gomide, Deputado Geral  |
| Nome e profissão da mãe:     | Clara Maria Bueno Peixoto, do Lar  |
| Nome e profissão da esposa:  | Ambrosina Pinto Nunes Gomide   |
| Nome dos filhos:             | Bruno Gomide; Mário Gomide; Sophia Gomide; Alceu Gomide e Guineza Gomide.  |
| Educação: preparatório       | Em São Paulo   |
| Superior:                    | Bacharel pela academia de direito de São Paulo (1873)  |
| Profissão                    | Advogado, jornalista e promotor público. Colaborou com os jornais <i>A Época</i> em Amparo; e o <i>Diário Popular</i> (1888-1890) em São Paulo. Delegado de polícia. Inspetor do Tesouro e presidente do Conselho Fiscal da Caixa Econômica de São Paulo (1892-1906).  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; Membro da Executiva (1903).  |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em Amparo e Senador Estadual (1892-1896); (1901/1903) e (1904/06); Presidente do Senado Estadual (1895-1896) e (1901-1906).   |
| Cargos Administrativos       | Vice-Presidente do Estado (1896-1900); e Governador Interino do Estado (1896) e (1897-1898).   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>RIBEIRO</b> , Antônio Sérgio e <b>AZAMBUJA</b> , Sueli. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Divisão de Acervo Histórico. Galeria dos Presidentes da Assembleia Legislativa de São Paulo. São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Comunicação, 2006. |
| Observações:                 |  |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Francisco de Paula Rodrigues Alves</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Guaratinguetá, 07/07/1848  |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro, 16/01/1919   |
| Nome e profissão do pai:     | Domingos Rodrigues Alves (Português), comerciante e cafeicultor em Guaratinguetá   |
| Nome e profissão da mãe:     | Isabel Perpétua Marins, do lar   |
| Nome e profissão da esposa:  | Ana Guilhermina de Oliveira Borges   |
| Nome dos filhos:             | Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho, Oscar Rodrigues Alves, José de Paula Rodrigues Alves   |
| Educação: preparatório       | Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e Bacharel em letras  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1870)  |
| Profissão                    | Advogado, P. Público e empresário agrícola (cafeicultor).  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Conservador – PC; Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva do PRP (1892-1894), (1899) e (1917).   |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em Guaratinguetá (1866-1870); Deputado Provincial (1872-1875) e (1878-1879); Deputado Geral (1885-1887); Deputado Federal Constituinte (1890-1891); Senador (1893-1900)   |
| Cargos Administrativos       | Presidente da Província de São Paulo (1887-1888); Presidente do Estado (1900-1902) e (1912-1916); Ministro da Fazenda (1891-1892) e (1894-1896); Ministro da Justiça (1891-1892); e Presidente da República (1902-1906)  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | Conselheiro do Império   |
| Fontes:                      | <b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>FRANCO</b> , Afonso Arinos de Melo. Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo. Rio de Janeiro, José Olympio; São Paulo, Ed. da Universidade de SP, 1973.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982;  |
| Observações:                 | Conselheiro do império aderiu à República em 1889. Deputado Constituinte em 1891. Pretendia fazer de São Paulo o centro convergente de Goiás, Mato Grosso e dos Estados sulinos. Como presidente do Estado destacou-se como urbanista e saneador das finanças públicas. Além da ação de justiça, limpando o território estadual de criminosos; investiu na organização judiciária estadual, na saúde pública através de medidas higiênicas atinentes a profilaxia da febre amarela e a instalação de redes de água e esgotos em municípios do interior. Instalou o Instituto Butantã, cuidou da imigração, permitindo a São Paulo visualizar novos horizontes na agricultura, cuja economia era quase a totalidade da economia brasileira. Criou o Instituto de Manguinhos, padrão de centro de pesquisas experimentais. Faleceu antes de assumir o segundo mandato de presidente da República |



|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Francisco Glicério Cerqueira Leite</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Campinas 15/08/1846  |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro 12/04/1916  |
| Nome e profissão do pai:     | Antônio Benedito Cerqueira Leite, pequeno agricultor e Major da Guarda Nacional  |
| Nome e profissão da mãe:     | Zenilda da Conceição Cerqueira   |
| Nome e profissão da esposa:  | Adelina Masson de Cerqueira, professora primária   |
| Nome dos filhos:             | Clotilde de Freitas, Clóvis Cerqueira, Henriqueta Cerqueira e Maria Cerqueira  |
| Educação: preparatório       | Em Campinas com o Professor Quirino do Amaral Campos e no Seminário Episcopal de São Paulo.  |
| Superior:                    | Curso incompleto de direito pela academia de São Paulo   |
| Profissão                    | Tipógrafo, professor primário, comerciante escrevente de Cartório, e advogado provisionado em Rio Claro e Campinas, jornalista no <i>A Gazeta de Campinas</i> e no <i>A Cidade de Campinas</i> .   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; Partido Republicano Federal – PRF; Membro da Executiva do PRP (1889-1890).   |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em Campinas (1881-1884); Deputado Federal Constituinte (1890-1891); Deputado Federal (1891-1899); Senador da República (1902-1916); Líder da Maioria na Câmara dos Deputados (1892-1897).   |
| Cargos Administrativos       | Ministro da Justiça, dos Transportes e da Agricultura (1890-1891)  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | General de Brigada, por Decreto do Governo Provisório e Grão-Mestre Honorário do Grande Oriente do Brasil  |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 2 v.<br><b>BRASIL</b> , Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 1ª, 2ª e 3ª Legislaturas da 1ª República. Brasília, s.d..<br><b>CASTELLANI</b> , José. A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro. São Paulo, Editora Traço, 1989.<br><b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>RIBEIRO</b> , José Jacinto. Cronologia Paulista. São Paulo, Oficina do Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1898.<br><b>WITTER</b> , José Sebastião, Org. Ideias Políticas de Francisco Glicério. Cronologia, Introdução, Notas Biográficas e textos selecionados. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília, Senado Federal, 1981. |
| Observações:                 | Irmão de Jorge Ludgero Cerqueira de Miranda. Fez parte do Clube Radical, embrião do PRP, fundado em 1868, junto com Bernardino de Campos, Américo de Campos, Campos Salles, Prudente de Moraes, Luís Gama, Antônio Lobo. Seu pai era compadre do pai de Campos Salles. Professor dos irmãos de Campos Salles. Sogro do Deputado Uladislau  |

|  |  |
|--|--|
|  | <p>Herculano de Freitas. Fez parte do Clube Republicano de Campinas e da Convenção de Itu. Paulista de antigas árvores bandeirantes (Garcia Velho e Silva Leme) com passagem por Campinas, Itu, Taubaté e S. Vicente, cujas raízes portuguesas provieram do Porto. Os Cerqueira Leite eram ligados aos Cerqueira Cesar (vasto tronco ao qual pertenciam Campos Sales), aos Oliveira Cesar, faiscador de ouro de Cuiabá que se chamou Pascoal Moreira Cabral. Sua mãe era de procedência humilde, filha de uma escrava de estimação. Jorge Miranda, como estudante, na década de 1860, reunia-se na república com Chico Quirino, João Quirino, Rangel Pestana, Bernardino de Campos, Prudente de Moraes, Salvador de Mendonça e Teófilo Otoni, cuja idealidade sincera, honestas aspirações e desinteresses tornavam Campinas o seio da democracia brasileira. Na vida profissional, como na política, tinha amigos de variadas matizes ideológicas como republicanos, conservadores e liberais. Muitos dos seus clientes eram chefes do PC, que sabiam, por educação cívica, separar as dissensões políticas das relações de negócios e da amizade pessoal. A atividade partidária não se convertia em ódios e incompatibilidades sem conserto. Os amigos que militavam em hastes adversárias respeitavam-se, prezavam-se e estimava-se, reconhecendo que os debates, escaramuças e, mesmo, certas picardias de propaganda, faziam parte do programa da luta, e não afetavam a respeitabilidade e o encanto das relações pessoais. Cunhado de Abelardo Cerqueira Cesar, Dep. e Senador por SP (1903-1930); Membro da Loja Maçônica Independência de Campinas e Piratininga de São Paulo.</p> |
|--|--|

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Francisco Rangel Pestana</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Nova Iguaçu – RJ, 26/11/1839   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 17/03/1903  |
| Nome e profissão do pai:     | João Jacinto Pestana   |
| Nome e profissão da mãe:     | Luíza Rangel Pestana   |
| Nome e profissão da esposa:  | Damásia Quirino dos Santos   |
| Nome dos filhos:             | Paulo Rangel Pestana – Diretor da Diretoria de Indústria, Comércio e Agricultura de São Paulo.   |
| Educação: preparatório       | Colégio Pedro II, Rio de Janeiro   |
| Superior:                    | Direito pela academia de São Paulo (1863)  |
| Profissão                    | Advogado, jornalista e professor. Fundou o jornal <i>Tymbira</i> , escreveu em <i>O Futuro</i> , <i>A Época</i> , <i>A Lavoura</i> , <i>O Comércio e O Diário Popular</i> . Redator do <i>Diário Oficial</i> do RJ, do <i>Opinião Liberal</i> , do <i>Correio Nacional</i> , do <i>A Província</i> e do <i>O Estado de São Paulo</i> , junto com Américo de Campos. Frequentou Associação Literária. |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL e Partido Republicano Paulista – PRP  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Provincial (1884-1888); Senador da República (1890-1893). No Rio de Janeiro foi Deputado Federal (1899-1902) e Senador (1902-1903).   |
| Cargos Administrativos       | Componente da Comissão (Junta) Governativa encarregada do governo provisório de São Paulo. Vice-Presidente do Banco da República do Brasil (1895); Presidente do Banco do Brasil.  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.  |
| Observações:                 | Fundador da “Escola do Povo” em Campinas, onde lecionou Retórica e Português no colégio Americano. Em São Paulo fundou uma escola para meninas. Membro da Comissão encarregada da elaboração do Projeto de Constituição da República. Cunhado de Francisco e João Quirino dos Santos. Membro das Lojas Amizade e América de São Paulo.   |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Gabriel de Toledo Piza e Almeida</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Porto Feliz- SP, 27/09/1851   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 1925   |
| Nome e profissão do pai:     | José de Toledo Piza e Almeida   |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria Leite de Carvalho   |
| Nome e profissão da esposa:  | Clara Lacerda, filha dos Barões de Araras   |
| Nome dos filhos:             | Não deixou descendente  |
| Educação: preparatório       | Com o irmão mais velho em Porto Feliz e em Capivari no Colégio do professor Serafim José de Horta e Melo  |
| Superior:                    | Medicina pela Universidade da Pensilvânia-EUA (1876)  |
| Profissão                    | Médico, proprietário rural, empresário e diplomata (Ministro Plenipotenciário do Brasil em Berlim e Paris). Trabalhou no comércio e na fazenda. Exerceu a medicina em Tietê, Mogimirim e Itatiba. |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL e Partido Republicano Paulista – PRP   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Provincial (1882-1887)   |
| Cargos Administrativos       | Embaixador ou Ministro Plenipotenciário do Brasil em Berlim e Paris   |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>RIBEIRO</b> , José Jacintho. “Cronologia Paulista vol. II” p.564   |
| Observações:                 |   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>João Alberto Salles (Alberto Salles)</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Campinas, 24/10/1857   |
| Local e data de falecimento: | Monte Alto, 12/03/1904.  |
| Nome e profissão do pai:     | Francisco de Paula Sales   |
| Nome e profissão da mãe:     | Ana Cândida Ferraz Campos  |
| Nome e profissão da esposa:  | Joana de Moraes Sales, sua parenta   |
| Nome dos filhos:             | Berta, Marta, João Alberto, Lúcia, Mário e Joanita.  |
| Educação: preparatório       | Em Campinas e São Paulo  |
| Superior:                    | Engenharia inconcluso no Rensselaer Polytechnic, de Troy, New York EUA. Bacharel em Direito pela Academia de São Paulo (1882)  |
| Profissão                    | Advogado e professor no Colégio “Culto a Ciência” em Campinas e diretor do Colégio normal de São Paulo. Proprietário e redator de o <i>A Província de São Paulo</i> . Colaborou com os jornais <i>A Gazeta de Campinas</i> , <i>O Federalista</i> e o <i>A República</i> . Fazendeiro de Café em Morro Grande.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal (1893-1896)   |
| Cargos Administrativos       |  |
| Publicações:                 | Cartas a Julio Ribeiro (1885); Catecismo Republicano (1885); Política Republicana (1882); Ensaio sobre a moderna concepção de Direito (1885); A Pátria Paulista (1887); Estudo Científico sobre disciplina e organização partidária (1888); Ciência Política (1891); Ensaio Político e Balanço Político (1901); e Governo Popular (1924).  |
| Títulos:                     | Ideólogo da República  |
| Fontes:                      | <b>BRASIL.</b> Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 13ª Legislatura: 1927 -1929. [Brasília], s.d.<br><b>LEITE</b> , Roberto de Paula. Alberto Sales: Filósofo e Historiador. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Volume LXVIII, São Paulo, 1970.  |
| Observações:                 | Cunhado de Cerqueira Cezar. Adepto do cientificismo de Spencer, Comte, Stuart Mill e Littré. Colega de Pedro Lessa e Alcides Lima. Crítico das instituições republicanas, acusando o Congresso Federal de símbolo mais perfeito e acabado de nossa profunda decadência moral e política. Acreditava que o único regime político razoável seria uma mistura de presidencialismo e de parlamentarismo. Seu pensamento foi influenciado por Tocqueville, Bluntchli, Laboulaye, Tavares Bastos, Pimenta Bueno. Redator com Alcides Lima do Jornal Acadêmico <i>O Federalista</i> . Antônio Silva Jardim foi o único propagandista a pregar o método revolucionário para se chegar à República, motivo de sua separação da alta cúpula do PRP, inclusive com Quintino Bocaiuva. |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>João Álvares de Rubião Júnior</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Mangaratiba – RJ, 14/06/1851  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 18/10/1915   |
| Nome e profissão do pai:     | João Alves Rubião, Político   |
| Nome e profissão da mãe:     | Margarida Carlota de Azevedo  |
| Nome e profissão da esposa:  | Guilhermina de Almeida Valim  |
| Nome dos filhos:             | Dominicana Vallim Rubião, Guilherme Álvares Rubião, Margarida Vallim Rubião, João Álvares Rubião Filho e José Vicente Álvares Rubião  |
| Educação: preparatório       |   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1872)   |
| Profissão                    | Advogado e lavrador em Bananal. Promotor público em Piraí e Barra Mansa Rio de Janeiro. Banqueiro e jornalista. Redator do <i>Correio Paulistano</i> .  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Conservador do Império – PC; Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva do PRP (1896-1897), (1899-1900) e (1902-1915)  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Provincial pelo Rio de Janeiro pelo PC (1874-1876) e por São Paulo (1888-1889); Deputado Federal por São Paulo pelo Partido Republicano Paulista (1890-1891). Deputado Estadual (1895-1906); Presidente da Câmara dos Deputados do Estado (1903-1907); Senador Estadual (1907-1915); Presidente do Senado Estadual (1912-1915); líder da maioria na Câmara Estadual (1903-1906); Deputado Federal Constituinte (1891-1893).  |
| Cargos Administrativos       | Secretário de Justiça (1893-1894); da Fazenda (1892-1896) e Intendente de São Paulo (1894-1898)   |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>BRASIL</b> . Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 1ª Legislatura da 1ª República: 1891-1893. [Brasília], s.d..<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>RIBEIRO</b> , Antônio Sérgio e <b>AZAMBUJA</b> , Sueli. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Divisão de Acervo Histórico. Galeria dos Presidentes da Assembleia Legislativa. São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Comunicação, 2006.<br><b>RUBIÃO</b> , José. Rubião Júnior. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Volume LXXI, São Paulo, Triênio (1973-1975) |
| Observações:                 | Diretor do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Secretário do <i>Correio Paulistano</i> . Acreditava que a crise do café não era questão dos Estados cafeeiros, mas de todo o Brasil. Atuou nas reformas da instrução pública, nas organizações da justiça e na organização econômico-financeira.   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>João Batista de Mello Oliveira</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Rio Claro, 06/06/1845  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 05/10/1908  |
| Nome e profissão do pai:     | José Estanislau Oliveira (Visconde do Rio Claro), agricultor   |
| Nome e profissão da mãe:     | Elisa de Mello Franco, do Lar  |
| Nome e profissão da esposa:  | Sofia Ellis de Oliveira  |
| Nome dos filhos:             | Marieta de Mello Oliveira da Cunha Bueno   |
| Educação: preparatório       | Em São Paulo   |
| Superior:                    | Não fez curso superior   |
| Profissão                    | Agricultor em Rio Claro, industrial e comerciante em São Paulo, Diretor de Cia de Bancos e Comissário de Café em Santos  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL; Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva (1896-1897), (1899-1890) e (1903).   |
| Mandatos eletivos:           | Senador e presidente do Senado Estadual  |
| Cargos Administrativos       | Vice-Presidente do Estado (1904-1908); Secretário de Justiça (1895-1896)   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.  |
| Observações:                 | Membro da Executiva do PRP. Cunhado de Alfredo Ellis. Tio de Washington Luis por intermédio da esposa. Irmão da Baronesa de Piracicaba, Maria Joaquina de Oliveira Barros, esposa do segundo Barão de Piracicaba, Rafael Paes de Barros. Fundador do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo. |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>João Galeão Carvalho</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Bahia, 11/10/1859  |
| Local e data de falecimento: | 1924   |
| Nome e profissão do pai:     | João Thomaz de Carvalho, médico em São Paulo   |
| Nome e profissão da mãe:     | Guilermina Guiomar Galeão Carvalho   |
| Nome e profissão da esposa:  |  |
| Nome dos filhos:             | João Galeão Carvalho Filho (1884-1955), Deputado Estadual (1925-1927); Secretário do Interior (1927), Deputado Federal (1930); Manuel Galeão Carvalho, Prefeito de Santos (1904-1905) e (1916-1917).   |
| Educação: preparatório       | Na Bahia e em São Paulo  |
| Superior:                    | Direito na academia de direito de São Paulo (1880)   |
| Profissão                    | Advogado e promotor público em Santos  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL e Partido Republicano Paulista – PRP  |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em Santos; Deputado Estadual Constituinte (1891-1892); Deputado Estadual (1893-1896); Deputado Federal (1897-1899) e (1903-1921); Senador Federal (1923); líder da bancada paulista na Câmara dos Deputados.  |
| Cargos Administrativos       | Prefeito de Santos (1891-1892) e (1905); Secretário do Interior (1892-1893), (1927); da Fazenda; e Presidente do Instituto do Café (1918-1920).  |
| Publicações:                 | CARVALHAL, João Galeão. O liberal. S. Paulo, 1870.   |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>ABRANCHES</b> , Dunshee de. Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil: Apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-Presidentes da República, Ministros de Estado, Senadores e Deputados ao Congresso Nacional, 1889 a 1917. São Paulo, 1918. 2 v.<br><b>BLAKE</b> , Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário bibliographico brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. v.3.<br><b>BRASIL</b> . Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 3 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup> , 7 <sup>a</sup> , 8 <sup>a</sup> , 9 <sup>a</sup> e 10 <sup>a</sup> Legislaturas: 1897-1899. [Brasília], s.d..<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>SAID</b> , Fabio M. O Clã Almeida de Caravelas e Alcobaça. São Paulo, Editora do Autor, 2010. |
| Observações:                 | Enquanto acadêmico de direito em São Paulo foi colega de Cassiano do Nascimento e Antônio Gomes Pinheiro Machado. Manteve-se leal a Francisco Glicério na cisão do PRP de 1897, fez oposição a Campos Sales e fez parte do movimento civilista.  |



|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Jorge Tibiriçá Piratininga</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Paris (França) 15/11/1855  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 29/09/1928  |
| Nome e profissão do pai:     | João Tibiriçá Piratininga de Almeida Prado – Proprietário Rural e cafeicultor em Itu-SP  |
| Nome e profissão da mãe:     | Pauline Eberlé, do lar   |
| Nome e profissão da esposa:  | Anna de Queiroz Telles, do lar e filantropa  |
| Nome dos filhos:             | Leonor Tibiriçá, Anita Tibiriçá, Georgina Tibiriçá Pais de Barros, Jorge Tibiriçá Filho, João Tibiriçá Neto, Paulo Tibiriçá, Antônio Tibiriçá e mais quatro falecidos  |
| Educação: preparatório       | Com sua mãe em Itu; no Colégio Alemão Barth na capital Paulista e Riffel em Staffa na Suíça  |
| Superior:                    | Agro-técnico (agrônomo) em Hoenheim Alemanha e doutor em filosofia em Zurich na Suíça (1879).  |
| Profissão                    | Agricultor (Cafeicultor)   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva (1908-1924).   |
| Mandatos eletivos:           | Senador Estadual (1892-1901) e (1895-1924); Presidente do Senado Estadual (1915-1924).   |
| Cargos Administrativos       | Presidente do Estado (1890-1891) e (1904-1908); Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1892-1894); Ministro e Presidente do Tribunal de Contas do Estado (1924-1928).   |
| Publicações:                 | Produção do Ácido Fórmico por meio de Material Inorgânico (Tese defendida em Zurich Suíça).  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>CASTELLANI</b> , José. A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro. São Paulo, Editora Traço, 1989.<br><b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>SOARES JÚNIOR</b> , Rodrigo. Jorge Tibiriçá e Sua Época. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.<br><b>RIBEIRO</b> , Antônio Sérgio e <b>AZAMBUJA</b> , Sueli. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Divisão de Acervo Histórico. Galeria dos Presidentes da Assembleia Legislativa de SP. São Paulo, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Comunicação, 2006. |
| Observações:                 | Reformou a força pública, por meio de missão militar francesa. Promotor do Convênio de Taubaté. Como governador adquiriu a Estrada de Ferro Sorocabana junto a União e arrendou a norte-americanos. Presidente da Comissão Diretora do PRP. Incentivador da Imigração, da pecuária e da colonização, utilizando novos métodos na cultura do arroz. Criou o ensino técnico de agricultura com a instalação da Escola Agrícola Luís de Queiroz. Primo da esposa de Washington Luís. Maçom loja Maçônica América.   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>José Alves de Cerqueira Cezar</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Guarulhos 23/05/1835   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo 26/06/1911   |
| Nome e profissão do pai:     | Bento Alves de Cerqueira Bueno   |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria Cândida de Cerqueira Leme, do Lar  |
| Nome e profissão da esposa:  | Maria do Carmo Cezar   |
| Nome dos filhos:             | Júlio de Cerqueira Cezar, Lucília Cezar de Mesquita, Maria Cândida Cezar, José Alves de Cerqueira Cezar Filho, Antônio de Cerqueira Cezar e Bento de Cerqueira Cezar.  |
| Educação: preparatório       | Em São Paulo   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1860)  |
| Profissão                    | Advogado em Itapetininga, Rio Claro e Capital. Promotor Público em Itapetininga e Inspetor do Tesouro do Estado (1889). Grande proprietário rural representante da lavoura cafeeira do Oeste novo paulista.  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL e Partido Republicano Paulista – PRP; membro da Comissão Central do PRP em 1894, 1896   |
| Mandatos eletivos:           | Senador Estadual (1898-1911); Presidente deste Senado (1898-1901). Eleito Senador da República, mas antes de assumir ao cargo renunciou  |
| Cargos Administrativos       | Vice-Presidente do Estado (1891-1896); Presidente interino (1891-1892); Presidente do Senado Estadual (1898-1901); Inspetor do Tesouro do Estado.  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 2 v.<br><b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>RIBEIRO</b> , José Jacinto. Cronologia Paulista. São Paulo, Oficina do Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1898.<br><b>RIBEIRO</b> , Antônio Sérgio e <b>AZAMBUJA</b> , Sueli. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Divisão de Acervo Histórico. Galeria dos Presidentes da Assembleia Legislativa de SP. São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Comunicação, 2006. |
| Observações:                 | Secretário e Presidente do PRP. Enfrentou epidemias de febre amarela em vários pontos do Estado, promoveu saneamento de Santos e Capital. Signatário do Manifesto Republicano de 1870, fundador do PRP em Rio Claro. Cunhado de Campos Salles, sogro de Júlio de Mesquita, irmão de Abelardo Cerqueira Cezar, Deputado e Senador por São Paulo (1903-1930). Um dos fundadores do jornal <i>A Província de São Paulo</i> depois <i>O Estado de São Paulo</i> .  |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Luís de Toledo Piza e Almeida</b>   |
| Local e data de nascimento:  | São João do Capivari – SP, 18/08/1857  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 06/07/1923  |
| Nome e profissão do pai:     | Joaquim Toledo Piza e Almeida  |
| Nome e profissão da mãe:     | Leopoldina Correa de Toledo  |
| Nome e profissão da esposa:  | Júlia de Sales   |
| Nome dos filhos:             | Marcelo, Lélío e Beatriz Piza e Almeida.   |
| Educação: preparatório       |  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1883)  |
| Profissão                    | Advogado em Jaú e industrial em São Paulo. Jornalista no <i>Correio Paulistano</i> . Professor de Economia Política na Escola Normal e fazendeiro  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva do PRP (1898)  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1892-1900); Deputado Federal (1900-1902); Presidente da Câmara dos Deputados do Estado (1893-1898); e Senador Estadual (1904-1923).   |
| Cargos Administrativos       | Secretário da Agricultura (1903-1904); Chefe de Polícia (1903)   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>RIBEIRO</b> , Antônio Sérgio e <b>AZAMBUJA</b> , Sueli. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Divisão de Acervo Histórico. Galeria dos Presidentes da Assembleia Legislativa de São Paulo. São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Comunicação, 2006.<br><b>RIBEIRO</b> , José Jacinto. Cronologia Paulista. São Paulo, Oficina do Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1898.<br><b>MOTTA FILHO</b> , Cândido. Revista do IHGSP, Volume LVIII. São Paulo, Gráfica Canton Ltda, 1959.   |
| Observações:                 | Diretor do Jornal <i>A República</i> do RJ. Colaborador com <i>O Estado de São Paulo</i> e Diretor de <i>O Correio Paulistano</i> . Fundador da Companhia Antártica Paulista. Cunhado de Campos Salles, cujos laços familiares lhes mantiveram unidos durante a dissidência de 1901, contra Prudente de Moraes. Desde o começo desse ano, as condições da lavoura cafeeira, que já não eram boas, devido à baixa cada vez maior da cotação do café, haviam se agravado ainda mais pela quase cessação dos recursos para o custeio. Em vista do procedimento geral das casas comissárias de Santos, suspendeu os adiantamentos a lavoura, concorrendo para que os lavradores colocassem suas melhores esperanças em medidas governamentais. |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Luiz Pereira Barreto</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Resende – RJ, 11/01/1840   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo – 11/11/1923   |
| Nome e profissão do pai:     | Fabiano Pereira Barreto, Médico e Comendador, de Minas Gerais  |
| Nome e profissão da mãe:     | Francisca de Salles Barreto  |
| Nome dos Irmãos              |  |
| Nome e profissão da esposa:  | Carolina Peixoto Barreto   |
| Nome dos filhos:             | Clotilde Barreto Cardoso de Mello, Luiz Pereira Barreto Júnior, José Pereira Barreto e Paulo Pereira Barreto   |
| Educação: preparatório       |  |
| Superior:                    | Medicina pela Universidade de Bruxelas na Bélgica  |
| Profissão                    | Médico-cirurgião em Jacarehy. Cientista, biólogo, filósofo agrônomo e jornalista. Proprietário de lavoura de café  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL e Partido Republicano Paulista – PRP; membro da Comissão Executiva (1891)   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Geral-SP (1876-1877), mas renunciou; Deputado Federal Constituinte (1890-1891); não assumiu; Deputado Federal (1891-1893).  |
| Cargos Administrativos       | 2º Vice-Governador do Estado (1889-1890); Presidente do Senado Estadual e da Constituinte de São Paulo (1891-1892)   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>RIBEIRO</b> , José Jacinto. Cronologia Paulista. São Paulo, Oficina do Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1898.<br><b>RIBEIRO</b> , Antônio Sérgio e <b>AZAMBUJA</b> , Sueli. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Divisão de Acervo Histórico. Galeria dos Presidentes da Assembleia Legislativa de São Paulo. São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Comunicação, 2006.  |
| Observações:                 | Colaborou com o jornal <i>A Província</i> e após com <i>O Estado de São Paulo</i> . Representante da Sociedade Positivista dos Estudantes da Universidade de Bruxelas. Desenvolveu técnicas de renovação dos cafezais de São Paulo, pela adoção de novas espécies, e pela introdução do tipo bourbon, que frutificou em ótimas condições em Ribeirão Preto. Foi membro fundador da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Filósofo de vertente positivista. |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Manuel Ferraz de Campos Salles</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Campinas, 13 de fevereiro de 1841  |
| Local e data de falecimento: | Guarujá, 28 de junho de 1913   |
| Nome e profissão do pai:     | Francisco de Paula Sales, fazendeiro em Rio Claro  |
| Nome e profissão da mãe:     | Ana Cândida Ferraz de Salles   |
| Nome e profissão da esposa:  | Ana Gabriela de Campos Salles, prima de Campos Sales   |
| Nome dos filhos:             | Adelaide, (Vitor falecido criança), José Maria, (Maria Luiza, Manuel e Sofia falecidos crianças), Helena, Sofia, Paulo de Campos Salles, Leonor  |
| Educação: preparatório       | Com o professor João Teodoro de Siqueira e Silva em Campinas e em São Paulo no Colégio Culto a Ciência, sendo colega de Jorge Miranda, Francisco Quirino dos Santos e Bernardino de Campos.  |
| Superior:                    | Direito pela academia de São Paulo (1863), colega de Francisco Quirino dos Santos, Francisco Rangel Pestana, Bernardino de Campos e Prudente de Moraes Barros.   |
| Profissão                    | Fazendeiro (cafeicultor), advogado, juiz de paz e jornalista em Campinas.  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL e Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva (1889) e (1893-1895).   |
| Mandatos eletivos:           | Vereador (Campinas) (1873-1880); Deputado Provincial (1868-1869), (1882-1883) e (1888-1889); Deputado Geral (1885); e Senador da República (1890-1896) e (1909-1913)   |
| Cargos Administrativos       | Ministro da Justiça (1889-1891); Presidente do Estado (1896-1898); Presidente da República (1898-1902); e Ministro Plenipotenciário na Argentina (1911-1912)   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>CASTELLANI</b> , José. A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro. São Paulo, Editora Traço, 1989.<br><b>DEBES</b> , Célio. Campos Sales: Perfil de um Estadista. São Paulo, Gráfica Municipal de SP, 1977.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>SILVA</b> , Hélio e <b>CARNEIRO</b> , Maria Cecília Ribas. Os Presidentes: Campos Salles – Restauração Econômica: (1898-1902). São Paulo, Grupo de Comunicação Três, 1983.<br><b>LUIZ</b> , Gonzaga da Silva Leme. Genealogia Paulistana. São Paulo, Duprat & Cia, 1904.                   |
| Observações:                 | Republicano histórico e realizador da Convenção de Itu (1873). Combateu epidemias de cólera e febre amarela no Estado. Autorizou a operar em São Paulo o grupo canadense Light and Power, explorando inclusive os bondes elétricos em substituição aos puxados por burros. Reestruturou a força pública, zelou pelo ensino. Como presidente da República (1898/1902) saneou as finanças. Redator, juntamente com Francisco Quirino dos Santos e Jorge Miranda, do A Razão. Membro da loja Independência, Ordem e Regeneração de Campinas e da Sete de Setembro de São Paulo. Deputado Provincial lutando pela instrução obrigatória e Pública. |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | Manoel Joaquim de Albuquerque Lins   |
| Local e data de nascimento:  | São Miguel dos Campos – AL, 20/09/1852   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 07/01/1926  |
| Nome e profissão do pai:     | Manuel Joaquim de Albuquerque Lins   |
| Nome e profissão da mãe:     | Helena de Souza Queiroz  |
| Nome e profissão da esposa:  | Francisca de Paula Vieira Lins   |
| Nome dos filhos:             | Amélia Vieira Lins   |
| Educação: preparatório       | Em Alagoas   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela faculdade do Recife (1877)  |
| Profissão                    | Advogado, juiz municipal em Capivari – SP, agricultor em Limeira e Capitalista em SP.  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL e Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva do PRP (1914-1925).   |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em São Paulo (1899-1901); Deputado Provincial (1888-1889); Deputado Estadual Constituinte (1891-1892); e Senador Federal (1901-1904) e (1913-1926)  |
| Cargos Administrativos       | Presidente da Província do Rio Grande do Norte (1889); Presidente do Estado (1908-1912); Secretário da Fazenda e do Tesouro do Estado; e Presidente do Instituto do Café (1904-1907)   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>LEME</b> , Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana. Vol. 3. São Paulo: Duprat & Comp., 1904.<br><b>LUIZ</b> , Gonzaga da Silva Leme. Genealogia Paulistana. São Paulo, Duprat & Cia, 1904.  |
| Observações:                 | Como presidente do Estado construiu edifícios, expandiu a rede escolar, criou o ensino técnico agrícola e a Diretoria Geral de Instrução Pública, em substituição à Inspetoria de Ensino. Deu continuidade à construção do Instituto Butantã, iniciou a construção do Hospital de Isolamento de Santos e deixou o Estado com superávit financeiro; Apoiou, junto com o conservador Antônio Prado, a Moção de São Borja. Teve participação ativa no Convênio de Taubaté. Era ligado por casamento à tradicional família Souza Queiroz e a Olavo Egídio de Souza Aranha. |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Martinho da Silva Prado Júnior – Martinico Prado</b>   |
| Local e data de nascimento:  | São Paulo, 17/11/1842   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 24/04/1906   |
| Nome e profissão do pai:     | Martinho da Silva Prado, fazendeiro   |
| Nome e profissão da mãe:     | Veridiana Valléria da Silva Prado   |
| Nome e profissão da esposa:  | Albertina de Moraes Pinto Prado   |
| Nome dos filhos:             | Lavina Prado de Oliveira, Caio Graco da Silva Prado, Plínio da Silva Prado, Clélia Prado Salgado, Cornélia Prado de Mendonça, Julieta da Silva Prado, Martinho Prado Neto, Cassius Brutus da Silva Prado, Corina da Silva Prado, Fabio da Silva Prado e Cícero da Silva Prado e Maria Evangelina Prado.   |
| Educação: preparatório       |   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1866)   |
| Profissão                    | Advogado e promotor público em São Paulo. Negociante, professor e proprietário de fazendas de Café em Araras, Limeira, Ribeirão Preto e Sertãozinho.  |
| Partido a que pertenceu:     | PC, PL e Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva (1891).  |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em Araras; Deputado Provincial (1878-1879), (1882), (1884-1885) e (1888-1889); Deputado Federal Constituinte (1890-1893)   |
| Cargos Administrativos       |   |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     | Maior produtor de café do mundo   |
| Fontes:                      | <b>BRASIL.</b> Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 1ª Legislatura da 1ª República: 1891-1893.<br><b>LOVE,</b> Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>RIBEIRO,</b> José Jacinto. Cronologia Paulista. São Paulo, Oficina do Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1898.  |
| Observações:                 | Irmão de Antônio da Silva Prado, pai do Deputado Federal Martinho da Silva Prado Neto (1935-1937) e de Fábio da Silva Prado prefeito de São Paulo (1935-1938). Fundador da Sociedade Promotora da Imigração, juntamente com Nicolau e Augusto de Souza Queiróz, Nicolau de Aguiar, Jorge Tibiriçá, Pais de Barros, Elias Antônio Pacheco Chaves, Visconde de Pinhal, os Condes de Itu e Três Rios, os Barões de Tatuí, Piracicaba e Melo Oliveira. Incentivador do povoamento e colonização da região de Ribeirão Preto. Divulgador das qualidades da terra roxa. “Fundador do jornal O Acadêmico” (1865) e <i>O Estado de São Paulo</i> . Sócio fundador do IHGSP. Combateu como voluntário na Guerra do Paraguai. Avô do <a href="#">historiador</a> , <a href="#">geógrafo</a> , <a href="#">escritor</a> e <a href="#">político</a> Caio Prado Júnior. Neto, filho e irmão de conservador. Elegeu-se Deputado Provincial com apoio de eleitores liberais, conservadores e republicanos. Membro da Loja Maçônica América de São Paulo. |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Prudente José de Moraes Barros</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Itu-SP, 04/10/1841  |
| Local e data de falecimento: | Piracicaba, 03/12/1902  |
| Nome e profissão do pai:     | José Marcelino de Barros, Agricultor de poucas posses   |
| Nome e profissão da mãe:     | Catarina Maria de Moraes, do lar  |
| Nome e profissão da esposa:  | Adelaide Benvinda da Silva Gordo de Moraes Barros   |
| Nome dos filhos:             | Maria Amélia, Gustavo, Prudente de Moraes Filho, Carlota, Antônio Prudente, Paula, Maria Tereza e Maria Jovita, <a href="#">Júlia Prudente de Moraes Barros</a> e <a href="#">José de Moraes Barros</a> .   |
| Educação: preparatório       | Séries iniciais em Itu, Colégio Manuel Estanislau e em São Paulo no Colégio João Carlos da Fonseca (1857-1859).   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1863)   |
| Profissão                    | Advogado e agricultor (cafeicultor) em Piracicaba e delgado (1854) em São Paulo   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL e Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva do PRP (1892-1893).  |
| Mandatos eletivos:           | Pelo PL, Vereador (1865-1868); Deputado Provincial (1868-1869); pelo PRP, Deputado Provincial (1878-1879), (1881-1885) e (1888-1889); Deputado Geral (1885-1886); Senador Constituinte (1890-1894); Vice-Presidente do Senado (1891-1894); e Presidente da Assembléia Constituinte (1890-1891).   |
| Cargos Administrativos       | Presidente do Estado (16/11/1889-18/10/1890) e Presidente da República (15/11/1894-15/11/1898)  |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | CASTELLANI, José. A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro. São Paulo, Editora Traço, 1989.<br>EGAS, Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br>GLEZER, Raquel e SOUZA, Jonas Soares de, Organizadores. Universidade de São Paulo – Museu Paulista. Prudente de Moraes: Discursos e Mensagens, Itu, Ottoni Editora, 2003.<br>LOVE, Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br>SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Os Presidentes (Prudente de Moraes), São Paulo, Grupo de Comunicação Três, 1983. |
| Observações:                 | Criou a Superintendência de Obras Públicas, abolicionista, aderiu ao PRP em 1876. Participou da fundação do IHGSP. Criou o imposto de três contos de réis sobre as casas de negócios das estradas. Presidiu Piracicaba e elegeu-se deputado Provincial e Geral. Membro da Loja Maçônica Sete de Setembro de São Paulo, da Loja Beneficência Ituana e Loja Piracicaba nesta cidade. Pai do Deputado Federal, por São Paulo (1912-1926), Prudente de Moraes Filho.  |



|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | Virgílio Rodrigues Alves   |
| Local e data de nascimento:  | Guaratinguetá, 05/07/1847  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 21/09/1922  |
| Nome e profissão do pai:     | Domingos Rodrigues Alves (Português), comerciante e cafeicultor em Guaratinguetá.  |
| Nome e profissão da mãe:     | Isabel Perpétua Marins, do lar   |
| Nome e profissão da esposa:  |  |
| Nome dos filhos:             |  |
| Educação: preparatório       | Em Guaratinguetá   |
| Superior:                    |  |
| Profissão                    | Agricultor e comerciante, proprietário de lavoura em São Manuel e casa comissária em Santos  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Conservador do Império e Partido Republicano Paulista – PRP; membro da comissão executiva (1916-1919)  |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em Guaratinguetá; Deputado Estadual (); Senador Estadual (1901-1919)  |
| Cargos Administrativos       | Vice-Presidente do Estado (1920-1922), Juiz de Paz e Delegado de Polícia   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | Coronel da Guarda Nacional   |
| Fontes:                      | <b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. |
| Observações:                 | Irmão de Rodrigues Alves   |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Alarico da Silveira</b>  |
| Local e data de nascimento:  | São Paulo, 11/01/1875   |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro, 03/05/1943  |
| Nome e profissão do pai:     | João Batista da Silveira, poeta, orador, prosador, advogado e político  |
| Nome e profissão da mãe:     |   |
| Nome e profissão da esposa:  | Dinorá Ribeiro da Silveira, sua prima. Em segundas núpcias com Maria Elisa de Barros, filha de Fernando Antônio de Barros e de Maria Joaquina de Queiroz Telles, neta do barão de Jundiáí.  |
| Nome dos filhos:             | Dinah Silveira de Queiroz, Helena Silveira e Alarico Silveira Júnior  |
| Educação: preparatório       | Em São Paulo  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1899)   |
| Profissão                    | Advogado e jornalista em casa branca e São Paulo (redator chefe do <i>correio paulistano</i> ). Promotor público em Caconde e Ituverava. Policial em Iguape, Descalvado, Pindamonhangaba e São Carlos.  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP  |
| Mandatos eletivos:           |   |
| Cargos Administrativos       | Secretário do Interior (01/05/1920-01/05/1924); auditor do Tribunal de Contas do Estado; Chefe da Casa Civil da Presidência da República (1926-1930); Ministro do Supremo Tribunal Militar  |
| Publicações:                 | Enciclopédia Brasileira (1958); Vida Moderna; A Convenção de Itu; Dicionário de Idiotismo da Língua Portuguesa.   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001, V 5.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>SANT'ANA</b> , J. Gabriel. Alarico Silveira. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, Volume LXXVIII, 1982.  |
| Observações:                 | Foi um dos redatores do São Paulo, órgão de orientação católica sob a direção do Conselheiro Duarte de Azevedo. Washington Luís, então Secretário da Justiça, empenhado em suprimir a interferência dos coronéis nos municípios, decidira fundar a polícia de carreira, nomeou Alarico como delegado de Iguape. Quando Secretário do Interior reuniu em torno de si nomes expressivos de São Paulo, e passa então a liderar o Grupo da Anta, de qual faziam parte Cassiano Ricardo, Mota Filho, Menotti Del Picchia, Raul Bopp, Plínio Salgado, o pintor Paim e outros. Defendeu ideia nacionalista e americanista. |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Altino Arantes Marques</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Batatais, 29/09/1876   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 05/07/1965  |
| Nome e profissão do pai:     | Francisco Arantes Marques, Coronel   |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria Carolina de Arantes  |
| Nome e profissão da esposa:  | Maria Teodora de Andrade Junqueira e em segundas núpcias com Gabriela Junqueira Arantes  |
| Nome dos filhos:             | Paulo e Maria Stela Arantes do primeiro casamento e do segundo Maria Bernardette e Joaquim Vitor Arantes   |
| Educação: preparatório       | Colégio São Luis em Itu – São Paulo  |
| Superior:                    | Direito pela academia de São Paulo (1895)  |
| Profissão                    | Advogado em Batatais   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; Partido Democrático Social – PSD; presidente e membro da executiva do PRP (1920-1923), (1925) e (1927-1930).   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal (1906-1912), (1921-1930) e (1946-1951); Deputado Federal Constituinte (1946)  |
| Cargos Administrativos       | Prefeito de Batatais; Presidente do Estado (1916-1920); Secretário do Interior, da Fazenda e da Agricultura (1912-1916); Presidente do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola (1924-1926); e Banespa (1926-1930)  |
| Títulos:                     | Gran Cruz da Ordem de São Gregório Magno da Santa Sé; Grande Cordão da Ordem do Sol Nascente, do Império Japonês; Gran Cruz da Ordem de Cristo de Portugal.  |
| Fontes:                      | <b>CASTELLANI</b> , José. A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro. São Paulo, Editora Traço, 1989.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>BRASIL</b> , Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros da 6ª, 7ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª Legislaturas: 1906-1930. [Brasília], s.d. (folhas datilografadas).<br><b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 1 v. |
|                              | Membro da Academia Paulista de Letras, do IHGSP e da OAB. Incentivador da criação da Faculdade de Medicina de São Paulo. Candidato a Vice-Presidente da República, em 1950. Um dos líderes da Revolução de 1932. Como presidente do Estado promoveu a segunda valorização. Em 1924 rompeu com o governo paulista, formando dissidência. Tinha contato com o capital estrangeiro. Católico fervoroso e maçom. Fez parte da Burschenschaft. Defendeu no Parlamento a valorização do café, a caixa de conversão e a expulsão de estrangeiro. Como secretário preocupou-se com o ensino primário nas zonas rurais, a higiene e a saúde. Presidente da Liga de Defesa Nacional.   |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Antônio de Pádua Salles</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Campinas, 09/11/1860  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 29/03/1957   |
| Nome e profissão do pai:     | Estanislau de Campos Sales  |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria Perpétua de Oliveira Prestes  |
| Nome e profissão da esposa:  | Isolina de Oliveira Soares, sobrinha de Bento Quirino dos Santos  |
| Nome dos filhos:             | Pai de nove filhos  |
| Educação: preparatório       | Ginásio Culto à Ciência em Campinas   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1884)   |
| Profissão                    | Fazendeiro, advogado (Campinas e São Paulo), jornalista e juiz de paz em Campinas. Cafeicultor e proprietário de casa comissária em Santos.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva (1902-1902), (1907-1909), (1916-1918) e (1923-1925).  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1898-1903); Deputado Federal (1894-1896); Presidente da Câmara dos Deputados do Estado (1901-1902); e Senador Estadual (1903-1909), (1913-1918) e (1920-1930)  |
| Cargos Administrativos       | Secretário da Agricultura (1909-1912); Ministro da Agricultura (1918-1919); Presidente do Banco Comércio e Indústria de São Paulo e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.   |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ABRANCHES</b> , Dunshee de. Governos e Congressos da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-Presidentes da República, Ministros de Estado, Senadores e Deputados ao Congresso Nacional, 1889 a 1917. São Paulo, 1918. 2 v.-<br><b>BANDECCHI</b> , Brasil. Antônio de Pádua Sales: Um varão da 1ª República. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Volume LIX, Triênio 1960-1962.<br><b>BRASIL</b> , Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros da 2ª Legislatura: 1894-1896.<br><a href="http://www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo2/parte11.pdf">http://www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo2/parte11.pdf</a> . Acesso em: 25/11/2009.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. |
| Observações:                 | Primo de Campos Salles. Colega de Antônio Álvares Lobo, Olavo Egídio de Souza Aranha e Pedro de Toledo na faculdade. Cafeicultor, comerciante e diretor do Banco do Comércio e Indústria de SP. Sócio de Rafael Sampaio Vidal e de Gabriel Dias da Silva na casa comissária Santos. Filiado à SNA e, em 1932, compôs o poder civil da Revolução Constitucionalista, junto com Júlio de Mesquita Filho, Altino Arantes, Francisco Morato e outros. Entre 1920 e 1947, foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de SP. Descendente do fundador de Campinas Francisco Barreto  |

|  |   |
|--|---|
|  | <p>Leme. Durante os estudos preparatórios, no Colégio Culto a Ciência, teve como condiscípulos Julio de Mesquita, Olavo Egídio e Joaquim Álvaro de Sousa Camargo. Na faculdade Germano Haslocher, Antônio Mercado, Sebastião de Lacerda, Oliveira Figueiredo, Muniz Barreto, Godofredo Cunha, Pedro de Toledo, Antônio, Lôbo, Cândido Rodrigues, Julio Maia, Gastão de Mesquita, Rafael Cantinho, Martins de Menezes, Adolfo Corrêa Dias, Joaquim Álvaro de Sousa Camargo e Eugênio Egas e Borges de Medeiros. Os republicanos ganhavam terreno, ora se aliavam aos conservadores, ora aos liberais, dando a impressão a todos que a República não era um “monstro”. Tomou parte ativa no Convênio de Taubaté, como orador oficial dos fazendeiros. Reformou o serviço meteorológico, normalizou o serviço de tomada de contas de estradas de ferro, reorganizou o Departamento Estadual do Trabalho, o Comissariado do Estado no Exterior, a Diretoria da Indústria Animal e a Repartição de Águas e Esgotos. No Departamento Estadual do Trabalho, além do serviço de imigração e colocação de operários, de assistência médica e alimentar organizou o serviço de inquérito sobre as condições dos trabalhadores localizados no Estado, quanto a salário, higiene, medidas de previdência, de assistência, acidentes no trabalho etc. Introduziu muitas medidas que hoje são aplicadas como protetoras dos operários, presidiu o Banco de Comércio e Indústria de São Paulo e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, tendo, ao deixar estes cargos sido eleito presidente honorário de ambas. Provedor, entre 1920 e 1947, da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, quando recebeu o título de Provedor Honorário da mesma.</p> |
|--|---|

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Arnolpho Rodrigues de Azevedo</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Lorena 11/11/1868  |
| Local e data de falecimento: | Lorena 14/01/1942  |
| Nome e profissão do pai:     | Antônio Rodrigues de Azevedo, Advogado e Fazendeiro de Café – Barão de Santa Eulália   |
| Nome e profissão da mãe:     | Eulália Moreira de Azevedo, Baronesa de Santa Eulália  |
| Nome e profissão da esposa:  | Dulce Lina da Gama Cochrane, do lar; e em segundas núpcias Zaira Cachrane  |
| Nome dos filhos:             | Celina, Antônio, Lucíla, Aldo Mário, Maria da Conceição, Odi Lina, Sílvio, Osvaldo Benjamin, Arnolfo, Regina de Lourdes, Aroldo Edgar, Élio Fábio e Eulália de Azevedo.  |
| Educação: preparatório       | Primeiras letras em casa com professores particulares; após no Colégio Moretz Sohn em São Paulo; e em seguida no Colégio Menezes Vieira no Rio de Janeiro.   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1891)  |
| Profissão                    | Fazendeiro, agropecuarista e advogado. Promotor público em Lorena  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva (1925-1930).   |
| Mandatos eletivos:           | Vereador e Presidente da Câmara de Lorena (1892-1899) e (1902; Deputado Estadual (1895-1900); Deputado Federal (1903-1926); Presidente da Câmara dos Deputados (1921-1927); e Senador da República (1927-1930)   |
| Cargos Administrativos       | Intendente Municipal de Lorena (1892-1895)   |
| Publicações:                 | Compôs música, poesia e contos.  |
| Títulos:                     | Coronel Comandante da Guarda Nacional em Lorena  |
| Fontes:                      | <b>AZEVEDO</b> , Aroldo de. Arnolfo Azevedo: parlamentar da Primeira República (1868-1942). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>BRASIL</b> . Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 5 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup> , 7 <sup>a</sup> , 8 <sup>a</sup> , 9 <sup>a</sup> , 10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup> , 12 <sup>a</sup> Legislaturas: 1903 - 1926. [Brasília], s.d. (folhas datilografadas). |
| Observações:                 | Seu pai foi vice-presidente da Província pelo PC. Como todos os cafeicultores da Região do Vale do Paraíba, estava em decadência financeira no período final do Império.   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Arthur Pequeroby de Aguiar Whitaker</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Araras 04/10/1881  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 20/04/1947  |
| Nome e profissão do pai:     | Jorge de Aguiar Whitaker, fazendeiro de café   |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria Leopoldina Viana Whitaker  |
| Nome e profissão da esposa:  | Maria Adélia Ferreira França Whitaker  |
| Nome dos filhos:             | Regina Maria de Aguiar Whitaker e Artur de Aguiar Whitaker   |
| Educação: preparatório       | Curso de humanidade no colégio Santo Antônio (Jundiaí).  |
| Superior:                    | Ciências e letras e direito pela academia de São Paulo (1907)  |
| Profissão                    | Advogado em Jaboticabal e São Paulo. Promotor público em Campos Novos do Paranapanema. Fazendeiro e proprietário de terras. Membro do Departamento Administrativo do Estado  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP e Partido Democrático Social - PSD.   |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em Jaboticabal; Deputado Estadual (1917-1930); Presidente da Câmara Estadual de São Paulo (1927-1930)   |
| Cargos Administrativos       | Prefeito de Jaboticabal; Secretário de Estado da Justiça e Negócios do Interior (1946/47).   |
| Publicações:                 | A História de Jaboticabal; artigos na imprensa e trabalhos jurídicos   |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>BRASIL</b> . Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª Legislaturas: 1903 - 1926. [Brasília], s.d. (folhas datilografadas).<br><b>LUIZ</b> , Gonzaga da Silva Leme. Genealogia Paulistana. São Paulo, Duprat & Cia, 1904.<br><b>RIBEIRO</b> , Antônio Sérgio e <b>AZAMBUJA</b> , Sueli. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Divisão de Acervo Histórico. Galeria dos Presidentes da Assembleia Legislativa de SP. São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Comunicação, 2006.<br><b>WHITAKER</b> , Edmur de Aguiar. A Família Aguiar Whitaker. Estudo Genealógico. Biografia dos seus Fundadores e Alguns Descendentes, Através da Documentação Escrita, Tradição Oral e Recordações Pessoais do Autor. São Paulo, 1950. |
| Observações:                 | Descendente da tradicional família de Guilherme (William) Whitaker (1795-1857) e Ângela de Aguiar Whitaker (1799-), aquele originário da Irlanda/Inglaterra. Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção São Paulo. Sócio do Automóvel Clube de São Paulo, Sociedade Rural Brasileira – SRB e Instituto Heráldico e Genealógico de São Paulo. Dirigiu a Reforma Constitucional de 1929.  |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Carlos Augusto Pereira Guimarães</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Paraibuna – SP, 15/01/1862   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 20/02/1927  |
| Nome e profissão do pai:     | Francelino Adolpho Pereira Guimarães, Desembargador  |
| Nome e profissão da mãe:     | Antônia Margarida Muniz Barreto Guimarães  |
| Nome e profissão da esposa:  |  |
| Nome dos filhos:             |  |
| Educação: preparatório       | Curso Anexo a faculdade de direito de São Paulo.   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1883)  |
| Profissão                    | Promotor público em Jundiaí, juiz de direito em Campinas e São Paulo. Fazendeiro e diretor do banco do comércio e indústria de São Paulo   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; membro da comissão executiva do PRP (1898)   |
| Mandatos eletivos:           | Vereador e Presidente da Câmara de Campinas; Deputado Estadual (1898-1903) e (1907-1909); Presidente da Câmara dos Deputados do Estado (1899-1902)   |
| Cargos Administrativos       | Presidente Interino do Estado (1913-1915); Vice-Presidente do Estado (1912-1916); Secretário do Interior (1908-1911) e da Fazenda (1911).  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>RIBEIRO</b> , Antônio Sérgio e <b>AZAMBUJA</b> , Sueli. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Divisão de Acervo Histórico. Galeria dos Presidentes da Assembleia Legislativa de São Paulo. São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Comunicação, 2006. |
| Observações:                 | Foi grande incentivador do investimento em educação pública em São Paulo. Presidiu a Reforma da Constituição em 1901.  |



|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Carlos de Campos</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Campinas, 06/08/1866   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 27/04/1927  |
| Nome e profissão do pai:     | Bernardino de Campos, Advogado e Jornalista  |
| Nome e profissão da mãe:     | Francisca Duarte de Campos, do Lar   |
| Nome e profissão da esposa:  |  |
| Nome dos filhos:             |  |
| Educação: preparatório       | Em Amparo e São Paulo  |
| Superior:                    | Bacharel em Direito pela Academia de São Paulo (1887)  |
| Profissão                    | Advogado em Amparo e São Paulo, literato, compositor (poeta) e estudioso de música e jornalista  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva do PRP (1916-1924)   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1895-1896) e (1901-1915); Presidente da Câmara dos Deputados do Estado (1907-1915); Deputado Federal (1918-1924); Senador Estadual (1915-1918); líder da maioria e da representação Estadual na Câmara dos Deputados (1919-1923)  |
| Cargos Administrativos       | Intendente de Amparo (1891); Presidente do Estado (1924-1927); e Secretário de Justiça e da Agricultura (1896-1901).   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <p><b>BRASIL.</b> Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 10ª e 11ª Legislatura: 1918 -1923. [Brasília], s. d.</p> <p><b>BUENO,</b> Cunha. Carlos de Campos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, Volume LXV, 1968.</p> <p><b>LOVE,</b> Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.</p> <p><b>RIBEIRO,</b> Antônio Sérgio e <b>AZAMBUJA,</b> Sueli. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Divisão de Acervo Histórico. Galeria dos Presidentes da Assembleia Legislativa de São Paulo. São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Comunicação, 2006.</p> |
| Observações:                 | Fundador da Academia Paulista de Letras. Criador da Guarda Civil e da Força Pública do Estado, sendo que esta passou a contar com uma esquadrilha de aeroplanos. Tinha contatos com o capital estrangeiro. Dirigiu o <i>Correio Paulistano</i> . Foi o presidente da Constituinte de 1908. Como administrador dedicou especial atenção aos problemas dos transportes, da produção e da energia elétrica. Providenciou a remodelação da Estrada de Ferro Sorocabana e a construção da estação terminal. Amparou a produção do café, organizou o Serviço de Combate à broca e fundou o Instituto da Café do Banco do Estado. Ofereceu auxílio do Estado às obras da Serra do Mar, em execução pela Light.  |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Cincinato Cezar da Silva Braga</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Piracicaba, 07/07/1864  |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro, 12/08/1953  |
| Nome e profissão do pai:     | Domingos José da Silva Braga  |
| Nome e profissão da mãe:     | Bárbara Augusta de Matos Braga  |
| Nome e profissão da esposa:  |   |
| Nome dos filhos:             |   |
| Educação: preparatório       | Colégio Padre Antônio José de Castro em São Carlos do Pinhal SP e no colégio Culto a Ciência em Campinas  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1886)   |
| Profissão                    | Economista, historiador, advogado em São Paulo, Rio de Janeiro e Barretos. Jurista e jornalista do <i>Estado do São Paulo</i> e <i>Jornal do Comércio do RJ</i> . Promotor público em São Carlos do Pinhal e São Paulo  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Constituinte (1890-1891) e (1933); Deputado Federal (1891-1902), (1906-1924) e (1934-1937).  |
| Cargos Administrativos       | Presidente do Banco do Brasil (1923-1925) e Presidente do Banco do Comércio do Rio de Janeiro (1949)  |
| Publicações:                 | Publicou Caixas de Conversões, 1894; Indústria Pastoril, 1894; Emissão de papel-moeda, 1894; Apontamentos históricos sobre a fundação da cidade e município de São Carlos, 1894; O popular, 1894; Ação rescisória, 1910; A questões dos pilões (verdades contra mentiras), 1910; O câmbio, 1910; Questões econômico-financeiras, 1915; Intensificação econômica do Brasil, 1917; As secas do Nordeste e a reorganização econômica, 1919; Ensino industrial, siderurgia etc., 1919; Magnos problemas econômicos de São Paulo 1923; O Brasil de ontem, de hoje e de amanhã (estudo econômico-financeiro, 1923); Brasil novo (4v.,1930-1931); O golpe de Estado. |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ARTIAGA</b> , Jugurtha de. Figuras da 1ª República. São Paulo, Editora Minerva/Lisboa, 1955.<br><b>BRASIL</b> . Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros Assembleia Nacional Constituinte: 1890-1891, e na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª, 8ª, 10ª e 11ª legislaturas. [Brasília].<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.   |
| Observações:                 | Tomou parte da dissidência do PRP em 1901. Presidente do Banco do Brasil, em 1920. Colega de Alberto Santos Dumont e Júlio de Mesquita no colégio Culto a Ciência em Campinas. Formou com Prudente de Moraes, Campos Sales, Júlio Mesquita dissidência contra o golpe de Deodoro. Um dos líderes do movimento civilista, defensor da Valorização do Café, da intervenção do Governo no mercado. Com Sampaio Vidal e outros organizou a City Of São Paulo Improvements empreendimento imobiliário.   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Heitor Teixeira Penteado</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Campinas, 16/12/1878   |
| Local e data de falecimento: | Campinas, 08/05/1947   |
| Nome e profissão do pai:     | Salvador Leite de Camargo Penteado, Advogado, Fazendeiro, Juiz municipal e Vereador Rep. Em Campinas.  |
| Nome e profissão da mãe:     | Leonor Teixeira Penteado,  |
| Nome e profissão da esposa:  | Evelina de Queirós Teles, de rica família paulista, neta paterna dos barões de Jundiáí.  |
| Nome dos filhos:             | Pai de 11 filhos   |
| Educação: preparatório       | Estudou preparatórios no colégio Josefina Sarmento, no Ginásio Culto a Ciência e no Ginásio Diocesano de São Paulo.  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1900)  |
| Profissão                    | Advogado e promotor público em Campinas sócio, de Alberto Sarmento. Além de fazendeiro, cafeicultor e jornalista. Presidente do <i>Correio Paulistano</i>  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP   |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em Campinas (1911-1922); Deputado Estadual (1919-1921); e Deputado Federal (1924-1929)  |
| Cargos Administrativos       | Prefeito de Campinas (1911-1922); Vice-Presidente (1927-1930) e Presidente do Estado (1930). Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1920-1924); Diretor e Presidente do Banco do Estado (1938-1941)   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>BRASIL.</b> Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 13ª Legislatura: 1927 -1929. [Brasília], s.d.<br><b>LOVE,</b> Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>SANTOS FILHO,</b> Lycurgo de Castro. Heitor Penteado (Centenário de Nascimento). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, Volume LXXVI, 1980.   |
| Observações:                 | Sua mãe era filha de Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, com vasta fortuna traduzida em propriedades no campo e na cidade. Maior proprietário de seu tempo em Campinas. Vereador, mas dedicou-se aos negócios, deixando aos descendentes imensas pecúnias. Seu neto materno foi um dos aquinhoados e suas posses lhe chegaram às mãos por herança. Os bacharéis também dirigiram a Primeira República e a escala inicial na vida pública era a promotoria, antes mesmo da vereança em cidades do interior ou capital: Washington Luís Pereira de Sousa e Arnolfo Azevedo foram promotores, respectivamente, em Batatais e Lorena, antes de se elegerem vereadores nessas duas localidades. Antes da política foi promotor. |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>José Pereira de Queiroz</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Campinas, 25/10/1863   |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 17/05/1940  |
| Nome e profissão do pai:     | Manoel Elpídio Pereira de Queiroz, fazendeiro e Tem-Coronel.   |
| Nome e profissão da mãe:     | Miguelina de Campos Sales  |
| Nome e profissão da esposa:  | Maria de Azevedo Pereira de Queiroz  |
| Nome dos filhos:             | Carlota Pereira de Queiroz (a primeira mulher brasileira a ter assento no Congresso Nacional).   |
| Educação: preparatório       |  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1884)  |
| Profissão                    | Advogado em Amparo e São Paulo   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1892-1903) e (1907-1915); Senador Paulista  |
| Cargos Administrativos       | Secretário do Interior e Justiça (1898-1900)   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>AZEVEDO</b> , Aroldo de. Dr. José Pereira de Queiroz. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, Volume LXI, 1963.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.   |
| Observações:                 | Da linhagem paterna descendia da família do Português Luís José Pereira de Queiroz, que chegou ao Brasil na segunda metade do século XVIII; e da linhagem materna dos Moraes D'Antas, em seguida entrelaçados com as famílias Silva Prado, Moraes Jordão e Campos Sales. Trineto do Capitão-mor Martinho da Silva Prado, neto do Capitão José Pereira de Queiroz e de Dona Escolástica de Moraes Jordão. Sócio no escritório de Bernardino de Campos em Amparo. Colaborador jurídico e integrante do Conselho fiscal do <i>O Estado de São Paulo</i> , ao tempo de Júlio Mesquita. Advogado do Banco de Crédito Real e do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola, mesmo depois de transformado no atual Banco do Estado de São Paulo. |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Júlio Cezar Ferreira de Mesquita</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Campinas, 18/08/1862  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 15/03/1927   |
| Nome e profissão do pai:     | Francisco Ferreira Mesquita, Imigrante Português  |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria da Conceição Ferreira Mesquita  |
| Nome e profissão da esposa:  | Lucila Cerqueira César de Mesquita  |
| Nome dos filhos:             | Julio Mesquita Filho, Raquel Mesquita   |
| Educação: preparatório       | Colégio Morton e Culto à Ciência de Campinas  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1883)   |
| Profissão                    | Advogado junto com Francisco Quirino dos Santos em Campinas, redator com Rangel Pestana do <i>A Província de São Paulo</i> após proprietário do jornal <i>O Estado de São Paulo</i> . Fazendeiro. Colaborou com os jornais <i>A República</i> , na Capital e <i>A Gazeta</i> em Campinas  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva (1892-1894) e (1896).   |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em Campinas; Deputado Estadual Constituinte (1891-1892); Deputado Estadual (1895-1903), (1907-1912); líder da maioria na Câmara Estadual (1892) e (1907-1912); Deputado Federal (1891-1896); Senador Estadual (1912-1915).   |
| Cargos Administrativos       | Proprietário do Jornal <i>O Estado de São Paulo</i> ; Secretário da Junta Governativa e de Prudente de Moraes quando ocupou o cargo de Presidente do Estado.  |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ARTIAGA</b> , Jugurtha de. Figuras da 1ª República. São Paulo, Editora Minerva/Lisboa, 1955.<br><b>BRASIL</b> . Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros Assembleia Nacional Constituinte: 1890-1896 e da 1ª e 2ª Legislaturas [Brasília], s.d. (folhas datilografadas).<br><b>CASTELLANI</b> , José. A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro. São Paulo, Editora Traço, 1989.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.  |
| Observações:                 | Genro de Cerqueira Cezar, proprietário rural, cafeicultor do Oeste paulista, proprietário do <i>O Estado de São Paulo</i> . Ajudou a organizar os congressos cafeeiros de 1920 e 1921, proprietário de ações da Cia Força e Luz, junto a Armando Sales de Oliveira seu genro. Aluno de Francisco Rangel Pestana. “O seu jornal, através de sua pena, nunca deixou de defender, mesmo, os seus maiores adversários, e isso quando percebia que estes trilhavam o bom caminho da democracia e da justiça” (Artiaga, 1955, 294). Membro da loja Maçônica Amizade de Campinas, dissidente em 1901, contra Campos Sales; em 1915, abriu dissidência no PRP, em virtude da escolha de Altino Arantes ao Governo do Estado. Foi para o Partido Democrático depois de 1926. |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Júlio Prestes de Albuquerque</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Itapetininga, 15/03/1882  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 09/02/1946   |
| Nome e profissão do pai:     | Fernando Prestes de Albuquerque, Presidente de São Paulo (1898-1900) e Vice-Presidente (1908-1912) e (1924-1927), fazendeiro de café em Itapetininga  |
| Nome e profissão da mãe:     | Olímpia de Santana Prestes  |
| Nome e profissão da esposa:  | Alice Viana Prestes de Albuquerque  |
| Nome dos filhos:             | Marialice, Fernando e Irene Prestes de Albuquerque  |
| Educação: preparatório       | Na Escola complementar em Itapetininga e no ginásio do Estado na Capital Paulista   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1906)   |
| Profissão                    | Advogado e poeta na Capital e fazendeiro na região de Sorocaba.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1909-1923); líder da maioria na Câmara Estadual (1921-1924); Deputado Federal (1924-1927); líder da maioria e da representação Estadual na Câmara dos Deputados (1926-1927)  |
| Cargos Administrativos       | Inspetor de Instrução Pública do Governo Federal (1906-1907) e Presidente do Estado (1927-1930)   |
| Publicações:                 | Poema: Venâncio Aires, Vida e Forma   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 4 v.<br><b>BRASIL</b> . Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 12ª e 13ª Legislaturas: 1924 -1926. [Brasília].<br><b>DEBES</b> , Célio. Júlio Prestes e a Primeira República. São Paulo, Imprensa Oficial: Arquivo do Estado, 1982.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.  |
| Observações:                 | Criador da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Promoveu a Reforma do Judiciário e reorganizou o Instituto Agrícola e Animal. Construiu a linha Mairinque-Santos e a Estrada de Ferro Sorocabana. Realizou obras de aproveitamento da Represa de Santo Amaro para abastecimento de água da Capital. Filho de Fernando Prestes de Albuquerque. Apresentou projeto de reforma financeira para o Brasil, criando o Cruzeiro como moeda nacional. Tinha contatos com o capital estrangeiro. Como candidato a presidente da República recebeu o apoio de diversas associações industriais de São Paulo, porém recebendo a oposição dos cafeicultores que o acusavam de continuador da política econômica de Washington Luís. |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Manuel Pedro Vilaboim</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Cachoeira-BA 16/07/1867  |
| Local e data de falecimento: | Cachoeira-Ba 11/09/1937  |
| Nome e profissão do pai:     | Conselheiro Manuel Pedro Alves Moreira Vilaboim  |
| Nome e profissão da mãe:     | Umbelina de Oliveira Passos Vilaboim   |
| Nome e profissão da esposa:  | Maria da Conceição Ávila   |
| Nome dos filhos:             | Pai de três filhos   |
| Educação: preparatório       | Colégio 7 de Setembro em Salvador,   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela faculdade de direito do Recife (1885)   |
| Profissão                    | Promotor público em Vitória e juiz municipal em Cachoeiro do Itapemirim ES e Itabopoana RJ. Advogado e lente da faculdade de direito de São Paulo (1911). Jornalista do <i>Correio Paulistano</i> e juiz permanente do Tribunal Internacional de Haia.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva do PRP (1928-1930)   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1910-1914); Deputado Federal (1915-1930); Senador (1930); líder da maioria e da representação Estadual na Câmara dos Deputados (1927-1930); Senador (1930), mas não exerceu o mandato   |
| Cargos Administrativos       |  |
| Publicações:                 | Contencioso Administrativo perante a Constituição Federal  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001, V5.<br><b>BRASIL</b> . Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 9 <sup>a</sup> , 10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup> , 12 <sup>a</sup> e 13 <sup>a</sup> Legislaturas: 1915 -1930. [Brasília], s.d. (folhas datilografadas).<br><b>EGAS</b> , Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3. |
| Observações:                 | Fez parte da minoria liderada por Francisco Glicério e do Partido Republicano Conservador. Defendeu a autonomia municipal e a irredutibilidade do vencimento dos funcionários públicos, além do imposto de Renda e a reforma do judiciário. Foi exilado em Portugal em 1932.   |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Olavo Egídio de Souza Aranha</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Campinas, 10/10/1863  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 06/03/1928   |
| Nome e profissão do pai:     | Antônio Egydio de Souza Aranha, cafeicultor   |
| Nome e profissão da mãe:     | Elisma do Amaral  |
| Nome e profissão da esposa:  | Vicentina de Souza Queiroz DE Souza Aranha  |
| Nome dos filhos:             | Olavo e Alfredo Egídio de Souza Aranha  |
| Educação: preparatório       |   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela faculdade do Recife  |
| Profissão                    | Advogado, banqueiro, comerciante e cafeicultor em Campinas  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL e Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva (1917-1923) e (1925)   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Provincial no Império e Deputado Federal (1921-1927).  |
| Cargos Administrativos       | Secretário da Fazenda e Presidente do Instituto do Café (1907-1912); Secretário da Agricultura (1909); e Prefeito de Juiz de Fora – MG  |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>BRASIL.</b> Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 11ª e 12ª Legislaturas: 1921 -1923. [Brasília], s.d. (folhas datilografadas).<br><b>LOVE,</b> Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.<br><b>LUIZ,</b> Gonzaga da Silva Leme. Genealogia Paulistana. São Paulo, Duprat & Cia, 1904. |
| Observações:                 | Partidário das políticas de valorização do café. Um dos fundadores do Banco Hipotecário e Agrícola. Tinha contato com o capital estrangeiro. Tinha relações de parentesco com a tradicional família Souza Queiroz. Descendente da família do coronel Francisco Egydido de Souza Aranha, natural de Curitiba, iniciador do plantio de Café na região de São Carlos, atual Campinas. Era primo de Osvaldo Aranha.           |



|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Oscar Rodrigues Alves</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Guaratinguetá, 16/11/1884  |
| Local e data de falecimento: | 1951   |
| Nome e profissão do pai:     | Francisco de Paula Rodrigues Alves – político, plantador e comerciante de café   |
| Nome e profissão da mãe:     | Ana Guilhermina de Oliveira Alves  |
| Nome e profissão da esposa:  | Margarida Santos   |
| Nome dos filhos:             | Pai de um filho  |
| Educação: preparatório       | Estudos primários em Guaratinguetá e o secundário no colégio Quirino, em Taubaté (SP), São Luiz Gonzaga, em Petrópolis (RJ) e Abílio e Alfredo Gomes no (RJ)   |
| Superior:                    | Aspirante da Guarda Marinha pela Escola Naval e bacharel em medicina pela faculdade do RJ (1904)   |
| Profissão                    | Exerceu a medicina e foi assistente da cadeira de clínica médica na faculdade de medicina do RJ (1906-1911). Diretor-Presidente da fábrica de fiação e de tecelagem pirassununga e Diretor-Superintendente da Cia Agrícola Rodrigues Alves em São Manuel e Guaratinguetá, Diretor da FIESP   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP   |
| Mandatos eletivos:           | Senador Estadual (1922-1930); Deputado Federal Constituinte pela aliança (PRP-PD) (1933-1935). Apoiou a implantação do Estado Novo   |
| Cargos Administrativos       | Secretário da Presidência de São Paulo (1912-1916) e do Interior (1916-1920). Presidente do Conselho Regional do Senai   |
| Publicações:                 | Diagnósticos dos Tumores Abdominais (Tese de Doutorado, 1904) e O Tratamento do Diabetes   |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001.<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.  |
| Observações:                 | Foi assistente dos cientistas Chapot Prevost e Miguel Pereira e Médico da assistência pública do RJ. Representou o Brasil, em 1905, no Congresso Internacional contra a Tuberculose em Paris, realizando curso de especialização no Instituto Pasteur nesta cidade. Juntamente com Altino Arantes incentivou a criação da Faculdade de Medicina de São Paulo (1912). Pertenceu a Sociedade de Medicina do RJ, a Academia Nacional de Medicina e Cirurgia e a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Coofundador da Sociedade Rural Brasileira – SRB. |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Paulo de Moraes Barros</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Piracicaba, 16/06/1866  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 15/12/1940   |
| Nome e profissão do pai:     | Manuel de Moraes Barros, cafeicultor e político (Senador por São Paulo)   |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria Inês de Moraes Barros   |
| Nome e profissão da esposa:  | Elisa Salles e Maria Elisa Quirino dos Santos   |
| Nome dos filhos:             |   |
| Educação: preparatório       | Colégios Mamede, Rangel Pestana e Morton  |
| Superior:                    | Médico pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro (1888).   |
| Profissão                    | Cafeicultor, criador de gado e industrial. Dono da Moraes Barros e Irmãos (Fazenda Pau d'Alho), diretor da companhia cafeeira do Rio Feio e presidente da S. A. tecelagem Paraíba. Importador de ferro. Médico no Rio de Janeiro e Delegado de Higiene e Saúde em Piracicaba.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP e Partido Democrático – PD.  |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em Piracicaba e Deputado Federal (1909-1912) e (1927-1930).  |
| Cargos Administrativos       | Secretário da Agricultura (1912-1915); Ministro da Agricultura, Viação e Obras Públicas (1930) do Governo de Vargas   |
| Publicações:                 | Autor de vários escritos na área médica e da agricultura  |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>BRASIL.</b> Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 7ª e 13ª Legislaturas: 1909 -1911. [Brasília]. <b>LOVE,</b> Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.  |
| Observações:                 | Sobrinho do presidente Prudente de Moraes Barros. Sócio do Automóvel Clube, Jockey Clube, Clube Comercial e Sociedade Hípica Paulista. Grande fazendeiro militante, presidente da LAB e da SRB, empenhado na restauração do poder dos fazendeiros. Ajudou a organizar os congressos cafeeiros de 1920 e 1921. Juntamente com Francisco Morato e Luis da Gama Cerqueira fez parte da organização do Partido Democrático de São Paulo, em 1926, cujo programa defendia a revisão Constitucional, o voto secreto e a independência do judiciário. Foi contra a valorização do café e apoiou a Aliança Liberal. |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Pedro Manuel de Toledo</b>   |
| Local e data de nascimento:  | São Paulo, 29/06/1860   |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro, 29/07/1935  |
| Nome e profissão do pai:     | Capitão Manuel Joaquim de Toledo, Militar   |
| Nome e profissão da mãe:     | Ana Inocência Barbosa de Toledo   |
| Nome e profissão da esposa:  | Francisca da Gama Cerqueira   |
| Nome dos filhos:             | Dulce Toledo Moreira  |
| Educação: preparatório       | Com Prof. Particulares e na Escola Normal em São Paulo  |
| Superior:                    | Bacharel pela academia de direito do Recife (1884)  |
| Profissão                    | Advogado em São José do Além Paraíba-MG, jornalista no <i>A República</i> , jornal editado por Joaquim Ribeiro e Xisto Barbosa, com colaboração de Alberto Torres, Borges de Medeiros, Venceslau de Queiroz, Antônio de Pádua Sales, Rivadávia Correia e Vicente de Carvalho. Procurador fiscal da tesouraria provincial, delegado e chefe de polícia, comandante da guarda nacional de São Paulo.  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP e Partido Democrático – PD.  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1895-1896) e (1907-1912).  |
| Cargos Administrativos       | Ministro da Agricultura (1910-1913); da Viação e Obras Públicas (1912); embaixador do Brasil, na Itália (1914/1917) e na Argentina (1919/1926); interventor Federal no Estado (1932)  |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001, V5.<br><b>AMARAL</b> , Antônio Barreto do. Pedro de Toledo. Publicação do IHGSP, 1969.<br><b>CASTELLANI</b> , José. A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro. São Paulo, Editora Traço, 1989.  |
| Observações:                 | Fundador e membro da Academia Paulista de Letras. Comandante civil da Revolução Constitucionalista 32, cujo secretariado era desvinculado do Governo Federal. Colega de academia de Antônio Álvares Lobo, Olavo Egídio de Souza Aranha, Germano Hasslocher Filho, Antônio de Pádua Sales e Cândido Augusto Rodrigues. Sócio de Manuel Vilaboim em Banca de advogados em São Paulo. Membro da loja Piratininga, América e Amizade de São Paulo, sendo Grão-Mestre do Grande Oriente do Estado. Fez parte do bloco de Francisco Glicério. Neto do Coronel Joaquim Floriano de Toledo, secretário particular de D. Pedro I, Deputado Geral de 1830-1942 e vice-presidente da Província de São Paulo nas décadas de (1840/1850/1860). Sobrinho de Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, Deputado Geral, Senador e Ministro do Império, nas décadas de (1860/1870/1880). Defendeu a valorização do Café. |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Rafael de Abreu Sampaio Vidal</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Campinas, 14/07/1870  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 13/05/1941   |
| Nome e profissão do pai:     | Joaquim José de Abreu Sampaio, Deputado Provincial.   |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria das Dores Sampaio Vidal   |
| Nome e profissão da esposa:  | Carlota Borges Sampaio Vidal, filha do Barão de Dourados e neta do Visconde do Rio Claro.   |
| Nome dos filhos:             |   |
| Educação: preparatório       | Colégio Culto a Ciência em Campinas (1886)  |
| Superior:                    | Bacharel pela faculdade de direito de São Paulo (1891)  |
| Profissão                    | Provedor da Santa Casa de Misericórdia, Advogado em SP.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP  |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em São Carlos; Deputado Estadual (1910-1912); Deputado Federal (1918-1924) e (1934-1935); Senador Estadual (1925-1930)   |
| Cargos Administrativos       | Secretário de Justiça (1912-1916); da Fazenda; e Presidente do Instituto do Café (1913-1915). Ministro da Fazenda (1922-1925).  |
| Publicações:                 | A Organização Comercial da Defesa do Café; Contabilidade Agrícola da Fazenda do Café (1905); e Defesa Permanente do Café (1921).  |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001, V5.<br><b>BRASIL</b> . Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 10ª e 11ª Legislaturas. [Brasília], s.d..<br><b>LOVE</b> , Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.  |
| Observações:                 | Membro fundador da SRB, do Clube da Lavoura e da Cia Central de Armazém de Santos. Acusado em manifesto publicado em 1923, por fazendeiros, de ser conivente com uma minoria de ricos fazendeiros contra os interesses da maioria da lavoura. Relator no Congresso Nacional do projeto de defesa permanente do Café, diretriz do Instituto do Café de São Paulo. Dono da Rafael Sampaio & Cia, comissário em Santos, sócio de Gabriel Dias da Silva e Antônio de Pádua Salles. Conselheiro Fiscal do Banco de Lavradores, diretor da Cia de Iluminação Pública de Campinas e da Cia Campineira Carris de Ferro. Ligado ao Banco União de São Carlos, associando ao Banco de São Paulo. Dissidente paulista e fundador do PRC. Apoiou Hermes da Fonseca. Criou a política técnica, reorganizou o serviço de identificação e cooperou na remodelação da força pública. Organizou a Bolsa Oficial do Café, a Caixa de Liquidação e a Câmara Sindical de Corretores. Procedeu a aquisição das Ações do Banco Hipotecário, mais tarde Banespa. |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Bananal-SP, 08/11/1860   |
| Local e data de falecimento: | 13/11/1942   |
| Nome e profissão do pai:     | Luis da Rocha Miranda Sobrinho, proprietário Rural (cafeicultor) no Vale do Paraíba – Barão de Bananal.  |
| Nome e profissão da mãe:     | Amélia Brasília Nogueira da Rocha Miranda  |
| Nome e profissão da esposa:  | Aretuza Pompéia da Rocha Miranda, sua prima  |
| Nome dos filhos:             | Luís Rodolfo de Sá Miranda e Odete da Rocha Miranda.   |
| Educação: preparatório       | Na França  |
| Superior:                    |  |
| Profissão                    | Cafeicultor em São Simão, Santa Bárbara D'Oeste, Avaré, Piraju e Araçatuba. Industrial – proprietário da fábrica de tecidos aretusina em Piracicaba e chapéus em São Paulo. Capitalista em Santos e banqueiro. Jornalista no Diário Popular e diretor do Correio Paulistano  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva (1917-1930).   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Constituinte (1890-1912); Deputado Federal (1893-1912); e Senador Estadual (1919-1928)  |
| Cargos Administrativos       | Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1909-1910)  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>BRASIL.</b> Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros Assembleia Nacional Constituinte: 1890-1891 e 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Legislaturas. [Brasília], s.d..<br><b>FERRAZ,</b> José Romeu. Senador Rodolfo Miranda. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Volume LIX, Triênio (1960-1962).<br><b>LOVE,</b> Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.   |
| Observações:                 | Político menos convencional do PRP, fazendo oposição aos chefes estaduais em quatro crises vividas pelo partido. Apoiou Hermes da Fonseca em 1910, ligado a Pinheiro Machado e Campos Sales. Fundou e presidiu o PRC em São Paulo. Membro da SNA. Positivista e Castilhista. Diretor da Dumont Coffee Company, presidente do Banco Comercial Paulista, restaurador do Banco Nacional Brasileiro. Criador do Serviço de Proteção ao Índio. Fundador de Pompéia, Alto Cafezal (Marília), Mirandópolis. Defensor da imigração japonesa. Fundou a Escola de Ópera Nacional. Republicano histórico sem incompatibilizar-se com o trono. Ministro, diretor de Bancos e empresas comerciais, agrícolas e industriais. Cafeicultor pioneiro no noroeste, multiplicador da pequena propriedade, agregador, fundador de colônias agropecuárias. Desbravador, homem de ação e de vida social intensa. Seu filho do mesmo nome foi vereador em Avaré, Dep. Estadual, Senador (1948-1951) e Presidente do Conselho Superior da Caixa Econômica Federal. |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Washington Luis Pereira de Souza</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Macaé – RJ, 26/10/1869  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo, 1957   |
| Nome e profissão do pai:     | Joaquim Luis Pereira de Souza, (Militar) Ten-Cel.   |
| Nome e profissão da mãe:     | Florinda Ludgera de Sá Pinto Magalhães, do Lar  |
| Nome e profissão da esposa:  | Sofia Paes de Barros, descendentes dos Barões de Piracicaba   |
| Nome dos filhos:             | Florinda Maria, Rafael Luis, Caio Luis e Victor Luis Pereira de Souza   |
| Educação: preparatório       | Colégio Pedro II e Colégio Augusto no Rio de Janeiro e no curso anexo a faculdade de Direito de São Paulo (1888)  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1891)   |
| Profissão                    | Promotor Público em Barra Mansa, advogado em Batatais e São Paulo e pesquisador do Arquivo Municipal do Estado  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Paulista – PRP; membro da executiva (1925)  |
| Mandatos eletivos:           | Vereador (1897-1898); Intendente em Batatais (1898-1903); Deputado Estadual (1904-1906) e (1910-1915); líder da maioria na Câmara Estadual (1914); e Senador da República (1925-1926).  |
| Cargos Administrativos       | Prefeito de São Paulo (1914-1919); Presidente do Estado (1920-1924); Presidente da República (1926-1930); Secretário de Justiça (1906-1912).  |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | DEBES, Célio. Washington Luís: Primeira Parte 1869-1924. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1994.<br>EGAS, Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920 e 1920-1924), Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927, volumes 2 e 3.<br>LOVE, Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.  |
| Observações:                 | Consolidou a estrada de ferro Sorocabana. Eletrificou a estrada de ferro de Campos do Jordão. Construiu 1326 quilômetros de estradas de rodagem. Seu lema era “Governar é abrir estradas”. Cuidou ainda da navegação fluvial e enfrentou a pressão dos produtores quando sobreveio nova queda nos preços internacionais do café. Sobrinho do Conselheiro do Império Pedro Luis Pereira de Souza. Cunhado de Álvaro de Souza Queiroz, sobrinho de João Batista de Melo Oliveira. Pai do Dep. Rafael Luis Pereira de Souza. |

## Elite rio-grandense

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Alcides de Mendonça Lima</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Bagé-RS, 11/10/1859  |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro-RJ, 30/08/1935.   |
| Nome e profissão do pai:     | João Pereira de Mendonça Lima - Comerciante  |
| Nome e profissão da mãe:     | Ana Teresa de Mendonça Lima – do lar   |
| Nome e profissão da esposa:  | Leufrieda Martins Lima   |
| Nome dos filhos:             | João de Mendonça Lima, militar.  |
| Educação: preparatório       | Em Bagé, Rio Grande e Porto Alegre.  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1882)  |
| Profissão                    | Jornalista, historiador, promotor público, juiz e advogado nas comarcas de Pelotas e Rio Grande.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR e Partido Federalista  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal Constituinte (1890-1891) e Deputado Federal (1891-1893) pelo PRR  |
| Cargos Administrativos:      |  |
| Publicações:                 | Cena Marítima (1875); Discurso Inaugural do Clube 20 de Setembro de São Paulo (1881); e História Popular do Rio Grande do Sul (1882).  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAÚJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973.<br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-rio-grandense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. |
| Observações:                 | Militou em prol da República, foi cofundador do clube 20 de Setembro, colaborou com o jornal <i>A República</i> , <i>O Federalista</i> e a <i>Tribuna Liberal</i> .  |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Alexandre Cassiano do Nascimento</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Pelotas-RS 13/08/1859   |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro 09/09/1912   |
| Nome e profissão do pai:     | Manuel Lourenço do Nascimento, Coronel lutou na Revolução Farroupilha.  |
| Nome e profissão da mãe:     | Casemira Farias do Nascimento   |
| Nome e profissão da esposa:  | Ana Nunes do Nascimento   |
| Nome dos filhos:             | Manuel, Maria de Lourdes e Maria da Conceição do Nascimento.  |
| Educação: preparatório       | Em Pelotas  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1881)   |
| Profissão                    | Advogado e propagandista republicano em Pelotas; promotor público em Rio Grande e Pelotas; e juiz municipal em Santana do Livramento.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal Constituinte (1890-1891); Deputado Federal (1891-1911); e Senador (1909-1912) pelo PRR.  |
| Cargos Administrativos       | Ministro da Fazenda; das Relações Exteriores; do Interior e Justiça 1893; Vice-Governador do RGS (1898-1903).   |
| Publicações:                 | Correspondência Trocada com a Legação de Portugal (1894) e Relatório Apresentado ao Vice-Presidente dos Estados Unidos do Brasil (1894)   |
| Títulos:                     | General de Brigada do Exército  |
| Fontes:                      | <b>A FEDERAÇÃO</b> , 09/10/11/12 de Dezembro de 1912.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-riograndense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. |
| Observações:                 | Militou em prol da República (Clube Republicano de Pelotas) no RGS; colega na faculdade de Júlio de Castilhos, Ernesto Alves, Álvaro Chaves e Barros Casal.   |



|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Álvaro Baptista</b>   |
| Local e data de nascimento:  | São Borja-RS, 11/11/1858.  |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro – RJ, 11/08/1933.   |
| Nome e profissão do pai:     | Felisberto Batista da Costa, Professor de Escola Pública e Advogado.   |
| Nome e profissão da mãe:     | Henriqueta de Sá Batista, Professora de Escola Pública.  |
| Nome e profissão da esposa:  | Felisberta do Amaral Martins   |
| Nome dos filhos:             |  |
| Educação: preparatório       | Em Porto Alegre no Colégio Gomes (1875)  |
| Superior:                    | Medicina pela faculdade do Rio de Janeiro (1882)   |
| Profissão                    | Médico em São Borja, jornalista: revisor de <i>O Globo</i> RJ, <i>O Município</i> e <i>O Movimento</i> em São Borja; redator e proprietário do <i>À República</i> , e diretor do <i>A Federação</i> em Porto Alegre; e Agricultor em São Borja.  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual Constituinte (1891); Deputado Estadual (1892-1896) e (1915-1916); e Deputado Federal (1912-1923) (1927-1929).  |
| Cargos Administrativos       | Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul (1908-1912) e Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal após 1930  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>ABRANCHES</b> , Dunshee de. Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil: Apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-Presidentes da República, Ministros de Estado, Senadores e Deputados ao Congresso Nacional, 1889 a 1917. São Paulo, 1918. 2 v.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Um dos fundadores do Clube Abolicionista e do Clube 20 de Setembro junto com Protásio Alves. Formou dissidência republicana, sendo cofundador do Clube Republicano Autonomista e do Partido Republicano Liberal. Um dos fundadores do movimento pacifista no RGS. Fundador da Sociedade de Amparo Mútuo dos Empregados Cíveis e Militares estaduais e municipais e da Sociedade Beneficente de São Borja.  |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Antão Gonçalves de Faria</b>   |
| Local e data de nascimento:  | São Sepé-RS, 17/01/1854   |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre-RS, 03/02/1936.  |
| Nome e profissão do pai:     | Matheus Gonçalves de Faria - Militar  |
| Nome e profissão da mãe:     | Ubelina Maria do Carmo Gonçalves de Faria – do lar  |
| Nome e profissão da esposa:  | Januária Magalhães e Malvina Leseigneur   |
| Nome dos filhos:             | Lucília de Farias Lima, Luiz Leseigneur de Faria, Ester Leseigneur de Faria e Margarida Leseigneur de Faria.  |
| Educação: preparatório       | Em Porto Alegre Colégio Fernando Gomes e no Rio de Janeiro no Colégio Marinho.  |
| Superior:                    | Escola Naval e Politécnica do Rio de Janeiro  |
| Profissão                    | Engenheiro Civil e agrimensor em Caçapava do Sul  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR e Partido Republicano Federal – PRF   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal Constituinte (1890-1891) e Deputado Federal (1891-1893) pelo PRR   |
| Cargos Administrativos       | Ministro da Viação e Agricultura (1891-1892); Vice-Presidente e Secretário das Obras Públicas do Rio Grande do Sul (1889-1890).   |
| Publicações:                 | Viação Férrea do Rio Grande do Sul – Rede Estratégica (1912); e Problemas Nacionais – discurso (1913).  |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>CASSOL</b> , Arnaldo Luiz. Antão Gonçalves de Faria: (História e Biografia). Porto Alegre, Martins Livreiro, 1986.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-riograndense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. |
| Observações:                 | Militou em prol da República no Rio Grande do Sul; fundando o Clube Republicano em São Sepé; tornou-se dissidente republicano em 1892.  |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Antônio Augusto Borges de Medeiros</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Vila de Cachoeira, (Caçapava do Sul) RS, 19/11/1863.   |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre, 25/04/1961   |
| Nome e profissão do pai:     | Augusto Cezar de Medeiros – Juiz e Desembargador   |
| Nome e profissão da mãe:     | Miguelina de Lima Borges de Medeiros – do lar  |
| Nome e profissão da esposa:  | Carlinda Gonçalves Borges, sua Prima.  |
| Nome dos filhos:             | Dejanira Godói de Medeiros, casada com Sinval Saldanha.  |
| Educação: preparatório:      | Em Cachoeira do Sul e Porto Alegre. Colega de Fernando Setembrino de Carvalho e Germano Hasslocher   |
| Superior:                    | Faculdade de direito de São Paulo e Recife (1885)  |
| Profissão                    | Arrozeiro, advogado e juiz de direito em Cachoeira do Sul e Porto Alegre. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado e Chefe do Polícia do Estado.   |
| Partido a que pertenceu:     | PRR – Partido Republicano Rio-grandense e União Democrática Nacional – UDN   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal Constituinte (1890-1891) e Deputado Federal (1936-1937).  |
| Cargos administrativos       | Presidente do Rio Grande do Sul (1898-1908) e (1913-1928).   |
| Publicações:                 | O Poder Moderador na República Presidencial: um anteprojeto da Constituição brasileira. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, 1993; As finanças do Brasil, discurso de 1935. Porto Alegre, Livraria Globo, 1ª edição 1936,   |
| Títulos:                     | Grande Oficial da Ordem Nacional do Mérito   |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001, V. III.<br><b>ALMEIDA</b> , João Pio de. Borges de Medeiros: Subsídio para o Estudo de sua Vida e de sua Obra. Porto Alegre, Barcellos, Bertaso & Cia, 1928.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973.<br><b>LESSA</b> , Barbosa. Borges de Medeiros. Porto Alegre, Tchê! Comunicações Ltda., 1985.<br><b>RODRIGUES</b> , Ricardo Vélez. Castilhismo: uma filosofia da República. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.<br><b>TIMM</b> , Octacílio B. e <b>GONZALEZ</b> , Eugênio. Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhista. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1934. |
| Observações:                 | Fundadores do Clube 20 de Setembro em Porto Alegre; redator, com Alberto Torres e Germano Hasslocher, da Revista <i>A República</i> . Adotou política de equilíbrio orçamentário e estímulo ao crescimento de todos os ramos da economia. Reformulou o Porto de Rio Grande e de Porto Alegre, melhorou o serviço de transporte ferroviário. Um dos criadores da faculdade de Medicina e de Direito e implantou o código de processo penal, civil e comercial.  |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Antônio Soares de Barcellos</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Cachoeira do Sul-RS, 05/0/1857.  |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre-RS, 03/09/1916.   |
| Nome e profissão do pai:     | João Antônio de Barcellos  |
| Nome e profissão da mãe:     | Castorina Ignácia de Barcellos   |
| Nome e profissão da esposa:  | Amélia de Carvalho Barcellos   |
| Nome dos filhos:             | Setembrina de Barcellos Lino e Antônio Soares de Barcellos Filho   |
| Educação: preparatório       | Fundamental em Cachoeira do Sul  |
| Superior:                    | Não há registro de que tenha feito curso superior  |
| Profissão                    | Empresário do comerciante e indústria em Porto Alegre  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual Constituinte (1891); Deputado Estadual (1892-1904) e (1909-1916); Vice Presidente da Assembleia (1892-1896); e Presidente (1897-1904).   |
| Cargos Administrativos       | Provedor da Santa Casa de Misericórdia (1894-1903) e (1905-1914) e delegado de polícia em Porto Alegre.  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | Coronel da Guarda Nacional e Tenente-Coronel honorário do Exército   |
| Fontes:                      | <b>A FEDERAÇÃO</b> , 06 e 07 de setembro de 1916.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAÚJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Vice-Presidente do Clube Republicano de POA (1884); presidente da União Republicana (1889), proprietário da empresa Antônio de Barcellos & Cia; da fábrica de colchas balança, da hervas do Paraná; e farinha de trigo; diretor presidente da Cia Fiat-Lux; acionista de vários empreendimentos industriais de Porto Alegre.   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Apparício Mariense da Silva</b>   |
| Local e data de nascimento:  | São Borja-RS, 30/05/1856.  |
| Local e data de falecimento: | São Borja-RS, 05/05/1910.  |
| Nome e profissão do pai:     |  |
| Nome e profissão da mãe:     |  |
| Nome e profissão da esposa:  |  |
| Nome dos filhos:             |  |
| Educação: preparatório       |  |
| Superior:                    |  |
| Profissão                    | Poeta, dramaturgo e jornalista.  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em São Borja (1887-1890); Deputado Estadual Constituinte (1890-1891); e Deputado Federal (1894-1899) pelo PRR.  |
| Cargos Administrativos       | Comandante da Guarda Nacional de São Borja, no posto de Coronel.   |
| Publicações:                 | O Filho duma Escrava (1882),   |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>O'DONNELL</b> , Fernando O. M. Apparício Mariense: Contextuação histórica e dados biográficos. Santa Maria-RS, Pallotti, 1982.<br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-rio-grandense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. |
| Observações:                 | Militou em prol da República no RGS, sendo Vice-Presidente do Clube Republicano de São Borja, membro da loja maçônica vigilância e fé. Autor da moção contrária à instalação do 3º reinado. Apoiou Fernando Abbott e a dissidência republicana em 1907.  |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Carlos Barboza Gonçalves da Silva</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Pelotas – RGS, em 08/04/1851.   |
| Local e data de falecimento: | Jaguarão – RGS, 23/09/1933  |
| Nome e profissão do pai:     | Antônio Gonçalves da Silva – Estancieiro  |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria da Conceição Rodrigues Barbosa – do lar   |
| Nome e profissão da esposa:  | Carolina Cardoso de Brum – do lar   |
| Nome dos filhos:             | Euríbiades, Eudóxia e Branca Gonçalves da Silva; 05 filhos não chegaram a idade adulta.   |
| Educação: fundamental:       | Em Pelotas com o Prof. José Francisco Diana   |
| Médio (preparatório):        | No internato do Barão de Tautphoeus e no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro   |
| Superior:                    | Medicina pela faculdade da corte (1875), pós-graduado na França nos hospitais Necker e do Val-de-Grâce  |
| Profissão                    | Estancieiro e médico em Jaguarão e arredores  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR   |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em Jaguarão (1888); Deputado Estadual Constituinte (Presidente) (1891); Deputado Estadual (1901-1907); Senador (1920-1929)   |
| Cargos Administrativos       | Vice-Presidente (1893-1898) e Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1908-1913)   |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, Suliani, 1973.<br><b>TIMM</b> , Octacílio B. e <b>GONZALEZ</b> , Eugênio. Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1934. |
| Observações:                 | Militou na propaganda republicana – presidiu o Clube Republicano de Jaguarão (1882-1889).   |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Demétrio Nunes Ribeiro</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Rio Grande-RS, 1855   |
| Local e data de falecimento: | 09/12/1931  |
| Nome e profissão do pai:     |   |
| Nome e profissão da mãe:     |   |
| Nome e profissão da esposa:  |   |
| Nome dos filhos:             |   |
| Educação: preparatório       |   |
| Superior:                    | Bacharel em engenharia, matemática e ciências físicas pela Escola Central do Rio de Janeiro   |
| Profissão                    | Engenheiro civil, jornalista no <i>A Federação</i> e professor de ciência natural da Escola Normal de Porto Alegre  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR; e Partido Republicano Federal – PRF.   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal Constituinte (1890-1891) pelo PRR  |
| Cargos Administrativos       | Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1890)   |
| Publicações:                 | Curso elementar de Aritmética (1882)  |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Coofundador do PRR. Por discordar do apoio que Castilhos deu à Deodoro abriu dissidência sendo coofundador do PRF. Colaborou com o jornal <i>O Rio Grande</i> . Porta-voz na Constituinte das propostas do Apostolado Positivista.  |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Ernesto Alves de Oliveira</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Rio Pardo-RS, 17/01/1862  |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre-RS, 16/08/1891   |
| Nome e profissão do pai:     | Manuel Alves de Oliveira  |
| Nome e profissão da mãe:     |   |
| Nome e profissão da esposa:  |   |
| Nome dos filhos:             |   |
| Educação: preparatório       | Porto Alegre no colégio Fernando Gomes e Souza Lobo   |
| Superior:                    | Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo (1883)  |
| Profissão                    | Advogado e jornalista. Redator do <i>A Federação</i> e do <i>A República</i> em Porto Alegre  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal Constituinte (1890-1891)   |
| Cargos Administrativos       | Diretor de Instrução Pública do Rio Grande do Sul   |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Jornalista redator do <i>A Federação</i> , e <i>A República</i> . Fez parte do Clube Republicano Acadêmico e do Clube Republicano rio-grandense, quando estudante em São Paulo.   |



|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Evaristo Teixeira do Amaral Junior</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Alegrete – RS, 1859  |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre-RS, 11/01/1923  |
| Nome e profissão do pai:     | Evaristo Teixeira do Amaral  |
| Nome e profissão da mãe:     | Anna Alexandrina Teixeira  |
| Nome e profissão da esposa:  |  |
| Nome dos filhos:             |  |
| Educação: preparatório       | Em Alegrete e no colégio Gomes em POA (1875)   |
| Superior:                    | Escola Politécnica do Rio de Janeiro – não concluiu  |
| Profissão                    | Comerciante em Palmeiras e jornalista redator do jornal partidário <i>A Federação</i> em Porto Alegre  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual Constituinte (1891); Deputado Estadual (1892-1908); e Deputado Federal (1908-1923).  |
| Cargos Administrativos       | 1º Secretário (1892-1900); Vice-Presidente; 2º Secretário (1901-1904); Presidente e 1º Secretário (1905-1908).<br>Escrivão de Órfãos e Ausentes de POA   |
| Publicações:                 | O Bacharel Wenceslau Escobar em Crime de Calúnia (1920)  |
| Títulos:                     | Coronel da Guarda Nacional   |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.).<br>Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Fiel a Castilhos e ao castilhismo  |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Fernando Abbott</b>  |
| Local e data de nascimento:  | São Gabriel – RS, 21/04/1857  |
| Local e data de falecimento: | São Gabriel – RS, 13/08/1924  |
| Nome e profissão do pai:     | Jônathas Abbott, médico e militar   |
| Nome e profissão da mãe:     | Zeferina Fernandes Barbosa  |
| Nome e profissão da esposa:  | Matilde Barreto Pereira – do lar  |
| Nome dos filhos:             |   |
| Educação: preparatório:      |   |
| Superior:                    | Medicina no Rio de Janeiro (1880)   |
| Profissão                    | Médico, atividades rurais, agrícolas e assistenciais. Jornalista – redator em São Gabriel dos jornais <i>O Precursor</i> e o <i>Zig-Zag</i> . Militar – participou da Revolução de 1893 pelos republicanos.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR; Partido Republicano Democrático – PRD; e Aliança Libertadora   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal Constituinte (1891) e Deputado Federal (1891-1896)   |
| Cargos Administrativos       | Governador Interino do Estado do Rio Grande do Sul de 16/03-15/06/1891 e de 27/09/1892-25/01/1893; Vice-Presidente do Estado e Ministro Plenipotenciário na Argentina (1894-1895)   |
| Publicações:                 | Ligeiro Estudo sobre Afinidade Química (1877) e Dr. Jaborandy (1878)  |
| Títulos:                     | Doutor  |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Ginter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973. |
| Observações:                 | Participou da propaganda republicana. Concorreu à presidência do Estado em 1907, apoiou Assis Brasil em 1922 e os libertadores na Revolução de 1923. Era Maçom  |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Fernando Setembrino de Carvalho</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Uruguaiana-RS, 13/09/1861   |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro – RJ, 24/05/1947   |
| Nome e profissão do pai:     | Fernando Vieira de Carvalho – Professor, funcionário público e comerciante  |
| Nome e profissão da mãe:     | Felicidade Ferreira de Carvalho   |
| Nome e profissão da esposa:  | Leontina Damasceno Vilela   |
| Nome dos filhos:             | Foi pai de 8 filhos   |
| Educação: preparatório       | Inicialmente com o seu pai em Uruguaiana, em seguida no colégio Reis em Pelotas e em Porto Alegre no Colégio Souza Lobo   |
| Superior:                    | Engenheiro militar e bacharel em ciências físicas e matemáticas pela Escola Militar do RJ (1884) – ingressou no 12º Batalhão de Infantaria de POA; em seguida matriculou-se na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo, saindo Alferes-Aluno (1882)  |
| Profissão                    | Militar – participou da Revolução Federalista de (1893-1895). Chegou ao posto de Marechal   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR e Partido Republicano Liberal – PRL   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual Constituinte (1891).  |
| Cargos Administrativos       | Chefia de Gabinete do Ministro da Guerra (1910). Interventor Federal no Estado do Ceará. Ministro da Guerra (1922-1925).  |
| Publicações:                 | Pacificação do Rio Grande do Sul (1923) e Memórias: dados para a História do Brasil (1950)  |
| Títulos:                     | Marechal  |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAÚJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.   |
| Observações:                 | Republicano histórico. Aderiu a dissidência, ao movimento <i>nórmico</i> , liderado por Homero Batista, que deu origem ao Partido Republicano Liberal – PRL. Colega de Borges de Medeiros no Colégio Souza Lobo. Sogro do General Francisco Ramos de Andrade Neves. Construiu grande parte de sua carreira militar no Rio Grande do Sul – até 1911. Teve atuação destacada no processo de abertura de estradas no RGS, na guerra do contestado, na pacificação do governo do Ceará e na Revolução de 1923. Apoiou Julio de Castilhos no episódio do golpe de Deodoro. |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Germano Hasslocher</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Santa Cruz do Sul-RS, 10/07/1862  |
| Local e data de falecimento: | Milano-Itália, 06/02/1911   |
| Nome e profissão do pai:     |   |
| Nome e profissão da mãe:     |   |
| Nome e profissão da esposa:  | Paulina Ferraz Hasslocher   |
| Nome dos filhos:             | Paulo Germano Hasslocher  |
| Educação: preparatório       | Com o professor Souza Lobo em Porto Alegre  |
| Superior:                    | Bacharelou-se em direito pela faculdade do Recife (1884)  |
| Profissão                    | Advogado, jurista e jornalista. Promotor público em Porto Alegre. Colaborador do <i>A Reforma</i> . Professor de direito na faculdade de Porto Alegre   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL; Partido Republicano Rio-Grandense – PRR; e Partido Republicano Federal – PRF  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1897-1900), (1929-1930) e Deputado Federal (1900-1911)   |
| Cargos Administrativos:      |   |
| Publicações:                 | A Espelunca (1889); A Verdade sobre a Revolução (1893); Desmascarando um Hipócrita (1907).  |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>A FEDERAÇÃO</b> , 15 de fevereiro de 1911.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-riograndense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. |
| Observações:                 | Militou na oposição anticastilhistas compondo chapa do Partido Republicano Federal – PRF. Após acompanhar o episódio da degola em Rio Negro aderiu ao castilhismo. Pai do diplomata e Deputado Estadual (1927-1930). Diretor do Jornal do <i>Comércio</i> . Colaborou com o Jornal <i>A Federação</i> , <i>A Reforma</i> , <i>A Gazeta da Tarde</i> e <i>A Folha Nova</i> .   |

|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| Nome:                                | <b>Homero Baptista</b>  |
| Local e data de nascimento:          | São Borja-RS, 30/01/1861  |
| Local e data de falecimento:         | Rio de Janeiro- RJ, 14/10/1924  |
| Nome e profissão do pai:             | Felisberto Batista da Costa, professor de Escola Pública e advogado   |
| Nome e profissão da mãe:             | Henriqueta de Sá Martins, professora de Escola Pública  |
| Nome e profissão da esposa:          |   |
| Nome dos filhos:                     |   |
| Educação: preparatório               | Colégio Gomes e Souza Lobo em Porto Alegre  |
| Superior:                            | Bacharel em direito pela Faculdade do Recife (1884)   |
| Profissão e atividades profissionais | Advogado em São Borja, caixeiro, jornalista, economista, biógrafo, historiador, tipógrafo no jornal <i>Tribuna Liberal</i> e <i>Jornal da Tarde</i> , professor e membro do IHGRGS  |
| Partido a que pertenceu:             | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR   |
| Mandatos eletivos:                   | Deputado Federal Constituinte (1890-1891) e Deputado Federal (1892-1893) e entre (1906-1914) pelo PRR   |
| Cargos Administrativos               | Secretário da Fazenda do RGS (1891); Presidente do Banco do Brasil (1914-1918); Ministro da Fazenda (1919-1922).  |
| Publicações:                         | Pela Federação (1892); A Revolução e o Estado de Sítio do RGS (1894); Manuel dos Santos Loureiro (1900); Orçamento do Ministério da Marinha (1908); A Marinha Nacional (1910); A Receita Federal (1911); Revoluções Brasileiras (1817 a 1835) (1918); Zonas Francas nos Principais Portos do País (1920); Revisão da Tarifa das Alfândegas (1921); Retrospecto Administrativo (1919-1922), (1922); A Unificação do Padrão Monetário (1923); Tiradentes e a República (1888); e Pela Federação (1892).   |
| Títulos:                             | Major   |
| Fontes:                              | <b>A FEDERAÇÃO</b> , 16 e 17 de outubro de 1924.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-riograndense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974.   |
| Observações:                         | Republicano histórico. Em seguida formou dissidência fundando o Clube Republicano Autonomista que deu origem o Partido Republicano Autonomista. Em 1906 voltou às fileiras do PRR, participou da Revolução de (1893-1895) como major. Jornalista no <i>O Município</i> , <i>O Movimento</i> e o <i>A República</i> . Trabalhou desde os 13 anos de idade como caixeiro na casa Gomes Lima Ferraz em Rio Grande, em seguida como tipógrafo no <i>Tribuna Liberal</i> , e no <i>Jornal da Tarde</i> . Professor na Escola de José de Moraes Salles em Campinas SP. Diretor da Cia de Seguros Sul América. |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>João Frederico Abbott</b>   |
| Local e data de nascimento:  | São Gabriel-RS, 06/02/1856   |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre, 13/08/1925   |
| Nome e profissão do pai:     | Jônathas Abbott, médico e militar  |
| Nome e profissão da mãe:     | Zeferina Fernandes Barbosa   |
| Nome e profissão da esposa:  | Luísa Barreto Flores   |
| Nome dos filhos:             |  |
| Médio (preparatório):        |  |
| Superior:                    | Medicina no Rio de Janeiro   |
| Profissão                    | Médico em São Gabriel e Porto Alegre estancieiro   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR e Aliança Libertadora  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual Constituinte (1891) e Deputado Federal (1908-1911)   |
| Cargos Administrativos       | Secretário do Interior e Exterior do Estado (1895-1905);<br>Diretor Geral de Instrução Pública do RGS  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | Doutor   |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973. |
| Observações:                 | Participou da militância republicana. Irmão do Ex-governador interino do RGS Fernando Abbott. Era Maçom  |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>João José Pereira Parobé</b>  |
| Local e data de nascimento:  | São José do Norte-RS, 04/08/1853   |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre, 09/12/1915   |
| Nome e profissão do pai:     |  |
| Nome e profissão da mãe:     |  |
| Nome e profissão da esposa:  | Francisca Villa-Lobos Parobé   |
| Nome dos filhos:             | Branca Villa-Lobos Parobé  |
| Educação: preparatório       | Em Rio Grande e Escola Central do Rio de Janeiro   |
| Superior:                    | Bacharel em engenharia e ciências físicas e naturais pela Escola e de Engenharia Militar da Corte (1881)   |
| Profissão                    | Militar do Exército - infantaria, cavalaria e engenharia. Professor e diretor da Escola de Engenharia do Porto Alegre (1898-1915)  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual Constituinte (1891) e Deputado Estadual (1909-1912)  |
| Cargos Administrativos       | Secretário das Obras Públicas (1893-1904) e Intendente Municipal de Rio Grande   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | Tenente-Coronel do Exército  |
| Fontes:                      | <b>A FEDERAÇÃO</b> , 10, 11, 12 e 13 de Dezembro de 1915.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>TIMM</b> , Octacílio B. e <b>GONZALEZ</b> , Eugênio. Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1934. |
| Observações:                 | Militou em prol da República desde os bancos escolares. Homem de poucas posses. Engenheiro da estrada de ferro Porto Alegre – Uruguaiana e da Intendência de Rio Grande. Diretor e Superintendente de Obras Públicas do Rio Grande do Sul.   |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Joaquim Francisco de Assis Brasil</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Estância de São Gonçalo, São Gabriel – RGS, em 29/07/1857   |
| Local e data de falecimento: | Granja de Pedras Altas, Pinheiro Machado em 24/12/1938  |
| Nome e profissão do pai:     | Francisco de Assis Brasil – estancieiro   |
| Nome e profissão da mãe:     | Joaquina Teodoro Bemsalinas – do lar  |
| Nome e profissão da esposa:  | 1º matrimônio: Maria Cecília Prates de Castilhos – do lar; 2º Lydia Pereira Felício de S. Mamede – do lar   |
| Nome dos filhos:             | Primeiro casamento: Francisco, Maria Cecília, Joaquim e Maria Carolina. Segundo casamento: Cecília, Lídia, Joaquina, Francisco, Dolores, Joaquim, Joana e Lina.   |
| Educação: fundamental:       | Escola de Custódio José de Miranda e colégio Trajano de Oliveira em São Gabriel   |
| Médio (preparatório):        | No colégio do prof. Bernardo Taveira Jr., em Pelotas, e do prof. Fernando Ferreira Gomes em Porto Alegre.   |
| Superior:                    | Faculdade de direito de São Paulo   |
| Profissão                    | Pecuarista em São Gabriel e Cacimbinhas (Pinheiro Machado). Poeta, teatrólogo, advogado em Porto Alegre. Embaixador (diplomata) em Portugal, EUA e Argentina.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR; Partido Democrático Nacional – PDN; Partido Democrático – PD; e Partido Libertador – PL  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Provincial (1885-1888) – PRR; Deputado Federal Constituinte (1890-1893), PRR-PDN; Deputado Federal em 1929 PRR-PDN; e Constituinte (1933-1935) PL-FUG.   |
| Cargos Administrativos       | Presidente interino do Rio Grande do Sul  |
| Publicações:                 | Os Homens Microscópicos (1876); Chispas (1877); O Oportunismo e a Revolução (1880); O Monstro (1880); A República Federal (1881); Libelos a Deus (1882); História da República Rio-Grandense (1882); Assis Brasil aos Seus Conciudadãos (1891); Democracia Representativa – Do Voto e do Modo de Votar (1893); Do Governo Presidencial na República Brasileira (1894); Guia do Criador de Carneiros (1896); Cultura dos Campos (1898); As Maiores Urgências do Estado (1904); II Congresso Nacional de Agricultores (1908); Ditadura, Parlamentarismo e Democracia (1908); A Vida no Campo e a Reforma Rural (1917); Idéias de Prática (1917); Brasil escreve-se com "S" (1918); A Aliança Nacional Libertadora do Rio Grande do Sul ao País (1925); A Atitude do Partido Democrático Nacional na Crise para a Renovação Presidencial (1929); Bento Gonçalves e a Idéia Federativa (1935); O Meu Segredo de Não Envelhecer Contado aos Homens (1944); e O Velho Relógio da Escada (1945). |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ASSIS BRASIL</b> , Joaquim Francisco de. Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos (1857-1938). Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado, 2006.<br><b>BROSSARD</b> , Paulo (org.). Ideias Políticas de Assis Brasil. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio   |



|              |  |
|--------------|--|
|              | <p>Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras &amp; Vida, 2010.</p> <p><b>SPALDING</b>, Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973.</p> <p><b>VILAS-BOAS</b>, Pedro. Notas de Bibliografia sul-riograndense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974.</p> |
| Observações: | Militou pela República em São Paulo e Rio Grande do Sul  |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>José Barbosa Gonçalves</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Jaguarão – RS 1860  |
| Local e data de falecimento: | Recife-PE, 15/03/1940   |
| Nome e profissão do pai:     | Antônio Gonçalves da Silva, estancieiro   |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria da Conceição Rodrigues Barbosa  |
| Nome e profissão da esposa:  |   |
| Nome dos filhos:             |   |
| Educação: preparatório       | Em Porto Alegre e no Rio de Janeiro   |
| Superior:                    | Engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1887)   |
| Profissão                    | Engenheiro civil, construtor da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana no RGS. Engenheiro em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Projetou e organizou a Companhia Ferro Carril e Caes de Pelotas. Lente de matemática da Escola de Agronomia e Veterinária. Chefe da Comissão de Colonização do RGS. Inspetor do alargamento do Canal da Barra de Pelotas. Engenheiro da Estrada de Ferro Sorocabana e da São Paulo-Rio Grande do Sul.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal (1916-1930) e Senador pelo RGS.  |
| Cargos Administrativos       | Secretário de Obras Públicas; da Fazenda; e Diretor da Viação Férrea do Estado do RGS. Ministro do Interior Viação e Obras Públicas (1912-1914). Intendente Municipal de Pelotas (1902-1904) e (1908-1912)  |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ABRANCHES</b> , Dunshee de. Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil: Apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-Presidentes da República, Ministros de Estado, Senadores e Deputados ao Congresso Nacional, 1889 a 1917. São Paulo, 1918. 2 v.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Fundador do clube 20 de Setembro de Pelotas. Sobrinho Neto de Bento Gonçalves da Silva. Irmão de Carlos Barbosa Gonçalves.  |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>José Gomes Pinheiro Machado</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Cruz Alta RS, em 08/05/1851  |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro RJ, em 08/09/1915   |
| Nome e profissão do pai:     | Antônio Gomes Pinheiro Machado pecuarista em São Luís Gonzaga, advogado, juiz municipal em Cruz Alta e Deputado Provincial e Geral pelo Partido Liberal  |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria Manuela Ayres – do lar   |
| Nome e profissão da esposa:  | Benedita Brasilina Pinheiro Machado  |
| Nome dos filhos:             |  |
| Educação: fundamental:       | Em Casa em Cruz Alta   |
| Médio:                       | No 4º Corpo de Caçadores a Cavalos como 1º Cadete, devido avô materno ter sido oficial superior. Coursou o preparatório em São Paulo   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1878)  |
| Profissão                    | Pecuarista e advogado em São Luís  |
| Partido a que pertenceu:     | PRR – Partido Republicano Rio-Grandense – PRR e Partido Conservador – PC   |
| Mandatos eletivos:           | Senador Constituinte (1890-1891) e Senador da República entre (1892-1915)  |
| Cargos Administrativos       |  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | General de Brigada   |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAÚJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973.<br><b>PORTO</b> , Costa. Pinheiro Machado e seu tempo. Porto Alegre, L & PM, 1985.<br><b>RODRIGUES</b> , Ricardo Vélez. Castilhismo: uma filosofia da República. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.<br><b>TIMM</b> , Octacílio B. e <b>GONZALEZ</b> , Eugênio. Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1934. |
| Observações:                 | Propagandista da República em São Paulo e Rio Grande do Sul. Defendeu a candidatura de Deodoro à Presidência da República e de Hermes da Fonseca. Considerado por muito tempo o Senador mais poderoso do Senado Federal.   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>José Montauray de Aguiar Leitão</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Niterói-RJ, 13/12/1858   |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre-RS, 28/09/1939  |
| Nome e profissão do pai:     |  |
| Nome e profissão da mãe:     |  |
| Nome e profissão da esposa:  | Não teve esposa  |
| Nome dos filhos:             | Não teve filhos  |
| Educação: preparatório       | Em Niterói-RJ  |
| Superior:                    | Engenheiro Civil pela Politécnica do Rio de Janeiro (1880).  |
| Profissão                    | Engenheiro Civil no Rio Grande do Sul e funcionário público federal  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Intendente do município de Porto Alegre (1897-1924) (reeleito seis vezes) e Deputado Estadual (1925-1928)  |
| Cargos Administrativos       | Funcionário da comissão de terras e colonização, atuando nos municípios de Passo Fundo, Santa Maria, Cruz Alta, Santo Ângelo, Cachoeira do Sul, Veranópolis, Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias (1891-1894). Inspetor de terras e colonização do Ministério da Agricultura.   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973. |
| Observações:                 | Era positivista e republicano desde o Rio de Janeiro   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>José Romangueira da Cunha Correa</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Santana do Livramento – RS, 19/01/1863   |
| Local e data de falecimento: | Uruguaiana-RS, 27/09/1910  |
| Nome e profissão do pai:     | José Bento Corrêa, Estancieiro em Santana do Livramento  |
| Nome e profissão da mãe:     | Ana da Cunha   |
| Nome e profissão da esposa:  | Isabel Garcia e Celina Carballido  |
| Nome dos filhos:             | José Romangueira Garcia Correa, João Piaguaçu Garcia Correa e Estela Carballido Correa   |
| Educação: preparatório       | Em Pelotas com Prof. Carlos Liguintinie  |
| Superior:                    | Medicina pela faculdade do Rio de Janeiro (1888)   |
| Profissão                    | Médico em Santana do Livramento, Quaraí e Uruguaiana   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em Santana do Livramento e Deputado Estadual (1892-1986) e (1905-1906)  |
| Cargos Administrativos       | Intendente de Uruguaiana (1900-1904)   |
| Publicações:                 | Vocabulário Sul-Rio-Grandense ((1898)  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973. |
| Observações:                 | Participou do movimento abolicionista e republicano no Rio de Janeiro quando era estudante.  |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Júlio Anacleto Falcão Frota</b>   |
| Local e data de nascimento:  | São Miguel-SC, 27/10/1836  |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro – RJ, 05/03/1909  |
| Nome e profissão do pai:     |  |
| Nome e profissão da mãe:     |  |
| Nome e profissão da esposa:  |  |
| Nome dos filhos:             |  |
| Educação: preparatório       |  |
| Superior:                    | Bacharel em matemática e ciências físicas pela politécnica do Rio de Janeiro   |
| Profissão                    | Engenheiro Militar, chegando ao posto de Marechal.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Senador Constituinte (1890-1891) e Senador da República (1891-1909).   |
| Cargos Administrativos       | Governador Interino do RGS (1890) e Diretor do Arsenal de Guerra no RGS  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | Marechal do Exército – Medalha de Ouro de Mérito Militar   |
| Fontes:                      | <b>A FEDERAÇÃO</b> , 06 de março de 1909.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Participou da campanha contra Rosas e Paraguai. Chefiou o Arsenal de Guerra do RGS.  |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Júlio Prates de Castilhos</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Vila Rica RGS (atual Júlio de Castilhos) – 29/06/1860  |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre, 24/10/1903   |
| Nome e profissão do pai:     | Francisco Ferreira de Castilhos – estancieiro  |
| Nome e profissão da mãe:     | Carolina Prates de Castilhos – do lar  |
| Nome e profissão da esposa:  | Honorina Costa – do lar  |
| Nome dos filhos:             | Honório, Edmundo, Júlia, Ambrosina, Eugênia e Otília   |
| Educação: Preparatório:      | Em casa, em Santa Maria e no Colégio Fernando Gomes em Porto Alegre  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1881)  |
| Profissão                    | Estancieiro – em Júlio de Castilhos, advogado – em Porto Alegre, e jornalista no jornal A Federação.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal Constituinte (1890-1891) e Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1893-1898)  |
| Cargos Administrativos       | Secretário de Governo 15/11/1889-09/02/1890; Vice 11/02/1890-01/05/1890 e Presidente do Estado do Rio Grande do Sul 17/06/1892   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | Doutor   |
| Fontes:                      | <p><b>AITA</b>, Carmem; <b>AXT</b>, Guinter; <b>ARAÚJO</b>, Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.</p> <p><b>FRANCO</b>, Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras &amp; Vida, 2010.</p> <p><b>FRANCO</b>, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1996.</p> <p><b>PIANTA</b>, Dante. Personalidades Rio-Grandenses. Porto Alegre, Biblioteca do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1962.</p> <p><b>RODRIGUES</b>, Ricardo Vélez. Castilhismo: uma filosofia da República. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.</p> <p><b>SOARES</b>, Mozart Pereira. Júlio de Castilhos. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1991.</p> <p><b>SPALDING</b>, Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973.</p> <p><b>TIMM</b>, Octacílio B. e <b>GONZALEZ</b>, Eugênio. Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhista. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1934.</p> <p><b>VILAS-BOAS</b>, Pedro. Notas de Bibliografia sul-rio-grandense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974.</p> |
| Observações:                 | Militou na propaganda republicana em São Paulo e Rio Grande do Sul   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Manuel Teófilo Barreto Vianna</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Taquari-RS, 05/03/1855   |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre, 05/03/1928   |
| Nome e profissão do pai:     | Major Antônio José Vianna, Militar   |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria Assunção Barreto Vianna  |
| Nome e profissão da esposa:  | Juliana Menezes Barreto Viana  |
| Nome dos filhos:             | José Menezes, Teófilo, Antônio Menezes e Miguel Menezes Barreto Vianna   |
| Educação: preparatório       |  |
| Superior:                    | Engenharia militar (1881), bacharel em ciências físicas e matemática no Rio de Janeiro (1884)  |
| Profissão                    | Engenheiro militar, lente da Escola Militar do RGS, e diretor do colégio Júlio de Castilhos  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual Constituinte (1891) e Deputado Estadual (1897-1927)  |
| Cargos Administrativos       | Presidente da Assembleia dos Representantes (1909-1927)  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | General-de-Divisão do Exército   |
| Fontes:                      | <b>A FEDERAÇÃO</b> , 05 de Março de 1928.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Presidente do Conselho Universitário da Escola de Engenharia   |



|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Possidônio Mâncio da Cunha Junior</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Pelotas-RS, 1863  |
| Local e data de falecimento: | São Paulo- SP, 03/08/1931   |
| Nome e profissão do pai:     | Possidônio Mâncio da Cunha – comendador   |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria Bernardina Dios da Cunha  |
| Nome e profissão da esposa:  | Filha do Coronel Manuel PY  |
| Nome dos filhos:             | Sogro de Aníbal e Ernesto Di Primo Beck   |
| Educação: preparatório       |   |
| Superior:                    | Direito pela faculdade de São Paulo (1884)  |
| Profissão                    | Advogado em Pelotas, professor da faculdade de direito de Porto Alegre e empresário do ramo de energia elétrica, transporte urbano, indústria têxtil e imobiliária  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-grandense – PRR   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual Constituinte (1891); Deputado Estadual (1913-1916) e (1925-1928); e Deputado Federal (1897-1899)  |
| Cargos Administrativos       | Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul (1893-1895)  |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>A FEDERAÇÃO</b> , 04 de agosto de 1931.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.   |
| Observações:                 | Militou na propaganda republicana em Pelotas no RGS. Genro do Coronel e Deputado Manuel Py; “... na Assembleia, ao tempo do SR. Borges de Medeiros, não predominavam os bacharéis, como acontece geralmente no Brasil. Havia os Chefes políticos do interior, os de maior relevo, os militares positivistas e muitos representantes das classes conservadoras, inclusive vários teuto-brasileiros. O Partido Republicano tratava de conquistar o apoio dos fazendeiros e o do alto comércio. Este por longo tempo, se mostrara extremamente gasparista” (Fontoura, 1958, 65). Diretor da Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, Companhia de Serviços Previdenciários do Sul, da Companhia Predial Agrícola, telefônica Rio-Grandense, e da Companhia Força e Luz atual Carris porto-alegrense. |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Protásio Antônio Alves</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Rio Pardo-RS, 21/04/1859   |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre, 04/06/1933   |
| Nome e profissão do pai:     | Protásio Alves, Farmacêutico   |
| Nome e profissão da mãe:     | Cândida C. Pessoa Alves – do lar   |
| Nome e profissão da esposa:  | Geralda Cárdua Alves – do lar  |
| Nome dos filhos:             | Breno e Almir Alves (médicos), Hugo Alves (funcionário municipal), Glauco Alves (advogado) e Cândida Alves Paim  |
| Educação: preparatório:      | Colégio Fernando Gomes em Porto Alegre   |
| Superior:                    | Medicina no Rio de Janeiro, com estágio na Europa  |
| Profissão                    | Médico (cirurgião e obstetra) e jornalista em Porto Alegre. Fundador do curso de Partos, matriz da faculdade livre de medicina e farmácia (primeiro diretor) faculdade de Medicina da UFRGS  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual Constituinte (1891) e Deputado Estadual (Presidente) (1893-1896)   |
| Cargos Administrativos       | Organizador e Diretor da Diretoria de Higiene Pública do Estado (1891-1896); Secretário do Interior e Exterior (1907-1928); e Vice-Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1918-1928)   |
| Publicações:                 | Paralelo entre a Divisão e a Uretroma Interna (1882)   |
| Títulos:                     | Doutor   |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>TIMM</b> , Octacílio B. e <b>GONZALEZ</b> , Eugênio. Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1934.<br><b>PIANTA</b> , Dante. Personalidades Rio-grandenses. Porto Alegre, Biblioteca do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1962. |
| Observações:                 | Participou da militância republicana. Sogro de Firmino Paim Filho.   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Ramiro Fortes de Barcellos</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Cachoeira do Sul-RS, 23/08/1851  |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre, 29/01/1916   |
| Nome e profissão do pai:     | Vicente Loreto de Barcellos, estancieiro   |
| Nome e profissão da mãe:     | Joaquina Idalina Pereira de Lacerda  |
| Nome e profissão da esposa:  | Lucila Gomes Barcellos   |
| Nome dos filhos:             | Cinco Filhos – Quando faleceu era pai de três filhos adultos casados do primeiro casamento e dois menores do segundo casamento.  |
| Educação: fundamental:       | Escola Pública de Cachoeira do Sul   |
| Médio (preparatório):        | Em Porto Alegre  |
| Superior:                    | Medicina no Rio de Janeiro (1874)  |
| Profissão                    | Médico – Porto Alegre, jornalista – jornal <i>A Federação</i> . Historiador e poeta. Procurador da Companhia Francesa responsável pelas obras do Porto de Rio Grande. Chefe de Clínica Cirúrgica do Hospital de Misericórdia e Provedor da Santa Casa de Porto Alegre. Lente de Clínica Propedêutica da Faculdade de Medicina de POA   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Liberal – PL do Império e Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Provincial pelo PL (1877-1882) e Senador da República pelo PRR (1890-1906)  |
| Cargos Administrativos       | Ministro Plenipotenciário do Brasil no Uruguai e   |
| Publicações:                 | A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul (1882); Convenção Republicana de 23 de Fevereiro (1882); Das Alianças Consanguíneas e sua influência sobre o Físico, o Moral e o Intelectual do Homem (1893); e Antônio Chimango sob o pseudônimo de Amaro Juvenal (1915)   |
| Títulos:                     | Doutor – Defendeu Tese sobre Alianças Consanguíneas e sua Influência sobre o Físico, o Moral e o Intelectual do Homem. Coronel Honorário do Exército.  |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>PIANTA</b> , Dante. Personalidades Rio-grandenses. Porto Alegre, Biblioteca do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1962.<br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-rio-grandense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. |
| Observações:                 | Participou da militância republicana e da fundação do PRR e do jornal partidário <i>A Federação</i> . Membro da Sociedade de Medicina de Porto Alegre e do Rio de Janeiro.   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Salvador Ayres Pinheiro Machado</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Cruz Alta, em 09/03/1859   |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre, 08/12/1919   |
| Nome e profissão do pai:     | Antônio Gomes Pinheiro Machado – Pecuarista em São Luís Gonzaga, advogado, juiz municipal em Cruz Alta e Deputado Provincial e Geral pelo Partido Liberal  |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria Manuela Ayres – do lar   |
| Nome e profissão da esposa:  | Aurélia Ribas Pinheiro Machado – do lar  |
| Nome dos filhos:             | Salvador, Sérgio e Maria Pinheiro Machado  |
| Educação: fundamental:       | Em Cruz Alta   |
| Médio (preparatório):        | Não encontrei registro que tivesse cursado   |
| Superior:                    | Não encontrei registro que tivesse cursado   |
| Profissão                    | Pecuarista, tropeiro, agricultor e industrial  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1901-1912)  |
| Cargos Administrativos       | Intendente municipal em São Luís Gonzaga-RS (1894-1901); Chefe interino de a Brigada Militar (1896); Vice-Presidente e Presidente Interino do Estado do Rio Grande do Sul (1913-1917)  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | General Honorário do Exército e Coronel da Guarda Nacional   |
| Fontes:                      | <b>A FEDERAÇÃO</b> , 08 e 18 de dezembro de 1919.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>TIMM</b> , Octacílio B. e <b>GONZALEZ</b> , Eugênio. Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1934. |
| Observações:                 | Militou na propaganda republicana no Rio Grande do Sul. Irmão de José Gomes Pinheiro Machado e sobrinho de Venâncio Ayres.   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Alegrete, 26/04/1859   |
| Local e data de falecimento: | Em viagem marítima do RJ-RS, 30/01/1920  |
| Nome e profissão do pai:     | Victorino Correia Monteiro, tenente-general, Barão de São Borja  |
| Nome e profissão da mãe:     |  |
| Nome e profissão da esposa:  | Quando do seu falecimento era viúvo  |
| Nome dos filhos:             | Luis Victorino Monteiro, funcionário do Tribunal de Contas;<br>João Victorino Monteiro, fiscal de imposto de Santos;   |
| Educação: preparatório       | Escola Militar do Rio Grande do Sul  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela academia de São Paulo (1883)  |
| Profissão                    |  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal Constituinte (1890-1891); Deputado Federal (1892-1917); e Senador (1907-1920) pelo PRR  |
| Cargos Administrativos       | Vice-Presidente do RGS exerceu a Presidência do Estado entre 17 de junho e 27 de Setembro de 1892. Ministro do Brasil no Uruguai (1894-1895)   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | Doutor   |
| Fontes:                      | <b>A FEDERAÇÃO</b> , 31 de março de 1920.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Militou em prol da República no Rio Grande do Sul. Irmão do Marechal Bento Ribeiro e tio do Deputado Estadual Antônio Monteiro.  |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Alberto Bins</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Porto Alegre-RS, 02/12/1869  |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre-RS, 20/04/1957  |
| Nome e profissão do pai:     | Matias José Bins (Alemão) – Comerciante e Alfaiate   |
| Nome e profissão da mãe:     | Elisa Sehl   |
| Nome e profissão da esposa:  | Clotilde Christoffel Bins  |
| Nome dos filhos:             | Pai de 5 filhos  |
| Educação: preparatório       | Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo e Weisbaden (Alemanha)  |
| Superior:                    | Não tinha formação superior  |
| Profissão                    | Comerciante, industriário e arroteiro  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR e Partido Republicano Liberal – PRL  |
| Mandatos eletivos:           | Vereador de Porto Alegre (1908-1912) e Deputado Estadual (1918-1923)   |
| Cargos Administrativos       | Vice-Intendente de Porto Alegre (1924-1928) e Intendente de Porto Alegre (1928-1937)   |
| Publicações:                 | Relatório apresentado ao Governador do Estado pelo Comissário Geral da Exposição Farroupilha (1936). Mensagem apresentada à Câmara Municipal (1936). As Contas do Comissário Geral da Exposição Farroupilha (1938). Os Serviços de Eletricidade em Porto Alegre ((1947).   |
| Títulos:                     | Major (da Guarda Nacional)   |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAÚJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973.<br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-riograndense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. |
| Observações:                 | Presidente da Associação Comercial de POA (1924-1928). Fundador do Sindicato dos Plantadores de Arroz e do Instituto do Arroz do RGS. Fundador da Viação Aérea do RGS – Varing. Colaborou com Antônio Jacob Renner na Criação do Centro da Indústria Têxtil de POA. Presidente Honorário da Federação das Associações Comerciais e do Centro de Indústria Fabril do RGS.   |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Arno Philipp</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Saxônia-Alemanha, 11/01/1870  |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre-RS, 31/10/1930   |
| Nome e profissão do pai:     | August Ludwig Philipp   |
| Nome e profissão da mãe:     | Ieda Louise Grimer  |
| Nome e profissão da esposa:  | Margareta Wolf  |
| Nome dos filhos:             | Ruth, Paul e Hans Philipp   |
| Educação: preparatório       | Ginásio Real de Swickau – Saxônia (Alemanha)  |
| Superior:                    | Professor de Alemão e Latim pela Escola Normal de Porto Alegre (1902)   |
| Profissão                    | Jornalista, professor, tradutor e poeta. Redator do jornal <i>Deutsche Zeitung</i> e do <i>A Federação</i> e professor de Alemão e Latim do Instituto Ginásial Júlio de Castilhos (1906-1921). Tenente-Coronel de a Brigada Militar   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1905-1928)   |
| Cargos Administrativos       |   |
| Publicações:                 | Inocência de Taunay (1901),   |
| Títulos:                     | Tenente-Coronel (Guarda Nacional)   |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973.<br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-riograndense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. |
| Observações:                 | Membros da Academia de Letras de Pernambuco e do Grêmio Literário da Bahia  |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Augusto Pestana</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Rio de Janeiro – RJ, 22/05/1868   |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro – RJ, 29/05/1934   |
| Nome e profissão do pai:     | Manoel José Pestana – funcionário municipal (Corte)   |
| Nome e profissão da mãe:     | Januária de Abreu   |
| Nome e profissão da esposa:  | Virgínia da Fontoura Trindade   |
| Nome dos filhos:             | Cora, César, Carlos, Carmem, Ciro, Celso, Cleto, Clotilde, Clóvis e Cylla Pestana   |
| Educação: preparatório       | Colégio Dom Pedro II  |
| Superior:                    | Bacharel em matemática, ciências físicas e engenheiro civil pela Escola Politécnica do RJ (1886)  |
| Profissão                    | Professor de matemática no RJ e engenheiro na construção da Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal (1915-1920) e (1927-1930)  |
| Cargos Administrativos       | Chefe da comissão de terras da Colônia Ijuí-RS (1898-1912); Intendente de Ijuí; Diretor da Rede Ferroviária do Estado; Secretário de Obras Públicas (1926-1928) e da Fazenda do RGS entre (04/08/1928 e 12/02/1930)   |
| Publicações:                 | Coronel da Guarda Nacional  |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, Suliani, 1973. |
| Observações:                 | Militou em prol da República no Rio de Janeiro  |



|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Carlos Maximiliano Pereira dos Santos</b>  |
| Local e data de nascimento:  | São Gerônimo-RS, 24/04/1873   |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro – RJ, 02/01/1960   |
| Nome e profissão do pai:     | Acelino do Carmo Pereira dos Santos   |
| Nome e profissão da mãe:     | Rita de Cássia Pereira dos Santos   |
| Nome e profissão da esposa:  | Rosa Neves Maximiliano  |
| Nome dos filhos:             | Teve filhos   |
| Médio (preparatório):        | Estudou humanidades em Seminário em Porto Alegre  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela faculdade de Belo Horizonte (1898)   |
| Profissão                    | Professor de ciências e línguas no Colégio do professor Inácio Montanha. Jornalista no <i>Correio do Povo</i> e no <i>A Reforma</i> . Advogado em Porto Alegre e Cachoeira do Sul e advogado e fazendeiro em Santa Maria  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Federalista – PF; Partido Republicano Rio-Grandense – PRR; e Partido Republicano Liberal – PRL  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (); Deputado Federal (1911-1914), (1918-1923); Deputado Federal Constituinte (1933-1934)  |
| Cargos Administrativos       | Ministro da Justiça dos Negócios do Interior (1914-1918); Consultor Geral da República (1932-1933); Procurador Geral da República (1934-1936); e Ministro do Supremo Tribunal Federal (1936-1941)   |
| Publicações:                 | Comentário à Constituição Brasileira de 1891 (1918); Hermenêutica e Aplicação do Direito (1925); Direito das Sucessões (1937) e Condomínio: terras, apartamentos e andares perante o direito (1944)   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001, Volume III.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAÚJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Foi Redator-Chefe do <i>A Reforma</i>   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Firmino Paim Filho</b>  |
| Local e data de nascimento:  | São Sebastião do Caí – RS, 15/12/1884  |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre – RS, 11/02/1971  |
| Nome e profissão do pai:     | Coronel Firmino Paim, fazendeiro   |
| Nome e profissão da mãe:     | Francisca Acuan Paim   |
| Nome e profissão da esposa:  | 1ª núpcias Elvira Paim; em 2ª núpcias com Cândida Alves Paim, filha de Protásio Alves  |
| Nome dos filhos:             | Com Elvira teve os filhos: Firmino, Júlio, Maximília e Francisca Paim; e com Cândida teve os filhos: Protásio Antônio Alves Paim e Getúlio Alves Paim  |
| Educação: preparatório       | Inicialmente em Vacaria e em seguida em São Leopoldo   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela faculdade de Porto Alegre (1907)  |
| Profissão                    | Advogado, banqueiro, grande fazendeiro e industrial  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR e Partido Social Democrático – PSD   |
| Mandatos eletivos:           | Vereador em Vacaria; Deputado Estadual (1909-1912), (1921-1924); Deputado Federal (1924-1928) e Senador (1930). Deputado Estadual Constituinte (1935) e Deputado Estadual (1935-1937)  |
| Cargos Administrativos       | Suplente de 1º Secretário (1909-1912) e 2º Secretário (1921-1924) da Mesa Diretora da Assembleia dos Representantes; Chefe de Polícia (1917) e Secretário da Fazenda do Estado (1928); Vice-Intendente e Intendente de Vacaria (1908-1912); Chefe de Gabinete de Borges de Medeiros e Chefe de Polícia; Presidente do Banrisul e Secretário do Interior e Exterior (1913-1915)   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | General Honorário do Exército  |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><a href="http://www.senado.gov.br">HTTP://www.senado.gov.br</a> |
| Observações:                 | Diretor do Banco Nacional da Cidade de São Paulo e presidente da Seleção de Artefatos de Madeira S. A. sediada em São Paulo. Um dos mais denodados castilhistas da segunda geração.  |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Getúlio Dornelles Vargas</b>   |
| Local e data de nascimento:  | São Borja-RS, 19/04/1883  |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro – RJ, 24/08/1954   |
| Nome e profissão do pai:     | Manoel do Nascimento Vargas – estancieiro e militar   |
| Nome e profissão da mãe:     | Cândida Dorneles – do Lar   |
| Nome e profissão da esposa:  | Darcy Sarmanho Vargas – do Lar  |
| Nome dos filhos:             | Alzira Sarmanho Vargas, Lutero Sarmanho Vargas, Manuel (Maneco) Antônio Sarmanho Vargas   |
| Educação: preparatório       | Em São Borja, Ouro Preto-MG, Escola militar de tática em Rio Pardo-RS   |
| Superior:                    | Direito pela faculdade de direito de Porto Alegre (1907)  |
| Profissão                    | Estancieiro e advogado em São Borja, promotor público em Porto Alegre   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR; Partido Social Democrático – PSD; e Partido Trabalhista Brasileiro – PTB   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1909- 1913) (1917-1924) e Deputado Federal (1923-1926).  |
| Cargos Administrativos       | Ministro da Fazenda (1926-1928); Governador do RGS (1928-1930); e Presidente da República (1930-1945) e (1951-1954)   |
| Publicações:                 | Primeiro Aniversário da Revolução de Outubro (1931); De 1929 a 1934, Política (1934); Ordem e Democracia (1936); A Nova política do Brasil (1938); Na Primeira Hora de 1930 (1938); Expressão do Pensamento, do Sentimento e das Aspirações Nacionais (1938); Marinheiros do Brasil (1938); O Regime e o Exército (1938); O Movimento de 10 de Novembro (1938); Unidade Moral e Unidade Econômica da Nação (1940); As Diretrizes da Nova Política do Brasil (1942); O Governo Trabalhista no Brasil (1950); Construindo para o Futuro (1954); Visão do Brasil Atual (1954); Emancipação Nacional (1954).  |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>ROSA</b> , Othelo. Julio de Castilhos: Perfil Biográfico. Porto Alegre, Barcellos, Bertaso & Cia, 1928.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973.<br><b>TIMM</b> , Octacílio B. e <b>GONZALEZ</b> , Eugênio. Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1934.<br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-rio-grandense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. |
| Observações:                 |   |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Ildefonso Simões Lopes</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Pelotas-RS, 19/11/1866  |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro-RJ, 04/12/1943   |
| Nome e profissão do pai:     | Coronel João Simões Lopes Filho, estancieiro e presidente da Província do RGS (1871)  |
| Nome e profissão da mãe:     | Zeferina Antônia da Luz Simões Lopes.   |
| Nome e profissão da esposa:  | Clara de Sampaio Simões Lopes, filha do desembargador e ministro do Supremo Tribunal Federal Luís José de Sampaio e em segundas núpcias com Serafina Vieira de Castro   |
| Nome dos filhos:             | Seis Filhos, Ildefonso Simões filho, destacando-se Luís Simões Lopes, Organizador e Primeiro Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, Fundador e Presidente do Fundação Getúlio Vargas – FGV e Presidente da SNA.   |
| Educação: preparatório       | Em Pelotas e Rio de Janeiro no colégio Abílio.  |
| Superior:                    | Engenheiro civil pela politécnica do Rio de Janeiro (1890)  |
| Profissão                    | Engenheiro da Estrada de Ferro Sul-Mineira, em Minas Gerais, e Mogiana em São Paulo. Plantador de arroz em larga escala em Pelotas  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-grandense – PRR   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1897-1904) e Deputado Federal (1906-1908), (1913-1919) e (1922-1930).  |
| Cargos Administrativos       | Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria (1919-1922); Secretário de Obras do Rio de Janeiro; Diretor da Companhia Hidráulica Pelotense (1895-1905) e do Banco do Brasil (1930-1943).   |
| Publicações:                 | Uma série de conferências e projetos.   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001, Volume III.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.   |
| Observações:                 | Sobrinho de Ildefonso Simões Lopes, deputado geral do Império (1869-1872). Irmão de Augusto Simões Lopes Deputado Federal Constituinte pelo RGS (1934) e Senador (1935-1937). Meio irmão de Ismael Simões Lopes Deputado Estadual e jornalista. Apesar de ser filho de um titular do Império foi republicano e abolicionista desde estudante. Deodoro da Fonseca era seu padrinho de casamento. Incentivador do desenvolvimento da agricultura e pecuária. Criador da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e do Instituto de Química Industrial; Presidente da SNA e da Confederação Rural Brasileira. |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>João Carlos Machado</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Santiago do Boqueirão-RS, 16/02/1890  |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre, 12/01/1960  |
| Nome e profissão do pai:     | João Francisco Machado  |
| Nome e profissão da mãe:     | Senhorinha Machado  |
| Nome e profissão da esposa:  | Clélia G. Machado   |
| Nome dos filhos:             | Cinco Filhos  |
| Educação: preparatório       | Em Porto Alegre com professor particular e no ginásio pelotense de Pelotas.   |
| Superior:                    | Advogado pela faculdade de direito do Rio de Janeiro (1913)   |
| Profissão                    | Delegado de polícia em Pelotas, promotor público em Porto Alegre e juiz togado da Brigada Militar. Além de jornalista em o jornal <i>A Pátria</i> , <i>O Dia</i> e o <i>A Federação</i>   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR e Partido Republicano Liberal – PRL   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1929-1930) e líder da bancada Republicana na Assembleia; Deputado Federal (1934-1937)  |
| Cargos Administrativos       | Secretário geral da Viação Férrea do Estado e Diretor Geral da Secretaria do Interior. Após a Revolução de 1930 foi Secretário do Interior e Justiça de Flores da Cunha, nessa condição ocupou várias vezes o governo do Estado   |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001, Volume III.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAÚJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Parente distante e amigo íntimo de Flores da Cunha. Foi preso após a decretação do Estado Novo. Entre 1948 e 1953 foi membro do Conselho Nacional de Educação. Professor de Direito Internacional na Universidade do Rio Grande do Sul. Membro da OAB. Primeiro presidente da Associação Rio-Grandense de Imprensa.   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>João Neves da Fontoura</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Cachoeira do Sul-RS, 16/11/1889  |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro- RJ, 31/03/1963   |
| Nome e profissão do pai:     | Coronel Isidoro Neves da Fontoura – comerciante e agropecuarista. Fazendeiro de arroz e criador de gado.   |
| Nome e profissão da mãe:     | Adalgisa Godoy da Fontoura   |
| Nome e profissão da esposa:  | Iracema Barcelos de Araújo   |
| Nome dos filhos:             | Três Filhos  |
| Educação: preparatório       | Na Escola da professora Cândida Fortes, em seguida de Margarida Lopes e por último no Ginásio Cachoeirense em Cachoeira do Sul- RS de seu tio Artur Godoi e Colégio Nossa Senhora da Conceição dos Jesuítas em São Leopoldo-RS.  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela faculdade de Porto Alegre (1909)  |
| Profissão                    | Advogado, jornalista e ensaísta. Promotor público na Capital e advogado em Cachoeira do Sul.   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR e Partido Social Democrático – PSD   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1921-1928); Deputado Federal (1928-1930) e (1935-1937); Vice e Intendente de Cachoeira do Sul; Vice-Presidente do RGS (1928-1930)   |
| Cargos Administrativos       | Embaixador do Brasil em Portugal (1943-1945); Consultor jurídico do Banco do Brasil; e Ministro das Relações Exteriores (1946) e (1951-1953)   |
| Publicações:                 | O Segredo Profissional (1910); A jornada Liberal (1930); Por São Paulo e Brasil (1932); Acuso (1933); Elogio de Coelho Neto (1937); Dois Perfis Silveira Martins e Coelho Neto ((1938); Pareceres Jurídicos do Banco do Brasil (1942); Orações Dispersas (1944); Discurso de Posse no Ministério das Relações Exteriores (1946); A Serviço do Itamarati (1948); Relações entre o Estado e Política Internacional (1949); Rui Barbosa, Orador (1949); Exposição do Ministério das Relações Exteriores (1951); Poeira das Palavras (1953); Resposta a Álvaro Lins (1956); Depoimento de um Ex-Ministro (1957); Feitos e Figuras (1959); Uma Figura da República: Serzedelo Corrêa (1959); Memórias: Borges de Medeiros e seu Tempo (1958); a Aliança Liberal e a Revolução de 1930 (1963). |
| Títulos:                     | Doutor Honoris Causa da Universidade de Colúmbia   |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). João Neves da Fontoura: Discursos Parlamentares (1921-1928), Porto Alegre, Assembleia Legislativa, 1997.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>TRINDADE</b> , Héliogio. Fontoura João Neves da, (1889-1962). João Neves Discursos Parlamentares, Brasília, Câmara dos  |

|              |  |
|--------------|--|
|              | <p>Deputados, 1978.</p> <p><b>VILAS-BOAS</b>, Pedro. Notas de Bibliografia sul-riograndense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974.</p>  |
| Observações: | <p>Membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia das Ciências de Lisboa, do Bloco Acadêmico Castilhistas com Jacinto Godói, Maurício Cardoso, Firmino Paim Filho, Getúlio Vargas entre outros. Bloco formado por alunos da faculdade de direito, escola de guerra, escola de engenharia e faculdade de medicina. Seu pai era sobrinho de José Joaquim de Andrade Neves, Barão de Triunfo, sendo várias vezes vereador e intendente de Cachoeira do Sul.</p> |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>João Vespúcio de Abreu e Silva</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Porto Alegre-RS, 02/12/1868   |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro – RJ, 18/05/1945   |
| Nome e profissão do pai:     | Florêncio Carlos de Abreu e Silva – Deputado Geral, Senador e Presidente da Província de São Paulo durante o Império.   |
| Nome e profissão da mãe:     |   |
| Nome e profissão da esposa:  |   |
| Nome dos filhos:             |   |
| Educação: preparatório       | Escola tática e de tiro de Rio Pardo e na escola militar do Rio Grande do Sul   |
| Superior:                    | Bacharel em ciências físicas, matemáticas e engenharia militar (1890)   |
| Profissão                    | Militar, chegando a General – engenheiro militar – professor da escola de engenharia de Porto Alegre  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1901-1908); Deputado Federal (1909-1920); Senador (1920-1930); e Deputado Federal pela Frente Única Gaúcha – FUG (1935-1937)   |
| Cargos Administrativos       | 2º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia dos Representantes (1901-1904)   |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Coofundador da escola de engenharia de Porto Alegre e do ginásio Júlio de Castilhos   |



|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Joaquim Maurício Cardoso</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Soledade – RS, 09/08/1888  |
| Local e data de falecimento: | Santos-SP, 22/05/1938  |
| Nome e profissão do pai:     | Melchisedek (Melquisedeque) Mathuzalem Cardoso, juiz municipal, desembargador e vice-presidente do TJE e professor universitário.  |
| Nome e profissão da mãe:     | Eugênia Almeida Gralha Cardoso   |
| Nome e profissão da esposa:  | Maria Guimarães Cardoso  |
| Nome dos filhos:             |  |
| Educação: preparatório       | Em Porto Alegre no colégio Inácio Montanha   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela faculdade livre de Porto Alegre (1908) e jornalista   |
| Profissão                    | Advogado, professor universitário e jornalista em Porto Alegre (Jornal <i>O Debate</i> )   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR e Frente Única Gaúcha-FUG  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1913-1914) e (1928-1930); e Deputado Federal Constituinte (1933-1934)   |
| Cargos Administrativos       | Ministro da Justiça (1930-1932); Secretário do Interior do Governo Daltro Filho; e governador Interino do RGS (01-13-1938)   |
| Publicações:                 | Fingindo Pedra (1911); As Eleições no Rio Grande do Sul e o Protesto dos Bernardistas (1922); Constituição Política do Rio Grande do Sul (1935)  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAÚJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><a href="http://www.al.rs.gov.br">HTTP://www.al.rs.gov.br</a><br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-rio-grandense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. |
| Observações:                 | Participou da campanha de Carlos Barbosa ao governo do Estado em 1907 como membro do Bloco Acadêmico Castilhistas e da Revolução de 1930, que congregava estudantes civis e militares vinculados ao PRR.   |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>José Antônio Flores da Cunha</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Santana do Livramento – RS 05/03/1880   |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre-RS 04/11/1959  |
| Nome e profissão do pai:     | Miguel Luís da Cunha, estancieiro – criador de gado   |
| Nome e profissão da mãe:     | Evarista Flores da Cunha  |
| Nome e profissão da esposa:  | Irene Guerra  |
| Nome dos filhos:             | Antônio, Luis, José Bonifácio, Marco Aurélio e Maria Guerra Flores da Cunha.  |
| Educação: preparatório       | Estudo primário em Santana do Livramento e o preparatório no curso anexo à faculdade de direito de São Paulo.   |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela faculdade do Rio de Janeiro (1902), apesar de ter cursado na academia de São Paulo   |
| Profissão                    | Delegado de polícia no Rio de Janeiro, advogado em Santana do Livramento, Uruguaiana, Itaqui, Alegrete e Bagé. Foi jornalista em São Paulo. Estancieiro   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR; Partido Republicano Liberal – PRL; União Democrática Nacional – UDN; e Partido Trabalhista Brasileiro – PTB  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1909-1912); Deputado Federal (1912-1914), (1918-1920), (1924-1929) (1946-1958); e Senador (1930).  |
| Cargos Administrativos       | Delegado de polícia no Rio de Janeiro; Subchefe de polícia e intendente provisório (1917) e eleito de Uruguaiana (1920-1924). Interventor no Rio Grande do Sul (1930-1933) e Governador do Rio Grande do Sul (1934-1937).   |
| Publicações:                 |   |
| Títulos:                     | General Honorário do Exército   |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter (org.). José Antônio Flores da Cunha: discursos (1909-1930). Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Comandante da Brigada do Oeste na Revolução de 1923. Teve participação relevante na formação da Frente Única Gaúcha – FUG e na Revolução de 1930. Fundou em 1932 o Partido Republicano Liberal – PRL. Trabalhou como repórter no jornal de propriedade de Pedro de Toledo e Herculano de Freitas em São Paulo. Primo de Rivadávia da Cunha Correia. Irmão de Francisco Flores da Cunha, Deputado Federal 1930 e Senador (1935-1937) pelo RGS. Teve como grande preocupação o equilíbrio orçamentário.   |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Lindolfo Leopoldo Bockel Collor</b>  |
| Local e data de nascimento:  | São Leopoldo-RS, 04/02/1890   |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro – RJ, 21/09/1942   |
| Nome e profissão do pai:     | João Boekel, sapateiro e músico amador  |
| Nome e profissão da mãe:     | Leopoldina Shreiner Boekel  |
| Nome e profissão da esposa:  | Hermínia de Souza e Silva   |
| Nome dos filhos:             | Leda e Lígia Collor   |
| Educação: preparatório       | Em Setembrina, Barra do Ribeiro, no seminário Presbiteriano de Rio Grande e Colégio Emílio Meyer em Porto Alegre  |
| Superior:                    | Farmacêutico pela faculdade de Porto Alegre (1909). Bacharel em estudos sociais, jurídicos e econômicos no Rio de Janeiro (1917).   |
| Profissão                    | Jornalista no <i>Jornal do Comércio</i> , <i>Jornal do Brasil</i> , <i>O Paiz</i> (RJ). Diretor do <i>Jornal A Tribuna</i> e o <i>A Federação</i> , (1920-1923), <i>A Pátria</i> . Professor  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR e Partido Republicano Castilhistas – PRC  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1921-1924) e Deputado Federal (1923-1930)  |
| Cargos Administrativos       | 3º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia dos Representantes (1921-1924); Ministro do Trabalho Indústria e Comércio; Secretário da Fazenda do Estado (1936-1937).  |
| Publicações:                 | Caminho de Flores (1908); Poema dos Matizes (1909); Elogios e Símbolos (1913); A História e o Instituto Histórico (1921); Reação Republicana (1921); O Momento Político, A Sedição Militar e a Atitude do PRR (1922); A Campanha Presidencial no RGS (1922/1923) (1924); O Congresso do PRR ((1924); As Oposições Rio-Grandenses e o Movimento Militar de São Paulo (1925); Brasil e Uruguai – A Propósito do Protocolo de Montevideú (1925); Convênio de Montevideú (1925); Paraguai Brasil (1928); No Centenário de Solano Lopes (1926); Garibaldi e a Guerra dos Farrapos (1938); O Sentido Histórico do Castilhismo (1936); Europa 1939(1940); Sinais dos Tempos (1942); A Literatura no Rio Grande do Sul; Romance de Amor, Exceto de Garibaldi (1955).  |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 2 v.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>GRIJÓ</b> , Luiz Alberto. 'Apóstata do germanismo' ou 'alemão arrivista': a trajetória de Lindolfo Collor até a revolução de 1930. <i>Anos 90 – revista do programa de pós-graduação em história</i> . Porto Alegre, PPGH/UFRGS, n. 15, 2001/2002, p. 25-35.<br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-rio- |

|              |   |
|--------------|---|
|              | grandense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974.   |
| Observações: | Participou da Aliança Liberal, da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932. Fundador do Partido Republicano Castilhistas – PRC. Emigrou à Argentina (1932) e deportado para Europa (1938). Membro do Bloco Acadêmico Castilhistas. Vinculado à Igreja Episcopal. Professor de português na ACM e na Escola Dominical da Igreja da Trindade. Essa vinculação permitiu-lhe completar o curso de farmácia. Inicialmente adepto do liberalismo da Revolução Francesa, em seguida das noções de ordem, disciplina partidária e submissão incondicional ao chefe do Castilhismo. Para Collor a questão social era um problema do Estado, pois havia correlação entre a justiça social e a formação de um mercado interno: “o Brasil deveria ser um ótimo mercado interno para o Brasil”; distinto do adotado por Washington Luis (1920): “Entre nós, em São Paulo, pelo menos, a questão operária é uma questão que interessa mais à ordem pública que a ordem social”. Um dos fundadores do IHGRGS e Membro da Academia de Letras do Rio Grande do Sul. |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Luís Soares dos Santos</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Porto Alegre-RS, 29/11/1866  |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro – RJ, 11/08/1933  |
| Nome e profissão do pai:     |  |
| Nome e profissão da mãe:     |  |
| Nome e profissão da esposa:  |  |
| Nome dos filhos:             |  |
| Educação: preparatório       | Em Porto Alegre  |
| Superior:                    | Bacharel em engenharia, matemática e ciências físicas pela Escola Militar do Rio de Janeiro (1889)   |
| Profissão                    | Engenheiro militar e professor de ciências físicas em Porto Alegre   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1897-1900); Deputado Federal (1903-1916); e Senador (1916-1929).  |
| Cargos Administrativos       |  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Rompeu com o PRR em 1923   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Luiz Carlos Massot</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Pelotas-RS, 16/11/1865   |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre-RS, 25/10/1925  |
| Nome e profissão do pai:     | Affonso Massot de Emílio Missiny   |
| Nome e profissão da mãe:     | Cesária Laquintine Massot  |
| Nome e profissão da esposa:  | Sinhazinha de Alencastro   |
| Nome dos filhos:             | Eurico, João Batista, Eleonora, Maria e Sarita Massot  |
| Educação: preparatório       | Pelotas-RS   |
| Superior:                    |  |
| Profissão                    | Professor primário em Pelotas, coronel de a Brigada Militar e tenente-coronel do Exército  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual Constituinte (1891) e Deputado Estadual (1892-1904)  |
| Cargos Administrativos       | Comandante Geral de a Brigada Militar do RGS (1917-1925)   |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>TIMM</b> , Octacílio B. e <b>GONZALEZ</b> , Eugênio. Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1934. |
| Observações:                 | Participou da Revolução Federalista (1893-1895)  |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Nicolau de Araújo Vergueiro</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Passo Fundo-RS, 07/03/1882   |
| Local e data de falecimento: | Passo Fundo-RS, 16/03/1956   |
| Nome e profissão do pai:     | João de Campos Vergueiro, político do Partido Liberal do Império e proprietário de terras  |
| Nome e profissão da mãe:     | Carolina de Araújo Vergueiro   |
| Nome e profissão da esposa:  | Jovita Leite Vergueiro   |
| Nome dos filhos:             | Maria e Rui de Araújo Vergueiro  |
| Educação: preparatório       | Com o professor Eduardo de Brito em Passo Fundo, no colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo e na Escola Brasileira do Prof. Inácio Montanha e Emílio Meyer em Porto Alegre  |
| Superior:                    | Medicina (1905) e farmácia (1903) na faculdade de Porto Alegre   |
| Profissão                    | Médico em Passo Fundo e jornalista em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR e Partido Social Democrático - PSD   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1909-1928); Deputado Federal (1930); Deputado Federal Constituinte (1946); e Deputado Federal (1946-1951).  |
| Cargos Administrativos       | Vice-Presidente e Presidente da Assembleia dos Representantes (1925-1928); Intendente Municipal de Passo Fundo (1921-1924)   |
| Publicações:                 | História do Ensino em Passo Fundo (1967) e escreveu livros e artigos sobre medicina  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001, V5.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973.<br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-rio-grandense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. |
| Observações:                 | Por apoiar a Revolução Constitucionalista de 1932 esteve preso e exilado na Argentina.   |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Octávio Francisco da Rocha</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Pelotas-RS, 23/09/1877   |
| Local e data de falecimento: | Passo Fundo-RS, 27/02/1928   |
| Nome e profissão do pai:     | Antônio Francisco da Rocha   |
| Nome e profissão da mãe:     | Maria Bernardina da Rocha  |
| Nome e profissão da esposa:  | Ignácia Brochado da Rocha, filha do Coronel José Diogo Brochado da Rocha   |
| Nome dos filhos:             | José Diogo, Amélia, Maria da Rocha Barbosa, Antônio Francisco, Francisco, Geraldo Octávio e Ana Conceição Brochado da Rocha  |
| Educação: preparatório       | Em Pelotas, no colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo e escola militar em Porto Alegre e Rio de Janeiro  |
| Superior:                    | Engenheiro militar (oficial do estado maior do exército), bacharel em matemática e ciências físicas  |
| Profissão                    | Militar – professor do magistério militar de geometria e aritmética na Escola Preparatória e Tática de Rio Pardo e Porto Alegre. Jornalista redator do Jornal <i>A Federação</i>   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1909-1910) e Deputado Federal (1911-1912) e (1918-1923); líder da Bancada Gaúcha na Câmara Federal e líder da Reação Republicana  |
| Cargos Administrativos       | Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul (1913-1914); Intendente Municipal de Porto Alegre (1924-1928); Diretor da Viação Férrea do RGS  |
| Publicações:                 |  |
| Títulos:                     | Tenente-Coronel do Exército  |
| Fontes:                      | <b>A FEDERAÇÃO</b> , 28 de fevereiro de 1928.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010. |
| Observações:                 | Deixou descendência política: os Brochado da Rocha   |



|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Oswaldo Euclides de Souza Aranha</b>  |
| Local e data de nascimento:  | Alegrete – RS, 15/02/1894  |
| Local e data de falecimento: | Rio de Janeiro – RJ, 27/01/1960  |
| Nome e profissão do pai:     | Euclides Egydio de Souza Aranha, coronel e estancieiro   |
| Nome e profissão da mãe:     | Luiza de Freitas Valle Aranha  |
| Nome e profissão da esposa:  | Delminda Benvinda Godolle Aranha   |
| Nome dos filhos:             | Quatro filhos  |
| Educação: preparatório       | Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo, colégio militar no Rio de Janeiro e na Escola de Altos Estudos Sociais em Paris-França.  |
| Superior:                    | Bacharel em direito pela faculdade do RJ (1916)  |
| Profissão                    | Advogado em Uruguaiana, Itaqui, Alegrete e empresário. Chefe da Representação Brasileira e Presidente de duas Assembleias da ONU. Ministro da Fazenda (1953-1954).   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR; e União Democrática Nacional - UDN  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1925-1926) e Federal (1927-1928)  |
| Cargos Administrativos       | Sub-Chefe de polícia em POA; Secretário do Interior e Exterior do RGS (1929); Intendente de Alegrete (1925-1927); Ministro da Justiça e da Fazenda; Embaixador do Brasil nos EUA (1934-1937); Ministro das Relações Exteriores (1938-1944); Governador interino do Estado 1930.  |
| Publicações:                 | Discursos (1931); Discurso de Encerramento do I Congresso Brasileiro-Americano de Cirurgia (1938); A Serviço da Paz Social (1938); Fronteiras e Limites – A Política do Brasil (1940); A Revolução e a América – O Presidente Vargas e a Diplomacia (1941); Brasilidade – Eterno Ideal dos Gaúchos (1942); A Revolução de 1838 e a Unidade Nacional (1946); A Contribuição de Melhoria e a Autonomia Municipal (1952); A Política Econômica e Financeira (1954).   |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Ed. FGV, CPDoc, 2001.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>O'DONNELL</b> , Francisco Talaia. Oswaldo Aranha. Porto Alegre, Sulina, 1980.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973.<br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-riograndense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. |
| Observações:                 | Comandou o Corpo Provisório da Brigada do Oeste na Revolução de 1923. Um dos articuladores da Revolução de 1930.   |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Nome:                        | <b>Othelo Rodrigues da Rosa</b>   |
| Local e data de nascimento:  | São João do Montenegro-RS, 18/07/1889   |
| Local e data de falecimento: | Porto Alegre-RS, 04/12/1956   |
| Nome e profissão do pai:     | Bento Rodrigues da Rosa, (Político) Membro da Junta Governativa de Estrela  |
| Nome e profissão da mãe:     | Antônia Rosa  |
| Nome e profissão da esposa:  | Maria Cecília de Leão Rosa  |
| Nome dos filhos:             | Zuleika e Zilá Rosa   |
| Educação: preparatório       | Estudos auxiliado por seu tio Prof. Inácio de Oliveira Cabral   |
| Superior:                    | Autodidata  |
| Profissão                    | Jornalista, historiador e promotor de justiça. Redator do <i>Taquariense</i> , diretor do <i>A Federação</i> (1925-1930) e do <i>A noite</i> de POA. Titular do cartório de registros especiais de POA. Conselheiro e promotor público em Taquari. Secretário particular de Borges de Medeiros. Juiz municipal em Santa Cruz do Sul   |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR   |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Estadual (1928-1930)   |
| Cargos Administrativos       | Titular da Secretaria da Educação do Governo Flores da Cunha; Secretário Particular de Borges de Medeiros; Secretário da Procuradoria do Estado e juiz municipal em Santa Cruz do Sul   |
| Publicações:                 | Canções da Mocidade (1909); Evangelho do Amor (1910); Os Males e os Crimes do Assisismo (1927); O Perfil Biográfico de Júlio de Castilhos (1928); A Reorganização Constitucional Brasileira (1931); A Reforma Eleitoral (1931); Os Amores de Canabarro (1933); O Divórcio no Brasil (1934); Vultos da Epopéia Farroupilha (1935); A Moça Loira (1939); Pinheiro Machado (1951); Carlos Barbosa Gonçalves (1952); e Vários Discursos   |
| Títulos:                     |   |
| Fontes:                      | <b>ABREU</b> , Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001, V5.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>SPALDING</b> , Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre, sulina, 1973. |
| Observações:                 | Militou na propaganda republicana em Pelotas no RGS. Pertenceu ao IHGRGS, à Academia Sul-Rio-Grandense de letras, à Comissão gaúcha de folclore, ao Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura e a Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas.  |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Nome:                        | <b>Rivadavia da Cunha Corrêa</b>   |
| Local e data de nascimento:  | Santana do Livramento – RS, 09/06/1866   |
| Local e data de falecimento: | Petrópolis-RJ, 09/02/1920  |
| Nome e profissão do pai:     |  |
| Nome e profissão da mãe:     |  |
| Nome e profissão da esposa:  | Umbelina Teixeira de Melo  |
| Nome dos filhos:             | Não deixou descendente   |
| Educação: preparatório       | Com o Professor Carlos Liquintinie em Pelotas  |
| Superior:                    | Médico – faculdade de medicina do Rio de Janeiro, advogado – academia de direito de São Paulo (1887)   |
| Profissão                    | Médico, advogado, fazendeiro e jornalista. Redator-Chefe do Jornal Propagandista <i>Cangarell</i> , <i>A República</i> , <i>O Onda</i> e colaborador do <i>Correio Paulistano</i>  |
| Partido a que pertenceu:     | Partido Republicano Rio-Grandense – PRR  |
| Mandatos eletivos:           | Deputado Federal (1896-1913) e (1917); Senador (1916-1920) pelo PRR, na vaga de Pinheiro Machado; Deputado Estadual Constituinte por São Paulo.  |
| Cargos Administrativos       | Ministro da Justiça e Interior (1910-1913) e da Fazenda (1914)   |
| Publicações:                 | A Verdade sobre a Situação Financeira do Brasil em 1914 (discurso no Senado Federal) (1919)  |
| Títulos:                     |  |
| Fontes:                      | <b>A FEDERAÇÃO</b> , 09/10 de fevereiro de 1920.<br><b>ABRANCHES</b> , Dunshee de. Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil: Apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-Presidentes da República, Ministros de Estado, Senadores e Deputados ao Congresso Nacional, 1889 a 1917. São Paulo, 1918. 2 v.<br><b>BLAKE</b> , Augusto Victorino Alves.<br><b>AITA</b> , Carmem; <b>AXT</b> , Guinter; <b>ARAUJO</b> , Vladimir (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.<br><b>FRANCO</b> , Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2010.<br><b>VILAS-BOAS</b> , Pedro. Notas de Bibliografia sul-riograndense: autores. Porto Alegre, A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. |
| Observações:                 | Assumiu a vaga do Senador Pinheiro Machado. Deputado Estadual Constituinte e Deputado Estadual por São Paulo.  |